

TEMPO DA CIÊNCIA - Revista de Ciências Humanas e Sociais

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Mestrado da Unioeste - Campus de Toledo

Tempo DA Ciência

E-ISSN:1981-4798

ISSN:1414-3089

Volume 25- Número 50 - 2o Semestre - 2018



Tempo da Ciência

Volume 25 Número 50
2º semestre de 2018

E-ISSN 1981-4798
ISSN 1414-3089

**INDEXADORES:
SISTEMA LATINDEX
SUMÁRIOS DE REVISTAS BRASILEIRAS**

**Publicação do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais
MESTRADO DA UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE

REITOR

Paulo Sérgio Wolff

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

Remi Schorn

**DIRETOR DO CCHS – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS CAMPUS DE TOLEDO**

Silvio Colognese

**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Osmir Dombrowski

T288Tempo da Ciência: revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE, Campus de Toledo. Revista de Ciências Sociais do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais - mestrado da Unioeste / campus de Toledo– v. 1, n. 1(1994), -- Toledo : Ed. Toledo, 1994.

Semestral

E-ISSN: 1981-4798

ISSN: 1414-3089

- 1 Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciências Humanas – Periódicos I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo II. Revista de Ciências Sociais do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais - mestrado da Unioeste / campus de Toledo

CDD 20. ed. 300.5

Ficha Catalográfica: Marilene de Fátima Donadel – CRB 9/924

Revisão (português):

Irene Guimarães

Diagramação:

Fabricio Trindade Ferreira

Capa:

Vania Sandeleia Vaz da Silva

Suporte técnico:

Paulo Konzen

Endereço para correspondência

UNIOESTE – Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP

Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle – Toledo – PR CEP 85903-000

e-mail: revistatempodaciencia@yahoo.com.br

EDITORA

Vania Sandeleia Vaz da Silva

COMISSÃO EDITORIAL

Andréia Vicente da Silva

Gustavo Biasoli Alves

Marco Antonio Arantes

Osmir Dombrowski

Paulo Henrique B. Dias

CONSELHO ASSESSOR CIENTÍFICO

Adriano Premebida – FADB

Alberto Paulo Neto – PUC-PR

Allan de Paula Oliveira - UNESPAR

Ana Cleide Chiarotti Cesário- UEL

Carla Cecília Rodrigues Almeida-UEM Celso Antonio Fávero- UNEB

Emilce Beatriz Cammarata- NM,Argentina, Eric Gustavo Cardin - UNIOES-
TE

Eric Sabourin - CIRAD, França Erneldo Schallenberger – UNIOESTE

Evaldo Mendes da Silva- UFAL Gabriel Feltran – UFSCAR

Geraldo Magella Neres – UNIOESTE

Ileizi Luciana Fiorelli Silva- UEL

Joana Coutinho – UFMA

João Virgílio Tagliavini- UFSCar

José Lindomar C. Albuquerque- UNIFESP

Juan Carlos Arriaga- Rodríguez- Universidad de Quintana Roo- México

María Lois - Universidad Complutense de Madrid

Maria Salete Souza de Amorim – UFBA

Martha C. Ramirez-Galvez - UEL

Miguel Angelo Lazzaretti – UNIOESTE

Oscar Calavia Sáez-UFSC

Otávio Velho - UFRJ

Paulo Roberto Azevedo – UNIOESTE

René E. Gertz - PUCRS e UFRGS

Ricardo Cid Fernandes – UFPR

Rosana Kátia Nazzari - UNIOESTE

Senilde Guanaes – UNILA

Wagner Pralon Mancuso- USP

Yonissa Marmitt Wadi - UNIOESTE

SUMÁRIO

Apresentação

Cíntia Fiorotti Lima

Giovane Lozano

Sandra Cristiana Kleinschmitt

Pg 7

Relações de poder e os sujeitos consumidores de agrotóxicos na faixa de fronteira do Brasil

Silvio Antonio Colognese

Eric Gustavo Cardin

Pg 11

Trabalho de campo em regiões de fronteira: um relato a partir da experiência na “Pesquisa sobre Segurança Pública nos Municípios de Fronteira” – Ministério da Justiça/ENAFRON

André Luiz Faisting

Sandra Cristiana Kleinschmitt

Pg 25

Mudanças estruturais das relações de fronteira em face da globalização

Kelly Cardoso da Silva

Pg 36

Comerciantes, trabalhadores(as) e nacionalidades na fronteira entre Salto del Guairá-Canindeyú/PY, Guairá-Pr/BR e Mundo Novo-MS/BR entre 1960 e 2018.

Cíntia Fiorotti

Pg 46

Zona de fronteira e redes de interações transfronteiriças: uma análise a partir de Pato Bragado (PR) e Colônia Marangatu (Nueva Esperanza-Canindeyú-PY)

Aline Kammer

Maristela Ferrari

Pg 57

A integração entre argentinos e brasileiros no Sudoeste do Paraná – Capanema e Andresito

Daniela Silvestrin

Pg 69

A integração nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia: elementos de cooperação e conflito

Vicente Giaccaglioni Ferraro Jr.

Pg 79

A luta pelo reconhecimento étnico dos Kokama na Tríplice Fronteira Brasil/Colômbia/Peru

José Maria Trajano Vieira

Pg 93

**“Bairros de má fama”: experiências cotidianas de trabalhadores
na cidade de Guaira-PR**

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho

Pg 102

**Práticas de apropriação e ordenamento espacial dos ilhéus da parte baixa
do Parque Nacional de Ilha Grande**

Marcelo Pereira Painelli

Pg 113

**Língua jopará e a construção do ethos do jornal Diário Popular.
A imagem de si e do outro**

Luciano Marcos dos Santos

Pg 123

A primeira greve dos professores do Paraná

Odirlei Manarin

Pg 133

Violência escolar: um panorama atual

Leila Tombini

Eduardo Nunes Jacondino

Pg 141

Apresentação

*Cíntia Fiorotti Lima
Giovane Lozano
Sandra Cristiana Kleinschmitt*

Este dossiê é resultado da seleção de alguns textos apresentados no II Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras, realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Toledo), realizados nos dias 23 e 24 de abril de 2018. Todos os textos constantes nos anais do evento possuem sua relevância sobre o debate proposto no Colóquio. Contudo, tentamos selecionar de maneira diversificada diferentes objetos, problemas e espaços de pesquisas sobre fronteiras. Como resultado do esforço do II Colóquio em promover o debate a respeito das dinâmicas de fronteiras para além dos limites e legislações nacionais/internacionais, refletimos as dinâmicas de fronteiras como relações sociais vividas nestes lugares. As pesquisas trouxeram temas como: a formação dos sujeitos; as formas de trabalhos; as cidades fronteiriças; as culturas; os lazeres; as educações; as religiosidades; as ilegalidades e as violências.

Ainda, cabe mencionar o resultado deste diálogo como consequência das propostas e atividades desenvolvidas junto ao Laboratório de Pesquisa Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Estas motivaram a organização de um espaço para apresentações de pesquisas sobre as fronteiras e a criação de novas redes de pesquisas. Além disso, o curso de graduação em Ciências Sociais e os cursos de pós-graduação em “Ciências Sociais” e em “Sociedade, Cultura e Fronteiras”, ambos sediados na UNIOESTE, possuem os estudos fronteiriços como um dos seus aspectos fundamentais, tendo muitos de seus membros contribuído para a realização do mesmo.

Entre os textos apresentados, o artigo “Relações de poder e os sujeitos consumidores de agrotóxicos”, de Silvio Antônio Colognese e Eric Gustavo Cardin, traz um panorama geral sobre o projeto coletivo do LAFRONT, apresentando seus objetivos, como o de “*analisar o processo de racionalização no campo do consumo de agrotóxicos, referido à experiência fundamental da ‘contaminação’*”. Tendo por base a teoria de Foucault, a hipótese é de que o “*campo do consumo de agrotóxicos abriga relações de poder que conduziram a construção de um sujeito básico que é o sujeito consumidor de agrotóxicos*”. No entanto, “*o campo do consumo de agrotóxicos pelas práticas divisoras conduz à divisão deste sujeito básico e ao surgimento de lutas de resistência ao consumo de agrotóxicos*”. Assim, o foco de estudo do grupo está na “*experiência básica da contaminação*”, que ajuda a revelar as “*relações de poder*” que, por sua vez, se apresentam entre uma de suas facetas nas “*lutas de resistência*”.

O texto organizado pelos autores André Luiz Faisting e Sandra Cristiana Kleinschmitt, “*Trabalho de campo em regiões de fronteira: um relato a partir da experiência na “pesquisa sobre segurança pública nos municípios de fronteira” – Ministério da Justiça/ENAFRON*”, traz os resultados das experiências da pesquisa de campo na faixa de fronteira brasileira, neste caso, nas fronteiras envolvendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Isto como parte de um projeto coletivo solicitado pelo “*Ministério da Justiça dentro do Programa ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), e coordenada pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) e pelo Grupo RETIS, ambos da Universidade*

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”, envolvendo diversas instituições e laboratórios de pesquisas. O artigo traz importantes reflexões sobre especificidades das fronteiras estudadas ao comparar as dinâmicas regionais vividas ao longo destas pesquisas de campo; por isso, destaca *“o contraste de realidades e dinâmicas fronteiriças, a desconfiança inicial dos moradores com as equipes de pesquisadores, as situações inesperadas e não planejadas, entre outras”*.

Outro artigo discutindo sobre a fronteira Brasil-Paraguai, elaborado pela Kelly Cardoso da Silva e intitulado *“Mudanças estruturais das relações de fronteira em face da globalização”*, aborda a globalização e os impactos sobre a heterogeneidade cultural e suas peculiaridades aos espaços fronteiriços, isto, problematizando os impactos da expansão capitalista e do consumo sobre as culturas locais.

O texto apresentado por Cíntia Fiorotti Lima, intitulado *“Comerciantes, trabalhadores(as) e nacionalidade na fronteira entre Salto del Guairá-Canindeyú/PY, Guaíra-Pr/BR e Mundo Novo-BR entre 1960 e 2018”*, discute as relações sociais envolvendo as disputas entre capital e trabalho em Salto del Guairá/PY, onde há muitos trabalhadores oriundos das cidades brasileiras Guaíra-PR e Mundo Novo-MS, bem como de outras regiões do Paraguai e também de outros países. Ao discutir sobre as disputas de mercado em Salto del Guairá e os conflitos entre nacionalidades diferentes, foram trazidos alguns elementos para refletir como estes sujeitos lidam com estas experiências e com suas identidades.

Um estudo realizado por Aline Kammer e orientado por Maristela Ferrari, discute acerca das redes de interações transfronteiriças na fronteira brasileira-paraguiaia entre partir de Pato Bragado (Pr) e Colônia Marangatú (*Nueva Esperanza-Canindeyú- Py*). As autoras destacam as relações entre moradores da região com o uso dos serviços de saúde e educação e com o trabalho. Com o artigo intitulado *“Zona de fronteira e redes de interações transfronteiriças: uma análise a partir de Pato Bragado (Pr) e Colônia Marangatú (Nueva Esperanza-Canindeyú-Py)”*, elas analisam como as redes de relações familiares e de amizade entre as pessoas que vivem nesta região *são elementos importantes para trazer novos olhares sobre a fronteira para além dos limites estabelecidos pelo Estado*.

Na perspectiva de debater a integração cultural entre a população de regiões de fronteiras além da fronteira física e das legislações nacionais/internacionais estabelecidas, Daniela Silvestrin entrevistou moradores dos municípios de Capanema no sudoeste do Paraná e o Comandante Andresito na Província de Misiones, na Argentina. Em seu texto *“A integração entre argentinos e brasileiros no Sudoeste do Paraná - Capanema e Andresito”*, analisa, a partir de algumas fontes (entre elas, entrevistas e matérias de jornais), *“como as lideranças locais e nacionais pensam as políticas públicas voltadas para essas localidades e de que maneira atendem às necessidades e os anseios da população transfronteiriça”*.

Ainda sobre a discussão a respeito da integração nas regiões de fronteira, Vicente Giaccagliani Ferraro Jr. realizou uma pesquisa na fronteira Brasil-Bolívia, nas cidades gêmeas Corumbá-Ladário (Mato Grosso do Sul)/Puerto Quijarro-Puerto Suárez (Santa Cruz), Guajará-Mirim (Rondônia)/Guayaramerín (Beni) e Brasileia-Epitaciolândia (Acre)/Cobija (Pando). No artigo intitulado *“A integração nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia: elementos de cooperação e conflito”*, enfatiza quais as características presentes nas propostas de cooperação entre as cidades fronteiriças e os principais conflitos envolvendo as interações econômicas e socioculturais.

Outra possibilidade de análise é apresentada por José Maria Trajano Vieira, ao refletir sobre as relações intraétnicas e interétnicas do povo Kokama, que atualmente se encontra dividido, em termos de nacionalidade, entre brasileiros, peruanos e colombianos. Em seu texto “A luta pelo reconhecimento étnico dos kokama na tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru”, ele apresenta resultados de uma pesquisa de campo na área de antropologia, na qual analisa *“especialmente a situação vivida no Brasil por indígenas nascidos no Peru e seus descendentes e que hoje tentam resgatar um patrimônio cultural específico, associado aos kokama, para se diferenciarem de outros povos indígenas da região, das comunidades ribeirinhas não indígenas e mesmo de outros peruanos que não se reconhecem como indígenas.”*

No texto “‘Bairros de má fama’: experiências cotidianas de trabalhadores na cidade de Guaiá-PR”, de autoria de Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, levanta-se a reflexão sobre como os moradores de bairros periféricos, como o Parque Hortência e a Vila Alta na cidade de Guaiá-PR, lidam com a estigmatização da violência e do crime, reforçadas pela imprensa local. O mesmo ocorre com a construção de uma imagem violenta e repleta de práticas ilegais ou criminosas sobre uma cidade localizada na fronteira com o Paraguai. Nesse sentido, a autora identifica *“por meio das análises das entrevistas, as experiências em torno da vida de cada um dos sujeitos entrevistados, do trabalho que exercem atualmente e que já exerceram no passado e como lidam com a violência cotidiana nos bairros, compreendendo que se trata de experiências coletivas”*.

Outro estudo que discute sobre o processo de apropriação do espaço por uma parcela da população trabalhadora na região de fronteira e as tentativas de estigmatização pejorativa sobre as práticas das mesmas, trata-se do texto “Práticas de apropriação e ordenamento espacial dos ilhéus da parte baixa do parque nacional de ilha grande”, elaborado por Marcelo Pereira Painelli. Ao estudar a apropriação ilhéu no território do Parque Nacional de Ilha Grande (PNIG), o autor analisa que *“por mais que Estado projete sobre as ilhas suas formas valorativas, impostas e planificadoras pela superestrutura que detém, na demarcação de um território geopolítico, surge, por outro lado, outra forma de apropriação do espaço, construída por um sujeito, muitas vezes, excluído, à margem do ordenamento social, que precisa de alguma forma reproduzir sua vida dentro do modo de produção capitalista”*.

Com as reflexões acerca do processo de estigmatização de determinados grupos e sujeitos, Luciano Marcos dos Santos contribui com o texto “Língua Jopará e a construção do *ethos* do jornal *Diário Popular*: a imagem de si e do outro”. A partir das análises de discursos presentes no *Jornal Diário Popular do Paraguai*, o autor problematiza como este meio de comunicação *“constrói a imagem de si e do outro em sua página policial, construindo dessa maneira seu *ethos* popular, por meio de escolhas lexicais, em língua guarani misturada à espanhola”*.

Já entre os artigos livres, estão dois textos apresentados no Colóquio que trouxeram importante contribuição para o debate, ao trazerem reflexões sobre as condições de trabalho na educação.

No texto “A primeira greve dos professores do Paraná”, o autor Odirlei Manarin faz uma investigação sobre a *“as condições de trabalho dos docentes da educação básica da rede pública do Paraná”*. Assim, analisa *“as principais reivindicações da categoria e suas conquistas na greve de 1963, a partir das fontes da APP-Sindicato e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)”*. Nele, Manarin conclui que esta é *“uma categoria de trabalhadores(as) que vivem um paradoxo de condições materiais, sentimentais e simbólicas”*.

Por fim, os autores Leila Tombini e Eduardo Nunes Jacondino realizaram a pesquisa sobre “Violência escolar: um panorama atual”. No artigo, fruto de uma pesquisa bibliográfica

amparada em autores como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, buscam “estabelecer uma possível interpretação das diversas formas de violência que assolam a instituição escolar promovendo diversos prejuízos para o andamento educacional”. Assim, identificam que o fenômeno se desdobra em várias formas, pois “A violência escolar pode ser classificada em diversos aspectos como: violência contra a escola (atos de depredação física), violência que a escola recebe por parte governamental (falta de investimentos físicos e capacitação), e a violência simbólica (produzida pela escola, por aqueles que fazem parte dela e a constituem como instituição de ensino)”.

Relações de poder e os sujeitos consumidores de agrotóxicos na faixa de fronteira do Brasil

Silvio Antonio Colognese¹

Eric Gustavo Cardin²

Resumo: O processo de racionalização da sociedade ou da cultura moderna tem sido um objeto de pesquisa constante nas Ciências Sociais. Foucault sugere que esse processo não seja analisado genericamente, mas como um processo em vários campos, cada um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade, etc. Este trabalho se propõe a analisar o processo de racionalização no campo do consumo de agrotóxicos, que está referido à experiência fundamental da “contaminação”. O campo do consumo de agrotóxicos abriga relações de poder que conduziram à construção de um sujeito básico, que é o “sujeito consumidor de agrotóxicos”. Trata-se de um sujeito cujas especificidades precisam ser determinadas, mas que inclui, no âmbito empírico, desde o aplicador de agrotóxicos, o consumidor de alimento e água contaminados com resíduos desses produtos até a comunidade envolvente que fica exposta ao ar e ao ambiente contaminados. Este é um processo abrangente de racionalização que independe das fronteiras ou das iniciativas políticas de governos. Por outro lado, o campo do consumo de agrotóxicos pelas práticas divisoras conduz à divisão desse sujeito básico e ao surgimento de lutas de resistência contra o consumo de agrotóxicos. Para a pesquisa dessas relações de poder, se objetiva partir das lutas de resistência, como estratégia para a explicitação das especificidades do sujeito consumidor de agrotóxicos. Isso como forma de sustentar que a experiência de contaminação no campo do consumo de agrotóxicos, pelo desenvolvimento do sujeito consumidor de agrotóxicos, é uma forma privilegiada de entender o processo de racionalização em um campo importante da experiência humana moderna, pela confluência das estratégias de exploração e de sujeição típicas desse modelo social. Pretende-se verificar a possibilidade de sustentação da ideia de que a experiência básica da contaminação é fundamental para o entendimento dos processos modernos de racionalização, justamente por combinar estratégias de sujeição e estratégias de exploração (a exemplo de outras experiências importantes analisadas por Foucault como sexo, crime, loucura, etc.).

Palavras-chave: Agrotóxico; consumo; relações de poder; sujeito.

¹ Doutor em Sociologia pela UFRGS e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: silviocolognese@ibest.com.br

² Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutor em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones (UNAM/Argentina). Professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: eric.cardin@unioeste.br

Power relations and consumer subjects of agrotoxics

Abstract: The process of rationalization of society or modern culture has been an object of constant research in the Social Sciences. Foucault suggests that this process is not analyzed generically, but rather as a process in several fields each with a reference to a fundamental experience: madness, disease, death, crime, sexuality, etc. This paper aims to analyze the process of rationalization in the field of pesticide consumption, which refers to the fundamental experience of “contamination”. The field of the consumption of agrochemicals harbors power relations that led to the construction of a basic subject that is the subject that consumes pesticides. It is a subject whose specificities need to be determined, but that includes at the empirical level from the pesticide applicator, the consumer of food and water contaminated with residues of these products, to the surrounding community that is exposed to the air and the contaminated environment. This is a comprehensive process of rationalization that is independent of borders or political initiatives of governments. On the other hand, the field of pesticide use by the divisive practices, leads to the division of this basic subject, and the emergence of resistance struggles to the consumption of agrochemicals. In order to investigate these power relations, it is proposed to start from resistance struggles, as a strategy for the specificity of the individual subject of pesticides. This is a way of sustaining that the experience of contamination in the field of the consumption of pesticides, by the development of the consumer subject of pesticides, is a privileged way of understanding the process of rationalization in an important field of the modern human experience, by the confluence of the strategies of exploration and subjection typical of this social model. It is intended to verify the possibility of maintaining that the basic experience of contamination is one of the most fundamental to the understanding of the modern processes of rationalization, precisely by combining strategies of subjection and strategies of exploration (like other important experiences analyzed by Foucault, sex, crime, madness, etc.).

Keywords: Agrotoxic; consumption; power relations; subject.

Introdução

O consumo de agrotóxicos na agricultura contemporânea tem crescido vigorosamente ao longo dos últimos anos. De acordo com Dutra e Ferreira (2017), nos últimos dez anos, o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93% enquanto no Brasil esse número foi da ordem de 190%. Trata-se de um índice significativo, com destaque para o estado do Paraná, que responde por 14,3% do consumo de agrotóxicos no país, sendo o terceiro maior usuário entre os estados brasileiros.

Por outro lado, o intenso consumo de agrotóxicos, no desenvolvimento de uma agropecuária moderna, e seus altos custos no Brasil tornam atrativos os roubos de cargas e o contrabando em regiões de fronteiras, potencializados pelos baixos custos relativos e pelas facilidades para a sua aquisição, especialmente no Paraguai, aliados à fragilidade da fiscalização em território brasileiro. Em audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 23 de novembro de 2016, foi indicado que de 7% em 2005, os agrotóxicos contrabandeados passaram a representar 20% do total comercializado no país em 2016.

Assim, verificam-se significativos crescimentos tanto nas taxas de consumo quanto nas taxas de circulação de agrotóxicos, notadamente em regiões de fronteiras. E esses incrementos não se dão de forma pacífica, sendo acompanhados de conflitos que são reveladores das relações de poder que se desenvolvem nesse campo do consumo de agrotóxicos. Isso porque o consumo e a circulação de agrotóxicos em regiões de fronteiras suscitam disputas intensas em torno da segurança da população, com repercussões legais, econômicas, ambientais e notadamente na saúde.

O campo do consumo de agrotóxicos inclui uma gama variada de agentes sociais envolvendo: o Estado e seus aparatos jurídicos e legais; os agentes públicos de fiscalização e repressão ao roubo e ao contrabando de agrotóxicos; a imprensa; os ladrões e contrabandistas de agrotóxicos; os vendedores de agrotóxicos; os agrônomos e técnicos que fornecem os receituários e que autorizam a utilização de agrotóxicos; os agricultores que aplicam agrotóxicos; as comunidades afetadas pelos usos dos agrotóxicos; os consumidores de alimentos e água que contêm resíduos de agrotóxicos; as autoridades e pesquisadores das áreas da saúde e do meio ambiente; os defensores de uma agricultura orgânica; os militantes ambientais; dentre outros. Todos esses agentes, vinculados ao campo do consumo de agrotóxicos, estão referidos à experiência básica da contaminação, em torno da qual constroem e desenvolvem relações de poder em volta da segurança da população, seja na defesa e promoção do consumo de agrotóxicos, seja como luta de resistência a esse consumo.

Entender como se configuram e se desenvolvem essas relações de poder em torno do consumo de agrotóxicos em regiões de fronteiras e como elas repercutem nas construções de sujeitos específicos é um dos desafios deste trabalho. Trata-se de perguntar sobre as formas pelas quais os indivíduos são levados a se constituírem em sujeitos consumidores de agrotóxicos e sobre suas lutas de resistência. Particularmente, analisar as relações entre saber e poder nas ações de uns sobre as ações de outros, nas disputas para assegurar a segurança da população, é outro objetivo relevante nesta área. Isso porque nessas relações de poder, a segurança da população é um objeto central de disputa. Por um lado, os defensores do uso de agrotóxicos justificam que, sem eles, a segurança alimentar da humanidade estaria comprometida, pois não seria possível produzir os alimentos necessários. Por outro lado, as lutas de resistência focam exatamente no argumento de que o uso de agrotóxicos não é seguro para a saúde da população e compromete a segurança ambiental em função da contaminação do solo, da água, do ar e das mutações biológicas decorrentes do uso de agrotóxicos de ação biológica. Esses argumentos, por sua vez, são contrapostos pela afirmação de uma série de cuidados e procedimentos a serem observados para a segurança dos usuários de agrotóxicos em geral. Enfim, trata-se de um campo no qual vigoram racionalidades específicas, relações entre poder e saber particulares que levam à constituição de sujeitos únicos que desafiam nossa capacidade de entendimento.

A literatura envolvendo o consumo e a circulação de agrotóxicos em regiões de fronteiras é reveladora dos conflitos e das disputas entre os diferentes agentes sociais nesse campo. Uma matéria para a rádio da Câmara Federal, de 22 de maio de 2017, destacou que uma comissão especial da Câmara analisa 18 projetos que alteram a Lei de Agrotóxicos. São propostas que pretendem simplificar os procedimentos para registro de pesticidas novos, facilitar o uso de genéricos, criar um novo órgão federal para cuidar da matéria, diminuir o poder de fiscalização dos Estados, autorizar profissionais habilitados (agrônomos) a receitar agrotóxicos antes mesmo da ocorrência da praga de forma preventiva e alterar a denominação de agrotóxico para defensivo fitossanitário. Mesmo sem entrar no mérito dos projetos, a simples existência de 18

projetos em tramitação na Câmara Federal é um indicativo das intensas disputas e conflitos entre diferentes agentes envolvendo o consumo de agrotóxicos no país. Tanto que a sua tramitação tem suscitado fortes reações de pesquisadores que consideram a mudança um retrocesso, por não levar em conta uma análise dos riscos de contaminação que os agrotóxicos representam para a saúde e para o meio ambiente (CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, 2017). Mesmo porque, o que se entende por agrotóxicos contempla uma vasta gama de produtos.

Conforme define Paulo Afonso Brum Vaz, agrotóxicos

são toxinas utilizadas para matar, controlar ou afastar os organismos indesejados da lavoura, tais como: os herbicidas (que matam plantas invasoras) e pesticidas, divididos em inseticidas (que matam diversas espécies de insetos), fungicidas (que matam fungos), acaricidas (que matam ácaros), bactericidas (que matam bactérias), algicidas (que matam algas), rodenticidas (que matam roedores), formicidas (que matam formigas), molusquecidas (que matam moluscos) e outros (BRUM VAZ, 2006, p. 22).

Trata-se de uma gama enorme de produtos, cuja fiscalização do consumo na agropecuária nacional, notadamente em regiões de fronteiras, depende de legislação, meios de fiscalização e de um sistema eficaz de investigação e punição dos infratores.

Ainda nessa direção, o mesmo Desembargador Federal do TRF da 4ª Região, Paulo Afonso Brum Vaz, no artigo intitulado “Crimes de Agrotóxico” (2005) adverte para a complexificação dessa problemática em regiões de fronteiras. Isso porque as legislações vigentes no MERCOSUL, por exemplo, são distintas entre os países, tanto em relação aos delitos relacionados ao contrabando, quanto às normas para o comércio e o consumo de agrotóxicos. Além disso, do ponto de vista jurídico, existem problemas relacionados às definições de competências para a fiscalização do consumo, bem como de enquadramento na legislação para o tratamento do crime de contrabando de agrotóxicos e os delitos consequentes. Nesse sentido, tramitam no Senado Federal diversos projetos de lei, como o PLS 85/2016, que visa equiparar a pena para o crime de contrabando de agrotóxicos à prevista para o tráfico de drogas.

Ademais, além dos problemas de enquadramento legal, existe também uma questão de prioridade na atenção dos agentes fiscalizadores. Conforme relatou um Delegado da Polícia Federal, em entrevista concedida em 2017 à UNIOESTE/Campus de Toledo, o combate ao tráfico de drogas confere maior visibilidade à instituição e aos seus agentes. Já o combate ao contrabando de agrotóxicos não figura como uma prioridade nem merece maior atenção nas ações desenvolvidas nas regiões de fronteiras, como é o caso de Foz do Iguaçu. Isso mostra que, tanto no âmbito da legislação quanto das atenções na definição de prioridades de ações, existem disputas e conflitos que remetem para a existência de relações de poder, cuja explicitação poderá revelar a constituição de diferentes sujeitos como resultantes desses processos.

O aumento do contrabando em regiões de fronteiras remete ainda a questões da fiscalização da entrada desses produtos em território brasileiro, bem como a sua circulação, distribuição e consumo na agropecuária brasileira. Essa questão não se limita à legislação vigente, mas às condições e às prioridades para a repressão dessas práticas e à sua punição. Por isso, para alguns agentes envolvidos com a temática, a preocupação com o aumento do rigor das penas para os crimes relacionados ao contrabando de agrotóxicos é de eficácia duvidosa. Isso devido a alguns fatores, como o baixo custo dos agrotóxicos contrabandeados em relação aos similares nacionais, as facilidades para a sua aquisição, especialmente no Paraguai, e a fragilidade na fiscalização em território brasileiro.

Assim, além das entradas de agrotóxicos contrabandeados serem crescentes no país, a fiscalização sobre o consumo desses produtos na agropecuária é de difícil operacionalização. No Paraná, o consumo de agrotóxicos é fiscalizado pela Agência de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (ADAPAR), vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento. A ela cabe a liberação do comércio desses produtos e a fiscalização do seu consumo no campo, o que não é de fácil operacionalização. Por exemplo, a fiscalização da sua aplicação no campo depende de laudos e perícias técnicas de difícil implementação. A legislação e a jurisprudência pouco têm avançado nessa direção. Por isso que, tanto no âmbito civil quanto no âmbito penal, são insignificantes as ações e difíceis as punições dos envolvidos. E essa situação não é isenta de conflitos e disputas, contrapondo os defensores do consumo de agrotóxicos e os que resistem à sua aplicação na agricultura contemporânea.

Ainda em termos da circulação dos agrotóxicos em regiões de fronteira, o contrabando tem merecido atenção de diversos pesquisadores. A dissertação de mestrado de Angélica Karina Dillenburg Horii, intitulada “Redes Ilegais: o contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil) – Paraguai”, defendida em 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE (Campus de Marechal Cândido Rondon), buscou mapear o contrabando de agrotóxicos naquela fronteira. O estudo destaca a complexidade e as interações que ocorrem entre diferentes agentes sociais nessa região de fronteiras, enfatizando as redes de contrabando de agrotóxicos em presença e os conflitos e disputas envolvendo suas estratégias de ação desde a entrada desses produtos no Brasil até o seu consumo pelos aplicadores.

Nessa mesma linha, merecem destaque os estudos desenvolvidos por Adriana Dorfman e outros pesquisadores (ver indicações nas referências deste trabalho) sobre o contrabando de agrotóxicos nas fronteiras do Sul do Brasil. Organizados por intermédio do Grupo de Pesquisas Espaço, Fronteira, Informação e Tecnologia (GREFIT), esses pesquisadores têm produzido importantes contribuições para mapear os caminhos do contrabando de agrotóxicos e os agentes envolvidos. Por ser uma prática ilegal, esse contrabando expõe os conflitos e disputas entre diferentes agentes, particularmente envolvendo a circulação dos agrotóxicos no país, com destaque para a sua entrada a partir da Tríplice Fronteira Brasil/Argentina/Paraguai. Essas disputas envolvem grandes empresas fornecedoras de agrotóxicos, autoridades fiscalizadoras e repressoras do contrabando, redes de contrabandistas, revendedores de agrotóxicos, transportadores, autoridades sanitárias, de saúde e meio ambiente, além dos agricultores, consumidores de produtos contaminados com resíduos e as comunidades envolvidas, expostas aos resíduos desses pesticidas.

Além das relações de poder mais associadas à circulação dos agrotóxicos em regiões de fronteiras, existem estudos robustos tematizando questões relacionadas ao seu consumo e as consequências sobre a saúde, ao meio ambiente e a economia. Em termos de saúde, Faria, Fassa e Facchini (2007) tratam dos casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil, que é o líder mundial no consumo desses produtos. Ressaltam que existem muitas dificuldades para se aferir com segurança os índices de contaminação entre os trabalhadores expostos aos agrotóxicos, uma vez que somente são registrados oficialmente os casos agudos e mais graves. Mesmo assim, são seguros em afirmar que o trabalho agrícola, devido à aplicação de agrotóxicos, é uma das ocupações mais perigosas da atualidade.

Nessa mesma linha, Soares, Almeida e Moro (2003) tratam dos fatores de risco na aplicação de agrotóxicos por trabalhadores rurais. O artigo resulta de uma pesquisa realizada em nove municípios de Minas Gerais envolvendo questões como as práticas de trabalho

relacionadas à aplicação de agrotóxicos e à intoxicação associada ao seu uso. Foram aplicados 1064 questionários a trabalhadores rurais entre os anos de 1991 a 2000. Em termos de saúde, concordam que o uso de agrotóxicos tem impactos à saúde dos aplicadores dos produtos, dos membros da comunidade e dos consumidores dos alimentos contaminados com resíduos, apesar de os danos serem maiores sobre os aplicadores. Entre os aplicadores, o estudo constatou que cerca de 50% dos entrevistados se encontravam ao menos moderadamente intoxicados. Esses resultados revelam diferentes agentes sociais que são atingidos mais direta ou indiretamente pelo consumo de agrotóxicos além dos conflitos decorrentes envolvendo profissionais e autoridades da saúde, bem como agentes de representação profissional dos trabalhadores rurais, que desenvolvem lutas de resistência à contaminação pelos agrotóxicos.

Mais recentemente, Dutra e Ferreira (2017) publicaram artigo tratando de malformações congênitas e o consumo de agrotóxicos em monoculturas no Paraná. O estudo partiu da identificação dos municípios com maior exposição de agrotóxicos para analisar as relações entre o seu consumo e a ocorrência de malformações congênitas. “Foi encontrada uma tendência crescente nas taxas de malformação congênita no estado do Paraná, com destaque aos municípios de Francisco Beltrão e Cascavel. Essas malformações congênitas podem ser advindas da exposição da população a agrotóxicos, sendo uma sinalização expressiva nos problemas de saúde pública.” (DUTRA; FERREIRA, 2017, p. 241). Os autores destacam, ainda, o baixo controle existente sobre a exposição da população aos pesticidas, devido em grande medida, ao *lobby* exercido pelas grandes corporações produtoras de agrotóxicos. Trata-se de mais um importante estudo que evidencia o conflito presente nas questões relativas ao consumo de agrotóxicos no país e às estratégias de resistência que os envolvem.

Contudo, como estratégia de luta de resistência ao consumo de agrotóxicos, foi publicado em 2015, pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) um dossiê de três volumes e mais de 600 páginas, como um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Apesar de não tematizar o problema da circulação de agrotóxicos nas fronteiras, trata-se de uma contribuição significativa. Petersen (2015), ao prefaciar a obra, destaca que desde a chamada Revolução Verde as estratégias da indústria agroquímica, em aliança com elementos da ciência institucionalizada, têm sido as de “ocultar” ou “justificar” os males dos agrotóxicos. No entanto, a partir do lançamento da obra pioneira de Rachel Carson (“Primavera Silenciosa”, em 1962), a “desqualificação” das críticas, como se fossem argumentos ideológicos, tem sido a terceira estratégia adotada.

A estratégia da “ocultação” começa com a disputa para designar os agrotóxicos como defensivos agrícolas, a fim de sugerir que esses produtos supostamente protegem os cultivos e não têm efeitos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Essa estratégia se ampara em instituições científicas que sustentam que esses riscos podem ser eliminados pelo uso seguro ou racional dos agrotóxicos. Além disso, assegura uma blindagem jurídica para as empresas agroquímicas, que difundem que os milhares de casos de intoxicação anual são devidos às vítimas não adotarem os procedimentos de segurança recomendados. Finalmente, essa estratégia incluiria ainda as noções de “limite máximo de resíduos” ou de “ingestão diária aceitável” nos alimentos e na água a serem consumidos. Todas essas alegações indicam a existência de intensas lutas de resistência, que perpassam inclusive setores da ciência institucionalizada, que dividem e contrapõem o sujeito consumidor de agrotóxicos.

A estratégia da “justificação” consiste em convencer a opinião pública que o desafio de produzir alimentos justifica o uso de agrotóxicos. Trata-se de um argumento tecnocrático

que “apresenta como objetivamente necessário àquilo que é econômica e ideologicamente oportuno” (PETERSEN, 2015, p. 32). Assim, os agrotóxicos passam a ser aceitos como um mal necessário, como se não houvesse alternativas como a da produção agroecológica. Segundo Petersen (2015), essas justificativas não se sustentam ainda, quando se correlacionam à expansão do consumo de agrotóxicos com o aumento no consumo de medicamentos. “Com a unificação das indústrias químicas em grandes corporações transnacionais, o ramo dos produtos que geram doenças, notadamente os agrotóxicos, articulou-se comercialmente ao ramo dos produtos que curam, os medicamentos” (PETERSEN, 2015, p. 34). Ou seja, existem lutas de resistência intensas contra o consumo de agrotóxicos e seus efeitos nas contaminações ambientais, na saúde, no meio ambiente e em termos econômicos, pela divisão interna no sujeito consumidor de agrotóxicos.

Finalmente a estratégia da “desqualificação” é uma forma de deslegitimar os críticos dos agrotóxicos pela atribuição genérica da alcunha de “ideológicos”, de contrários ao progresso técnico, econômico e social. Tudo isso amparado em uma rede de instituições científicas e políticas, que financia e premia os pesquisadores e políticos comprometidos com os seus interesses. Enfim, para Petersen (2015), ocultar, justificar e desqualificar continua sendo a estratégia principal para impor o silêncio sobre os malefícios da contaminação pelos agrotóxicos. É nesse sentido que o dossiê da ABRASCO se coloca como importante meio para alimentar os debates e quebrar o silêncio em torno dos malefícios dos agrotóxicos. Ele indica as intensas disputas e conflitos em torno do consumo dos agrotóxicos no Brasil, como reveladores das relações de poder nesse campo específico. Particularmente, representa uma clara tomada de posição da ABRASCO na denúncia dos males causados pelos agrotóxicos à saúde humana e ao meio ambiente e a indicação da necessidade de se repensar o lugar da produção agroecológica no futuro da humanidade.

Em contraponto à posição da ABRASCO, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em matéria publicada em 2009, sustenta que os agrotóxicos são uma tecnologia que permite o aumento da produção e da produtividade. Nesse sentido, sentencia que “a utilização de agrotóxicos, de acordo com as recomendações técnicas, é uma prática segura para produtores, consumidores e para o meio ambiente. Assim, os riscos estão no mau uso destes produtos” (LUIZ, 2015, p. 1). Nessa mesma linha de argumentação da EMBRAPA, consultando o site “Google” na internet, orientando a busca pelas palavras-chave “agrotóxicos, mitos e verdades”, é possível identificar diversos artigos e instituições que se posicionam a favor ou contra o uso dos agrotóxicos no país. São indicativos claros das disputas e conflitos que envolvem os usos e a circulação de agrotóxicos no Brasil, o que sugere a necessidade de estudos para entender os sujeitos específicos que resultam dessas relações de poder.

No caso do Paraná, além de outros projetos e iniciativas, merece destaque o “Observatório do uso de agrotóxicos e consequências para a saúde humana e ambiental do Paraná”. O Observatório é uma parceria entre o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC), da UFPR, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná e o Ministério Público do Trabalho no Paraná (PRT 9ª Região). Seu objetivo principal é monitorar o uso de agrotóxicos e suas consequências para a saúde e o meio ambiente. Para isso, realiza pesquisas, divulga informações e coleta dados sobre contaminação por agrotóxicos. Mantém um site na internet (www.saude.ufpr.br/portal/observatorio/) por meio do qual divulga artigos científicos, teses e dissertações, pesquisas, matérias e vídeos em mídia, bancos de dados e eventos relacionados ao consumo de agrotóxicos. Apesar de não

atentar diretamente para a problemática do consumo dos agrotóxicos em regiões de fronteiras, é uma importante referência no processo de discussão e nos embates envolvendo os usos e a circulação de agrotóxicos no Paraná.

Enfim, desde 2008, o Brasil é o principal consumidor mundial de agrotóxicos. A área cultivada no Brasil corresponde a somente 4% de toda a área cultivada nos 20 maiores países agrícolas. No entanto, consome 20% de todos os agrotóxicos do mundo, sem considerar os volumes crescentes comercializados ilegalmente ou originários do contrabando. O Paraná é o terceiro Estado maior consumidor de agrotóxicos no país e o seu uso está presente em pelo menos 80% das propriedades rurais. Diversos agrotóxicos permitidos no Brasil são proibidos na Europa e nos EUA. Pelas fronteiras brasileiras, é crescente o ingresso de agrotóxicos sem a certificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou mesmo proibidos no país. No meio urbano também são significativos os usos de agrotóxicos, tanto para a capina química, quanto para o combate de diferentes parasitas e insetos, além do uso veterinário, na maioria das vezes sem controle e fiscalização.

Por outro lado, as relações entre a ocorrência de problemas de saúde na população e o uso de agrotóxicos vêm sendo fartamente evidenciadas em pesquisas científicas. A contaminação do trabalhador rural e do meio ambiente é cumulativa e de consequências imprevisíveis ao longo do tempo. As regiões de fronteiras estão mais expostas ao consumo e à circulação de agrotóxicos proibidos, uma vez que o contrabando é crescente e as legislações entre os países fronteiriços são distintas. A sua circulação pelo ar e pelas águas muitas vezes desconhece fronteiras nacionais.

Esse não é um fenômeno simples e isento de conflitos. As disputas e embates entre agentes sociais que defendem o uso de agrotóxicos e aqueles que sustentam a necessidade da sua substituição por uma agricultura agroecológica são crescentes. Esses são indicativos claros das relações de poder que se desenvolvem no campo do consumo de agrotóxicos, com potenciais ainda maiores em regiões de fronteiras. Isto nos leva a interrogar sobre as resultantes destas relações de poder.

Neste trabalho, interessa particularmente o entendimento das racionalidades que vigoram no campo de consumo de agrotóxicos e suas combinações específicas. Essas racionalidades produzem sujeitos específicos, pela combinação entre poderes e saberes. Vale lembrar que, para Foucault, todo poder está relacionado a um saber que o legitima, e todo saber tem uma pretensão de poder. Por outro lado, não há poder sem que exista liberdade e, portanto, resistência. No caso do campo do consumo de agrotóxicos, no qual vigora a experiência básica da contaminação, essas relações de poder não parecem tanto referidas a um poder de soberania, ligado ao controle de um espaço ou território, e mais a um poder disciplinar de controle dos comportamentos dos indivíduos usuários de agrotóxicos e principalmente de um biopoder, de controle do comportamento da população, no qual a questão da segurança da população é um objeto privilegiado de disputa e resistência. Em decorrência disso, cabem ainda interrogações sobre as especificidades desses sujeitos, suas estratégias e as suas identidades específicas, sua capacidade de agência no exercício da liberdade ética e as consequências dessa experiência básica de contaminação sobre nós mesmos.

Portanto, este trabalho visa refletir sobre a construção de sujeitos e as relações de poder em regiões de fronteira, a partir do campo do consumo de agrotóxicos. Trata-se de uma área de estudos e pesquisas ainda incipiente, se comparada à importância e implicações dessa problemática tanto em termos econômicos quanto ambientais e de saúde.

Sujeitos e relações de poder

A centralidade conferida aos sujeitos consumidores envolvidos no universo de relações de poder no campo de consumo de agrotóxicos não significa que a sua experiência deva ser tomada como a origem do conhecimento no sentido empirista. O interesse neste trabalho não recai sobre o indivíduo como portador de experiências, mas sim sobre os sujeitos que resultam de relações de poder, que se constroem e reconstroem em determinado campo específico, com particularidades de tempo e lugar.

Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem da nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência deste modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz (SCOTT, 1998, p. 304).

Em nosso caso, isso significa reconhecer que as relações de poder travadas no campo do consumo de agrotóxicos em regiões de fronteiras não conferem apenas “experiência” aos agentes e indivíduos implicados no consumo dos agrotóxicos, mas sim que sujeitos distintos são constituídos por essas experiências. Revelar os processos de construção e as identidades e estratégias desses sujeitos forjados nessas relações torna-se um desafio importante. Sujeitos em processo de constituição e que travam relações de poder em um campo específico em uma região de fronteira, em torno do consumo dos agrotóxicos. Eis o foco central de atenção deste trabalho. “Experiência, neste enfoque, não é a origem de nossa explicação, mas sim o que queremos explicar” (SCOTT, 1998, p. 325).

Essa problemática remete à importância da noção de agência na pesquisa sociológica atual (PENNA, 2012). Mas também às questões do sujeito e das relações de poder (FOUCAULT, 1995). A noção de agência é importante porque “atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção” (LONG; VAN DER PLOEG, s./d., p. 01). No caso do campo do consumo de agrotóxicos, isso significa que, mesmo em condições de limites e constrangimentos legais, sejam relativos às possibilidades de acesso a produtos contrabandeados ou de origem duvidosa, seja da aplicação de produtos não autorizados pela legislação, os diferentes sujeitos em questão podem processar suas experiências e encontrar margens de manobra para o desenvolvimento de ações que extrapolem esses limites e constrangimentos legais. E mais, os mesmos sujeitos podem, principalmente, se contrapor em lutas de resistência ao uso de agrotóxicos pelo desenvolvimento de uma agricultura agroecológica. Diferente do poder soberano, as relações de poder pressupõem a existência de liberdade e, assim, de resistência.

Essa capacidade de resolver problemas e atuar sobre o fluxo dos fenômenos é desigual, embora todos os sujeitos “exercem um determinado tipo de poder, mesmo aqueles em posições de extrema subordinação” (LONG; VAN DER PLOEG, s./d., p. 01). Por esse motivo, a agência não se refere simplesmente às mudanças produzidas por um ator individual, mas, principalmente, aos deslocamentos que se efetivam através das relações sociais que, nesse caso, são relações de poder. E nessas relações de poder, os sujeitos se constroem em suas identidades e estratégias de distintas formas, tanto convergentes quanto divergentes. Em função disso é que se torna crucial a pesquisa social identificar diferentes sujeitos resultantes dessas relações e em presença nas relações de poder em questão, as condições de suas constituições, bem

como suas identidades e estratégias. Por exemplo, sujeitos que definem esses produtos como “agrotóxicos” e criticam os seus malefícios à saúde humana e ao meio ambiente e sujeitos que definem esses mesmos produtos como “defensivos agrícolas” e sustentam a necessidade e a segurança do seu uso em condições recomendadas. Trata-se da objetivação do sujeito naquilo que Foucault chama de “práticas divisoras”, pela qual o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Como exemplo ele cita: o louco e o são; o doente e o sadio; os criminosos e os “bons meninos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Em nosso caso, essas práticas divisórias de objetivação do sujeito o divide em “críticos do consumo de agrotóxicos” e “defensores do consumo de defensivos agrícolas”. É esse processo de divisão interna do sujeito que o objetiva.

É nesse sentido que, apesar de reconhecer a centralidade das relações de poder, Foucault (s./d., p. 232) insiste que não é o poder, mas o sujeito que constitui o seu tema geral de pesquisa. Isso porque o poder não existe como algo em si, mas somente como o poder exercido pelos sujeitos, de uns sobre outros, como um campo de possibilidades desiguais de ação dos sujeitos. Por isso, a relação de poder, no seu exercício

é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações ((FOUCAULT, 1995, p. 243).

Contudo, não há relação de poder sem sujeitos com poder de agência, sem que os sujeitos possam se deslocar e, no limite, escapar. As relações de poder, ainda seguindo Foucault, somente se exercem sobre sujeitos com certa margem de liberdade, “que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995, p. 244). O que é específico às relações de poder é que elas procuram atingir a conduta dos outros. “A ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade” ((FOUCAULT, 1995, p. 244). E complementa: exercer o poder é governar, ou seja, estruturar o eventual campo de ação dos outros. É o caso dos agricultores que desenvolvem uma agricultura moderna, com altos índices de produção e de produtividade. Ainda que considerem o farto consumo de agrotóxicos um “mal necessário”, eles dispõem de certa margem de liberdade para o desenvolvimento de uma agricultura agroecológica. Mesmo que suas margens de liberdade nesse contexto sejam limitadas, existe certo campo de possibilidades para condutas diversas na produção agrícola. Tanto que existem experiências bem-sucedidas nesse sentido, ao ponto de se encontrar alimentos produzidos dessa forma em supermercados, por exemplo.

Por esse motivo, as relações de poder devem ser analisadas a partir dos sujeitos (não das instituições ou do Estado) que exercem o poder como forma de estruturar o campo de ação possível dos outros. E esse esforço de pesquisa não deve recair genericamente sobre a sociedade ou a cultura. Conforme adverte Foucault, “seria mais sábio não considerarmos como um todo a racionalização da sociedade ou da cultura, mas analisá-la como um processo em vários campos, cada um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade, etc.” (FOUCAULT, 1995, p. 233). Em nosso caso, “o campo do consumo de agrotóxicos” se refere a uma dessas experiências fundamentais, a qual

se associa uma racionalidade específica a ser esclarecida. Assim, o entendimento da dinâmica específica desse campo em regiões de fronteira depende da explicitação dos processos de construção de diferentes sujeitos, com racionalidades específicas, com identidades e estratégias distintas e que resultam de complexas relações de poder de uns sobre os outros. É esse sujeito consumidor de agrotóxicos, dividido internamente pelas práticas divisoras, que resultam das relações de poder no campo de consumo de agrotóxicos nas regiões das fronteiras brasileiras, que precisam ser entendidos e explicados.

Para prosseguir no entendimento dessas relações de poder, Foucault sugere, ainda, uma forma de proceder que é mais empírica e que implica em relações estreitas entre teoria e prática.

Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista da sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias ((FOUCAULT, 1995, p. 234).

Em nosso caso, as relações de poder no campo do consumo de agrotóxicos devem ser entendidas a partir das formas de resistência ao consumo desses pesticidas. Usar essas formas de resistência como ponto de partida analítico, a fim de compreender o que são as relações de poder nesse campo específico, pela investigação das formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações. Assim, para entender melhor o que significa em nossa sociedade a experiência básica da contaminação por agrotóxicos, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo contrário, da agroecologia, da não contaminação e da resistência ao consumo de agrotóxicos.

Portanto, como os sujeitos são resultantes dessas relações de poder, eles não são o ponto de partida da análise. O ponto de partida são as lutas de resistência e as tentativas de dissociar as relações de poder nesse campo específico, em torno do consumo de agrotóxicos em regiões de fronteira. Quais são os sujeitos e as práticas divisórias de objetivação resultantes dessas relações de poder? De maneira geral, pelo menos dois sujeitos (ou um sujeito dividido pelas práticas divisórias) têm emergido ou resultado dessas relações de poder: um sujeito consumidor de agrotóxicos que desenvolve estratégias que defendem uma agricultura baseada no consumo intensivo de “defensivos agrícolas” e um sujeito consumidor de agrotóxicos que desenvolve lutas de resistência a esse consumo e defende uma agricultura agroecológica, livre dos “agrotóxicos”. Quais suas racionalidades específicas, identidades, estratégias, concepções de risco e liberdade ética? Como esse sujeito dividido se contrapõe no desenvolvimento de estratégias, de um lado para o exercício de relações de poder e de outro para a resistência a essa sujeição?

Partir das formas de resistência a essas relações de poder é fundamental ainda porque são essas formas de poder que fazem dos indivíduos “sujeitos”. “Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.” ((FOUCAULT, 1995, p. 235). Por isso, essas lutas de resistência ao consumo de agrotóxicos não são lutas contra uma instituição em específico, mas prioritariamente uma forma de atacar “uma técnica, uma forma de poder” ((FOUCAULT, 1995, p. 235). São mecanismos de sujeição, em relação aos quais se desenvolvem lutas de resistência a essa

sujeição. Sujeição que produz o “sujeito consumidor de agrotóxicos”, seja como aplicador desses produtos, seja como consumidor de alimentos ou água contaminados com resíduos ou ainda como um membro de comunidade exposto a um ecossistema contaminado. Em todas essas situações, trata-se de um “sujeito consumidor de agrotóxicos”. Trata-se de um processo de sujeição que constitui o sujeito consumidor de agrotóxicos.

E em relação a essas lutas de resistência, não basta defini-las apenas como lutas antiautoritárias. Por isso, Foucault alerta que é preciso definir o que estas lutas têm em comum, em termos de suas características básicas, a saber: 1. “São lutas transversais”: as lutas de resistência ao consumo de agrotóxicos não são limitadas a um país e nem confinadas a uma forma política e econômica particular de governo. 2. “O objetivo destas lutas são os efeitos de poder enquanto tal”: a luta contra o consumo de agrotóxicos é contra um poder de sujeição, que se exerce sem controle, sobre os corpos das pessoas, sua saúde, sua vida, sua morte. 3. “São lutas que atacam o inimigo imediato”, contra as instâncias de poder que lhes são mais próximas, aquelas que exercem sua ação sobre os indivíduos.

4. ‘São lutas que questionam o estatuto do indivíduo’: por um lado, afirmam o direito de ser diferente [...] Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra a sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar contra si mesmo e o liga a sua própria identidade de um modo coercitivo. ((FOUCAULT, 1995, p. 234-235).

No caso das lutas de resistência ao consumo de agrotóxicos, essas características afloram claramente. 5. “São uma oposição aos efeitos do poder relacionados aos saber, a competência e à qualificação”: as lutas contra o consumo de agrotóxicos são contra os privilégios do saber, pela maneira que o saber circula e funciona, e suas relações com o poder. Mas também contra o segredo, à deformação e às representações mistificadoras impostas às pessoas sobre os malefícios da contaminação pelos agrotóxicos. 6. “São lutas que giram em torno da questão: quem somos nós?” Elas são uma recusa a essas abstrações que ignoram quem somos individualmente como sujeitos em um campo específico mas, também, uma recusa à investigação científica ou administrativa que determina quem somos. “Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas **recusar o que somos**. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos desse ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno” ((FOUCAULT, 1995, p. 239, grifo nosso). E o que somos especificamente nesse campo? Sujeitos consumidores de agrotóxicos! Por isso todas as lutas de resistência são uma recusa do que somos, dessas formas de sujeição que nos tornam sujeitos! Ou do que fomos tornados pelo processo de racionalização moderna nesse campo! Por isso são lutas que atacam uma técnica, uma forma de poder.

Como pode se depreender dos detalhamentos acima, esses diferentes polos divisores do sujeito não podem ser o ponto de partida analítico desta pesquisa, à medida que eles é que precisam ser explicados enquanto resultantes desse intrincado conjunto de relações de poder. Quem são os sujeitos resultantes dessas relações de poder? O que define as suas identidades específicas? Como são produzidas suas subjetivação e objetivação? Quais estratégias de legitimação estão associadas a estes sujeitos específicos? Como estes sujeitos são relacionados às noções de risco e de segurança? Como é concebida a liberdade ética destes sujeitos? Enfim, quais são as especificidades dos sujeitos resultantes das relações de poder no campo do consumo de agrotóxicos nas regiões de fronteiras? Como são definidos esses sujeitos? Essas são as questões suscitadas neste trabalho.

Bibliografia e fontes consultadas:

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA)**. Relatório de Atividades de 2010. Brasília, 2011.

BRUM VAZ, P. A. Crimes de Agrotóxicos. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, v. 8, n. 16, p. 24, set. 2005.

BRUM VAZ, P. A. **O direito ambiental e os agrotóxicos**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, 2017. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 12 set. 2017.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

DORFMAN, A. “Pequenas pontes submersas”: interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 3, n. 1, p. 93-114, jan./abr. 2008.

_____, A. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____, A.; PRYTOLUK, M.; SEBASTIÃO, R. M. Estratégias de Pesquisa sobre o Contrabando. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 6, n. 11, p. 33-46, 2011.

_____, A.; REKOWSKY, C. J. Geografia do contrabando de agrotóxicos na fronteira gaúcha. **Revista Geográfica da América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47E, p.1-17, 2011.

DUTRA, Lidiane Silva; FERREIRA, Aldo Pacheco. (2017). Associação entre malformações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas no Paraná, Brasil. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v.41, n.especial, p.241-253, jun.2017.

FARIA, N. M. X.; FASSA, A. G.; FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 25-38, 2007.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. Apêndice da 2. ed. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GAZETA DO POVO Jornal. **Apresenta reportagens sobre contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná-Paraguai (2010-2012)**, 2013. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/noticias. Acesso em: 14 mar. 2013.

HORII, A. K. D. **Redes ilegais: o contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-araguai**. 2014. 178f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Cândido Rondon, 2014.

LONG, N.; VAN DER PLOEG, J. D. **A importância central do conceito de agência**. Tradução de Rita Pereira, Daniela Garcez e Leandro Krug Wives, s./d. Disponível em: www6.ufprgs.br/pgdr/arquivos/ipode_38.doc. Acesso em: 01.06.2018.

LUIZ, Alfredo José Barreto. (2015). **Artigo: Agrotóxicos são do mal!** Notícias. EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/6248227/artigo---agrototoxicos-sao-do-mal>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

PENNA, C. Reflexividade e agência na teoria sociológica contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 48, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2012.

PETERSEN, Paulo. (2015) Prefácio. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos (Orgs.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, fev. 1998.

SOARES, W.; ALMEIDA, R. M. V. R.; MORO, S. Trabalho rural e fatores de risco associados ao regime de uso de agrotóxicos em Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1117-1127, jul./ago. 2003.

Trabalho de campo em regiões de fronteira: um relato a partir da experiência na “Pesquisa sobre Segurança Pública nos Municípios de Fronteira” – Ministério da Justiça/ENAFRON

*André Luiz Faisting¹
Sandra Cristiana Kleinschmitt²*

Resumo: Diante da lacuna de informações qualificadas sobre as dinâmicas de criminalidade locais e as especificidades sociais, econômicas e culturais das regiões de fronteiras no Brasil, foi realizada em 2013 uma extensa pesquisa sobre “Segurança Pública nos Municípios de Fronteira”. Encomendada pelo Ministério da Justiça dentro do Programa ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), o diagnóstico cobriu os 588 municípios brasileiros localizados na faixa de fronteira e os levantamentos foram realizados com base em dados secundários, com *survey* para uma amostra de 178 municípios e trabalho de campo qualitativo em 55 municípios. O objetivo deste artigo é relatar a experiência de campo vivenciada por dois membros de duas equipes distintas que participaram da pesquisa: da UNIOESTE e da UFGD. Entre algumas percepções dos pesquisadores, destacam-se o contraste entre realidades e dinâmicas fronteiriças, a desconfiança inicial dos moradores dos municípios de fronteiras e as situações inesperadas e não planejadas no trabalho de campo.

Palavras-chave: Fronteiras; Segurança pública; Pesquisa de campo; ENAFRON.

Field work in border regions: an account of the experience in the “Public Security Research in the Municipalities of Border” – Ministry of Justice / ENAFRON

Abstract: In the face of the lack of qualified information about local crime dynamics and the social, economic and cultural specificities of border regions in Brazil, an extensive research was carried out in 2013 on “Public Security in the Municipalities of Border”. Commissioned by the Ministry of Justice within the ENAFRON (National Public Safety at the Borders), the diagnosis covered the 588 Brazilian municipalities located in the border area and the surveys were carried out based on secondary data, with a survey for a sample of 178 municipalities and qualitative field work in 55 municipalities. The objective of this article is to report the field experience experienced by two members of two distinct teams that participated in the research: UNIOESTE and UFGD. Some of the researchers

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professor dos cursos de Graduação em Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: andrefaisting@ufgd.edu.br.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). E-mail: sandrakleinschmitt@hotmail.com.

perceptions include the contrast between realities and frontier dynamics, the initial distrust of the inhabitants of border municipalities, and unexpected and unplanned situations in the fieldwork.

Keywords: Frontiers; Public security; Field research; ENAFRON.

Introdução

Entre os estudos no campo das ciências sociais que têm se ampliado nas últimas décadas estão “a discussão sobre globalização e o lugar do Estado nacional no processo de redefinição de suas fronteiras” (CARDIN; ALBUQUERQUE, 2018, p. 118). Barreira e Adorno (2010, p. 343) também indicam a importância de ampliação do conhecimento para as regiões de fronteira, argumentando que “no estágio atual é impossível uma visão do território nacional como um todo, o que nos permitiria melhor entender fenômenos contemporâneos, como o fluxo de migrantes, mercadorias e capitais nas fronteiras”. Com efeito, esses fenômenos representam hoje uma das principais preocupações dos governos de vários países, ou seja, “se em um pequeno espaço de fronteira um controle e fiscalização nunca se concretizam totalmente, imagine-se então quão enganosa é a representação de um controle efetivo ou completo da fronteira brasileira”. (NEVES, *et. al.*, 2016, p. 22)

Foi, portanto, num contexto de necessidade de novas pesquisas sobre as fronteiras brasileiras, que participamos, em 2013, de uma pesquisa nacional intitulada “Segurança Pública nos Municípios de Fronteira”. A pesquisa surgiu da lacuna de informações qualificadas sobre as dinâmicas de criminalidade locais e especificidades sociais, econômicas e culturais das regiões de fronteiras no Brasil. Diante desta lacuna e vislumbrando uma maior atuação nas fronteiras brasileiras com a intensificação do controle, da fiscalização e da prevenção de delitos transfronteiriços praticados nas regiões de fronteiras, o Ministério da Justiça, dentro do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), encomendou a pesquisa para diagnosticar a situação de segurança pública nesses municípios, para atender a essa demanda de um diagnóstico tecnicamente qualificado.

A pesquisa foi coordenada pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) e pelo Grupo RETIS, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao primeiro coube a realização de um diagnóstico socioeconômico e demográfico da faixa de fronteira relacionado à criminalidade e à violência, e o segundo se dedicou ao diagnóstico da segurança pública por meio de levantamento quantitativo (*survey* para uma amostra de 178 municípios) e trabalho de campo qualitativo em 55 municípios.³

O diagnóstico cobriu os 588 municípios brasileiros da faixa de fronteira, que envolve 11 Estados e mais de 17 mil quilômetros de extensão terrestre. Muitos Estados nacionais definem juridicamente uma Faixa de Fronteira por questão de segurança nacional. A lei que estabelece a Faixa de Fronteira brasileira foi alterada pela última vez, em 1979, e delimitou a 150 km a partir do limite internacional, mas respeitando o recorte municipal. A Tabela 1 apresenta o panorama da faixa de fronteira em relação aos municípios, habitantes e extensão.

³ A escolha dos dois grupos de pesquisas foi motivada pelo fato de ambos serem reconhecidos por suas pesquisas na área de fronteiras (RETIS) e de violência (NECVU). Apesar de a pesquisa ter ocorrido ao longo de 2013, os relatórios finais só foram publicados no final de 2016, cujos resultados disponibilizaram uma quantidade substantiva de dados quantitativos e qualitativos sobre todos os municípios localizados nas regiões de fronteira, o que tem permitido o acesso e o cruzamento de informações sobre as fronteiras brasileiras (Ver NEVES *et al.*, 2016).

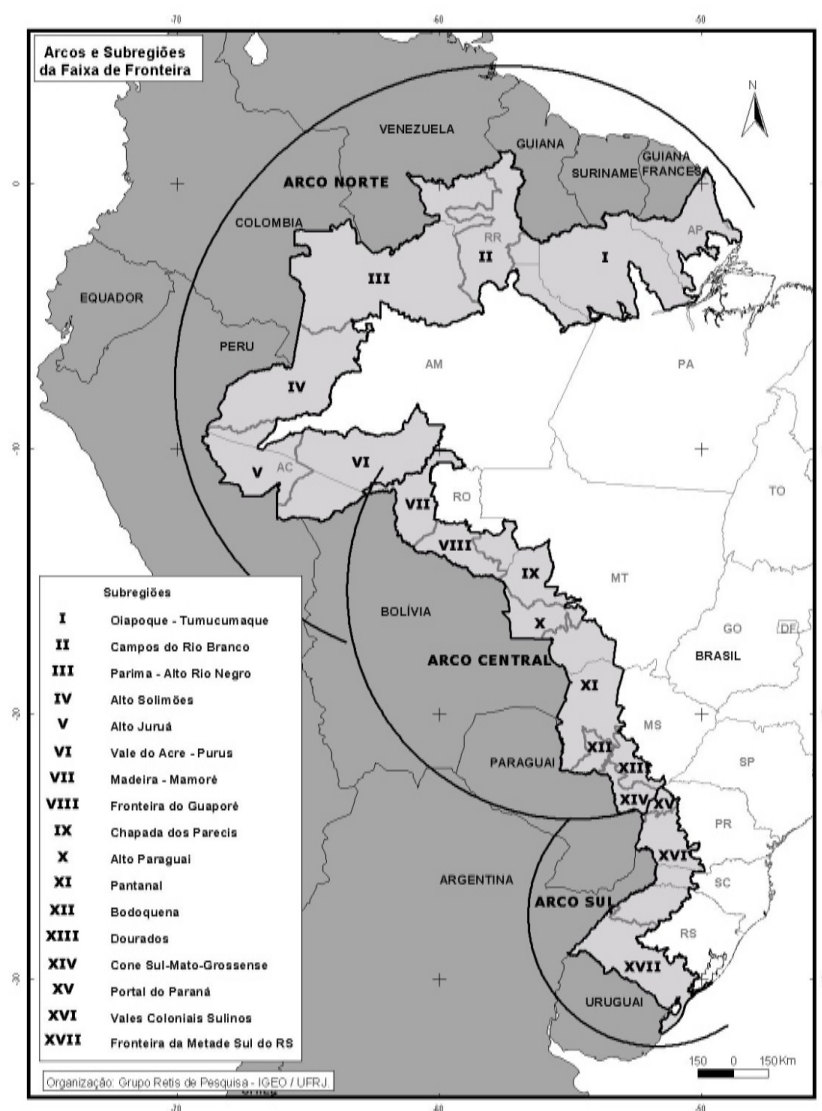
Tabela 1 – Panorama da Faixa de Fronteira

	QUANT. MUNICÍPIOS	HABITANTES	KM
ARCO NORTE	71 municípios	1.970.387 hab.	10.368 km
ARCO CENTRAL	99 municípios	2.269.651 hab.	3.859 km
ARCO SUL	418 municípios	6.321.394 hab.	2.496 km
TOTAL	588 municípios	10.561.432 hab.	16.723 km

Fonte: (Adaptado de CMN, 2008).

Os Arcos estão representados pelos seguintes Estados: Arco Norte: Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre; Central: Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os arcos estão subdivididos conforme a Figura 1.

Figura 1 – Faixa de Fronteira: Arcos e Sub-regiões



Fonte: (MI/SPR/PDFF, 2009).

Para realização desta pesquisa de âmbito nacional, foi necessário estabelecer parcerias com pesquisadores das universidades localizadas nas regiões de fronteira. Assim, a equipe de pesquisadores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) ficou responsável pela coleta de dados nas fronteiras dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, totalizando 48 municípios (32 no Paraná e 16 em Santa Catarina).⁴ No que se refere ao Estado de Mato Grosso do Sul, foram formadas duas equipes, uma da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), cuja sede fica em Campo Grande, e outra da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que tem sede na cidade de Dourados, no Sul do Estado. Para um total de 44 municípios localizados na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, a equipe da UFGD ficou responsável pela pesquisa em 24 deles.⁵ Para a pesquisa qualitativa, além de Dourados que é a cidade-polo da região, foram cobertos três municípios localizados na linha de fronteira, quais sejam: Paranhos, Sete Quedas e Mundo Novo.

O objetivo deste artigo é abordar aspectos da pesquisa de campo realizada em alguns desses municípios que se caracterizam por estarem localizados em regiões de fronteira, suas semelhanças, diferenças e peculiaridades, partindo das experiências vividas por dois pesquisadores das equipes da UNIOESTE e da UFGD.

Organização da pesquisa

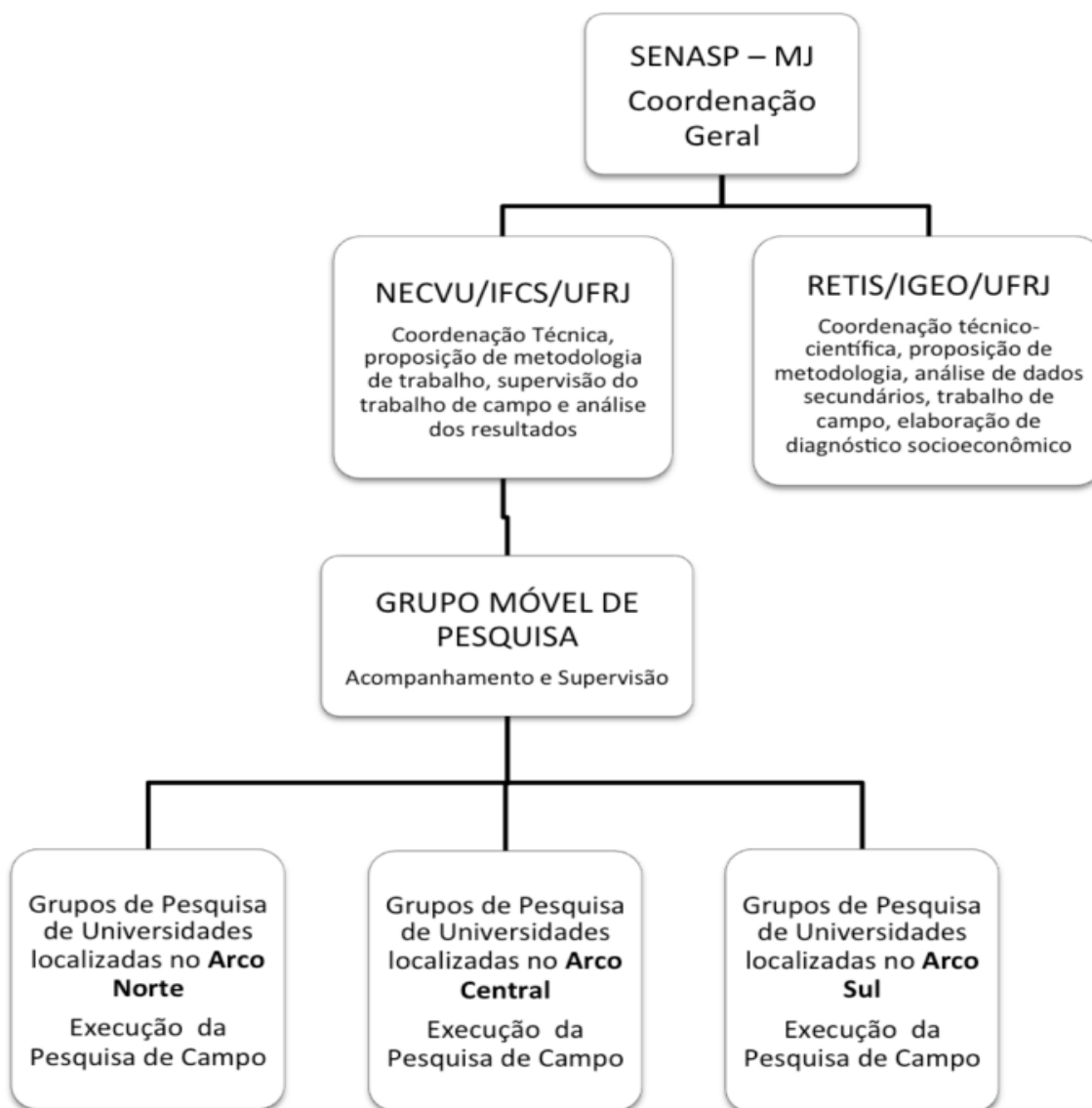
A pesquisa foi coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio do Programa ENAFRON, vinculado ao Ministério da Justiça. A coordenação técnica ficou sob responsabilidade do NECVU e do Grupo RETIS. Por fim, várias universidades localizadas no Arco Norte, Arco Central e Arco Sul ficaram responsáveis pela execução da pesquisa de campo, sendo acompanhadas e supervisionadas por um grupo móvel de pesquisas do NECVU.

A pesquisa foi realizada em três níveis: 1) diagnóstico que cobriu os 588 municípios brasileiros da faixa de fronteira, com levantamentos de dados secundários (estatísticas oficiais); 2) *survey* para uma amostra de 178 municípios; 3) pesquisa qualitativa numa amostra de 55 municípios: etnografias, entrevistas abertas e grupos focais, com produção de dados em fontes primárias (delegacias, batalhões de polícia, prisões, justiça, imprensa etc.). O organograma a seguir apresenta a organização hierárquica da pesquisa.

⁴ Os municípios cobertos pela equipe da UNIOESTE foram os seguintes: Paraná: Ampére, Assis Chateaubriand, Barracão, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Icaraíma, Itaipulândia, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Sudoeste, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Umuarama e Vera Cruz do Oeste; Santa Catarina: Bandeirante; Belmonte; Chapecó; Concórdia; Dionísio Cerqueira; Guaraciaba; Itapiranga; Maravilha; Paraíso; Princesa; Santa Helena; São José do Cedro; São Lourenço do Oeste; São Miguel do Oeste; Tunápolis e Xanxerê.

⁵ Os municípios cobertos pela equipe da UFGD foram: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Japorã, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Rio Brillante, Sete Quedas, Tacuru, Taquaruçu e Vicentina.

Figura 2 – Organograma organizacional da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2013).

Dessa forma, antes da pesquisa de campo propriamente dita, as equipes foram responsáveis pelo levantamento de dados censitários, econômicos e geográficos dos municípios pesquisados. Quando os dados não estavam disponíveis nos sites oficiais dos municípios, um dos membros da equipe se deslocava até os mesmos para levantar essas informações junto aos órgãos oficiais. Isso foi importante para fomentar a pesquisa qualitativa que seria posteriormente realizada pelas equipes completas.

Preparação para a pesquisa

Antes de iniciar o trabalho de campo, foi realizada uma reunião das equipes com as cúpulas de segurança pública dos Estados para apresentação oficial da pesquisa, reunião que contou com a presença do coordenador geral da pesquisa. Os responsáveis pela área da justiça e da segurança pública foram convocados pelo Ministério da Justiça para conhecerem a pesquisa e os pesquisadores. As reuniões ocorreram nas sedes das Secretarias de Estado.

No Estado de Mato Grosso do Sul a reunião teve momentos de desconfiança, sobretudo pela possibilidade levantada pelas autoridades de divulgação, por parte dos pesquisadores, de dados sigilosos. Daí a decisão para que os pesquisadores assinassem termos de responsabilidade quanto ao sigilo das informações coletadas. No Estado do Paraná, a Polícia Militar ofereceu resistência no início da pesquisa, alegando que o acordo de cooperação não havia sido repassado para os comandantes locais. Assim, apenas depois desse comunicado oficial, a pesquisa teve início. No Estado de Santa Catarina, não houve imprevistos, uma vez que, pelo cronograma seguido, os levantamentos foram realizados posteriormente ao Estado do Paraná, ocasião em que as autoridades locais já estavam cientes.

Quanto à formação das equipes, na UFGD foi constituída uma equipe com seis pesquisadores: três docentes, um mestrando e dois graduandos. Todos eles participaram de todas as atividades, mas cada um tinha pelo menos uma função específica na equipe. Na UNIOESTE também foi constituída uma equipe com seis integrantes: três docentes, um mestrando, um graduado e um técnico-administrativo. Os professores e o mestrando ficaram responsáveis por planejar e aplicar a pesquisa de campo. O graduado e o técnico-administrativo ficaram responsáveis pela parte administrativa e burocrática da pesquisa.

Antes de iniciar a pesquisa de campo, houve várias reuniões de planejamento entre os membros de cada equipe, além do estudo de textos teóricos e metodológicos que foram disponibilizados pela coordenação geral, bem como o levantamento de textos e pesquisas levantadas pelas equipes sobre fronteiras e segurança pública.

A equipe da UFGD fez visitas prévias nos municípios onde a pesquisa seria realizada. Ou seja, um ou dois dias antes de a equipe se deslocar para o município, um dos membros se antecipava e viajava para o local com o objetivo de desenvolver observações, sentir o “clima” do município, realizar conversas informais com as pessoas comuns e identificar potenciais colaboradores para participar do “grupo focal” e das entrevistas. Destaca-se que esse membro da equipe não podia aplicar os instrumentos formais da pesquisa, apenas registrar as observações e realizar conversas informais, já que essa tarefa deveria ser realizada por toda a equipe de pesquisadores. Com isso, garantia-se a participação de pelo menos dois membros da equipe em cada uma das atividades de pesquisa, garantindo-se que em nenhuma circunstância houvesse um único pesquisador. Na maioria das vezes, contudo, a equipe estava completa em todas as atividades de campo, seja na aplicação dos questionários, nas entrevistas ou nos grupos focais.

A equipe da UNIOESTE não fez as visitas prévias nos municípios pesquisados, uma vez que alguns membros da equipe já circulavam com frequência pelos municípios fronteiriços, portanto já os conhecia o suficiente para fomentar o trabalho coletivo da equipe. Desse modo, foram estabelecidas três fases para a pesquisa de campo: a) *survey* com as autoridades policiais, com roteiro logístico nos municípios do Estado do Paraná para cada pesquisador; b) reunião de toda a equipe para realização do *survey* e a pesquisa qualitativa nos municípios do Estado de Santa Catarina; c) concentração nos municípios em que se precisava fazer a pesquisa qualitativa,

sendo que todos os pesquisadores de campo realizaram o trabalho juntos e acompanhados pelo grupo móvel da pesquisa (supervisores).

Pesquisa quantitativa

O *survey* foi constituído de questões fechadas e destinadas às autoridades policiais civis e militares, agentes da polícia federal, rodoviária, guarda municipal e receita federal, além de juizes, promotores e secretários municipais de segurança. As questões versavam sobre efetivo de policiais, quantitativo de armamentos, munição e veículos, estrutura física e instalações, processos criminais e políticas de segurança. Questionava também sobre as percepções da criminalidade por parte desses agentes, com questões classificadas em escalas temporais (jamais, raramente, ocasionalmente, frequentemente, muito frequentemente) sobre fatos e acontecimentos, bem como afirmações sobre as características da fronteira local nas quais os entrevistados indicavam estar em total desacordo, mais em desacordo, mais de acordo ou totalmente de acordo. Durante a aplicação do questionário, avaliava-se a viabilidade ou não de complementar com a entrevista aberta e em profundidade.

Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de etnografia, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Nas entrevistas o objetivo era abordar a situação de segurança pública dos municípios a partir da percepção dos entrevistados sobre os conflitos mais importantes, a criminalidade local, os atores sociais envolvidos, formas de atuação dos órgãos de segurança, relações com o país vizinho, fluxos de mercadorias e pessoas (legais e ilegais), composição e procedência da população do município etc. A dinâmica do trabalho de campo deveria guiar a escolha de informantes relevantes e indicar a necessidade de ampliação de entrevistados. De todos os entrevistados foi exigida uma ficha de identificação, com o intuito de caracterizar o perfil socioeconômico e cultural dos mesmos.

Em relação aos grupos focais, seu objetivo era o de registrar a percepção de diversos agentes sociais locais, destacando e priorizando a participação de lideranças comunitárias. Ou seja, se para a aplicação dos questionários e realização das entrevistas privilegiaram-se as autoridades locais, para os grupos focais a prioridade deveria ser direcionada às pessoas comuns, no sentido de captar suas percepções sobre a vida cotidiana e o trabalho nas regiões de fronteiras, bem como suas percepções sobre crime, violência e segurança nessas regiões.

A técnica do grupo focal permite captar essa percepção uma vez que não direciona o questionamento para um informante em especial, mas para pessoas em geral que também experimentam a vida na fronteira. Assim, as equipes tinham a incumbência de selecionar para o grupo focal pessoas com disposição e com envolvimento comunitário e social de acordo com os objetivos da pesquisa, para debater as questões colocadas por um moderador. Entre os participantes do grupo focal destacaram-se profissionais da educação, da saúde, da imprensa, do comércio, de igrejas, estudantes e lideranças comunitárias.

Além do moderador, que era responsável por lançar as questões e estimular o debate entre os participantes, também era necessária a presença de um auxiliar da equipe para acompanhar a dinâmica do debate e auxiliar o moderador, bem como de um redator responsável pelo registro escrito das dinâmicas. O número de participantes para o grupo focal poderia variar, mas sugeria-se um número entre cinco e oito. Daí a necessidade de planejamento do grupo

focal com antecedência, identificando o potencial de colaboração dos participantes, que eram estimulados a destacar casos significativos ocorridos no local, além de serem estimulados ao máximo a contarem casos com a maior quantidade de detalhes possível. Assim como ocorreu com as entrevistas, a atividade do grupo focal foi gravada em áudio e enviada à coordenação geral, que ficou responsável pela transcrição e análise do material.

Por fim, um dos procedimentos exigidos pela coordenação geral foi a produção de um relatório circunstanciado por parte dos pesquisadores, no intuito de registrar, também, suas próprias percepções sobre a pesquisa. Além disso, também foi exigido que as equipes sempre captassem a realidade local por meio de fotografias das instalações visitadas e das atividades de pesquisa realizadas, o que permitiu compor um substancial banco de dados com imagens dos municípios localizados em regiões de fronteira do Brasil.

Algumas dificuldades e curiosidades do campo

Tanto a equipe da UNIOESTE quanto a da UFGD executaram a pesquisa de campo em seis meses, de abril a setembro de 2013. Durante todo este período, fizemos uso do caderno de campo para registro das observações, das situações normais e das circunstâncias inusitadas. Frisou-se também a necessidade de utilização de linguagem comum e transparente por parte dos membros das equipes para que as distorções fossem mínimas.

Entre as várias situações em comum vivenciadas pelas duas equipes de pesquisa, destaca-se a recorrente desconfiança inicial por parte dos moradores e dos profissionais nos municípios de fronteira. Em um dos grupos focais realizado pela equipe da UNIOESTE, por exemplo, uma das participantes disse o seguinte: *“Podem confessar que vocês são da Polícia Federal! O que vocês estão fazendo é bem típico da Polícia. Volta e meia aparece uns mendigos aqui, malvestido, mas a mão deles está um espetáculo de cuidada. Isso é tudo gente da polícia que está fazendo investigação e se disfarça!”* No caso da equipe da UFGD, também era nítida a desconfiança inicial por parte dos interlocutores, e demorava-se algum tempo até que se pudesse ganhar a confiança dos mesmos, ainda que explicitados os objetivos e a importância da pesquisa.

Contudo, as razões dessa dificuldade eram diferentes por parte de moradores e dos profissionais. Entre os primeiros, a desconfiança era no sentido de duvidarem de que não havia a intenção de identificar e punir os moradores supostamente envolvidos com ilícitudes, afinal estávamos identificados com crachás do Ministério da Justiça, e não raramente éramos vistos como agentes do Estado com todo o simbolismo do poder coercitivo que este carrega. No caso das autoridades profissionais, por outro lado, era comum sermos identificados, inicialmente, como pesquisadores que desejavam apenas interferir numa área que não conhecíamos, para produzir impressões e interpretações que não estariam de acordo com o pensamento das autoridades e/ou das instituições que elas representavam.

Em ambos os casos, contudo, o esforço para conseguir as colaborações (ainda que estivéssemos autorizados e credenciados para isso) foi argumentar que o objetivo da pesquisa era produzir o diagnóstico para, a partir dele, melhor direcionar os recursos para área de segurança pública nas fronteiras brasileiras. Esse era, de fato, um dos objetivos da pesquisa, e quando nossos interlocutores se convenciam disso, a pesquisa fluía com mais tranquilidade.

Entre as inúmeras experiências vivenciadas pela equipe da UNIOESTE, destacam-se aquelas em que se pôde constatar o contraste da dinâmica fronteiriça entre o Paraguai e a Argentina. Isso ocorreu porque os pesquisadores são residentes da fronteira com o Paraguai,

mais especificamente moradores da cidade de Toledo, Paraná. Esta cidade e região sentem com mais frequência a dinâmica intensa de fluxo e circulação de mercadorias ilícitas e vivenciam a vinculação diária de notícias sobre mortes violentas na mídia. Assim, a equipe se surpreendeu com o contraste entre as fronteiras, pois a fronteira com a Argentina possui baixos índices de criminalidade violenta e a dinâmica da circulação de mercadorias se refere mais a mercadorias lícitas do que ilícitas, apesar de ilegais.

Por exemplo, nos municípios do Paraná próximos ao Paraguai, os relatos sobre a entrada de cigarros, pneus, armas e drogas provenientes do Paraguai eram unanimidade entre os entrevistados. Por outro lado, na fronteira com a Argentina, os relatos sobre a entrada de mercadorias estavam relacionados à apreensão de cargas de cebola, alpiste e lança-perfume. As justificativas para a dinâmica da fronteira com a Argentina ser mais “tranquila” estavam relacionadas ao fato de o lado argentino ter a “Amazônia argentina” na região nordeste daquele país. No entendimento da equipe da UNIOESTE, esse fato reflete e diz muito sobre a dinâmica dessa fronteira, pois muitos entrevistados comentaram que os crimes mais frequentes estavam relacionados ao furto de botijão de gás e casos de abigeato, além dos casos já relatados de descaminho de cebola e de alpiste.

No caso da equipe da UFGD, registram-se duas curiosidades e/ou situações vivenciadas que merecem destaque. A primeira remete ao fato de que, num dos grupos focais, realizado em um dos municípios da linha de fronteira, notamos a presença de uma pessoa que, imaginávamos, tinha interesse em participar da atividade. Com o passar do tempo, fomos percebendo que sua postura não era a de alguém que queria participar, mas apenas observar o que estávamos fazendo, ou seja, em nossa avaliação, uma forma de intimidação.

A segunda situação diz respeito à decisão da equipe de realizar um grupo focal na aldeia indígena de Dourados, considerando a especificidade dos povos indígenas nessa região de fronteira. A experiência foi marcante uma vez que foi possível compreender como, em regra, os povos indígenas são desconsiderados em termos de suas especificidades quando se discute segurança pública em regiões de fronteiras.

Nesse sentido, destaca-se também uma situação de hostilidade vivenciada pela equipe da UNIOESTE no município de Guaíra, ocasião em que estava ocorrendo um movimento em defesa da demarcação das terras indígenas. Alguns entrevistados acreditavam, inicialmente, que o interesse da pesquisa era apoiar a demarcação das terras, o que suscitou certa hostilidade direcionada a uma das integrantes da equipe em função de suas características físicas, que foram associadas aos povos indígenas. Ao final do grupo focal e ao perceber que se tratava de uma pesquisa sobre segurança pública nas fronteiras, uma das entrevistadas falou sobre os acontecimentos na cidade e, de forma indignada, apontou para uma das integrantes da equipe dizendo o seguinte: *“por exemplo, essa daí, com cara de índia, pode tranquilamente se declarar indígena e reivindicar as nossas terras aqui?”*. Embora o clima tenha ficado tenso nesse momento, pela indignação compreensível por parte dos demais membros da equipe, ressalta-se a postura serena da pesquisadora ofendida, que preferiu manter-se numa posição passiva e evitar o conflito. Com isso, encerrou-se a conversa e a equipe se despediu dos membros do grupo focal daquele município.

Considerações finais

Ressalta-se, em termos de um balanço final das experiências relatadas, que para ambos os pesquisadores que assinam esse artigo, tratou-se de uma experiência gratificante e exitosa, não apenas pela importância do tema e da possibilidade de levantamento de dados e informações relevantes para os estudos de fronteira, mas também pela possibilidade de ampliar o conhecimento de um campo específico ainda pouco explorado nas pesquisas sobre violência e segurança pública que é a fronteira, bem como pela possibilidade de lidar e combinar diferentes metodologias de pesquisa e com os desafios inerentes ao trabalho em equipe.

A proporem pensar na fronteira como categoria sociológica relevante para o estudo das sociedades contemporâneas, Cardin e Albuquerque (2018) indicam alguns desafios para construção de uma agenda de pesquisa nesse campo. Entre esses desafios, destacamos aquele em que os autores sugerem considerar “os problemas específicos que os subcampos da sociologia lançam ao investigarem as regiões fronteiriças na atualidade” (2018, p. 124), entre eles a sociologia da violência, a sociologia econômica, a sociologia das migrações e a sociologia/ antropologia do gênero. Consideradas as limitações em termos de conhecimento dessas áreas específicas da Sociologia, nossa experiência na pesquisa nacional sobre segurança pública nas fronteiras permitiu constatar a importância de todas essas dimensões retratadas nessas subáreas, bem como a necessidade de considerá-las em suas interconexões, o que nos permite, inclusive, ampliar a noção de fronteira para além de suas dimensões físicas, de divisas e limites, de espaços marcados unicamente pela manifestação do crime e da violência, mas como um espaço de múltiplas formas de sociabilidades, conflitivas ou não.

Ressalta-se, finalmente, que apesar de todo o material ter sido enviado para a coordenação geral para organização, sistematização e análise, com vistas à produção de relatório com os resultados de todas as pesquisas, aos pesquisadores e pesquisadoras sempre foi permitido também fazer uso desse material levantado para fomentar suas próprias pesquisas. No caso do pesquisador da UFGD, por exemplo, a partir da experiência nesse diagnóstico nacional, pudemos propor e desenvolver outra pesquisa voltada exclusivamente para a região da Grande Dourados, na qual aprofundamos o levantamento de dados qualitativos nos municípios dessa região que não foram cobertos pela pesquisa qualitativa do diagnóstico nacional ⁶, bem como de outra pesquisa mais recente que objetivou um estudo comparativo entre as regiões da Grande Dourados e do Oeste Paranaense, como foco nas representações sociais da violência por meio da imprensa local dessas duas regiões. ⁷

⁶ Projeto “*Violência na Fronteira: representações sociais e políticas públicas na região da Grande Dourados, MS*”, (CNPq - Edital 043/2013). Além de Dourados, foram pesquisados os municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brillhante e Vicentina. A pesquisa se desenvolveu por meio de entrevistas em profundidade com profissionais da área de justiça, segurança, educação, saúde e representantes de movimentos sociais.

⁷ Pesquisa realizada por meio do estágio de pós-doutorado junto à Unioeste, campus de Toledo, que teve como objetivo levantar e analisar, de forma comparativa, as representações da violência em duas regiões localizadas em faixa de fronteira: Grande Dourados e Oeste Paranaense, especialmente a microrregião de Toledo, incluindo o município de Guaíra que liga com o Paraguai e com o Mato Grosso do Sul. Para tanto, analisamos as representações da violência manifestadas pela imprensa local, a partir do levantamento e análise de 2.256 notícias em quatro jornais (dois para cada uma das regiões), e em entrevistas com profissionais da imprensa e da segurança pública realizadas nos municípios de Dourados, Ponta Porã, Toledo, Guaíra e Foz do Iguaçu.

No caso da pesquisadora da equipe da UNIOESTE, registra-se que, na ocasião da pesquisa, a mesma estava desenvolvendo sua tese de doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim, sua participação na pesquisa nacional, ao possibilitar o trânsito em fronteiras com dinâmicas distintas, permitiu o melhor desenvolvimento da tese⁸ e de questões antes não compreendidas sobre as mudanças que os municípios do Paraná tinham sofrido em relação ao comportamento das taxas de mortes violentas.

Por fim, destacamos a importância de relatos de pesquisa como esse, cuja finalidade vai além da apresentação dos resultados oficiais da pesquisa. Esses, aliás, estão bem registrados nos vários relatórios já publicados pelo Ministério da Justiça e têm servido de base para inúmeras outras pesquisas. A importância do relato é no sentido de apresentar os detalhes e as nuances do trabalho de campo que geralmente não aparecem nos relatórios oficiais, mas que representam de forma substancial a experiência vivida pelos pesquisadores em suas atividades de pesquisa, especialmente quando se trata de pesquisar regiões como as de fronteira, cujas representações muitas vezes não correspondem à realidade da vida vivida.

Referências

BARREIRA, C.; ADORNO, S. A. Violência na sociedade brasileira. In. MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. de S. (Orgs.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.

CARDIN, E. **As múltiplas faces das fronteiras**. Curitiba: CRV, 2013.

CARDIN, E.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114-131, jan./abr. 2018.

FAISTING, A. L.; CARBONARI, W. Representações da violência na fronteira: um estudo a partir de municípios da Grande Dourados, MS. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 23, p. 23-35, 2016.

KLEINSCHMITT, S. C. **As mortes violentas na Tríplice Fronteira**: números, representações e controle social. Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina. 2016, 236f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MACHADO, L. O. **Sistemas, fronteiras e território**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da UFRJ, s/d. (mimeo).

NEVES, A. J., et. al. **Segurança Pública nas Fronteiras**. ENAFRON. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

_____. **Segurança Pública nas Fronteiras**: Sumário executivo. ENAFRON. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

SILVEIRA, A. M.; GUIMARÃES, I. P. (Orgs.) **Conexões (trans)fronteiriças**: mídia, noticiabilidade e ambivalência. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2016.

⁸ KLEINSCHMITT (2016).

Mudanças estruturais das relações de fronteira em face da globalização

Kelly Cardoso da Silva¹

Resumo: O presente trabalho parte da desconstrução do tradicional conceito de fronteira para reatualizá-lo em face das modernas concepções de território, que enfatizam menos o caráter de soberania nacional, e mais como um local de práticas diversas, híbridas, conflitantes e conflituosas. Neste contexto, as fronteiras não configuram mais uma simples demarcação dominial de patrimônio de uma nação, são locais abertos para a formação de riquezas sociais e culturais, que se formam no vão do “espaço” da fissura existente entre o rigorismo do discurso político-jurídico e as contingências da vida. No entanto, essa diversidade coexiste com o processo de expansão do capitalismo, que tem um viés homogeneizante ao estabelecer padrões globais de produção e de consumo, ocasionando grandes desigualdades. Assim, torna-se imperioso demonstrar como os padrões globalizados do capitalismo, por meio de sua matriz de racionalidade homogeneizante, tentam reprimir a heterogenia cultural típica dos espaços fronteiriços.

Palavras-chave: Globalização; capitalismo; heterogenia; fronteira.

Structural changes in borderland relations in the face of globalization

Abstract: The present work starts from the deconstruction of the traditional concept of frontier to up-date it in the face of modern conceptions of territory, which emphasize less the character of national sovereignty, and more as a place of diverse, hybrid and conflicting practices. In this context, borders are no longer a simple demarcation of a nation's patrimony, but are open places for the formation of social and cultural riches, which are formed in the gap between the rigor of political - and legal discours of life. However, this diversity coexists with the process of expansion of capitalism, which has a homogenizing bias in establishing global patterns of production and consumption, causing great inequalities. Thus, it becomes imperative to demonstrate how the globalized patterns of capitalism, through their homogenizing rationality matrix, try to repress the cultural heterogeneity typical of borderland.

Keywords: Globalization; capitalism; heterogeneity; borderland.

¹ Mestre em Direito Público pela Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS). Doutoranda em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora de Direito Penal no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), em Foz do Iguaçu/PR. Assessora no Ministério Público Federal. E-mail: kellycardosoo@hotmail.com.

Introdução

Muito embora a exploração do trabalho assalariado seja a principal determinante do modo de produção capitalista, há outras características essenciais à reprodução do capital, entre elas, em particular, as ligadas à função de consumo. Nesse sistema, a economia exige não só a reorganização dos fatores produtivos para minimização dos custos de produção, mas também da reordenação estrutural da circulação das mercadorias a fim de reduzir os gastos com a colocação dos produtos no mercado. A padronização dos bens de consumo torna-se, assim, um paradigma exigido para a redução de custos de produção e o incremento de bens e serviços para o aumento da lucratividade. Quando esses paradigmas do capital são estendidos a nível global, tem-se o fenômeno chamado de globalização. A globalização é a expansão do capitalismo e possui um forte viés homogeneizante, fazendo com que as práticas sociais sejam padronizadas em prol da produção e do consumo em escala mundial. Mas, como é próprio das contradições do capitalismo, a igualação dos modos de produção e de consumo se realiza como fonte de desigualdades sociais. Cria-se um processo de empobrecimento e de exclusão ao permitir que capitais circulem livremente pelo globo, sem comprometimento territorial. Trabalhadores podem ser realocados para sua exploração em qualquer parte do mundo; consumidores podem ser excluídos da ciranda de consumo em qualquer lugar.

Se o mercado internacional, típico da economia mercantilista, esteve invariavelmente ligado às políticas nacionais (por isso mercado “inter-nacional”), a globalização simplesmente ignora os limites territoriais geopoliticamente definidos, e, conseqüentemente, as fronteiras. A solidez das barreiras fronteiriças dos Estados, com seus muros, grades e cercas predispostos a garantir sua soberania tributária, mostra-se incapaz de conter a fluidez das relações globalizadas: livre circulação de mercadorias, de capitais e de trabalho. Localizados na borda dos territórios nacionais, as regiões fronteiriças são lugares densamente afetados pelo não lugar² do mercado global. As estratégias individuais de sobrevivência fronteiriça reproduzem as instabilidades geradas pelo mercado globalizado em suas práticas: relações líquidas, fronteiras líquidas.

Mudanças estruturais das relações de fronteira em face da globalização

A organização econômica sob a forma capitalista exige as correspondentes formas de organização política, social, familiar etc., que lhe correspondam. E é sob essas condições que se reconfiguram as instâncias do poder político, em particular, o Estado. O aparato estatal, que antes servia ao modo de produção feudal, é colonizado para a consolidação e expansão do sistema do capital. De início, o influxo do poder estatal é canalizado para a formação dos mercados nacionais, que exigiam uniformidade de leis, regulamentos, moeda, instituições.

A racionalidade econômica do capital ressent-se da necessidade de homogeneização das manifestações econômicas e a formação dos mercados nacionais atende a uma parte dessa expectativa mediante a criação de um espaço destinado a reger-se pelas leis de oferta e de procura. Neste ponto ocorre também uma significativa mudança no modo relacional do Estado com o território. Se, sob a égide do feudalismo o poder absoluto impescindia da terra como seu objeto (de poder), sob a regência do capitalismo nascente o território passa a ser tratado como um espaço de controle das manifestações econômicas: os limites dominiais transformam-se em fronteiras de controle. Com efeito, se a nova forma de manifestação da

² Salienta-se que o termo “não lugar” utilizado no texto não configura necessariamente aquele descrito por Marc Augé, o qual entende por “não lugares” os espaços que não são em si lugares antropológicos (AUGÉ, 2002, p. 73).

riqueza era o acúmulo do trabalho sob a forma de capital, o domínio da terra transmuda-se em soberania territorial, e o Estado patrimonial cede espaço ao Estado fiscal. Desse modo o mercado pode funcionar como um território relacional sobreposto ao território soberano. De um lado, um espaço destinado exclusivamente a reger-se pelas leis de oferta e de procura e responsável pelo progresso; de outro, um espaço de controle disciplinar predisposto a manter a ordem econômica e que se alimenta do progresso econômico, drenando fiscalmente o excedente de produção do trabalho.

Esse racionalismo homogeneizante do Estado atende a uma agenda de demandas da economia, enquanto reproduz uma matriz de racionalidade reificante que domina todas as formas de expressão da sociedade. Desta maneira, a matriz de racionalidade estruturante do capitalismo faz recuar as antigas formas de mediação do poder, como a igreja e a esfera pública cortesã.

Mas o amadurecimento do capitalismo sob a forma da industrialização, especialmente no século XVIII, trouxe novos componentes que suscitariam mudanças estruturais tanto no modo econômico como no estatal. Sem capacidade de absorver toda a produção da indústria, os mercados nacionais careciam transcender das fronteiras nacionais, expandindo seu raio de alcance para proporções mundiais. Ainda sem condições de se estabelecer por suas próprias forças, a economia demanda a força estatal para desbravar novos mercados, sob a forma de políticas nacionais de comércio exterior, transformando os Estados em agências diplomáticas de comércio exterior. As políticas nacionais defensivas, por meio de barreiras comerciais e da concorrência pela obtenção de matérias-primas, turvavam o projeto de expansão mundial do capital e a degeneração desse projeto alcançou seu cume com a eclosão das duas grandes guerras mundiais ocorridas nos primórdios do século XX.

Duas constatações inevitáveis foram tomadas: a incapacidade da economia de mercado de prover, por si, o bem-estar da população e a inaptidão dos Estados nacionais de conduzirem o processo de mundialização do capital. Duas mudanças de eixo se fizeram necessárias para a expansão mundial do capital. Em primeiro plano, o Estado-nação teve de se converter em Estado-providência para dar conta do bem-estar nacional, ante a insuficiência da economia para fazê-lo; em segundo plano, o descolamento da economia dos territórios nacionais para a criação de um mercado global que funcionasse sob a racionalidade das leis de oferta e procura – a globalização.

A saga do capital global conduz a consequências inevitáveis para as fronteiras. O Estado não pôde abandonar sua anterior configuração de Estado-fiscal, uma vez que continua (cada vez mais) dependente da drenagem de excedente de produção sob a forma de recursos econômicos para convertê-los em capital administrativo. A vigilância e o controle ainda se fazem necessários, mas as fronteiras devem se permeabilizar para os fluxos econômicos de capital, de bens e de trabalho.

Desta feita, faz-se *mister* tecer algumas considerações acerca do conceito de fronteira, da influência da globalização em sua estrutura e em suas relações sociais e dos conflitos ocorridos nessa região tão paradoxal.

Do breve esboço anterior, pode-se fixar que toda forma de manifestação social é sempre um produto não determinístico da materialidade sensível. Ainda que mediadas por razões religiosas, familiares, estamentais etc., há sempre uma razão econômica (em sentido material) que subjaz à racionalidade das relações sociais. Jeová não pune Caim simplesmente

porque Caim é mau, mas, sobretudo, porque é agricultor, e ao vivente nas regiões áridas, que pouco obtém da agricultura (como eram os Judeus na Antiguidade), é mais importante divinizar o pastor, representado por Abel. Na Idade Média, o poder absoluto coloniza o aparato judicial-punitivo como forma de manter a higidez de seus domínios realengos. A própria noção de família, e conseqüentemente o sistema de vingança privada, abrange uma comunidade biológica e patrimonial, conforme demonstrado por Engels (2002). As sociedades não transmudam sua orientação de punitiva para o de vigilância por outras razões, senão por uma necessidade material-econômica da qual emergem as formas sociais correspondentes. A fronteira, enquanto área de vigilância, não é um ser aí naturalizado que resiste aos oceanos de tempo, e sim uma específica manifestação de um estado de coisas, cuja matriz racional é o das sociedades capitalistas. As formas de controle (gerenciamento de riscos, vigilância patrimonial, repressão ao contrabando e descaminho) demonstram uma necessidade intrínseca de reprodução dessa matriz determinante. É claro que, amalgamadas a essas superestruturas, estão as pessoas e suas materialidades, viventes e sua irremediável necessidade econômica de sobrevivência, humanos em suas relações de intercâmbio sensível.

É só neste contexto que se pode compreender verdadeiramente o atual conceito de fronteira: não mais como linhas demarcatórias de patrimônio imobiliário, mas áreas de circulação de riquezas, de circulação essencial para a reprodução e a expansão do capitalismo e, por isso mesmo, áreas sobre as quais o Estado fiscal burguês tem o pleno interesse de vigilância. Novas formas são engendradas (controle de tráfego, zonas de vigilância, revista pessoal etc.) às quais se agregam as velhas formas, que são recauchutadas para corresponderem à razão ora dominante: a retumbância penal do regicídio é substituída pelo apelo estatístico do apenamento reclusivo de contrabando, descaminho, tráfico etc., como mostra da eficiência do Estado no combate à criminalidade. As punições das violações aos totens da Antiguidade agora se voltam a guarnecer a sacralidade das marcas e patentes.

Ora, se a globalização é um desdobramento do processo de expansão do capital, nada mais óbvio que esse estágio de maturação do capital vá influir decisivamente (embora não causalmente) na construção dos espaços fronteiriços. É sem perder de vista essa linha de raciocínio que se oferta, a seguir, a análise dos reflexos da globalização sobre as sociedades fronteiriças.

O capitalismo expande-se com a globalização, que constitui um desdobramento do comércio internacional, que vinha se desenvolvendo desde o Mercantilismo. Trata-se de uma necessidade do capitalismo para que ele não apenas mantenha seu processo de produção, como também possa expandir a reprodução da mais-valia, agora em nível global. A insuficiência do tamanho do mercado nacional e o requerimento de independência das políticas estatais nacionais para o comércio exterior ocasionam uma nítida pretensão, por parte do capital, de descolamento territorial das soberanias nacionais, criando-se um sistema para a livre circulação de bens, serviços, capitais e trabalho sem limites geopolíticos, um “território” reificado que perpassa as fronteiras nacionais e cuja lógica subordina, em escala mundial, todas as demais manifestações da humanidade.

Se na passagem da Idade Média para a Moderna o Estado foi essencial para a criação dos mercados nacionais, atualmente é o Estado que sobrevive das migalhas tributárias deixadas pela globalização. Assim, para o Estado sobreviver, há necessidade de que este se adapte, mitigando sua soberania e desterritorializando-se em prol do mercado, de organismos internacionais multilaterais ou supranacionais (IANNI, 2013). Tanto o capital quanto a força de trabalho deslocam-se velozmente para outros países, ocorrendo também um chamado consumo

padronizado, em que as pessoas de localidades diferentes consomem os mesmos produtos e as mesmas marcas. Pode-se falar inclusive em uma tentativa de uniformização nos sistemas político e jurídico, em um esforço de padronização do mercado e sua forma de tratamento, pois os “investidores” necessitam estar cientes das regras dos países em que atuam dentro deste “jogo capitalista”.

Todavia, tal readaptação estatal é somente uma das faces da globalização³. O Estado modifica-se também como decorrência das mudanças operadas na própria sociedade. As relações sociais persistem em sua forma mercantil, mas se reestruturam de acordo com o modelo global de produção e de circulação de riqueza.

O paradigma capitalista global faz com que as práticas sociais homogeneizem-se em virtude da centralidade ocupada pelo fator econômico, ficando subordinadas a leis do mercado. Ao mesmo tempo, o mundo torna-se grande e pequeno, homogêneo e plural. No entanto, cumpre destacar que homogeneização não significa uma simples redução e isonomia entre os membros da sociedade, mas, nas palavras de Nestor García Canclini, um “Reordenamento de diferenças e desigualdades sem suprimi-las” (CANCLINI, 2010, p. 11). A homogeneização põe em evidência a subordinação do Estado-nação aos movimentos e às articulações do capital (IANNI, 2013).

Tem-se, dessa feita, que a globalização constitui uma das maiores forças de transformação da paisagem social moderna. Essa transformação desconstruiu paradigmas das sociedades tradicionais anteriores criando uma fluidez nas relações humanas, as quais podem, em ocasiões determinadas, tomar a forma que as forças sociais e individuais exigirem. Na medida em que existe uma liquidez na sociedade, esta também está presente no sujeito que a compõe, que na sua construção identitária assume inúmeros papéis conforme o tempo e o espaço em que se encontra.

Com a globalização tem-se um processo de desterritorialização que ocorre tanto na esfera econômica como na esfera política e cultural, ocorrendo um deslocamento ou dissolução de fronteiras em todos os níveis sociais. Contudo, na mesma medida em que esta sociedade acolhe esses múltiplos papéis de seus sujeitos, também ocasiona um processo de descarte de parcela significativa desses. Do mesmo modo que a globalização intensifica as relações sociais, também aumenta a distância entre aquele que participa da globalização e aquele que somente é atingido por seus efeitos, num processo de homogeneização e de heterogeneização simultâneas.

Tem-se que o capitalismo cria uma imprescindibilidade desta homogeneização para que ele possa se expandir e se reproduzir, rompendo a unidade entre necessidade e produção, já que a maioria das mercadorias não podem configurar “valores de uso” para seus proprietários. István Mészáros concebe essa homogeneização como uma “maldição”, afirmando que o capital coloca em movimento esse processo de homogeneização desumanizadora, ditado segundo as necessidades determinadas pela produção e pela troca de mercadorias, correspondendo à fragmentação extrema e à completa degradação do trabalho e do trabalhador (MÉSZÁROS, 2011).

Ao mesmo tempo em que a globalização possibilita campos de investimento, cria insegurança e, ao mesmo tempo em que amplia o mercado, observa o aumento dos processos de empobrecimento e exclusão (CARDIN, 2009). A globalização, nessa concepção, também é

³ É necessário alertar que a ideia de um capitalismo sem fronteiras e independente sempre dependeu da ação estatal. E isso fica evidente em suas etapas, em que há uma variação entre a liberdade comercial e a colocação de obstáculos e restrições, tudo para a preservação da ordem capitalista internacional. Mesmo nesse sentido, as fronteiras não deixam de ser porosas para o que interessa ao capital.

marcada pelo domínio e pelo esmagamento do tempo e do espaço⁴, privilegiando o imediatismo e a instantaneidade e proporcionando uma nova concepção espacial.

Surge um antagonismo entre o rigorismo da divisão geográfica e política com a fluidez econômica, social e cultural⁵. Apesar dos limites previamente fixados pelos Estados em relação a suas dimensões geográficas onde exercem suas soberanias e sua jurisdição, na tentativa de manutenção da ordem interna, cria-se, nas regiões de fronteiras internacionais, uma interação social e cultural, marcada pelo dinamismo próprio das sociedades globalizadas: a sociedade torna-se líquida (BAUMAN, 2011).

Bauman defende que se está diante de uma modernidade líquida, que ocorre quando há rearranjos dos códigos sociais, como a família, a religião, a nacionalidade, a ideologia política entre outras. Tais referenciais são substituídos pelo consumo, transformando as relações sociais em mercadorias. Dessa modernidade decorre uma sociedade também líquida, instável, passível de mudança, incapaz de planejar e de criar metas em longo prazo (BAUMAN, 2011).

A sociedade líquida é marcada por uma busca pela satisfação do interesse individual em detrimento do coletivo, principalmente quando aquele é baseado na ideia de consumo. As regras dessa sociedade são as ditadas pelo mercado, perdendo o sujeito o seu referencial para a elaboração de qualquer projeto de vida, cuja base passa a ser movediça. No entanto, o termo liquidez também pode ser empregado para retratar as fronteiras internacionais em sua concepção mais moderna, eis que sua definição não se limita apenas ao aspecto geográfico. O termo “fronteira” tem sido empregado atualmente em vários sentidos, que perpassam pelo limite entre duas nações abrangendo acepções simbólicas como fronteira social, moral, linguística etc.

Não obstante o termo mais utilizado nos últimos anos está relacionado a fronteiras geográficas como um limite político-territorial – onde se cria uma linha de demarcação em determinado espaço geográfico de um Estado-nação –, o conceito de fronteira modificou-se com o passar do tempo, somando-se a essa concepção clássica configurações sociais e culturais, em função de transformações conceito-pragmáticas alcançadas a partir de meados a fins do século XX. Decerto, tem-se hoje que fronteira constitui algo dinâmico, referindo-se a uma zona de inter-relação entre os diferentes meios (naturais, econômicas, culturais etc.) e pertencendo ao domínio dos povos e não à política ou à diplomacia (MACHADO, 2000). As fronteiras não são estáticas e constituem fenômenos sociais plurais e dinâmicos (ALBUQUERQUE, 2010a).

Desta feita, fronteira não é estudada somente em seu aspecto político-territorial, mas também é objeto de estudo dentro de uma perspectiva humana, social e cultural, inclusive nas regiões de integrações econômicas. Fronteiras são territórios sociais híbridos, heterogêneos que não se restringem a demarcações espaciais. Elas podem ser vistas como movimento e como diferença ou como movimento que se diferencia no espaço e no tempo.

A delimitação das fronteiras pelos Estados traz simbolicamente uma separação entre povos, pois, em muitas áreas fronteiriças, a população possui muito mais vinculação histórica

⁴ Anthony Giddens afirma que a ideia “lugar” e de “espaço” são destruídas de forma gradual na modernidade (GIDDENS, 1991).

⁵ Segundo Raquel Fabiana Lopes Sparemberger, “no contexto atual dos Estados globalizados, a tecnologia da instantaneização é, simultaneamente, o relógio, o conceito de tempo, de espaço e o poder. Descaracteriza territórios, degrada o meio ambiente, descaracteriza identidades e destrói pilares” (SPAREMBERGER, 2013, p. 4).

e cultural entre si do que com outras localidades de seu território (BARTOLOMÉ, 2005). Todavia, em outras áreas de fronteiras, a heterogeneidade de seus habitantes e transeuntes é evidente, constituindo zonas de diversidades culturais antrópicas.

Assim, o estudo de uma sociedade heterogênea faz-se necessário em um mundo com tendências homogeneizantes, onde os termos “globalização” ou “mundialização” fazem-se frequentes. Todavia, os limites estabelecidos pelos Estados não correspondem aos limites culturais, já que nesse aspecto as fronteiras configuram-se em espaços porosos e de intensas trocas.

Observa-se ainda que as relações sociais em regiões fronteiriças são singulares, pois absorvem os papéis definidos pelos Estados nacionais a seus integrantes como o processo de globalização, deixando mais evidente o hibridismo e a diferença cultural. Contudo, vale ressaltar que hibridismo não significa integração social (ALBUQUERQUE, 2010b).

Tem-se assim uma contradição entre a homogeneização decorrente do capital já referida e os processos de diferenciação que podem ocorrer tanto em virtude da proximidade de povos cultural e etnicamente diferentes quanto em relação à exclusão causada pela globalização. Nesse diapasão, a região de fronteira constitui uma região naturalmente paradoxal, repleta de riquezas e de conflitos, advindos ambos pelos mesmos motivos: o intercâmbio de pessoas culturalmente diferentes em sociedades capitalistas autofágicas.

Importante salientar que a heterogeneidade constitui um fato, uma realidade social. Já a homogeneização, como anteriormente exposto, estabelece um tratamento e até mesmo uma imposição alçada pelo Estado capitalista. Tal tratamento é um reflexo do método capitalista aplicado às relações sociais em decorrência da infraestrutura, representada pelas forças econômicas, e que define a superestrutura representada pelas estratégias dos grupos dominantes para consolidação e perpetuação de seu domínio (estrutura ideológica, jurídica, política e até mesmo religiosa). Isso faz com que as relações sociais tornem-se interligadas às forças produtivas, modificando-se com essas. Os fatores econômicos atuam como condições determinantes em relação aos outros fenômenos, mas também são por eles influenciados.

Essa estrutura é responsável pela determinação do método de controle do Estado em enfrentar eventuais conflitos oriundos desse hibridismo e manter a dominação das classes dominantes, mediante a utilização de força ou de ideologia (MÉSZÁROS, 2009).

Tem-se assim que as fronteiras estão repletas de representações e simbolismos que a constroem, gerando novas configurações socioculturais. Fronteiras, nessa concepção, não correspondem somente aos fenômenos naturais e políticos, mas também ganham feições econômicas, sociais e culturais, e constituindo, em alguns casos, locais de alteridade em virtude das múltiplas relações nelas estabelecidas.

Para José de Souza Martins, as fronteiras são zonas marcadas por tensões, conflitos, disputas e diferenças de saberes, sendo um local de descobertas e divergências. As fronteiras são formadas pela fronteira territorial e pela fronteira do humano, e por isso se tornam um lugar suscetível de embates em razão do desencontro étnico e social, já que não existe território sem sujeitos que o constroem, sendo que o território se arranja por meio dos sujeitos sociais em movimento (MARTINS, 2009). A fronteira torna-se um local de conflito justamente por possuir culturas diferentes, com trajetórias distintas e perspectivas muitas vezes antagônicas, o que proporciona a instabilidade política da região fronteiriça (COSTA, 2012).

As próprias ações de cooperação nas fronteiras internacionais são vistas como uma ação de risco, em virtude do receio da fragilização da soberania entre os Estados. Isto posto, endurecem-se as legislações e os limites territoriais, mas se enfraquecem os laços entre os países e a possibilidade de uma colaboração conjunta mais eficiente.

As sociedades fronteiriças possuem uma dinâmica própria, não obedecendo por vezes a padrões estabelecidos pelos governos centrais, fazendo com que os velhos problemas da população local convivam com os novos advindos da convivência com comunidades vizinhas, que os Estados não conseguem resolver. A região fronteiriça configura-se como um produto de disputa de poder, sendo espaços multifacetados, que fazem parte das estratégias desenvolvidas por aqueles que lá residem (CARDIN, 2014).

Além dos conflitos que possam existir entre os sujeitos que habitam e transitam pelas fronteiras, também há um embate entre esses e o Estado, um choque entre a solidez (ou pseudossolidez) imposta pelos limites territoriais, políticos e jurídicos contra a liquidez das relações sociais e culturais encontradas na região fronteiriça. Enquanto o governo estatal luta para manter suas fronteiras geográficas e fazer valer dentro delas sua soberania e suas leis, tem-se que as fronteiras sociais e culturais não se submetem a essas determinações, muito também por influência da globalização que possibilitou um rompimento de barreiras estatais para o avanço econômico, refletindo na própria sociedade que se torna mercado em potencial. Assim, ao mesmo tempo em que os Estados se veem obrigados a mitigar suas soberanias do ponto de vista externo (economicamente), tentam intensificá-las internamente, criando-se uma hipertrofia legislativa com o intuito de manter a ordem e o domínio social (DAHRENDORF, 1997). O fenômeno da globalização faz com que fronteiras se tornem porosas, mas sob a tentativa de uma vigilância estatal simbólica.

Os problemas apresentados nas fronteiras não podem ser isoladamente resolvidos pelo Estado, pois, mesmo com os conflitos de interesses e de classes, há a necessidade da construção de políticas comuns. Há uma imperiosa necessidade de uma administração internacional conjunta com a participação da sociedade civil organizada (CARDIN, 2009). Além disso, qualquer solução deve ser pensada para além do capital.

Conclusão

A globalização produz efeitos ambíguos nas relações humanas em razão de sua própria ambiguidade ínsita. A criação de um espaço imaginado que transcenda os territórios e os limites físicos e políticos para que nesse espaço prevaleça uma lógica comercial que se descole das ordenações nacionais faz com que esse “território” se torne um “não lugar”. Um não lugar porque se trata de um “território” reificado, no qual não se travam relações humanas, mas relações entre mercadorias. Mesmo o trabalho, atividade essencialmente humana, mercantiliza-se, reifica-se, para formar um “mercado de trabalho”, agora em escala mundial com “livre circulação” de trabalhadores (ou melhor, de trabalho). Trata-se de um *locus* de passagem, de circulação de mercadorias, de bens, de serviços, capitais no qual não se podem criar identidades.

Mas esse não lugar afeta decisivamente os lugares. Os espaços onde a organicidade se desenvolve, onde impera o reino da necessidade, são condicionados pelo desbordamento da eficácia das leis que vigoram no território global e as estratégias de vida dos indivíduos, a estruturação das relações sociais, não podem simplesmente ignorar a lógica centrífuga da globalização. Nos lugares afetados pelo não lugar da globalização, a identidade se produz

alienada, reificada. A força gravitacional da globalização põe a liberdade a seu serviço. É livre para circular o trabalhador que se inclua na lógica do mercado global, que atenda às exigências de qualificação de mercado, que mercantilize sua atividade laborativa; mas à migração puramente humana se interpõem, com todo vigor, os muros fronteiriços. Indivíduos amarrados à terra nua da riqueza, que circula livremente diante de seus olhos sem necessidade de visto para transpor fronteiras, são conformados pela soberania à imobilidade.

Os problemas apresentados nas fronteiras não podem ser resolvidos, ao menos sem uma análise crítica e uma modificação do sistema de produção, de distribuição e de circulação de riquezas. Torna-se imperiosa ainda a construção de políticas comuns entre os Estados envolvidos, com a efetiva participação da sociedade civil organizada. O esquecimento da dimensão humana em detrimento da dimensão econômica deve urgentemente ser revisto e a liquidez das relações sociais utilizada em prol de uma integração positiva na busca do bem-estar comum.

O estudo que deve ser feito nessas regiões deve levar em consideração as relações sociais das pessoas que residem nas cidades fronteiriças, seu cotidiano, os pontos de convergência e seus conflitos, ou seja, deve-se levar em consideração as dinâmicas fronteiriças.

Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira dentre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010a.

_____. Conflito e Integração nas Fronteiras dos “Brasiguaios”. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, 2010b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n60/v23n60a09.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

AUGÉ, M. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus/Travessia do Século, 2002.

BARTOLOMÉ, M. Antropologia de las Fronteras en America Latina. **AmeriQuest**, v. 2, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://ejournals.library.vanderbilt.edu/index.php/ameriquests/article/view/41/29>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CANCLINI, N. G. C. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CARDIN, E. G. Globalização e desenvolvimento regional na Tríplice Fronteira. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 45, n. 2, p. 162-170, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/4896/2151>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. Teoria das Fronteiras e Totalidade. In. COLOGNESE, S. A.; CARDIN, E. G. (Orgs.). **As Ciências Sociais na Fronteira**: Teorias e Metodologias de Pesquisa. Cascavel: Gráfica JB, 2014, p. 43-60.

COSTA, R. Era uma vez na fronteira: o mito da zona “fora da lei”? In. BENTO, F. T. **Fronteiras em movimento**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 31-44.

DAHRENDORF, R. **A lei e a ordem**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1997.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 7-23, jan./jun., 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_6_lia_osorio.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura Social e Formas de Consciência – A determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Comerciantes, trabalhadores(as) e nacionalidades na fronteira entre Salto del Guairá-Canindeyú/PY, Guaíra-Pr/BR e Mundo Novo-MS/BR entre 1960 e 2018.¹

Cíntia Fiorotti²

Resumo: O objetivo deste texto é discutir, a partir das próprias experiências e interpretações dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) na venda de importados na fronteira Paraguai-Brasil, como eles(as) lidam com os conflitos e se relacionam com os sujeitos e os lugares onde vivem e trabalham. A pesquisa foi realizada na fronteira entre Guaíra-PR/BR, Mundo Novo-MS/BR e Salto del Guairá-Canindeyú/PY, dando ênfase a esta última cidade. Por meio da análise de entrevistas e matérias de jornais, buscamos discutir a forma como os(as) proprietários(as) de lojas e os(as) trabalhadores(as) de diferentes nacionalidades lidam com as disputas em torno do mercado de trabalho e com as diferenças culturais ao buscarem melhores condições de vida em um dos dois países.

Palavras-chave: Comércio; vendedores; fronteira; nacionalidade.

Traders, workers and nationalities on the border between Salto del Guairá-Canindeyú/PY, Guaíra-Pr/BR and Mundo Novo-MS/BR between 1960 and 2018.

Abstract: The purpose of this text is to discuss the experiences and interpretations of the workers on the Paraguay-Brazil border as they deal with conflicts and relate to the subjects and places where they live and work. The research was carried out in the border between Guaíra-PR/BR, Mundo Novo-MS/BR and Salto del Guairá-Canindeyú/PY, emphasizing this last city. Through the analysis of interviews and newspaper articles, we sought to discuss how store owners and workers of different nationalities deal with disputes around the labor market and with cultural differences in their search for better living conditions in one of the two countries.

Keywords: Commerce, city; sellers; border; nationality.

¹ Este texto é resultado de uma parte da pesquisa de doutorado pela linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Todos os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos.

² Professora de História na educação básica pública (SEED-PR). Doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG). Graduada e Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE-PR). E-mail: cintiafiorotti@hotmail.com.

Mercado de trabalho, comerciantes e trabalhadores (as)

Nos conflitos em torno das relações sociais vividas cotidianamente pelos trabalhadores, recuperamos um pouco o desenho de como parte deste mercado se configura nesta cidade fronteiriça. Trata-se de compreender as diferenças entre a fronteira almejada por parte do empresariado local e do poder público municipal de Salto del Guairá e as relações sociais vividas pelos trabalhadores neste lugar. Uma das fontes utilizadas para estudar isto são algumas matérias veiculadas pela imprensa no final da década de 1990 a 2010, além de entrevistas com proprietários de lojas e com trabalhadores envolvidos, como vendedores ou ambulantes em Salto del Guairá.³

Em 2 de maio de 1997, o jornal O Paranazão, com circulação nas três cidades fronteiriças, trazia, na página destinada às notícias de Salto del Guairá, a seguinte matéria:

Salto del Guairá a melhor opção de compras. O progresso ao olho nu.

Salto del Guairá, transformado num grande atrativo para investidores, não só do Brasil mas também dos cinco continentes. [...] Salto del Guairá-PY, Guairá-Pr e Mundo Novo-Ms, fazem uma trilogia com miras no futuro, nesta paragem de compras e ecologia, elas, fazem florescer uma mistura sem precedentes de fascínio para os turistas. A união espiritual destas três cidades ligadas pela solidariedade farão desta, um povo só que luta por ser reconhecido pelo que vale. A coragem de sobreviver fez que Salto del Guairá seja o destino de comprar mais procurado pelos amantes do melhor. Por isso, novos prédios *están-se* construindo espalhados pela pequena cidade, mas não são só as compras que fazem de Salto del Guairá uma promessa de boas compras. É o calor humano que impregna cada negociação, a segurança, a hospitalidade do povo paraguaio que está atento em agradecer o visitante.⁴

A tentativa de construção de uma vocação turística para o comércio de mercadorias importadas é redesenhada para Salto del Guairá, principalmente, na década de 1990, período posterior à formação do Lago de Itaipu. Entre os anos de 1970 e 1980, a vocação turística atribuída à cidade voltava-se para o turismo de contemplação a *Salto Siete Quedas*. Consequentemente,

³ Em 1997, Salto del Guairá, sua população era de 12.000 habitantes. A região à qual pertence Salto del Guairá, é conhecida por departamento de Canindeyú e conta com aproximadamente 145.841 habitantes, estando 83% destes, também localizados nas áreas rurais. Na década de 2000, a prática crescente de atividades comerciais em Salto del Guairá relacionadas à venda de produtos importados pelo Paraguai de países como China, Coreia e Indonésia aumentou significativamente o número de lojas (no ano de 2006 havia 200 lojas, passando em 2010 a 1.300 lojas) e, trabalhadores em Salto del Guairá e o fluxo comercial com as cidades brasileiras Guairá e Mundo Novo. O número de habitantes em Salto del Guairá chegou a triplicar nesta década. Em 2010, Guairá contava com 30.669 habitantes. Localiza-se à margem esquerda do Rio Paraná no extremo oeste do Estado. Foi declarada como município em 1952, em alguma medida, resultando dos interesses do governo federal em aumentar o controle da divisa com Salto del Guairá/Paraguai e com Mundo Novo, estado do Mato Grosso do Sul/BR. Já Mundo Novo, localizado ao Sudoeste do Mato Grosso do Sul/BR, contava com 17.043 habitantes em 2010. Teve sua emancipação como município em 1977.

⁴ Diretor responsável: Ademir Brito dos Santos. Jornal O Paranazão, 2 de maio de 1997. A produção da matéria está em português, mas apresenta alguns termos em espanhol. Existe a possibilidade de ela ter sido escrita em espanhol e traduzida para o português. A pesquisa com os jornais locais O Paranazão/ Rio Paranazão, entre 1996 e 2015, ocorreu devido à circulação que possui nas três cidades fronteiriças e por seus editores e correspondentes serem moradores de uma dessas cidades. Além disso, foi escolhido por possuir a característica do olhar de pessoas que moram e trabalham como jornalistas na região e, também, por expressar muito dos anseios das classes dominantes locais. Por isso, o jornal foi percebido como mais significativo para os interesses da pesquisa quando comparado a outro jornal local ou a jornais de circulação regional e nacional.

associava-se a este trânsito de visitantes oriundos tanto do Paraguai quanto do Brasil, as compras ao comércio de mercadorias nacionais e importadas.⁵

Embora, nas décadas de 1970 e 1980 a cidade apresentasse a mobilização deste turismo de contemplação e de comércio de mercadorias importadas, sua economia concentrava-se na presença de serrarias, extração de madeiras, palmito e na monocultura da soja, principalmente por brasileiros. Desta forma, “coragem de sobreviver” e “solidariedade” são recursos usados na tentativa de manutenção do comércio nos anos seguintes, ao final da década de 1980, quando há redução do fluxo de consumidores nas lojas de importados da cidade. Já “segurança” e “hospitalidade” significaram, desde 1990, as tentativas de elaboração de um suposto diferencial à cidade, quando o país já tem como referência de centro de compras de produtos importados *Ciudad del Este*.⁶

O planejamento para Salto del Guairá, voltado para o turismo comercial, ganhou diferentes sentidos quando, junto a este projeto, também entrou em disputa o mercado em torno da venda de produtos importados. Nas décadas de 1970 e 1980, ainda havia poucas lojas nessa cidade. Os comerciantes organizavam-se com o abastecimento de mercadorias vindas de importadoras que já dominavam o mercado em *Ciudad del Este*. Como já mencionado, muitos destes comerciantes abasteciam-se, também, com a compra de mercadorias de lojas em *Ciudad del Este* e em *Asunción*.⁷

No caso de Salto del Guairá, as décadas de 1990 a 2000, ainda eram marcadas por um mercado em que poucas importadoras controlavam a entrada e os valores dos produtos a serem comercializados. Estas, localizadas em *Ciudad del Este*, estavam muitas vezes, vinculadas às associações de empresários com vínculos relacionados ao tipo de mercadoria vendida e à nacionalidade. Neste último caso, ocorria a exclusividade do acesso de alguns benefícios apenas aos que estavam vinculados a estas associações. Na última década, este controle ainda continua presente para a maioria das mercadorias que chegam às lojas em Salto del Guairá. São poucas as empresas que conseguem adentrar este meio, conseguindo comprar direto de importadoras, ou mesmo realizar acordos com importadoras ou com associações para terem melhores margens de lucros na compra e venda de produtos importados.

⁵ O processo de construção da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional nas décadas de 1970 e 1980, contou com a formação do Lago de Itaipu em 1982, inundando uma extensa área de terras e, entre outras consequências, alterando a paisagem natural onde localizava-se a chamada “Sete Quedas”. São referências as entrevistas com proprietários de lojas em Salto del Guairá, como a entrevista com Rosa, 70 anos, nacionalidade paraguaia, e as obras de memorialistas, tais como da professora Fernanda Feilú Soto (2004).

⁶ As propagandas são voltadas para o público consumidor oriundo do Paraná, são trazidas às localizações da avenida principal de Salto del Guairá, das lojas patrocinadoras e de alguns pontos de referência de órgão públicos e privados desta cidade e de Guairá. Em 1997, ano da inauguração de um dos primeiros shoppings em Salto del Guairá, os comerciantes e o mercado imobiliário local previam o crescimento urbano e comercial da cidade no sentido da fronteira com Mundo Novo-Ms. Isto devido à construção da ponte Ayrton Senna que liga os dois estados brasileiros Paraná e Mato Grosso do Sul.

⁷ Isto é expresso nas entrevistas com os proprietários de lojas, Edu, 50 anos e Rosa, 70 anos, ambos de nacionalidade paraguaia, residentes em Salto del Guairá. Entrevistas gravadas em outubro de 2013, em Salto del Guairá. Falas traduzidas durante a transcrição da gravação.

Com a expansão comercial da cidade, houve uma parcela do empresariado local que conseguiu se reorganizar economicamente para concorrer com os investidores de maior potencial econômico. Por exemplo, as empresas que conseguiram abrir seu capital.⁸ Também ainda há pequenos comerciantes em Salto del Guairá que não conseguem comprar de importadoras as mercadorias ofertadas por eles em suas lojas, buscando as mesmas, por exemplo, em distribuidoras intermediárias, comprando de lojas em *Ciudad del Este* ou em outras cidades de ambos os países. Parte da parcela do empresariado local de Salto del Guairá não conseguiu manter as margens de lucros tidas anteriormente à década de 2000. Sem estrutura econômica para concorrer neste mercado, recorreram à mudança do tipo de mercadoria ofertada em suas lojas.⁹

Ainda no final da década de 1990, o poder público municipal de Salto del Guairá recuperava as perspectivas atribuídas ao projeto de crescimento econômico para a cidade, quando denunciava a presença de trabalhadores brasileiros não regulamentados:

Ilegales costará caro a los comerciantes. Comuna exigirá legalización de empleados brasileños.

La municipalidad de esta capital departamental clausurará los comercios que no cumplan con el código laboral vigente en nuestro país, principalmente, en lo relativo a contratación de extranjeros. Tampoco serán habilitados negocios cuyos funcionarios no residan legalmente en el municipio. El objetivo es frenar la invasión de mano de obra extranjera. (DUARTE, 1997).

Quando o poder público municipal recorreu à ameaça de que “[...] *tampoco serán habilitados negocios cuyos funcionarios no residan legalmente en el municipio. [...]*”, ele indicou a necessidade de tomar medidas punitivas para tentar manter suas perspectivas sobre a cidade pretendida por eles. Apenas uma parcela do empresariado parece concordar com esta expectativa, já que o anúncio de punição é dirigido a todos os empresários da cidade. Para além disso, cabe enfatizar que a ação do poder público também foi pressionada por trabalhadores nacionais que não conseguiram vagas neste mercado de trabalho. Assim, em conjunto a esta disputa, acentuaram-se as referências à nacionalidade para distinguir as pessoas com direito ou não de desfrutar deste projeto.

O projeto pretendido pela cidade não foi e nem é homogêneo entre a classe dominante local. Entre os empresários locais de Salto del Guairá que se consolidaram entre 1970 e 1990, muitos deles apresentaram, nas entrevistas, interesses divergentes desta perspectiva defendida pelo poder público municipal. Entre eles, a discordância sobre o perfil de força de trabalho a ser contratada.

A contratação de estrangeiros nessa cidade, no final da década de 1990, articulou-se à necessidade do perfil de uma força de trabalho que condissesse com a expectativa de vendas ao público consumidor pretendido. Entre outros motivos, tornava-se mais atrativa economicamente a contratação destes trabalhadores a investimentos para qualificação da força de trabalho local e nacional. Assim, alguns empresários argumentaram que recorreram aos “*empleados brasileños*”:

⁸ Uma destas lojas é Queen Anne, iniciada em 1970, como Comercial Salto del Guairá, continuou com os filhos dos primeiros proprietários em 1978, chamando-se Casa Queen Anne, passando à sociedade anônima, em 2000, como Queen Anne S.A.

⁹ Por exemplo, a loja Infotec iniciada na década de 1970, reformulou o tipo de mercadorias comercializadas, passando de uma loja que ofertava produtos artesanais nacionais e eletrodomésticos para ofertar informática e outros eletrônicos, visando oferecer mercadorias que iam ao encontro da procura por parte dos consumidores.

Aqui na loja mesmo é mais paraguaio que brasileiro, já teve mais brasileiros. É que agora, tem mais opção de dentro, dos jovens que vem pra, aqui na cidade já tem umas três universidades, e pra estudar, sustentam o estudo com o trabalho, mas até pouco tempo atrás a oferta de mão de obra era mais de gente do Brasil. Era visível funcionários pegavam carona de Guairá e de Mundo Novo. Para mim era indiferente, de onde vinha. A minha mulher é brasileira e os meus filhos são meio a meio, estudam no Brasil. Mas em geral aqui, num há, principalmente com Guairá os laços assim, tem bastante com gente de Guairá e Mundo Novo. Num se percebe assim uma discriminação. Tanto porque aqui quase todos os colonos da soja, são brasileiros. Só que aqui dentro é normal.¹⁰

Ao dizer “era indiferente, de onde vinha”, o interesse era ter uma força de trabalho de baixo custo e sem necessidade de maiores investimentos em qualificá-la. Não se trata de dizer que não havia trabalhadores procurando envolver-se neste mercado de trabalho, mas de terem, no outro lado da fronteira, uma oferta abundante de força de trabalho dentro do perfil pretendido.

Na entrevista com o empresário, a vinda das universidades à cidade é colocada como marco para presença de trabalhadores com um perfil diferenciado daqueles da década de 1990. Estes últimos, em alguns casos, eram oriundos de ocupações no campo ou com outros tipos de trajetórias ocupacionais na cidade, por exemplo, mulheres envolvidas no trabalho doméstico, com baixa escolaridade e com dificuldades no idioma português. Esta parcela possuía um tipo de qualificação e perfil diferente do pretendido para o trabalho nas vendas em lojas de importados.

Contudo, cabe ressaltar como a experiência de vida deste entrevistado também influencia na forma como ele interpreta esta diferença de nacionalidade. Edu, além de ser casado com uma brasileira, também teve parte de sua trajetória de vida no Brasil. Filho de uma família abastada, teve uma formação e um círculo de relacionamentos diferentes da maioria da população de Salto del Guairá. Parte de sua escolarização no Brasil foi cursando ensino superior na USP, na década de 1980.

¹⁰ Edu, 50 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietário de loja. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá pela autora em conjunto a Eric G. Cardin. Fala do entrevistado traduzida durante a transcrição da gravação.

Para esta pesquisa tornou-se fundamental o uso das fontes orais. As entrevistas visaram valorizar a subjetividade trazida pelos sujeitos pesquisados a respeito de suas trajetórias de vida e trabalho e das relações culturais e sociais com a fronteira. Ao longo da pesquisa foram realizadas entrevistas com trabalhadores de nacionalidades brasileira, paraguaia e argentina, moradores de Guairá, Mundo Novo e Salto del Guairá. Entre os 31 entrevistados estão: 13 vendedores formais e/ou informais em lojas de importados em Salto del Guairá, sendo a maioria deles atravessadores de mercadorias na fronteira; 01 vendedor ambulante em Salto del Guairá; 01 ex-atravesador de cigarros; 01 policial federal aposentado; 02 militares reformados do Exército; 01 ex-funcionário da Receita Federal; 01 funcionário da Receita Estadual; 01 jornalista; 05 proprietários de lojas de importados em Salto del Guairá; e 05 moradores que viveram ou vivem entre essas cidades nas proximidades dos portos de travessia por onde são passadas mercadorias. Como pseudônimos aos nomes dos entrevistados, utilizamos nomes de cantoras, jogadores e técnicos da seleção brasileira de futebol que atuaram a partir da década de 1960. Os entrevistados foram selecionados seguindo-se alguns critérios, tais como ocupação relacionada ao comércio na fronteira e o tempo de residência em alguma das cidades. Contudo, cabe ressaltar que tais critérios dependeram, em alguma medida, de minhas relações sociais de amizade e das relações entre os próprios entrevistados, que indicavam outras pessoas. Houve elaboração prévia de roteiros de acordo com o perfil profissional de cada entrevistado. Porém, os roteiros não foram seguidos exatamente conforme o planejamento inicial. Novas questões foram levantadas conforme o andamento das entrevistas.

Diferente da perspectiva desse empresário, outra parcela do empresariado local de Salto del Guairá buscou enfatizar a relevância da nacionalidade do trabalhador na hora da contratação. Dalva falou sobre isso:

Eu comecei a trabalhar com 19 anos, já com meu negócio. Por isso que está há 32 anos, era pequeno, como todo mundo começa pequeno. Já tinha funcionários paraguaios, sempre trabalhei com paraguaios. Nunca brasileiros [...] porque eles querem fazer normas no trabalho, e você não pode viver no país de outro e dizer que não vão fazer isto, que não sabem isto. O brasileiro se querem achar. São deseducados, eles não se colocam no lugar. [...] Quando comecei era eu, dois funcionários e marido [...] Hoje já tenho sete funcionários, já chegou a ter 20, quando o real tava bem, em 2008.¹¹

Quando a entrevistada destaca a diferença de perfil entre os trabalhadores mobilizados em Salto del Guairá, não se ampara somente na nacionalidade e nem fala sobre a qualificação dos mesmos. Ela recorre ao comportamento deles em meio à relação de exploração da força de trabalho. Sua fala evidencia o estranhamento do trabalhador estrangeiro às leis e acordos trabalhistas formais e informais estabelecidos neste mercado de trabalho em Salto del Guairá. Esses brasileiros já trazem consigo uma trajetória ocupacional e/ou de vida com relações de trabalho diferentes das vividas neste lugar. O termo “não colocarem-se no lugar”, para referir-se ao perfil do trabalhador brasileiro, expressa a não aceitação deste vendedor a muitos acordos informais de trabalho, nos quais são estabelecidas condições que extrapolam até mesmo a própria legislação paraguaia.

Em meio a esta diferenciação entre a força de trabalho nacional e estrangeira, a prioridade na contratação da força de trabalho nacional por parte de Dalva acaba indo ao encontro da perspectiva de desenvolvimento econômico pensado para a cidade por parte do poder público municipal e afirmado nos meios de comunicação locais. Entretanto, a relação estabelecida entre estes moradores e empresários de Salto del Guairá com a identidade nacional também é recuperada para expressarem como eles se percebem nas relações cotidianas com o outro.

A vendedora Morena enfatizou as dificuldades percebidas ao diferenciar a relação com os vizinhos de lojas de acordo com a nacionalidade deles. Sua descrição é expressiva para entender parte dessas relações:

[...] Porque eles não ajudam, não ajudam mesmo. Um dia me roubaram lá, aí quando eu percebi, que eu me dei conta, eu sai pra fora pra falar com o meu vizinho, que aquele pessoal que tinha ido lá, que eles tinham me roubado que e eu estava sozinha. Eu falei com ele, e ele fingiu que nem era com ele. E lá no Shopping América quando aconteceu isso, que a moça roubou uma bolsa, e eu sai pra fora falando que a moça tinha roubado, os brasileiros, todo mundo correu atrás da moça pra pegar a bolsa de volta. E ali não, eles agiram assim. Se fosse na loja deles ou de algum deles, eles corriam atrás, já vi isso, agora como era na minha loja que era brasileiro, então eles não precisavam ir atrás [...]¹²

¹¹ Dalva, 56 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietária de loja. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá. A transcrição foi feita em português devido à dificuldade da pesquisadora no domínio da língua.

¹² Morena, 22 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guairá. Entrevista gravada em maio de 2012. No período da entrevista, a trabalhadora havia parado de trabalhar no Paraguai por volta de 4 meses. Já estava trabalhando em um Pet Shop em Guairá e pôde me receber em sua casa, em um feriado.

A entrevistada trabalhou em lugares com um perfil de proprietários de lojas e consumidores distintos. As inúmeras pequenas lojas na Avenida Paraguay e suas ruas próximas possuem proprietários de diferentes nacionalidades como brasileiros, paraguaios, libaneses e chineses. Entretanto, são os lugares onde há maior concentração de proprietários e trabalhadores de nacionalidade paraguaia. Já os shoppings citados na entrevista são dos chamados “investidores estrangeiros”, sendo ocupados a maioria por proprietários de lojas brasileiros e libaneses. A concorrência entre proprietários de lojas de nacionalidade paraguaia e empresários imigrantes, que se ocupam destas brechas do capitalismo na fronteira, abrindo comércio onde há possibilidade de lucros, tem impacto direto sobre os vendedores.

Quando Morena recorre ao termo “traíçoeiros”, ela não nega que há amizade entre os vendedores brasileiros e os de nacionalidade paraguaia. Mas que, dependendo do que se compartilha, esta relação de amizade, pode ser distanciada. A descrição de Morena recupera situações em que o bom convívio entre paraguaios e brasileiros não é negado. Porém este convívio possui limites. A solidariedade não é necessariamente algo a ser constantemente compartilhado com estrangeiros que disputam sua sobrevivência no mercado de importados na fronteira. Há códigos de conduta e comportamentos entre estes trabalhadores que não são estendidos a outros trabalhadores de nacionalidade diferente da sua. A troca cultural e o convívio entre estes vendedores possuem especificidades e limitações que servem para amparar o reconhecimento entre os seus pares nacionais e de mesma ocupação. Estes limites são recorridos para a própria afirmação da identidade destes trabalhadores, tanto paraguaios, quanto brasileiros.

Ademais, o ressentimento vivido pela população trabalhadora local de nacionalidade paraguaia, que lida com a concorrência de imigrantes trabalhadores, muitas vezes é expresso na diferenciação e distanciamento com o outro quando se percebem em desigual relação. Os vendedores de lojas estão na ponta deste processo de acumulação capitalista, lidando com conflitos e pressões geradas por esse processo na fronteira.

Em 29 de maio de 1998, o jornal O Paranazão trouxe uma matéria afirmando:

Rapai que quiere trabajar aquí, tiene que vivir aquí. Ley contra empleados brasileños ya está vigente.

La municipalidad empezó a implementar la Ordenanza 082/97 que prohíbe la contratación de brasileños ilegales como empleados en el comercio. La ley que busca proteger la mano de obra local establece fuerte multas a los propietarios de negocios que infrinjan dicha disposición comunal [...] Sin embargo, fueran detectado casos en que el Juez ha firmado certificados de residencia a brasileños que no residen aquí. [...]13

A lei municipal criada para fiscalização de brasileiros envolvidos no comércio trouxe a iniciativa do poder público municipal em tentar defender parte dos interesses de desenvolvimento econômico com o projeto de turismo comercial pensado para Salto del Guairá. O autor da matéria, quando se posicionou com relação ao trabalhador não regulamentado, não recorreu

¹³ Com a pesquisa ao jornal Rio Paranazão, observamos que a imprensa de Salto del Guairá vem veiculando denúncias sobre a presença de trabalhadores estrangeiros não regulamentados em Salto del Guairá, tanto nos períodos marcados pela redução de empregos no comércio, quanto em momentos em que há aumento da contratação de vendedores. No jornal O Paranazão, em 16 de outubro de 1998, temos as manchetes “*Brasiguayos fueran desalojados por orden judicial en Grasoby*” (DUARTE, 1998). Também no dia 30 de outubro de 1998, “*Brasiguayos desalojados no Paraguai*” e “*Famílias temem novas agressões*”.

apenas à nacionalidade, mas também estabeleceu um limite de pertencimento à comunidade para diferenciar o sujeito com direito de ocupar vagas no mercado de trabalho local. Já as denúncias de irregularidade no processo de regulamentação dos vendedores indicaram o interesse dos trabalhadores locais de Salto del Guairá em exigir do poder público maior controle sobre isso.

A presença de trabalhadores brasileiros não regulamentados em Salto del Guairá e a existência de paraguaios nas mesmas condições nas cidades de Guairá ou Mundo Novo não são um aspecto novo nesta fronteira. A circulação destes trabalhadores entre os países não tem se fixado nas demarcações legais de fronteira, mas, entre outros, na busca por sobrevivência e/ou na tentativa de melhores condições de vida que as diferenças econômicas e políticas entre estes países podem oferecer. Está atrelada a esta busca os vínculos estabelecidos com outros sujeitos. O apoio de familiares e amigos para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para manter-se no lugar até alcançar alguma confiança, também são elementos importantes para este deslocamento.

Não é uma prática comum dos vendedores brasileiros de lojas ou ambulantes mudarem-se para Salto del Guairá. Muitos destes já possuem seus círculos de relacionamento, família e moradia em uma destas duas cidades brasileiras fronteiriças. A não imigração permanente por parte dos vendedores brasileiros igualmente ocorre pela comparação entre as estruturas na saúde, educação e no custo de vida entre as cidades. Como já mencionado, o rápido crescimento comercial da cidade implicou o encarecimento do custo de vida para a população trabalhadora e a piora dos serviços públicos como luz e água. Como Perla, moradora de Salto del Guairá, elucidou: *“aqui em Salto o custo de vida é bem alto, em relação, por exemplo, por aqui tudo vem de fora, tudo é mais caro, aluguel, água, luz, comida, vestuário a cesta básica, é caro em comparação a outras cidades como Assunção, que é centro”*.¹⁴

Uma das entrevistadas comentou sobre a cidade ao ser questionada por que não residia em Salto del Guairá, tendo em vista a demora do deslocamento diário devido aos congestionamentos:

Ah, é muito difícil pra morar lá. Lá assim, tem a prefeitura ali, mas eles não cobram imposto e justificam que é por isso que a cidade não vai pra frente. Isso pode até ser verdade. Porque você vai pra dentro ali daquela cidade, é aquele poeirão, um deserto. Ali no centro ninguém vê estas coisas, mas ali no centro. Porque assim, é aquelas crianças tudo suja brincando na rua. A água mesmo assim, é uma água totalmente ruim, eu mesmo tinha pavor de tomar aquela água de lá [...]¹⁵

Quando Morena chama atenção para as condições urbanas da cidade fora da região central que os turistas frequentam, elucida os contrastes entre os lugares de moradia acessíveis à renda dos trabalhadores e os pontos comerciais destinados ao turismo. Ademais, as diferenças culturais e as segregações entre eles ressaltam-se nestas escolhas. Mesmo objetivando uma “migração pendular”, o uso da rede de relacionamentos também é importante para os vendedores brasileiros envolverem-se no mercado de trabalho em Salto del Guairá.

A procura por contratar trabalhadores brasileiros, sejam eles regularizados ou não e contratados formalmente ou informalmente, também se justifica pelo público consumidor ser majoritariamente da mesma nacionalidade destes vendedores. Nesta escolha pesam as diferenças do idioma e o comportamento cultural dos trabalhadores e consumidores dos dois países. Isto

¹⁴ Perla. Entrevista gravada em maio de 2012, realizada em Salto del Guairá pela autora em conjunto de João Ricardo Mendes Gonçalves.

¹⁵ Morena, 22 anos. Entrevista gravada em maio de 2012, em Guairá.

influencia os vendedores brasileiros a conseguirem certa proximidade e credibilidade com os consumidores de mesma nacionalidade que estão comprando em outro país. Atualmente, há predominância de consumidores brasileiros nestas lojas.

Sobre a regularização dos trabalhadores, Roberto, que possui a mesma para trabalhar no Paraguai, retirou-a mediante exigência de uma das lojas em que trabalhou informalmente e, posteriormente, formalmente no Paraguai. Isto ocorreu devido à fiscalização acompanhada de multas a lojas que contratam informalmente trabalhadores brasileiros não regularizados. A fiscalização é realizada no comércio em Salto del Guairá por representantes do Ministério do Trabalho com sede em *Asunción*. O valor da multa varia conforme a reincidência do empresário¹⁶. Conforme as entrevistas com os vendedores brasileiros, essa fiscalização se restringe a controlar quem está regularizado ou não para trabalhar no país. Já o cumprimento das leis trabalhistas por parte dos empresários a estes trabalhadores não é fiscalizado.

Ao descrever como fez seu “*permiso*” e sua “*migración*”, Roberto expressou a desconfiança sobre os abusos nos valores descontados em seu salário para pagar os custos destas regularizações. Assim, descreve:

[...] Eu já estava meio esperto, meio desconfiado aí eu falei vou fazer por conta própria (o documento de *migración*), aí ela falou pra mim assim: “Por quê por conta própria?” a contadora né?! Ela queria ganhar o dela, aí chegou até conversar com o Ali falar que eu tava desconfiando dela e querer me demitir, entendeu? Falei assim “Então faz, pode fazer então” que naquele tempo não dava pra largar o serviço assim, Falei então você pode fazer então! Aí ela fez, aí depois de cinco meses chegou. Aí com o tempo eu peguei e saí daquela loja, entendeu? [...] Porque é absurdo! Eu faltei um dia porque eu tinha autoescola, aí me deram uma multa de 200 reais. Aí eu cheguei pra contadora e falei: “Eu não ganho 200 reais pra você me dar um desconto de 200 reais”. É por dia né?! “Não ganho 200 reais pra você me dar isso de desconto” aí ela falou assim: “Foi mando do patrão” aí eu falei: “Então tudo bem, mas você assina aqui esse papel que você tá me dando uma multa de 200 reais”. Aí ela falou: “Não eu não vou assinar”, por que ela

¹⁶ De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2010, no Guia Dirigido dos Estados Partes (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, neste período ainda não estava inclusa a Venezuela) do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), qualquer pessoa com nacionalidade em um destes países, com residência legal em outro país deste bloco e com sua devida regularização, pode trabalhar e estudar neste último, tendo acesso às seguridades sociais deste lugar. Este acordo de residência começa a funcionar em 2009, com o Programa de Regularização Migratória Brasil - Paraguai. Ainda sobre a regularização de trabalhadores de Foz do Iguaçu/BR no comércio em *Ciudad del Este*/PY, a pesquisa de mestrado em Ciências Sociais de Oberty Coronel (2013, p. 97) analisa que: “[...] As categorias de admissão prevista na Lei de Migração n° 978/96 (Paraguay) compreendem estrangeiros ‘residentes’ e ‘não residentes’. É considerado ‘residente’ o estrangeiro que em razão da atividade que desenvolve fixe a sua residência no Paraguai e tem a vontade de permanecer de forma permanente ou temporária. Considera-se ‘não residente’ o estrangeiro que ingressa no Paraguai sem intenção de radicar-se naquele país. Categoria que, a princípio, seria a que compreenderia os brasileiros, especialmente pelo que está disposto no artigo 29, inciso 6, que admite a recepção de trabalhadores migrantes fronteiriços contratados de forma individual ou coletiva. Há ainda a possibilidade de utilizar-se de parentesco paraguaio [...] que está prevista na Constituição Paraguaia em seu artigo 146, onde filhos de paraguaios são admitidos como paraguaios natos (como se fossem nascidos no Paraguay – *jus sanguinis*) desde que radicados naquele país de maneira permanente [...]”. Em Salto del Guairá esta regularização é feita por meio da *Dirección General de Migraciones*, exigindo vários documentos do solicitante, tais como comprovante de residência no Paraguai, antecedentes criminais do país de origem e atestado médico. Após a regularização, o trabalhador imigrante recebe um dos dois documentos: o primeiro é chamado popularmente de “*permiso*”, (*radicación temporaria para ciudadanos del MERCOSUR*) e o segundo de “*migración*” (*radicación permanente para ciudadanos del MERCOSUR*). (PARAGUAY, 2015).

sabia que eu ia lá no consulado e eu ia pra cima deles. Aí nenhum deles assinaram. Aí eu peguei, recebi, desci e fui embora. Até hoje eu não voltei lá na loja pra dar satisfação, eles não me deram satisfação o dia que eles foram me dar multa também [...]¹⁷

Resistências às práticas de abuso moral e exploração do trabalho praticadas pelos empresários são expressas nas ameaças por parte dos vendedores de buscarem pelo cumprimento dos seus direitos trabalhistas ou no abandono do emprego. Tais ações dos vendedores são avaliadas dentro de um contexto econômico e cultural experimentado por muitos dos trabalhadores em Salto del Guairá. Como observado na entrevista com Roberto, ele vive, em seu atual acordo informal de trabalho, as mesmas cobranças de multas vividas em um de seus primeiros empregos formais em lojas de Salto del Guairá. A recusa à permanência no emprego, feita por ele no primeiro ano de trabalho neste comércio, não é a mesma vivida atualmente.

Relaciona-se a esse processo a ampliação do número de lojas em Salto del Guairá nos últimos anos, combinada à ampliação da concorrência entre os lojistas que oferecem praticamente as mesmas mercadorias, o que dificulta aos vendedores conseguirem postos de trabalhos com possibilidades de aumentar a renda com vendas em lojas maiores que possuem algum diferencial nos preços e qualidade dos produtos. Junto a estas mudanças, também houve a fixação de um padrão de comportamento por parte dos empresários na imposição de contratos ou acordos verbais informais com os trabalhadores contratados formalmente ou informalmente, extrapolando leis trabalhistas.

Ainda cabe enfatizar que muitos trabalhadores se recusam ou não desejam fazer a regularização de sua situação como trabalhador em outro país, não somente pelas expensas geradas por todo processo necessário, mas por não terem expectativas de permanecer nestas condições de trabalho. Além disso, há os casos de uma negativa subjetiva à identidade com a outra nação que poderia ser gerada em meio a este processo.

Considerações finais

De modo geral, observamos como não há uma hegemonia entre os interesses das classes dominantes de Salto del Guairá. Contudo, há pontos de interesses em comum relacionados a ações que possam promover a acumulação para estes empresários. Nota-se, igualmente, que os interesses são de classe. Além disso, esta coesão pode ser encontrada na padronização do comportamento destes empresários nos acordos fixados com os vendedores de lojas para exploração da força de trabalho. Os interesses do poder público municipal e de outros órgãos que atuam na fiscalização

¹⁷ Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012, em Guairá. Algumas lojas costumam pagar pela regularização do trabalhador e emissão dos documentos “*permiso*”, que garantem a regularização temporária do trabalhador, podendo ser renovado por duas vezes e do documento “*migración*”, para a regularização permanente, e depois descontar de forma parcelada da remuneração dos trabalhadores. Nas entrevistas foram informados valores cobrados pelas empresas aos trabalhadores para a retirada deste primeiro documento, que variam de R\$ 60,00 a R\$ 450,00 e, para o segundo, de R\$ 600,00 a R\$ 2.000,00. Há, por parte dos entrevistados, a desconfiança de contadores e advogados cobrarem uma porcentagem em cima do valor para fazerem estes documentos. Além da referência ao pagamento de propina por parte destes intermediários para conseguir documentações falsas, tais como comprovantes de residência no Paraguai e atestado médico e, ainda, para o documento ser feito em um prazo menor do que de outras pessoas que aguardam pela emissão do mesmo. As entrevistas indicam que a retirada da “*migración*” por estes caminhos conta com trâmites legais, articulados a esquemas de corrupção e fraude de documentos. Por vezes, a recusa à regularização da cidadania por parte do vendedor brasileiro está relacionada às expensas com a mesma e à discordância quanto ao pagamento de propina para obtê-la burlando alguns dos requisitos exigidos.

das leis trabalhistas e da presença do trabalhador imigrante, são orientados, em sua maioria, em favor destes empresários. Tanto o trabalhador formalizado quanto o informal atuante em lojas de importados em Salto del Guairá, vivenciam, nesta realidade de trabalho, o não cumprimento das leis trabalhistas paraguaias e do estatuto de proteção ao trabalhador imigrante.

A diferenciação entre o perfil pretendido pelas empresas e a quantidade de mão de obra disponível atendendo a este perfil também definirá a diferenciação entre os postos de trabalho e salários. Por exemplo, entre vendedores de nacionalidades brasileira e paraguaia havia desigual salário. Essas relações tiveram impacto na forma como estes trabalhadores de nacionalidades diferentes construíram suas convivências.

No geral, entre os vendedores em lojas formais e informais, de nacionalidade brasileira e paraguaia, as condições de trabalho experimentadas por eles são comuns. Eles percebem que estão vivendo como trabalhadores numa mesma realidade específica de condições de trabalho presente neste comércio na fronteira. Contudo, nesse contexto, há uma interpretação por parte destes trabalhadores que os fazem se perceber como diferentes uns dos outros, principalmente quando comparam seus postos de trabalho, salário e sua nacionalidade. O vendedor brasileiro que migra diariamente para trabalhar em Salto del Guairá percebe-se em uma condição cultural e socioeconômica diferente do trabalhador paraguaio. Isto porque, para ele, muitas vezes, este trabalho é entendido como temporário. Da mesma forma, acredita ter maiores condições ou possibilidades de tentar mudar de condição de trabalho em seu país de origem, mesmo alguns relatando terem insucesso em suas tentativas.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. 265f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza, 2005.
- CORONEL, O. **Práticas sociais e trajetórias dos trabalhadores brasileiros nas empresas de Ciudad del Este-Paraguai**. 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Toledo, 2013.
- DUARTE, R. **O Paranazão**, 13 nov. 1997.
- DUARTE, R. **O Paranazão**, 29 maio 1998.
- FIOROTTI, Cíntia. **História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai (1960 - 2015)**. 2015. 287f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia. 2015.
- MASUZAKI, Teresa Itsumi. **Mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá – Paraguai**. 2013. 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Programa de Pós-Graduação mestrado em Geografia. Centro de Ciências Humanas Educação e Letras. Marechal Cândido Rondon, 2013.
- PARAGUAY, República del. **Dirección General de Migraciones**. Disponível em: <www.migraciones.gov.py>. Acesso em: 05 fev. 2015.
- SOTO, F. F. Canindeyu-Zona Alta. **Los Brasiguayos**. Asunción: Imprenta LEO S. R. L., 2004.

Zona de fronteira e redes de interações transfronteiriças: uma análise a partir de Pato Bragado (PR) e Colônia Marangatú (Nueva Esperanza-Canindeyú-PY)¹

Aline Kammer²
Maristela Ferrari³

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar quais os fatores que contribuíram e ainda contribuem para o surgimento de redes de interação transfronteiriças no segmento da zona de fronteira brasileiro-paraguaia formado por Pato Bragado (PR) e “Colônia Marangatú” (Nueva Esperanza PY). Tal segmento fronteiriço passou por profundas transformações, notadamente a partir da segunda metade do século XX, quando se deu o processo de construção da barragem de Itaipu, levando inúmeros agricultores brasileiros atingidos pela obra a migrarem para o lado paraguaio. A partir de tal fato constata-se o estabelecimento de inúmeras redes de interações transfronteiriças, entre elas, as mais expressivas têm sido a busca de serviços médico-hospitalares, educação, trabalho e produtos de consumo corrente. O que se constata é que tais redes estabelecidas do lado paraguaio para o lado brasileiro são promovidas, especialmente, por migrantes brasileiros e seus filhos residentes no lado paraguaio. Já as redes de interações estabelecidas do lado brasileiro para o paraguaio (Pato Bragado para “Colônia Marangatú”) têm caráter mais sociocultural, estão ligadas às relações de amizade e família. Outras redes são identificadas como a de trabalhadores rurais, agricultores que residem em Pato Bragado e possuem terras em “Colônia Marangatú” atravessam cotidianamente o limite internacional para trabalhar. Apesar de serem vistas como ilegais pelos Estados nacionais, pois a passagem entre o território brasileiro e o território paraguaio não foi legalizada entre os dois países, as redes de interações transfronteiriças que lá se verificam geram fluxos cotidianos no segmento de fronteira analisado.

Palavras-chave: Redes de interações transfronteiriças; zona de fronteira; Pato Bragado; Colônia Marangatú e Paraguay.

¹ Este trabalho faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e está vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Marechal Cândido Rondon), sob Orientação da Prof.^a Dr.^a Maristela Ferrari.

² Graduada em Geografia, Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Marechal Cândido Rondon). Email: alinealinekammer@outlook.com.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Marechal Cândido Rondon). Email: maristela7ferrari@gmail.com.

Border area and networks of cross-border interactions: an analysis from Pato Bragado (PR) and Colonia Marangatú (Nueva Esperanza-Canindeyú-PY)

Abstract: This paper to analyze which factors contributed to and still contribute to the emergence of cross-border interaction networks in the segment of the Brazilian-Paraguayan border zone formed by Pato Bragado (PR) and “Colônia Marangatú” (*Nueva Esperanza PY*). This frontier segment underwent profound transformations, notably from the second half of the 20th century, when the construction of the Itaipu dam took place, leading many Brazilian farmers affected by the work to migrate to the Paraguayan side. From this fact we can see the establishment of numerous networks of cross-border interactions, among them, the most expressive has been the search for medical and hospital services, education, work and products of current consumption. What is clear is that such networks established from the Paraguayan side to the Brazilian side are promoted, especially by Brazilian migrants and their children residing on the Paraguayan side. The networks of interactions established from the Brazilian side to the Paraguayan (Pato Bragado to Colônia Marangatú), are more sociocultural, are linked to the relationships of friendships and family. Other networks are identified as rural workers, farmers living in Pato Bragado and have land in Colonia Marangatú daily cross the international limit to work. Despite being seen as illegal by the national states, since the passage between the Brazilian territory and Paraguayan territory was not legalized between the two countries, the networks of cross-border interactions that occur there generate daily flows in the border segment analyzed.

Keywords: Cross-border interaction networks; border area; Pato Bragado; *Colônia Marangatú* and Paraguay.

Introdução

Atualmente, fronteira tem sido objeto de estudo de várias ciências e não apenas da geografia, e seu conceito foi e continua sendo objeto de estudos de geógrafos e demais pesquisadores. A fronteira é muitas vezes interpretada apenas como linha limítrofe entre dois territórios nacionais, mas tal ideia não faz jus ao seu real significado (MACHADO, 1998; RAFFESTIN, 1993). Fronteira é uma descontinuidade política, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma grande porosidade, notadamente em zonas fronteiriças ocupadas. Segundo Ferrari (2011):

A zona de fronteira pode ser entendida como espaço que emerge da demarcação do limite político territorial entre dois Estados Nacionais; ela se encontra na confluência entre dois territórios fundados sobre duas culturas e identidades nacionais construídas dentro da oposição entre “nós e os outros”. Mas, longe de ser apenas espaço político geográfico, marcado pela diferença cultural, identidade nacional e pertencimento territorial, a zona de fronteira é também espaço social e cultural. (FERRARI, 2015, p. 2).

A partir da noção de zona de fronteira como espaço de interações transfronteiriças sugerida por Ferrari (2015), pode-se então analisar as redes de interações transfronteiriças. Na mesma direção Machado (2005) explica que o “conceito de zona de fronteira”:

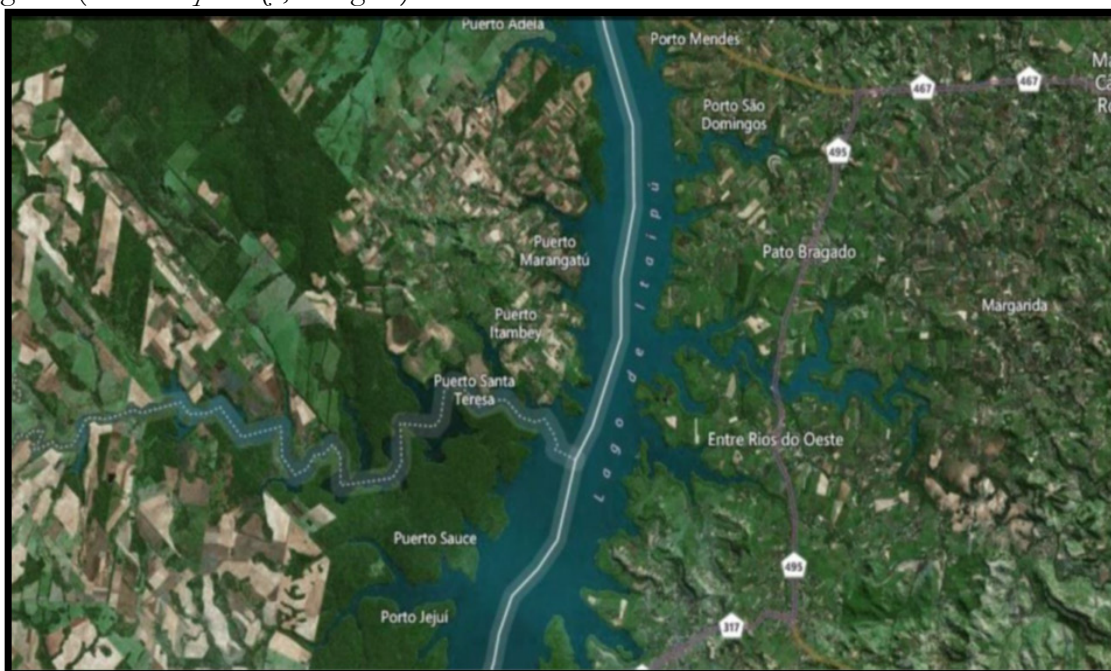
[...] aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a de cidades gêmeas [...] (MACHADO, 2005, p. 21).

Tal noção leva-nos a pensar que, apesar de “Colônia Marangatú” e “Pato Bragado” pertencerem a diferentes territórios nacionais, aquelas duas territorialidades indicam um espaço com inúmeras interações. Espaço fronteiriço marcado pelo limite internacional é espaço também marcado por profundas diferenças sociais, culturais, econômicas e políticas. São essas diferenças geradas pelo limite internacional que normalmente promovem diferentes redes de interações transfronteiriças. Por exemplo, entre “Colônia Marangatú” e Pato Bragado, a busca por determinados tipos de serviços públicos e trabalho no lado brasileiro tem se dado por meio das redes sociais (amigos, parentes e vizinhos) que, por meio de informações, estimulam a formação de uma rede internacional, é o que Scherer-Warren (2005) chama de rede social ou rede de solidariedade. Quando alguém de “Colônia Marangatú” (*Nueva Esperanza*, Canindeyú/PY) necessita de determinado tipo de serviço médico-hospitalar ausente no lado paraguaio, logo um amigo, parente ou vizinho, em solidariedade ao doente e à família, ajuda com informações a buscar tal tipo de serviço no lado brasileiro (Pato Bragado/PR). É neste sentido que se forma “a rede” de solidariedade transfronteiriça/internacional. Para Marques (2000, p. 36):

[...] a força da análise de redes sociais, está na possibilidade de construir estudos muito precisos nos aspectos descritivos sem impor um arcabouço teórico conceitual como camisa de força. Este método de análise permite a realização de investigações sem a perda de visão da estrutura social ao mesmo tempo em que permite novos olhares sobre fenômenos mal compreendidos e outros aspectos da realidade social [...]

Para Scherer-Warren (2005, p. 41): “quando as redes de solidariedade constituem-se num movimento social poderão extrapolar os limites locais atingindo escalas internacionais”. É dentro desta perspectiva que pensamos a categoria de “redes” transfronteiriças, como uma rede que rompe os territórios nacionais. Mas como integrar a “rede” na análise geográfica das interações transfronteiriças? Dias (2002) nos lembra que uma das propriedades importantes da rede é a conectividade, já que representa as ligações existentes entre lugares. Segundo a autora, ao longo do tempo, a “rede” passa a significar um conceito com “nós” que são interligados por vias em que se pressupõe circulação material e informacional. É também neste sentido que o conceito de rede será aqui empregado. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo analisar que fatores contribuíram e ainda contribuem para o surgimento de redes de interação transfronteiriças no segmento da zona de fronteira brasileiro-paraguaia formado por Pato Bragado (PR) e “Colônia Marangatú” (*Nueva Esperanza*/PY), (Figura 1). Para responder a tal objetivo, o trabalho foi dividido em duas partes: a primeira analisa aspectos geo-históricos das transformações econômicas e políticas lá ocorridas a partir da segunda metade do século XX; a segunda parte analisa a tipologia das redes de interações transfronteiriças que lá se estabeleceram. Finalizamos o trabalho indicando que as redes de interações transfronteiriças entre aquelas cidades foram, em parte, promovidas e facilitadas por obras técnicas conduzidas pelo Estado nacional brasileiro: a formação do lago ou reservatório de água sobre o rio Paraná para a Usina Hidrelétrica de Itaipu (1975-1982). Uma obra que facilitou, em parte, a circulação e a conectividade dos dois lugares próximos à fronteira linear.

Figura 1 – Localização das áreas estudadas, Pato Bragado (Paraná, Brasil) e Colônia “Marangatú” (*Nueva Esperanza*, Paraguai)



Fonte: GOOGLE MAPS, 2017. Organização da autora, 2017.

Aspectos Geo-históricos

Para compreender as redes de interações transfronteiriças estabelecidas entre Pato Bragado e “Colônia Marangatú”, faz-se necessário adentrar a história e analisar a formação das territorialidades de Pato Bragado e “Colônia Marangatú”. Para tal análise, fizemos um recorte temporal e partimos dos processos de exploração de recursos naturais (erva-mate, madeira) ocorridos na metade do século XIX com as chamadas “obragens”, processo de colonização e ocupação de Pato Bragado e, posteriormente, de “Colônia Marangatú”.

Em meados do século XIX, o governo brasileiro estabeleceu como escopo instalar forças militares nas áreas fronteiriças do estado paranaense com o Paraguai. Essas instalações militares garantiam a segurança e a soberania nacional na fronteira, uma estratégia geopolítica. Imbricado a tal processo, iniciaram-se políticas de “povoamento na fronteira”. O marco inicial para o “povoamento” foi a abertura das picadas⁴, caminhos rudimentares conectando lugares até a foz do Rio Iguazú. Naqueles trabalhos, os militares encontraram, nas terras localizadas no extremo Oeste do estado paranaense, algumas empresas explorando terras e erva-mate de forma ilegal, podendo contrabandear a erva-mate para os países da bacia do Prata (GREGORY; MYSKYW; GREGORY, 2004). Após tal constatação, o governo passou a intensificar os projetos de exploração e “povoamento” na região Oeste do Paraná; para isso, utilizou-se das empresas de exploração conhecidas como “Obragens”⁵. As terras que atualmente fazem parte

⁴ Processo de retirada de cobertura vegetal ou desmatamento, para a instalação de moradias, construção de estradas, vilas e cidades.

⁵ Empresas contratadas pelo governo para a abertura das terras, essas exploravam recursos naturais como madeiras nobres, erva-mate e outros.

do município de Pato Bragado eram pertencentes a *Obrageiras Companhia de Maderas Del Alto Paraná*, tal empresa instalou ali a Fazenda Britânia, que criou instalações para o beneficiamento da produção ervateira e porto para o escoamento e exportação. Nascia assim o Porto Britânia, um lugar que contava com armazéns e áreas para beneficiamento da erva-mate, além de contar com uma unidade fabril de extratos de laranja apepu⁶ e óleo de erva-cidreira (GREGORY; MYSKYW; GREGORY, 2004).

Na área da atual “Colônia Marangatú” também ocorrem processos de explorações realizados pelas “Obragens”. Esses processos deram-se, notadamente, entre 1883 e 1940. Para Coelho (2015), o fracasso paraguaio na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) passou a incitar ainda mais os problemas políticos, sociais e econômicos do Paraguai. Assim, o país passou a vender as terras situadas na parte leste de seu território, terras que foram sendo adquiridas por Companhias “Obrageiras”, que passaram a explorar recursos naturais como madeira e erva-mate. Essas companhias não voltaram suas atividades para o povoamento oriental paraguaio, apenas concentraram suas atividades em exploração dos recursos disponíveis nessas terras.

A partir dessa rápida análise geo-histórica, podemos encontrar as primeiras redes de interações transfronteiriças entre brasileiros e paraguaios, notadamente redes de trabalho estruturadas por essas empresas. Aquelas empresas contratavam trabalhadores paraguaios (muitos deles indígenas) e brasileiros, conhecidos como *Mensus*⁷, trabalhadores braçais. Além das redes de trabalho transfronteiriças, estruturaram-se outras redes, como a de comércio internacional de madeira, de extratos de laranja apepu e de chás como a cidreira e hortelã, que eram exportados para a Europa, Paraguai e Argentina. A madeira destinava-se à fabricação de móveis e extratos para a fabricação de perfumes na França. Já a erva-mate ia para Argentina e Paraguai (GREGORY; MYSKYW; GREGORY, 2004).

Após as empresas Obrageiras, as terras do Oeste paranaense passaram a ser exploradas pelas colonizadoras, empresas que adquiriram grandes extensões de terras no Paraná visando a venda para “colonos” vindos especialmente do Sul do Brasil. Já em 1946, a Colonizadora Maripá adquire as terras da fazenda Britânia; tal colonizadora continuou a explorar a erva-mate e a madeira nas terras do Porto Britânia. Para os serviços braçais, como a derrubada das árvores e a colheita da erva-mate, a colonizadora contava com os próprios moradores do Porto Britânia e com moradores do lado paraguaio; podemos assim observar mais uma rede de interação histórica que surgiu por meio do trabalho. Segundo Gregory, Myskyw e Gregory:

A utilização da mão de obra de paraguaios aumentou consideravelmente nos anos seguintes, pois eram, segundo relatos dos primeiros moradores e funcionários da Maripá no Porto Britânia, pessoas com muito mais habilidade e resistência física, no trabalho de derrubada das árvores [...] Sabiam como enfrentar a mata densa e aguentar o calor intenso e úmido do Rio Paraná ou em meio à floresta. (GREGORY; MYSKYW; GREGORY, 2004, p. 53).

A atividade de exploração e manejo da madeira e erva-mate exigia elevada mão de obra, desde a derrubada, manejo e transporte e escoamento da matéria-prima. Esse aumento no fluxo de pessoas que faziam o trajeto até o Porto Britânia acelerou a formação da vila de Pato Bragado, Vila Rio Branco e também um pequeno povoado no próprio Porto Britânia, era a

⁶ Uma espécie de laranja silvestre de sabor marcante.

⁷ *Mensus*, eram a mão de obra quase absoluta empregada nos trabalhos de extração para as “Obrageiras”. Trabalhadores mestiços, paraguaios, brasileiros e indígenas (COELHO, 2015), esses trabalhadores eram duramente explorados e estavam sob péssimas condições de trabalho.

“colonização” das terras do município de Pato Bragado e da região Oeste do Paraná. As terras exploradas pelas colonizadoras já estavam povoadas por indígenas guaranis e caboclos. No entanto, o Estado e as colonizadoras desconsideravam a presença daqueles grupos nessa região. Nesse processo, nascem discursos pejorativos que deslegitimavam a identidade guarani, esses eram chamados de “paraguaios” ou “bugres” e acabavam sendo desamparados pelos direitos de proteção indígena vigente à época, podendo assim avançar com o avassalador processo de colonização conhecido como “Marcha para o Oeste” (MAZUZAKI, 2015).

Segundo Coelho (2015), a “Colônia Marangatú” foi colonizada pela Imobiliária e Colonizadora “Marangatú”, entre 1960 e 1980. Tal Colonizadora tinha a posse de 84.240 ha, margeando o Rio Paraná; aquela terra era comercializada para camponeses paraguaios e migrantes brasileiros oriundos dos estados do Sul. Portanto, a partir de 1960, nova rede transfronteiriça nascia entre Pato Bragado e “Colônia Marangatú”. Além da migração, outras redes foram sendo formadas; entre elas as econômico-comerciais, como a do café brasileiro levado ilegalmente para o lado paraguaio.

A partir de 1970, começaram a ocorrer mudanças profundamente significativas no cotidiano dos moradores das encostas do Rio Paraná. Em 1974 iniciaram-se as obras da Usina Hidrelétrica do Itaipu. A Itaipu negociava com os agricultores da área (camponeses, meeiros, arrendatários, posseiros) indenizações para as terras que seriam tomadas pelas águas. Segundo Germani (2003), para o funcionamento da usina foi necessária a construção de um reservatório que tomaria as terras circundantes ao Rio Paraná, logo, essa área deveria estar livre de moradores; em outras palavras, as terras às margens do Rio Paraná deveriam estar desocupadas. A Itaipu utilizou de processos jurídicos para desapropriar esses moradores, passando a se responsabilizar em pagar as indenizações pelas terras, mas algumas indenizações eram baixas e injustas. Na região se instalou um clima hostil marcado por conflitos e luta pela permanência das famílias nas terras e por preços melhores pelas terras. Em outubro de 1982, iniciou-se a formação do Reservatório da Itaipu; depois de 12 dias, as terras desses agricultores já estavam submersas e os agricultores, expropriados.

A expropriação daqueles agricultores gerou redes de migração para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Amazonas e Acre. Em contrapartida, alguns desses agricultores não tinham recursos suficientes para migrar em direção a outros estados mais longínquos. Desse modo, passaram a migrar para o lado paraguaio, de maneira especial, em direção ao “Departamento de” Canindeyú, *Nueva Esperanza*, município da qual a “Colônia Marangatú” faz parte. No lado paraguaio, os brasileiros buscavam reconstruir suas vidas e instalar suas propriedades sem perder o contato e o vínculo com os familiares que ficaram em terras brasileiras (COELHO, 2015). Outro fator que estimulou a migração para o Paraguai foi a denominada modernização da agricultura, que esfacelava os pequenos agricultores que não tinham recursos financeiros para acompanhar tal modernização. Segundo Albuquerque:

As denominadas modernização e mecanização da agricultura, com a expansão dos plantios de soja na década de 1970, favoreceram o deslocamento de muitos agricultores, posseiros e arrendatários das terras brasileiras próximas à fronteira para o Leste do Paraguai. Nesse contexto, o governo ditatorial do Paraguai efetiva um grande plano de colonização agrícola na região fronteiriça com o Brasil, facilitando a entrada de empresas e colonos estrangeiros nos departamentos fronteiriços. Os desdobramentos da Marcha para o Oeste no Brasil se encontraram com a Marcha *al Este* no Paraguai a partir da década de 1960. A Marcha *al Este* visava reassentar os camponeses que viviam na área central e mais populosa do Paraguai (ALBUQUERQUE, 2009, p. 141).

As redes da migração brasileira para o interior do território paraguaio tiveram sua gênese ligada aos processos de modernização e expropriação de terra na formação do reservatório da Itaipu, processos que “massacravam” os pequenos produtores de Pato Bragado e região. Além disso, a oferta de terras baratas no Paraguai incentivou a migração brasileira para o país vizinho. A rede da migração brasileira foi também estimulada pelo próprio governo paraguaio, que passou a permitir a venda de terras nas zonas fronteiriças aos brasileiros. O ex-presidente *Stroesser* (1954-1989) concentrou suas políticas de povoamento na região Leste do Paraguai, especialmente, para os departamentos fronteiriços que se encontravam, do ponto de vista político, em certo abandono. Tal processo de ocupação gerou, posteriormente, inúmeras ligações entre Brasil-Paraguai (COELHO, 2015).

A formação do Reservatório de Itaipu em 1982 transformou a fronteira obstáculo em fronteira permeável. A partir de tal fato, as redes de interação transfronteiriças entre Pato Bragado e “Colônia Marangatú” foram se estabelecendo cotidianamente, redes que foram gerando fluxos de bens, mercadorias e pessoas. A facilidade de atravessar o limite internacional contribuiu para ampliar as redes de interação legais e ilegais. Entre as redes ilegais, em 1980, destaca-se o contrabando de café, de óleo e de hortelã, que eram escoados em portos clandestinos do Brasil para o Paraguai.

Tipologia das redes de interações transfronteiriças contemporâneas

As redes de interação transfronteiriças entre Pato Bragado-“Colônia Marangatú” continuam sendo estabelecidas, mas, contemporaneamente, assumem outra tipologia se comparadas às redes históricas. As redes de interações transfronteiriças ainda se realizam por meio do transporte fluvial e os portos de embarque/desembarque utilizam o mesmo nome dos portos do passado, isto é, Porto Britânia no lado brasileiro e *Puerto Marangatú* no lado paraguaio. Ainda que seja uma passagem não legalizada entre Brasil e Paraguai, os portos têm sido utilizados cotidianamente para fluxo de pessoas e o transporte de produtos e mercadorias, notadamente de consumo corrente, de moradores de “Colônia Marangatú” e Pato Bragado. A travessia de pessoas e mercadorias de um lado a outro da fronteira não tem controle dos Estados nacionais; sem postos de fiscalização, todas as redes que lá se estruturaram e ainda se estruturam são, do ponto de vista dos Estados nacionais, ilegais.

Encontramos uma rede que persiste na escala temporal, em distintos períodos: é a rede de migração brasileira em direção ao Paraguai. No entanto, verifica-se também que muitos migrantes brasileiros dentro do país vizinho, após certo tempo e por diferentes razões, retornam ao Brasil, retorno que forma uma rede de migrantes do Paraguai para o Brasil. Por exemplo, na década de 1980, após moradores de Pato Bragado migrarem para *Marangatú* impulsionados pelos baixos preços das terras e pela atividade econômica do cultivo da hortelã, com o declínio de tal atividade, muitos brasileiros que haviam migrado para *Marangatu* passaram a retornar para o Brasil. Atualmente, o retorno de brasileiros ao país se dá basicamente por dois motivos: o primeiro é a falta de acesso a serviços públicos no lado paraguaio, notadamente, saúde e educação; o segundo está ligado ao processo de modernização-mecanização cada vez mais presente no lado paraguaio, o que acaba pressionando o pequeno agricultor que não acompanha tal modernização a vender suas terras e retornar ao lado brasileiro.

Como em Colônia Marangatú não há oferta de emprego, as famílias retornam em busca de trabalho. Por exemplo, o entrevistado 1⁸ residiu por muitos anos com sua família em *Marangatú*, a família trabalhava na lavoura, mas a situação começou a ficar complicada, mal conseguiam tirar para subsistência familiar. O entrevistado falou sobre a dificuldade de se obter trabalho em *Marangatú*, razão pela qual “retornam ao lado brasileiro atrás de trabalho, pois *lá* só tem lavoura, não tem fábrica, as serrarias fecharam, só se quiser trabalhá de peão ou arrendar, mas tem muito pouco”. Por outro lado, o retorno de migrantes brasileiros ao país se explica também pelo acesso aos direitos de trabalho e outros diretos, como o de aposentadoria em lado brasileiro. Um entrevistado 2⁹ explicou que são os direitos dos trabalhadores aqui no Brasil que fomentam o retorno de brasileiros e até mesmo filhos de brasileiros nascidos no Paraguai que os fazem buscarem trabalho no lado brasileiro. Além disso, os direitos trabalhistas no Brasil diferem dos direitos trabalhistas no Paraguai. Por exemplo, para o entrevistado paraguaio: “aqui no Brasil temos direitos, podemos aposentá depois com o tempo, eles assina a carteira, se fica doente ganha auxílio, trabaia, né. Aqui no Pato tem aonde trabaia sempre”. Esse entrevistado se refere às empresas bragadenses, pois assinam carteira de trabalho, têm salário pago referente ao que se pede no sindicato e posteriormente esses trabalhadores poderão se aposentar, pois são recolhidas as contribuições referentes a esse benefício salarial. O mesmo não é verificado em lado paraguaio.

Outra rede estabelecida do lado paraguaio em direção ao lado brasileiro é a rede pela busca de serviços médico-hospitalares e de educação. Durante a pesquisa de campo, foi possível verificar que inúmeras pessoas saem de “Colônia Marangatú” em direção a Pato Bragado em busca de serviços de educação e de saúde. No setor da educação, Pato Bragado conta com uma rede pública de ensino que inicia no Centro Municipal de Ensino Infantil Gotinha de Mel, passando pela escola Municipal Marechal Deodoro até o Ensino Médio no Colégio Estadual Pato Bragado (essas são as únicas escolas em Pato Bragado).

Embora a “Colônia Marangatú” também ofereça serviços na rede de educação pública, como a prestada pela *Escuela Mariscal Lopez*, que conta com ensino básico e ensino médio, segundo a pesquisa de campo, os serviços de educação lá ofertados são insuficientes para a demanda dos moradores da Colônia e, por vezes, considerados de pouca qualidade se comparados aos oferecidos em lado brasileiro (Pato Bragado). Daí a busca por serviços de educação na rede pública de Pato Bragado. Quem busca tais serviços são, normalmente, migrantes brasileiros no interior do Paraguai ou filhos de brasileiros nascidos com nacionalidade paraguaia.

As redes também se estabelecem em busca de serviços de saúde, em que brasiguaios e paraguaios atravessam a fronteira visando obter atendimentos. Todos os entrevistados, durante a pesquisa, falaram sobre a problemática da saúde em “Colônia Marangatú”. Existe lá uma unidade de atendimento, mas essa não atende à demanda da localidade, além disso, os atendimentos ali ofertados são de baixa complexidade, comorbidades mais graves devem ser levadas para cidades maiores como *Ciudad Leste* e *Troncal*; o deslocamento para tais cidades se dá principalmente por estradas de chão e as estradas nessas localidades se encontram em péssimas condições. Combinando esses fatores com uma considerável distância, os moradores de “Colônia Marangatú” optam por serem atendidos em Pato Bragado.

⁸ Entrevista realizada no dia 10 de agosto, em Pato Bragado, com um brasiguai, balconista em um bar.

⁹ Entrevista realizada no dia 10 de agosto, em Pato Bragado, com um paraguaio que reside agora em Pato Bragado e que preferiu não se identificar.

O município de Pato Bragado conta com um Centro de Saúde, uma Unidade de atendimento para a família e Hospital Villela Capriotti, com corpo clínico composto por: ginecologista, pediatra, psicólogo, nutricionista, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentista, assistente social e farmacêutico. No Centro de Saúde, há consultórios para clínico geral, sala para aplicação de vacinas e injetáveis, além de sala para atendimentos de emergências e urgências; na Unidade de atendimento para a família há atendimento de pediatra, ginecologista, psicólogo e dentistas; os internamentos são atendidos no Hospital Villela Capriotti. Apesar de encontrar em Pato Bragado apoio médico hospitalar para determinadas comorbidades, não há nesse município atendimento para comorbidades de média e alta complexidade, nem atendimento para determinados exames, tratamentos diferenciados, determinadas intervenções cirúrgicas e nem estabelecimentos como maternidades. A população que necessitar de atendimento especial deve deslocar-se para outros locais que prestem o serviço necessário.

Mais uma rede que se estabelece entre Pato Bragado e “Colônia Marangatú” é a rede econômico-comercial; embora se modifique em termos de produtos e mercadorias, devido à variação cambial, gera interações cotidianas na zona de fronteira brasileiro-paraguaia analisada. Atualmente, essa rede é estruturada do lado paraguaio para o lado brasileiro. Segundo a pesquisa de campo, boa parte dos residentes na Colônia busca produtos e mercadorias de consumo corrente em Pato Bragado, pois os comércios, de modo geral, presentes na “Colônia Marangatú” não atendem às necessidades dos seus moradores. Na verdade, *Marangatú* tem uma pequena vendinha/mercadinho de propriedade do balseiro, onde são oferecidos itens básicos de alimentação e remédios. Assim, quando se faz necessária a compra de outros produtos e mercadorias os moradores atravessam a fronteira para comprar o que necessitam em lado brasileiro.

No que tange a fatores sociais e culturais, existem as festas que mobilizam moradores de ambos os lados da zona fronteiriça. A rádio brasileira transmite festas, divulga eventos e convida a população do lado paraguaio a participar em lado brasileiro. Essas interações sociais e culturais promovem encontros entre jovens e muitas vezes resultam em casamentos entre moradores de Pato Bragado e de *Marangatú*. Muitos casais, após casar, vão morar no lado paraguaio, enquanto parte da família permanece na cidade de Pato Bragado, o que resulta numa rede de relações de parentesco transfronteiriça. Uma das festas em que participam moradores do lado paraguaio e brasileiros é a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de Pato Bragado, realizada atualmente na capela Nossa Senhora dos Navegantes, na linha KM 5, uma tradição naquele local. A imagem da Santa foi trazida para a localidade por caminhoneiros e trabalhadores que deslocavam madeira do município de Toledo até o Porto Britânia; ali foi feita uma gruta para a Santa. A primeira comunidade a sediar as festividades foi a associação dos moradores do KM 3, sede construída após a doação do terreno por um morador da localidade. Anos depois, a comunidade foi abandonada pelos moradores pela falta de sócios ocasionada pela migração campo-cidade, e aos impactos e abalos causados pela construção da Usina Hidrelétrica do Itaipu, já que famílias perderam suas terras, além de comunidades católicas como a do Barro Branco e Princesa que se extinguiram por desapropriação causada pela formação do Reservatório de Itaipu.

Considerações finais

Em uma análise histórica da formação territorial de Pato Bragado e de “Colônia Marangatú”, encontramos presentes as redes de interação transfronteiriças, logo, essas não são apenas contemporâneas, são antigas, mas tornaram-se mais intensas na pós-formação do Reservatório de Itaipu. Para compreender essas interações históricas, fez-se necessário entender como essas áreas foram “colonizadas”. Nas Obragens encontramos, nessa zona de fronteira, as redes de interação por meios do trabalho nas Empresas “Obrageiras” que empregavam tanto paraguaios quanto brasileiros; os trabalhadores sofriam exploração de sua mão de obra, recebiam um ordenado baixo, que muitas vezes era pago em mercadorias que lhes eram fornecidas para a sobrevivência; além disso, eram quase que posse dos capatazes dessas empresas. Verificamos que as empresas “Obrageiras” visavam especificamente explorar as riquezas naturais (madeiras nobres, erva-mate, laranja azeite) em ambas as áreas, portanto a “colonização” dessas áreas ficou a cargo das empresas Colonizadoras; o processo de mão de obra empregado nas “Obragens” repetiu-se nas Colonizadoras.

Constatamos que o principal fator para a intensificação das redes transfronteiriças, após a formação do reservatório de Itaipu, foi a facilidade no acesso às margens do rio, pois o relevo nas margens do Rio Paraná era íngreme e de difícil acesso, o que provocava riscos à população que buscava atravessar suas águas; além disso, após represamento do Rio Paraná, a correnteza de suas águas caudalosas desapareceu, bem como redemoinhos e rochas, facilitando a navegação fluvial entre o território brasileiro e o paraguaio. Por ter facilitado o acesso, as redes de interações transfronteiriças eram e ainda são redes ilegais, como a do contrabando do café e do óleo de hortelã. O contrabando do café ocorria de Pato Bragado até “Colônia Marangatú”, os contrabandistas de Pato Bragado mantinham diferentes profissões e faziam contrabando como fonte extra de renda. Já o contrabando de óleo de hortelã dava-se entre “Colônia Marangatú” e Pato Bragado. Os produtores de hortelã marangatunense buscavam melhores preços no Brasil. Constatamos a presença de redes de comércio de produtos ilegais até os dias atuais, e outros produtos também estão envolvidos, tais como cigarros, entorpecentes, eletrônicos e agrotóxicos.

Concluimos que as redes contemporâneas tecidas nessa área transfronteiriça se estruturaram por razões diversas, em busca de atendimentos de saúde, educação e até compras. Os moradores de “Colônia Marangatú”, alegam falta de apoio pelo governo paraguaio nos serviços públicos, como educação e saúde. Encontramos nessa cidade, uma Unidade de Saúde familiar que supre atendimentos primários, como prevenção e comorbidades leves; o processo de deslocamento para cidades que prestam outros atendimentos é dificultado pelas condições das estradas e os gastos clínicos fazem com que esses busquem atendimento em Pato Bragado. Os Marangatunenses conseguem o atendimento por meio das redes de solidariedade, adquirindo cadastro de município ou cartão do SUS pelo endereço de familiares e conhecidos; além disso, alguns moradores têm propriedades em Pato Bragado, o que facilita a retirada de documentação para atendimento. Esses atendimentos a moradores do Paraguai em clínicas brasileiras não são fatos isolados de Pato Bragado e “Colônia Marangatú”, há esses acontecimentos em inúmeras áreas das zonas de fronteira brasileiras.

Na área da educação, encontramos escolas nas duas localidades estudadas. Mas, em “Colônia Marangatú”, não há creches e as crianças são aceitas na escola apenas aos quatro anos de idade, impossibilitando o trabalho como fonte de renda por parte da mãe. Podemos perceber que o estudo no Ensino Médio nessa cidade não é focado em vestibulares, então

os jovens que almejam uma educação continuada buscam nas escolas bragadenses esse complemento. Uma problemática encontrada no funcionamento da escola dessa cidade está relacionada com o tempo. Nos períodos chuvosos, a energia elétrica cai com muita facilidade; ademais, o acesso à estrada que leva à escola é quase impossível nos dias chuvosos. Esses fatos fazem com que as aulas sejam canceladas nesse período, fazendo com que esses alunos tenham um ensino defasado.

Pode-se perceber que, as redes formadas em busca de mercadorias de consumo corrente ocorrem pela falta de mercados em “Colônia Marangatú”; Nesta existem quatro vendas que têm produtos básicos como farinha, arroz, açúcar, e esses apresentam um preço alto. Quando há necessidade de fazer as “compras do mês”, ou comprar algo que não é ofertado nessas vendas, esses moradores se deslocam para Pato Bragado e fazem suas compras no comércio municipal. Após as compras, eles voltam de ônibus para o Porto Britânia e não há nenhuma fiscalização nos produtos adquiridos, sendo livre o trânsito de mercadorias nessa travessia cotidiana.

Encontramos redes históricas e contemporâneas, redes de interações transfronteiriças vivas no cotidiano dessa faixa de fronteira. E essas redes de interação, mesmo vistas como ilegais pelos Estados Nacionais, ocorrem cotidianamente entre os habitantes de Pato Bragado e “Colônia Marangatú”. As redes de interações transfronteiriças tecidas pela sociedade dessas localidades criam, nessa faixa de fronteira, uma territorialidade transfronteiriça que miscigena as duas territorialidades e suas tradições, idiomas e costumes. As redes mais densas tecidas de “Colônia Marangatú” para Pato Bragado ocorrem pela segregação social existente nas terras de “Colônia Marangatú”; os governantes de *Nueva Esperanza* falham na prestação de serviços básicos à comunidade marangatonense e essa demanda passa a ser atendida em Pato Bragado. Tendo isso em vista, faz-se necessário pensar em políticas internacionais bilaterais, para atender às demandas e visualizar as realidades dessas áreas transfronteiriças.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. **A dinâmica das fronteiras:** deslocamento e circulação dos “brasi-guaios” entre os limites nacionais. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, 2009.
- COELHO, D. C. **Conflitos agrários na fronteira entre o Brasil e o Paraguai:** o caso de *Colônia Marangatú*/PY. 2015. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Marechal Cândido Rondon, 2015.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. da C.; CORREA R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- FERRARI, M. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:** o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX). 2011. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2011.
- _____. **A zona de fronteira na perspectiva da geografia cultural:** lugar de distanciamento e conflitos ou lugar de reencontros culturais? Uma análise a partir das cidades gêmeas brasileiro-argentinas. Marechal Cândido Rondon, 2015.
- GERMANI, I. G. **Expropriados terra e água:** o conflito da Itaipu. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GOOGLE MAPS, 2017. Fronteiras entre Brasil e Paraguai. Disponível em:<<https://www.google.com.br/maps/search/mapa+politico+de+canindeyu>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

GREGORY, V.; MYSKIW, A. M.; GREGORY, L. T. M. **Porto Britânia a Pato Bragado: memórias e histórias**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. In. STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, A. SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (Orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MACHADO, Lia Osorio et al. **Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira**. 1ª. ed. Brasília, D.F.: Ministério da Integração Nacional, 2005. v. 1. 450p

MARQUES, Eduardo C. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MAZUZAKI, T. I. A luta dos povos guarani no extremo Oeste do Paraná. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 16, p. 75, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais no mundo multicultural. **Ka-tálasys**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 24-31, jan./jun. 2005.

A integração entre argentinos e brasileiros no Sudoeste do Paraná – Capanema e *Andresito*

Daniela Silvestrin'

Resumo: Este artigo pretende abordar as relações estabelecidas na fronteira internacional entre Brasil e Argentina na localidade que compreende os municípios de Capanema no Sudoeste do Paraná e *Comandante Andresito* na *Provincia de Misiones* no Nordeste da Argentina. O conceito de fronteira vem sendo estudado por diversas áreas e de diversas formas, superando a ideia de fronteira apenas como divisão/limite entre um país e outro, mas sendo pensada também como uma fronteira Cultural. As fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicas, pois ao mesmo tempo em que elas carregam consigo um significado de divisão, restrição, separação de modos de vida ou mesmo de idiomas, elas trazem uma rede de relações entre os habitantes de ambos os lados. Este artigo pretende pensar a integração na fronteira como uma relação cultural que vai muito além da questão física e das leis ali estabelecidas. Realizaremos uma breve análise de como as lideranças locais e nacionais pensam as políticas públicas voltadas para essas localidades e de que maneira atendem às necessidades e aos anseios da população transfronteiriça.

Palavras-chave: Integração fronteiriça; integração cultural; fronteira; fronteira cultural.

The integration between argentinians and brazilians in the Southwest of Paraná - Capanema and Andresito

Abstract: This article intends to approach the relations established in the international border between Brazil and Argentina in the locality that includes the municipalities of Capanema in the southwest of Paraná and Comandante Andresito in the Province of Misiones in the northeast of Argentina. The concept of frontier has been studied by several areas and in several ways, surpassing the idea of frontier only as division / limit between one country and another, but also being considered as a Cultural frontier. The frontiers before they are physical or natural landmarks are, above all, symbolic, since at the same time they carry with them a meaning of division, restriction, separation of ways of life or even of languages, it brings a network of relations between the inhabitants on both sides of the border. This article intends to think of integration at the border as a cultural integration that goes well beyond the physical frontier and the laws established there. We will make a brief analysis of how local and national leaders think public policies geared to these localities and how they meet the needs and aspirations of the cross-border population.

Keywords: Border integration; cultural integration; border; cultural frontier.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon). Docente EBTT de Arte no Instituto Federal do Paraná, Campus de Capanema. E-mail: daniela_silvestrin@hotmail.com.

Introdução

Este artigo pretende abordar brevemente as relações culturais, econômicas e sociais estabelecidas na fronteira entre Brasil e Argentina, mais precisamente no Sudoeste do Paraná, onde fazem divisa os municípios de Capanema e *Comandante Andresito*, problematizando as relações cotidianas da população dos respectivos municípios.

Parte da pesquisa realizada se deu por meio de entrevistas orais² com moradores do município de Capanema, no Sudoeste do Paraná e com moradores de *Comandante Andresito*³, na *Província de Misiones* na Argentina, para que assim fosse possível compreender um pouco como se estabelecem as relações na fronteira. Além das entrevistas, de suma importância são os arquivos disponibilizados pela Associação Comercial de Capanema (ACEC), onde pode verificar diversos documentos como atas, acordos, convites oficiais de eventos e reuniões bilaterais, arquivos de jornais nos quais foi possível verificar a mobilização das autoridades, entidades e lideranças de ambos os municípios em prol de políticas de integração entre os municípios, que apresenta grande ênfase no que se refere às questões comerciais.

Quando o assunto é fronteira, é comum as pessoas pensarem diretamente em uma fronteira geográfica, em uma divisão entre um país e outro, uma vez que o dicionário⁴ define que fronteira é “Limite; linha que divide ou delimita, separando um país ou território de outro(s)”, entretanto as fronteiras vão muito além de uma simples definição que o dicionário nos apresenta, tendo em vista as pessoas que vivem nessas áreas limites, com línguas diferentes, modos de vida, hábitos, economias que divergem, e estão cotidianamente em contato umas com as outras. O termo fronteira vem sendo utilizado em vários sentidos, desde o limite entre dois países, até fronteiras abstratas como bem e mal, fronteira da natureza, epistemológica e de limite entre a vida e a morte (FERRARI, 2010, p. 21).

As relações nas fronteiras, principalmente nas internacionais, a cada dia mais, têm sido amplamente discutidas e estudadas não apenas por geógrafos, mas também por historiadores, antropólogos, cientistas sociais, literários, sendo também de interesse político. Conforme Maurício Kenyatta Barros da Costa:

A fronteira, como instituição territorial, cria uma ordem e cumpre a função de separar e distinguir, configurando-se como uma ordem de diferenciação. Entretanto, o contexto de integração regional e de redemocratização dos Estados no Cone Sul ensejou uma ressignificação das fronteiras e a busca por uma nova ordem regional (fim de disputas hegemônicas e rivalidades) que, por sua vez, incidiu sobre em uma nova compreensão dos Estados sobre seus próprios territórios. Esta foi uma ressignificação histórica, pois as fronteiras da região sempre tiveram a função de barreira para os Estados, função que passa ser questionada e alterada lenta e gradualmente, com avanços e retrocessos durante o processo. (COSTA, 2017, p. 183).

² A história oral foi utilizada como metodologia para a problematização dos relatos de experiências. Alessandro Portelli (2000) ressalta a importância do diálogo e do papel da história oral na busca pela sua preservação.

³ Cidade localizada na *Província de Misiones*, no Nordeste da Argentina. Tem como principal atividade o cultivo de erva-mate e a pecuária. Atualmente possui aproximadamente 15 mil habitantes. Faz divisa com o município de Capanema, no Sudoeste do Paraná, por isso são consideradas cidades gêmeas.

⁴ Dicionário Online de português. Disponível em: <www.dicio.com.br/fronteira/>. Acesso em: 28 maio 2018.

Na abertura do 1º Encontro Fronteiras Culturais (Brasil – Argentina – Uruguai), que aconteceu em Porto Alegre, na Casa de Cultura Mário Quintana, no ano de 2000, o então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, relatou em seu discurso que a integração das fronteiras aconteciam principalmente de forma capitalista, voltada às relações de comércio, de troca entre países, com ênfase no econômico e colocava as pessoas em situações de mercadorias, mas que se fazia necessária uma integração de valores culturais, democráticos e solidários⁵. Faz-se necessária uma atenção especial por parte dos governantes a essas zonas de fronteiras ou cidades gêmeas, que deve promover a integração; são regiões onde se deve investir financeiramente, principalmente se forem locais de menor infraestrutura ou mais carentes, como a maioria das fronteiras interiores⁶ do país.

Conforme Machado (2005, p. 260), as cidades gêmeas “apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira. Aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Por esses motivos é que as cidades gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira”.

Conforme Maria Helena Martins (2000), pensar em um fortalecimento cultural de regiões com condições de vida debilitada soa de forma paradoxal; a autora se baseia no princípio da autoestima: uma vez que as comunidades se reconhecerem enquanto comunidade e meio de transformação, conseqüentemente aprendem a se valorizar e criar meios de sobrevivência cultural, por meio da saúde, educação, moradia, resultando assim em um desenvolvimento geral. (Projeto Fronteiras Culturais).

Fronteira como local de relações econômicas, sociais e culturais

As fronteiras, antes de se caracterizarem como marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicas, de referência mental, que guiam a percepção e a realidade (PESAVENTO, 2002, p. 35). É importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que as fronteiras carregam consigo um significado de divisão, restrição, separação de modos de vida ou mesmo de idiomas, elas trazem uma integração entre a população, são uma zona de contato. Muitas vezes a integração nas áreas de fronteira acaba sendo estabelecida por meio de atividades comerciais, que aumentam o fluxo de pessoas e mercadorias. É o caso de Foz do Iguaçu e *Ciudad Del Este*. Para Seoane (2009, p. 36-37)

los procesos de integración, si bien no tienden a la disolución completa de las fronteras si determinan una relativa disminución del efecto frontera, es un fenómeno consustancial al concepto mismo de integración y requisito imprescindible para incentivar los flujos de comercio, inversiones y factores, que son su objetivo

Em uma das entrevistas realizadas, o senhor Hugo Câmara, morador de *Andresito*, que atualmente trabalha no setor de turismo, enfatizou a importância em direcionar os olhos para as atividades culturais, deixando claro que não adianta pensar apenas nas atividades comerciais, nas compras e mercadorias, mas que a integração na fronteira começa pelo relacionamento

⁵ Olívio Dutra. Governador do Rio Grande do Sul de 1999 a 2003. Discurso de abertura do 1º Encontro Fronteiras Culturais (Brasil – Argentina – Uruguai). Porto Alegre. 2000.

⁶ Conceito utilizado por José de Souza Martins, em sua obra “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano”, em que faz uma profunda análise sobre a coexistência de diferentes formas de trabalho nos espaços de fronteira no interior do Brasil, a maioria marcada pela degradação do ser humano.

com as pessoas, ou seja, não adianta a população e as lideranças pensarem e lutarem pela passagem de cargas ou em um alfandegamento da fronteira se, quando cruzam para o país vizinho, não mantêm uma relação de amizade, não se cumprimentam na rua e se quando estão em um mesmo local, não se sentem próximos⁷.

Sendo assim, a entrevista realizada com o senhor Hugo dialoga com as colocações que Sandra Pesavento (2002) faz no seu texto “Além das Fronteiras”, uma vez que as fronteiras devem caminhar para uma construção simbólica de pertencimento, ou seja, uma construção de identidade, que se paute como um marco de referência que se define pela diferença. Para Schlee (2002, p. 61), “o ponto de partida é reconhecer que temos identidades coletivas complexas, conflitivas, diferentes – pois a busca de nossa identidade parte do reconhecimento de nosso pluralismo”.

Diversas reuniões foram feitas entre os municípios de *Andresito* e Capanema, por pessoas que anseiam o fortalecimento das relações na fronteira. Foi possível verificar, por meio de algumas atas, que desde 1991 o Brasil tinha o anseio de concluir, juntamente com a Argentina, um acordo para a criação de um Grupo Permanente de Cooperação Fronteiriça, coordenado pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores, que favorecesse a análise e possíveis soluções sob enfoque técnico, de temas e fatos destinados a facilitar o trânsito na fronteira, bem como promover soluções práticas para superar possíveis dificuldades conjunturais, entretanto as autoridades nacionais não deram atenção para os anseios dessa população e o “Grupo” não obteve êxito.

É importante pensarmos que as fronteiras são locais de construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias e limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo (PESAVENTO, 2002). Ao problematizarmos as relações culturais estabelecidas na fronteira, não podemos deixar de lado o conceito de identidade, devemos refletir sobre quem são essas pessoas que vivem na zona de fronteira. Quem são os moradores de ambos os municípios? Quais seus hábitos e costumes? Qual sua religião?

Conforme Stuart Hall:

A identidade [...] preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” — entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. (HALL, 2006, p. 12).

No caso dos municípios de *Andresito* e Capanema, há uma procura muito maior por parte dos moradores do lado Argentino pelos serviços oferecidos do lado brasileiro, devido a mais opções de mercadorias disponíveis tanto em mercados como em lojas. Já os brasileiros são atraídos ao país vizinho para adquirir produtos específicos, como vinho, farinha de trigo e camarão, que têm um preço atrativo.

Antes da construção da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio, a população já realizava a travessia de um país a outro, que era feita em pequenos barcos para chegar ao país vizinho. Os moradores de ambos os municípios tinham muita dificuldade em fazer a travessia devido ao tipo de embarcação utilizada, que era muito precária; mesmo assim os moradores do

⁷ Hugo Câmara, morador de *Andresito*, envolvido nos grupos de trabalho em prol da integração entre os municípios. Concedido em 08 de julho de 2017.

lado Argentino tinham necessidade de fazer a travessia, pois o município de *Andresito* era novo e distante das demais cidades da *Provincia de Misiones* e as opções de comércio eram poucas. Sendo assim, os moradores se deslocavam até Capanema para adquirir diversos bens, desde roupas, alimentos, produtos de limpeza até eletrodomésticos e móveis. A travessia também era feita para os momentos de lazer, como os jogos de futebol.

Verificando toda essa situação precária em que a travessia era feita e com a intenção de facilitar o trânsito entre um país e outro, principalmente daqueles que levavam grandes objetos, como móveis, em meados de 1985, o vereador Ivanir Ferronato propôs a construção de uma “pinguela”, que não chegou a ser construída, pois o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião⁸, decidiu construir a ponte para ligar o Brasil à Argentina, motivado principalmente pelo fechamento da Estrada do Colono⁹ no ano de 1986.

Na época os argentinos não demonstraram apoio à construção da ponte, mas o governo do estado do Paraná optou por custear sua construção, tendo em vista que se tornaria uma importante ligação ao Oeste paranaense e também à cidade de *Puerto Iguazu*. A construção teve início em 13 de abril de 1993 e foi concluída em 09 de março de 1994. Somente dois anos depois da inauguração, foi liberado, em 1996, o tráfego entre os dois países. Até então os brasileiros não podiam ir até Foz do Iguaçu, pois a aduana não era habilitada e a legislação argentina permitia o tráfego até 50 quilômetros. O tráfego internacional foi habilitado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres em 2007 por meio da Resolução nº 1948, de 11 de abril de 2007.

O ano de 2015 foi um ano histórico para os municípios. Depois de 12 anos da construção da Ponte sobre o Rio Santo Antônio, no dia 19 de junho, passou o primeiro ônibus de turismo oficial pela aduana de *Andresito*, rumo a Foz do Iguaçu, com um grupo de 30 artesãs do município de Capanema. Desde sua construção, apenas carros de passeios podiam atravessar a fronteira. Com essa conquista, as autoridades locais tiveram as esperanças de um possível alfandegamento renovadas e veem a conquista como uma oportunidade de crescimento para a região. Entretanto até o ano de 2017, estão sem nenhum posicionamento dos governos federais quanto a isso.

Desafios diários que refletem na Integração

Muitos são os esforços para fomentar a relação entre os países, entretanto algumas situações escapam da alçada das autoridades locais e acabam por dificultar o trânsito entre os países, como é o caso do horário de funcionamento da aduana.

Atualmente, a aduana entre Capanema e *Andresito* tem seu horário de funcionamento limitado das 7h30 horas da manhã até as 19h30 horas da noite, o que conseqüentemente limita a travessia entre os países e afeta principalmente as atividades culturais, impedindo que os moradores de ambos os lados da fronteira participem de festividades, shows, eventos no país

⁸ Roberto Requião de Mello e Silva, governador eleito no Estado do Paraná. Primeiro mandato de 1991 a 1994.

⁹ Estrada pertencente ao governo do Paraná, que passava no interior do Parque Nacional do Iguaçu, e ligava a cidade de Serranópolis do Iguaçu e a cidade de Capanema. Tem cerca de 17,6 km e foi transformada em estrada por volta de 1950. Devido ao grande número de desmatamento do interior do Paraná, à extração ilegal de palmito, à caça de animais silvestres, à criação de diversas cidades e à construção de rodovias, grupos ambientalistas pressionaram o governo do Estado para o fechamento da Estrada, por ser uma área de preservação ambiental permanente (CORNELLI; CASTANHA, 2012).

vizinho, pois a maioria acontece no período noturno, inviabilizando um fortalecimento das relações culturais entre os países, visto que nem todos possuem uma condição financeira para pagar um hotel, e voltar no outro dia a seu país. É o caso da Festa do Melado que acontece em Capanema, a cada dois anos, e a Festa do Colono que acontece em *Andresito*.

Consequentemente, é difícil para os fronteiriços compreender os controles aduaneiros, principalmente das cidades gêmeas, tendo em vista que para eles o trânsito entre as fronteiras é algo corriqueiro.

Com o objetivo de reestruturar o programa de políticas da faixa de fronteira do território brasileiro e compilar alguns estudos e projetos fragmentados, o Ministério da Integração Nacional, no governo Lula, lançou a “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira”, que foi elaborado por um grupo de pesquisadores e liderado pela professora Lia Osório Machado¹⁰. Conforme o então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes:

A perspectiva desta publicação é oferecer às diversas instâncias governamentais e à sociedade brasileira uma base conceitual e uma agenda concreta de intervenção que permita superar a visão da fronteira como “espaço-problema” em favor de uma concepção que privilegia a região como um espaço pleno de oportunidades de desenvolvimento, de união com os nossos vizinhos e de valorização da cidadania. Afinal, é na fronteira que começa o Brasil e o Governo do presidente Lula tem um compromisso determinado com os cidadãos que nela residem e com o desenvolvimento solidário da América do Sul. (GOMES, 2005, p. 7).¹¹

O desejo de integração entre os países pode ser confirmado por meio dos diversos documentos disponíveis na ACEC, em Capanema, onde se encontram diversas atas de reuniões que aconteceram entre os países/municípios, com objetivo de fomentar as relações. Entretanto, o estigma de rivalidade entre brasileiros e argentinos, que tem seu ápice nos jogos de futebol, pode ser encontrado nas atitudes cotidianas dos moradores do lado brasileiro.

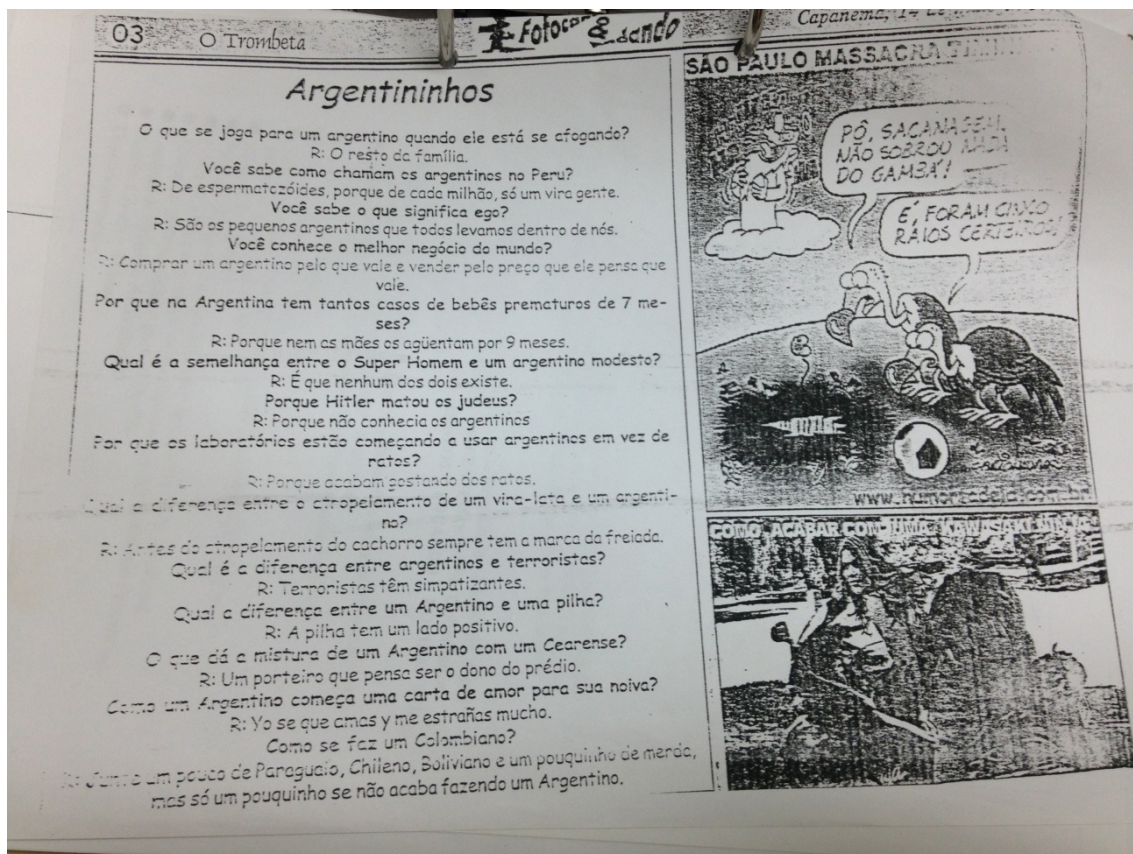
Podemos perceber que, mesmo após os esforços para construção da ponte com o objetivo de facilitar a integração e o trânsito entre os países, a população possui uma visão estereotipada do outro. Podemos ver, por exemplo, em uma coluna do jornal “O Trombeta”¹² (Figura 1), de grande circulação no município de Capanema, uma série de piadas sobre os argentinos, inclusive de título pejorativo “Argentininhos”, que teve uma repercussão bastante negativa.

Figura 1 – Piada sobre argentinos

¹⁰ Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (1989). Professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979-2010) e, atualmente, professora aposentada e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora 1-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em 1994 implantou e assumiu a coordenação do Grupo RETIS na UFRJ, do qual participam doutores, mestres, mestrandos e bolsistas de iniciação científica com pesquisas nos temas de Amazônia sul-americana; Limites e Fronteiras na América do Sul; Geografia das Drogas Ilícitas e Sistema Financeiro Internacional; Pensamento Geográfico.

¹¹ Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional, quando publicada a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira.

¹² Fundado em 02 de janeiro de 1989, por Benito Cerineu Locatelli, Carlos Leandro Tscha e Valdelírio Michel (*in memoriam*).



Fonte: O TROMBETA, 14 maio 2005, p. 3.

Tal publicação causou desconforto para os vizinhos argentinos que, inconformados com tamanho desprezo, redigiram uma carta oficial ao prefeito do município, Sr. Milton Kafer. O então *intendente* do município de *Andresito*, Sr. Aldo Aníbel, assim escreve:

*Con asombro y perplejidad hemos leído en un periódico denominado 'La Trompeta' de fecha 14 de mayo del corriente año, con tiraje en Capanema y zonas de influencia una increíble y asombrosa falta de respecto a las mínimas y elementales normas de convivencia entre dos pueblos que forjan su futuro mancomunadamente hace mas de 25 años, discriminando en forma absurda al pueblo de la República Argentina.*¹³

É perceptível a indignação no discurso do *intendente* de *Andresito*, uma vez que há um grande esforço por parte da população, das lideranças e das autoridades em estreitar os laços e promover de fato uma integração, tal atitude vai contra todos os esforços¹⁴ realizados. E assim Aldo Aníbel conclui sua carta:

¹³ O presente documento pode ser verificado junto à Associação Comercial e Empresarial de Capanema (ACEC).

¹⁴ Entende-se por “esforços”, grupos de trabalho, reuniões com a Polícia Federal e a Receita Federal, reuniões de autoridades e lideranças, audiências públicas, carta aos governantes e deputados, eventos realizados entre ambos os municípios.

Consideramos y siempre ló hemos hecho a nuestros pueblos Andresito y Capanema como hermanos que tienen lazos comunes y así deberá seguir siendo, es por ello y conociendo vuestra trayectoria, siempre a favor de la integración de nuestros pueblos es que solicitamos interceda, dentro de su âmbito, para que hechos de esta naturaleza no se repitan y para que podamos seguir avanzando en nuestro viejo anhelo de lãs frontera se un mero hito geográfico plasmado en un mapa y no una división étnica”.¹⁵

Aldo Aníbal deixa claro, no final da sua carta, que é preciso seguir avançando nos velhos anseios da fronteira, que a fronteira é refletida em um marco geográfico e não deve ser uma divisão cultural e étnica¹⁶. Não há como negar que, cada vez mais, as identidades são plurais e as nações sempre se compuseram na diferença, mais ou menos escamoteada por uma hegemonização forçada, em grande parte artificial (CHIAPPINI, 2002, p. 44).

Esse acontecimento do jornal “O Trombeta” nos chama à reflexão sobre os estereótipos que criamos das diferentes culturas e identidades, o que acaba ficando intrínseco nas narrativas e resulta em atitude como a publicação do jornal (Figura 1). O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome das semelhanças superficiais do grupo (ALBUQUERQUE JR, 2006, p. 20). Nossas identidades culturais refletem as experiências históricas em comum e os códigos culturais partilhados que nos fornecem, a nós, como um “povo uno” (HALL, 1996, p. 68).

O então prefeito de Capanema em 1995, Sr. Milton Kafer, escreveu uma carta aberta à população de *Andresito*, para se desculpar pelo acontecido e finaliza a mesma dizendo:¹⁷ “Para tanto precisamos combinar a força das ideias e dos sonhos com o desvelar da realidade e de seus problemas através das ações que reorientem na direção da formação de um só povo, ideia que habita em nossos corações mas teima em não acontecer”.

Conforme José de Souza Martins, “no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”. (MARTINS, 2016, p. 10).

Considerações Finais

Podemos concluir que os passos para uma maior integração entre os países são lentos e esbarram em leis, burocracias, preconceito e visões estereotipadas do outro. Como podemos perceber, a integração cultural vai muito além da fronteira física. É preciso que não só as lideranças lutem e fomentem atividades que integrem a população, mas que a própria população assuma esse papel que vai além de uma relação de comércio, em que as pessoas vão ao país vizinho com o intuito de comprar, mas também que possam ter contato com a música, o teatro, as festas populares, e assim resultar em uma troca de saberes e experiências.

¹⁵ O presente documento pode ser verificado junto à ACEC, Associação Comercial e Empresarial de Capanema.

¹⁶ Os diversos grupos que vivem na região: Índios Guaranis, descendentes de espanhóis, descendentes de alemães e italianos que vieram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, moradores da região Norte do Brasil que vêm em busca de trabalho.

¹⁷ Carta aberta à população de *Andresito*, que está arquivada na Associação Comercial e Empresarial de Capanema (ACEC). Escrita pelo então prefeito Milton Kafer, com data de 25 de maio de 2005.

É importante que as instituições de ensino pensem em como fomentar e realizar trocas científicas e culturais por meio da produção de seus alunos e como elas podem agregar à formação deles, como as trocas podem trazer um maior aprendizado e refletir nas atitudes dos mesmos quando esses forem lideranças em suas cidades, evitando assim a criação de estereótipos.

A atitude de extremo preconceito publicada em um jornal de grande circulação demonstra que nem todos pensam da mesma forma e que a integração não deve ser algo forçado, mas algo natural e resultante dos esforços de toda a população, uma vez que os conflitos entre brasileiros e argentinos começaram há muito tempo, motivados ainda pelos espanhóis e portugueses, que estiveram diretamente ligados à disputa desse território, mas que devem ser deixados e superados em prol de um ganho, em que as trocas culturais podem acrescentar às populações de ambos os países.

Sendo assim, conforme José de Souza Martins:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna parte antagônica de nós. Quando a história passa a ser a *nossa história*, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos nos devorou.¹⁸ (MARTINS, 2016, p. 134).

Podemos concluir que as dinâmicas nas fronteiras são complexas e permeiam as questões geográficas, culturais, sociais e políticas, que muitas vezes esbarram em leis, burocracias, preconceito e visões estereotipadas do outro. Vários são os esforços de políticos e autoridades locais e regionais para facilitar a integração nas zonas fronteiriças, entretanto compreender as relações que se estabelecem nas dinâmicas da fronteira e projetar políticas públicas para as fronteiras internacionais é delicado, pois envolve interesses políticos locais e regionais, elementos espaciais e legislações de países distintos.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massanga; SP: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CHIAPPINI, L. Multiculturalismo e Identidade Nacional. In: MARTINS, M. H. (Org.). **Fronteiras culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CORNELLI, J. P.; CASTANHA, A. P. **Estrada do colono: história, consciência ambiental e desenvolvimento local**. 2012. Disponível em: < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde2012/Arquivos/8197-28.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

¹⁸ Ver: MARTINS, J de S. Antropofagia e barroco na cultura latino-americana. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social – Rev. Sociol**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70. 1993.

- COSTA, M. K. B. da. **Políticas de segurança e defesa da fronteira brasileira no contexto de integração regional: os casos das fronteiras Brasil-Uruguai e Brasil-Paraguai**. 2017. 211f. Dissertação (Mestrado em Políticas Internacionais) – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília, 2017.
- FERRARI, M. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil – Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.
- GOMES, 2005. ACRESCENTAR DADOS DA OBRA,
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. Identidade Cultural de Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-75, 1996.
- MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamaz: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 243-284.
- MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. Antropofagia e barroco na cultura latino-americana. In: _____. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo. Editora Hucitec, 1993, p. 15-26
- MARTINS, M. H. **Fronteiras culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- PESAVENTO, S. J. Além das fronteiras. In. MARTINS, M. H. (Org.). **Fronteiras culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 35-40.
- PORTELLI, A. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p. 67-72.
- SCHLEE, A. G. Integração cultural regional. In: MARTINS, M. H. (Org.). **Fronteiras culturais**. São Paulo: Ateliê Cultural, 2002, p. 61-64.
- SEOANE, A. F. Integración económica y Fronteras: bases para un enfoque renovado. In: SEOANE, A. F.; ORIAS, R. A.; TORRES, W. A. (Orgs.). **Desarrollo fronterizo: construyendo una nueva agenda**. La Paz: Universidad de la Cordillera, 2009, p. 15 -28.
- TROMBETA O. **Argentinhos**. Capanema: Jornal local. 2005.

A integração nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia: elementos de cooperação e conflito

Vicente Giaccaglioni Ferraro Jr.¹

Resumo: O processo de integração na fronteira Brasil-Bolívia é condicionado por diversas contradições entre elementos que reforçam tanto a cooperação quanto o conflito de interesses. Nesse sentido, o limite internacional é um mecanismo de controle que propicia benefícios e oportunidades a determinados atores, ao mesmo tempo em que eleva o potencial de riscos e custos para outros. O presente artigo almeja identificar os principais elementos de cooperação e conflito que condicionam a integração na região, bem como os atores locais beneficiados ou prejudicados pela situação de fronteira. Inicialmente apresentamos os fatos históricos que marcaram o povoamento da região para, em seguida, discorrermos sobre as interações socioculturais e comerciais entre brasileiros e bolivianos. A pesquisa contou com trabalho de campo e entrevistas realizadas nas principais cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia, propriamente em Corumbá-Ladário (Mato Grosso do Sul) / *Puerto Quijarro-Puerto Suárez* (Santa Cruz), Guajará-Mirim (Rondônia) / *Guayaramerín* (Beni) e Brasileia-Epitaciolândia (Acre) / *Cobija* (Pando). Concluiu-se que a dicotomia cooperação-conflito está intrinsecamente associada à relação entre custos e benefícios propiciados pelo limite fronteiriço a diferentes atores e grupos sociais. À parte de observações comuns às cidades-gêmeas, cada qual apresenta características *sui generis*, o que reforça a velha máxima “cada fronteira é uma fronteira”.

Palavras-chave: Integração; cidades-gêmeas; fronteira Brasil-Bolívia; limite fronteiriço.

Integration in the twin cities of the Brazil-Bolivia border: elements of cooperation and conflict

Abstract: The integration process in the Brazil-Bolivia border is shaped by several contradictions between elements that reinforce both cooperation and conflict. In this sense, the international boundary is a control mechanism that provides benefits and opportunities to certain actors, while raising the potential risks and costs for others. This article aims to identify the main elements of cooperation and conflict that impact the integration process in this region, as well as the local actors benefited or disadvantaged by the border context. Initially we present the main historical facts related to the border settlement and then we discuss the socio-cultural and commercial interactions between Brazilians and Bolivians. The research was based on field work and interviews conducted in the main twin cities of the Brazil-Bolivia border, particularly in Corumbá-Ladário (Mato Grosso do Sul) / *Puerto Quijarro-Puerto Suárez* (Santa Cruz), Guajará-Mirim (Rondônia) / *Guayaramerín* (Beni) and Brasileia-Epitaciolândia (Acre) / *Cobija* (Pando). It was concluded that the cooperation-conflict dichotomy is intrinsically related to the interaction between benefits and costs offered by the international boundary to different actors and social groups. Apart from general observations on the twin cities, one can assert that each of them has specific characteristics, which reinforce the maxim “each border is a border”.

¹ Vicente Giaccaglioni Ferraro Jr. é graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mestre em Ciência Política pela *Higher School of Economics* de Moscou e doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atua nas áreas de relações sociopolíticas em regiões de fronteira e política russa. E-mail: vgferraro.jr@hotmail.com.

Keywords: Integration; twin cities; Brazil-Bolivia border; international boundary.

Introdução

A fronteira Brasil-Bolívia apresenta importante campo de pesquisa social, econômica, política e cultural, principalmente no que concerne a processos de integração espontâneos. Longe dos grandes núcleos urbanos, a região foi por muito tempo marginalizada pelos respectivos Estados Nacionais, o que fez da integração não apenas uma vontade, mas acima de tudo uma necessidade. O ciclo da borracha, a disputa pelo Acre e o advento de grandes projetos infraestruturais, como a construção das estradas de ferro Madeira-Mamoré e Bauru-Corumbá, estão entre os principais fatos históricos que permearam os antagonismos da dicotomia conflito-cooperação. Somente com os recentes projetos de integração sul-americana é que a fronteira ganhou maior atenção dos Estados, adquirindo um papel central em certas questões políticas e econômicas, além do combate ao crime organizado.

O presente artigo tem por objetivo apresentar os principais elementos de cooperação e conflito que condicionam o processo de integração na região, com destaque especial aos diferentes atores locais beneficiados e prejudicados pela condição de fronteira. Para tanto, foram delineadas três áreas principais: antecedentes históricos, interações socioculturais e interações comerciais. O trabalho² contou com a realização de pesquisas de campo e entrevistas nas principais cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia, especificamente em Corumbá-Ladário (Mato Grosso do Sul) / *Puerto Quijarro-Puerto Suárez* (Santa Cruz), Guajará-Mirim (Rondônia) / *Guayaramerín* (Beni) e Brasileira-Epitaciolândia (Acre) / Cobija (Pando)³.

Constatou-se que a dicotomia conflito-cooperação não está necessariamente vinculada às relações bilaterais entre as nações, mas sim às oportunidades, custos e desigualdades que os limites territoriais, como mecanismos institucionais de controle, propiciam às relações entre os atores locais. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para uma compreensão multidisciplinar das relações entre brasileiros e bolivianos nessa fronteira, além de subsidiar futuros trabalhos sobre a região.

² Pesquisa financiada em parte com recursos da ALBA Cultural.

³ A tabela 1 apresenta alguns dados populacionais e geoespaciais desses municípios.

Tabela 1 – Dados populacionais e geoespaciais das cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia

Grupos (estados / Departamentos)	Municípios	População total	Distância em relação aos centros regionais	Passagem fronteiriça / meio de conexão
Mato Grosso do Sul – Santa Cruz	Corumbá (BRA)	103.703	426 km (Campo Grande)	Estrada (cerca de 5 km)
	Ladário (BRA)	19.617		
	Puerto Suárez (BOL)	19.829	650 km (Santa Cruz de la Sierra)	
	Puerto Quijarro (BOL)	16.659		
Rondônia – Beni	Guajará-Mirim (BRA)	41.656	328 km (Porto Velho)	Embarcações (cerca de 10 minutos)
	Guayaramerín (BOL)	41.814	976 (Trinidad)	
Acre – Pando	Brasileia (BRA)	21.398	220 km (Rio Branco)	Pontes (conurbação)
	Epitaciolândia (BRA)	15.100		
	Cobija (BOL)	46.267	Capital departamental	

Fonte: IBGE, 2010; INE, 2012.

Antecedentes históricos

A formação dos limites Brasil-Bolívia, bem como o povoamento das regiões fronteiriças, respaldou-se em um longo processo de exploração colonial, negociações diplomáticas, dissuasão, fluxos migratórios e intercâmbios comerciais diretamente vinculados à dinâmica do mercado internacional.

Na primeira metade do século XIX, os limites entre as nações recém-independentes eram em grande medida incertos - não havia consenso sobre a demarcação de diversos trechos fronteiriços. As discordâncias quanto ao reconhecimento de determinados tratados e acordos coloniais, somadas ao princípio do *uti possidetis* (usucapião) habilmente promovido pela diplomacia brasileira, permitiram ao Brasil consolidar parte considerável dos limites pleiteados, em específico no Tratado de 1867 (GOES FILHO, 1999). De acordo com Bruslé (2012), as margens orientais da Audiência de Charcas (Bolívia) sempre foram de pouco interesse para a sociedade colonial espanhola, cuja matriz econômica se concentrava na extração de prata na região ocidental. Por sua vez, a metrópole portuguesa deu maior atenção aos confins da colônia⁴, promovendo a instalação de fortes e acampamentos militares que futuramente possibilitaram a defesa do *uti possidetis*.

Na segunda metade do século XIX, o porto de Corumbá se tornou um importante canal de comunicação e escoamento comercial entre o interior (Sul-)mato-grossense e outras partes do Brasil – o Porto Geral era considerado o segundo maior fluvial do país. A cidade foi ocupada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) e, logo após o fim das hostilidades, recebeu imigrantes paraguaios e de outras nacionalidades, o que se reflete no seu atual sincretismo cultural. Do outro “lado”, os pequenos povoados de *Puerto Suárez* e *Puerto Quijarro* se tornaram um canal promissor de acesso ao Atlântico para a Bolívia.

Desde o princípio, o Brasil mostrou maior preocupação com a ocupação das fronteiras, tanto civil quanto militar. A construção de quartéis e as estratégias para levar infraestrutura aos limites longínquos, como a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, comandada pelo Marechal Cândido Rondon no início do século XX, reforçaram o ideal de proteção e integração do espaço nacional⁵. Vale mencionar que, do período militar até a adoção da Constituição brasileira de 1988, “a Faixa de Fronteira esteve sob administração direta da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN), cujo secretário era também o chefe da Casa Militar da República” (STEIMAN, 2002, p. 108).

As maiores querelas fronteiriças se deram com a questão do Acre, em 1903. Na corrida pelo ouro verde, o látex, milhares de nordestinos migraram para a região amazônica, adentrando territórios bolivianos – a prova do reconhecimento da soberania boliviana no Acre era a existência de um consulado brasileiro em *Puerto Alonso* (GOES FILHO, 1999, p. 335). A população brasileira, numericamente superior, liderada pelo gaúcho Plácido de Castro, iniciou uma sublevação contra o domínio boliviano. O contencioso, que quase levou a um conflito direto entre os países, foi resolvido diplomaticamente, com destaque à participação do Barão do Rio Branco. Em uma combinação de intransigência (ameaça bélica) e concessão, o chanceler logrou, no Tratado de Petrópolis (1903), o consentimento da Bolívia quanto à anexação da região, compensando-a com a cessão de pequenos territórios, pagamento de dois milhões

⁴ Entre os principais, os fortes Coimbra, em Corumbá-MS, e Príncipe da Beira, em Costa Marques-RO.

⁵ Em Corumbá, a presença de zonas militares e órgãos de controle próximos ao limite fronteiriço são até hoje um verdadeiro obstáculo à conurbação com *Puerto Quijarro* (COSTA, 2015).

de libras esterlinas e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Durante a febre da borracha, também foi notável o crescimento do povoado boliviano de *Puerto Bahía*, renomeado *Cobija*⁶ em 1908 – imigrantes de diversos países se dirigiram à região, movimentando ainda mais a economia. Hoje *Cobija*, capital do departamento de Pando, é uma das maiores cidades da Amazônia boliviana. Do lado brasileiro encontram-se os municípios de Brasileia, fundado em 1910 a partir de um antigo seringal, e Epitaciolândia, emancipado primeiro em 1992.

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) foi idealizada para um local estratégico, próximo ao povoado boliviano de *Guayaramerín* (do guarani, “pequena cachoeira”), que se formou como porto de paragem obrigatória, tendo em vista as cachoeiras que impediam a navegação adiante no rio Mamoré. Interligando o rio Mamoré ao Madeira, afluente do rio Amazonas, a EFMM se tornou uma importante alternativa para escoar o látex boliviano e brasileiro para os grandes mercados consumidores. Concluída em 1912, a obra, que vitimou milhares de trabalhadores pela febre amarela e outras doenças tropicais, deu impulso ao crescimento do povoado brasileiro de Guajará-Mirim (Rondônia). No entanto, o fim do ciclo da borracha, com o advento dos seringais no sudeste asiático, levou ao arrefecimento econômico das povoações amazônicas fronteiriças e ao sucateamento da ferrovia.

Outro grande projeto infraestrutural de dimensão estratégica foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Iniciada em 1905, a ferrovia interligou o interior paulista a Campo Grande em 1914, e a Corumbá em 1952, possibilitando a conexão com a malha boliviana – em específico, o trajeto entre *Puerto Quijarro* a Santa Cruz de *la Sierra*, uma das maiores cidades bolivianas. Após o auge nas décadas de 1960-1980, o chamado “trem do Pantanal” entrou em crise na década de 1990 e foi desativado para passageiros. Apenas o lado boliviano permanece ativo.

A fronteira teve novo impulso socioeconômico a partir dos anos 1980-90, principalmente em decorrência dos intensos fluxos comerciais, incentivados pela entrada de produtos chineses nos portos chilenos de Iquique e Arica, pelo tráfico de drogas coordenado em escala global e pelas melhorias na infraestrutura, como a conclusão da estrada que liga La Paz a Cobija. O lado boliviano passou por rápido crescimento populacional, vinculado às correntes migratórias de todos os cantos do país, garantindo as bases para uma maior presença do Estado (BRUSLÉ, 2012). A aproximação ideológica entre governantes brasileiros e bolivianos a partir dos anos 2000, manifestada em projetos multilaterais de integração sul-americana, conferiu novo alento às fronteiras, que passaram da marginalização ao centro de um importante corredor transoceânico.

Interações socioculturais

As interações socioculturais na fronteira refletem tanto a histórica ausência do Estado boliviano na região, o que tornou os povoados bolivianos mais dependentes do Brasil na área econômica e nos serviços públicos, quanto a força do *soft-power* brasileiro, manifestada na maior difusão do português e de canais midiáticos. Tais desigualdades e assimetrias socioeconômicas contribuíram para a consolidação de relações de prestígio e estigma, sendo o preconceito contra bolivianos um fenômeno recorrente.

⁶ É interessante observar a toponímia histórica da fronteira norte: *Cobija* é o nome da cidade portuária boliviana anexada pelo Chile em 1879. O departamento de Pando foi nomeado em homenagem ao General Pando, presidente da Bolívia na época da questão acreana. Do lado brasileiro, a capital acreana foi nomeada em referência ao Barão do Rio Branco, enquanto o estado de Rondônia, em homenagem ao Marechal Rondon.

Menos de 20% dos brasileiros entrevistados⁷ nas cidades-gêmeas relataram assistir aos canais de televisão da Bolívia, enquanto entre os bolivianos o percentual de telespectadores de canais brasileiros ultrapassou a marca de 90%. Até meados da década de 1980, a maioria dos canais bolivianos não tinha sequer cobertura na região, o que facilitou a penetração da cultura brasileira, principalmente das novelas da Rede Globo e músicas populares. Em geral, a cognição do português é maior do lado boliviano do que o inverso em relação ao espanhol, ainda que o domínio da língua varie de acordo com a relação que o indivíduo tem com a fronteira. A variante do espanhol falada em Cobija contém muitos elementos do português, mesmo entre aqueles que não praticam a língua ou têm pouco contato com brasileiros (LIPSKI, 2007). Os canais midiáticos não são a única justificativa para o predomínio do português: a dependência do comércio local em relação aos turistas brasileiros, bem como a maior frequência de bolivianos nas escolas do Brasil, exerce influência significativa no fenômeno. Falar português pode ser uma importante vantagem comparativa na procura por trabalho e clientela.

Nas últimas décadas, o grande fluxo de migrantes do Altiplano boliviano, que atuam nas redes do comércio informal, e a maior presença do Estado na fronteira, inclusive com a promoção de programas de infraestrutura e “descolonização” cultural, contribuíram para uma verdadeira “bolivianização” da fronteira em detrimento de antigos laços culturais com o Brasil. O êxodo rural e a rápida urbanização nos municípios bolivianos reconfiguraram as relações sociais fronteiriças. O aumento da população de *Cobija* de 40 mil para 80 mil habitantes entre 1992, ano da construção da estrada que a interliga ao centro do país, e 2010, levou a um gradual “fechamento” da fronteira – o intercâmbio cultural não acompanhou o ritmo dos fluxos comerciais (BRUSLÉ, 2012). Línguas indígenas como o *quechua* e o *aymara* ganharam maior difusão no cotidiano fronteiriço. Apenas 59% dos brasileiros e 63% dos bolivianos entrevistados afirmaram que a integração aumentou nos últimos anos. Muitos sustentam que antes ela era mais interpessoal e agora se tornou formal, com maior afirmação estatal – na tipologia de Tito Machado de Oliveira (2005), um indicador de transformação da fronteira como “território perigoso”, de alta integração funcional e baixa formal, para “território vivo”, com alto nível de funcionalidade e formalidade.

Os intensos fluxos migratórios fizeram com que a fronteira boliviana reproduzisse a histórica cisão sociocultural pela qual o país passa desde o período colonial: a divisão entre as etnias do Altiplano, parte ocidental montanhosa, e *cambas*, da parte oriental plana, a qual abrange os três departamentos que fazem fronteira com o Brasil. As diferenças e choques entre as cosmovisões e idiosincrasias desses dois macrogrupos é notada até mesmo pelos brasileiros fronteiriços, segundo os quais os *cambas* são mais “abertos” e “integrados” ao Brasil, enquanto os migrantes do Altiplano, também chamados de *collas*, são mais “fechados” e mantêm hábitos tradicionais indígenas – o preconceito contra *collas* é um fenômeno recorrente na própria Bolívia. Um conflito entre *cambas*, opositores a Evo Morales e defensores de maior autonomia frente ao Estado central, e camponeses indígenas, adeptos do centralismo e das reformas promovidas, culminou em um massacre na região de *Porvenir* em 2008, próximo a *Cobija*. O episódio levou à prisão do governador Leopoldo Fernandez e outras autoridades

⁷ Ao todo foram entrevistados 80 bolivianos e brasileiros em 2013, entre representantes do poder público, médicos, professores, estudantes, policiais, cónsules e comerciantes, distribuídos nas três cidades-gêmeas analisadas. Vale destacar que os dados coletados não devem ser tomados como inferências para toda a população, mas apenas como indicadores de possíveis tendências. Devido à limitação de recursos, não foi possível selecionar uma amostra maior atendendo a todos os critérios estatísticos.

de Pando – muitos membros da elite local se refugiaram em Brasileia temendo represálias⁸.

Entre as maiores diferenças culturais entre os dois lados da fronteira, apontadas por brasileiros, está o alto grau de conservadorismo, civismo e apego a tradições por parte dos bolivianos. Segundo os entrevistados, costumes, roupas típicas e danças folclóricas são mais preservados na Bolívia do que no Brasil; feriados cívicos, como o Dia da Independência, são mais celebrados e a relação entre pais, alunos e professores é mais formal e “respeitosa”. Por sua vez, bolivianos apontaram diferenças nas línguas e na alimentação, como o arroz e feijão no Brasil, e o hábito de tomar sopa de entrada na Bolívia. Vale ressaltar que a culinária boliviana ganhou significativa adesão na fronteira brasileira: as tradicionais saltenhas, o *pique a lo macho* e a *chicha*, podem ser encontradas em diversos estabelecimentos e festividades. Em Corumbá, além das iguarias bolivianas, é marcante também a presença da culinária paraguaia, com as *chipas*, a sopa paraguaia e a tradição do tereré. Na cidade é possível observar práticas religiosas bolivianas e paraguaias adotadas inclusive por brasileiros sem vínculos com esses países, como o culto a Nossa Senhora de Urukupinha, Cotoca, Copacabana e Caacupé. Bandeiras da Bolívia e do Brasil foram vistas lado a lado durante as procissões de Nossa Senhora de Urukupinha e uma praça foi nomeada em sua homenagem.

A integração sociocultural se revela também nos fluxos de lazer: brasileiros vão a danceterias de *Guayaramerín* e *Cobija*, enquanto bolivianos frequentam as áreas centrais das cidades brasileiras, principalmente as praças de Corumbá nos finais de semana. Nas datas cívicas, escolas de ambos os lados desfilam juntas. Em Guajará-Mirim, o dia da independência da Bolívia é feriado municipal (Dia da Bolívia) e, reciprocamente, o da independência do Brasil é feriado em *Guayaramerín*. A integração está presente também nos nomes: a escola “Simon Bolívar”, no lado brasileiro, e a “Brasil”, no lado boliviano. Recentemente, uma antiga tradição foi recuperada em *Cobija*: a copa de futebol BOLPEBRA, envolvendo times locais da Bolívia, Peru e Brasil (Acre). Os vínculos familiares são elementos de união entre as duas nações, contudo, os intensos fluxos migratórios mencionados têm contribuído para a diminuição desses laços históricos.

Outra diferença significativa apontada pela população dos dois lados é o maior respeito às leis e a maior presença de órgãos de controle estatal no Brasil. Trabalho infantil, motociclistas sem capacete, vigilância sanitária precária, leis pouco claras, corrupção de policiais e guardas de trânsito, bem como o alto nível de informalidade trabalhista, são fenômenos comuns na Bolívia, relatados por brasileiros. A economia das fronteiras bolivianas é muito dependente do comércio informal, vulnerável às oscilações do câmbio dólar-real e do conseqüente fluxo de turistas brasileiros, o que dificulta a difusão de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários⁹. Já a economia fronteiriça brasileira, com presença mais acentuada da agropecuária, comércio de gêneros alimentícios e funcionalismo público, apresenta maior nível de formalização e cobertura pelo Estado de bem-estar social.

No lado boliviano é notável o elevado nível de organização da sociedade civil em grupos de interesse, como sindicatos, associações, *juntas vecinales*, comitês cívicos, comitês de bairros, entre outros. A pressão realizada por esses atores sobre o governo regional e nacional abrange

⁸ A oposição ao governo central em Pando foi reduzida com a redistribuição de recursos orçamentários aos governos departamentais, provenientes da nacionalização do gás em 2006, e com incentivos a fluxos migratórios de departamentos pró-Evo para a região (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014).

⁹ A população economicamente ativa que se dedica ao comércio nas cidades de fronteira supera significativamente a média boliviana (INE, 2012).

desde paralisações e greves gerais até a interrupção do trânsito fronteiriço – em janeiro de 2018, o tráfego internacional em *Puerto Quijarro* e *Guayaramerín* foi interrompido em protesto às mudanças no Código Penal promovidas pelo governo Evo Morales. Bolivianos que residem no Brasil fundaram importantes associações para reivindicar seus direitos junto às autoridades locais e auxiliar os seus conterrâneos com trâmites migratórios e jurídicos, como a Associação de Bolivianos Residentes em Guajará-Mirim e o Centro Boliviano-Brasileiro de Corumbá, que, inclusive, abrigou uma mesa de votação nas eleições bolivianas de 2014¹⁰. Suporte semelhante é prestado pela Pastoral do Migrante¹¹: em regiões como o Acre, tem contribuído não apenas para o acolhimento de bolivianos, mas também de haitianos ingressantes no Brasil por Brasileia. Nas três cidades-gêmeas há representações consulares brasileiras e bolivianas que facilitam a realização de trâmites migratórios e processuais. Costa (2015) denomina essas instituições mediadoras de *ethnic brokers*, de importância estratégica para a sobrevivência e proteção social das minorias, lembrando que muitos bolivianos residentes no Brasil são invisíveis aos políticos locais por não terem direito a voto. Graças à Lei da Anistia de 2009, diversos residentes puderam regularizar a situação migratória no Brasil e com isso obter maior segurança no acesso a direitos e estabilidade social.

No que se refere às relações de prestígio e estigma, cabe ressaltar que situações de preconceito foram relatadas dos dois lados da fronteira. Brasileiros mencionaram a “rudez” de lojistas bolivianos no atendimento e os empecilhos migratórios e comerciais que as autoridades bolivianas impõem aos estrangeiros. A partir de 2007, centenas de famílias brasileiras (“brasivianos”) residentes na zona rural fronteiriça boliviana passaram a ser realocadas em assentamentos do INCRA, no Acre, em cumprimento à legislação boliviana quanto à posse de terras por estrangeiros em uma faixa de 50 km a partir do limite fronteiriço¹². A crescente presença do Estado boliviano nas fronteiras responde ao histórico anseio por maior defesa da soberania nacional, tendo em vista que o país perdeu território para todos os vizinhos. Os bolivianos questionados não manifestaram ressentimentos quanto à perda de territórios para o Brasil, nem mesmo em *Cobija*, mas sim quanto aos equívocos diplomáticos das autoridades do país e da perda do acesso ao mar para o Chile. Também se queixaram de que o Brasil até o momento não cumpriu certos acordos, como a construção da ponte sobre o rio Mamoré em Guajará-Mirim / *Guayaramerín*.

Entrevistados na Bolívia reportaram preconceitos e maus-tratos por parte de autoridades migratórias brasileiras e alegaram que bolivianos são tratados como “cidadãos de segunda classe” no Brasil. Em algumas escolas brasileiras visitadas, constatou-se a ocorrência de *bullying* étnico, principalmente em Corumbá. Alguns professores relataram que, para os próprios alunos bolivianos, a palavra “boliviano” adquiriu conotação negativa: “querem ser brasileiros”. Além

¹⁰ Corumbá tem 170 eleitores bolivianos aptos a votar no Brasil. **Campo Grande News**, Campo Grande, 12 out. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/corumba-tem-170-eleitores-bolivianos-aptos-a-votar-no-brasil>. Acesso em: 29 jan. 2018.

¹¹ Steiman (2002) destaca a atuação da Igreja Católica e de organizações não governamentais, como o Rotary Club de Rondônia, no processo de cooperação fronteiriça.

¹² A nacionalização do gás em 2006, com a ocupação de campos da Petrobrás promovida por Evo Morales, também trouxe mal-estar às relações fronteiriças. Segundo Machado, Ribeiro e Monteiro (2014), Morales utilizou a questão do fornecimento do gás ao Brasil como instrumento geopolítico nas negociações referentes à remoção de brasileiros da faixa de 50 km e à obtenção de recursos para financiar projetos infraestruturais nas zonas fronteiriças. O Brasil também possui uma legislação específica (Lei nº 6.634) que regulamenta a posse de terras por estrangeiros na Faixa de Fronteira (150 km a partir do limite internacional).

das assimetrias socioeconômicas, o sobrecarregamento dos serviços públicos nos municípios fronteiriços brasileiros, o tráfico de drogas e o roubo de veículos, levados para a Bolívia, reforçam as relações de prestígio-estigma. Para Costa (2015, p. 41-42), o preconceito contra bolivianos está relacionado não apenas à nacionalidade, mas também à etnia indígena e à afirmação da identidade brasileira:

Nesse processo de representação da alteridade na fronteira, a construção negativa do “outro” sustenta a própria identidade brasileira, ou seja, o boliviano se constrói no imaginário brasileiro fora dos parâmetros que definem os valores “civilizados”. Nesse contexto, a imagem do “outro” ganha contornos específicos em Corumbá, na medida em que a Bolívia é vista por parte da população como símbolo do atraso, da pobreza e da falta de “civildade”, de higiene, das leis. Esses estigmas podem ser resumidos nas categorias identitárias de “chocos”, “collas” ou simplesmente “índios” ou “bugres”.

Apenas 62% dos brasileiros entrevistados citaram as relações fronteiriças como boas ou muito boas, enquanto entre os bolivianos o percentual alcançou os 82%¹³. Muitos bolivianos afirmaram temer a violência do lado brasileiro, evitando atravessar a fronteira em determinados horários – organizações criminosas de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro atuam cada vez mais na região. É interessante observar que nos dois lados foram relatados preconceitos por parte dos respectivos centros nacionais: a fronteira é vista como um local longínquo, “selvagem”, marcado pelo tráfico de drogas, contrabando e criminalidade. Bolivianos mencionaram que outras regiões da Bolívia os veem como “abrasileirados”.

A fronteira é também um importante local de passagem e migração. As regiões analisadas foram povoadas por libaneses, palestinos, turcos, paraguaios, judeus, entre outras nacionalidades, atraídos por oportunidades comerciais. Hoje recebe imigrantes do Haiti e bolivianos de outros departamentos à procura de trabalho em grandes centros econômicos brasileiros ou na própria região. Mais da metade dos entrevistados em ambos os lados afirmaram que já viajaram para outras localidades do país vizinho, tanto centros regionais quanto nacionais. Tais fenômenos migratórios e turísticos evidenciam a fluidez do conceito de fronteira, ainda que os Estados Nacionais busquem conferir-lhes estaticidade no sentido de proteção, controle e barreira contra transposições.

Para concluir a seção, vale mencionar um dos principais fluxos decorrentes das assimetrias socioeconômicas na região: a busca por atendimento de saúde. Muitas bolivianas buscam dar à luz em hospitais do Brasil para que seus filhos tenham a cidadania brasileira e acesso garantido ao Estado de bem-estar social. Em diversas situações o atendimento no SUS fica à discrição dos funcionários locais, o que gera frequente mal-estar nas relações fronteiriças. Apenas na fronteira acreana observaram-se maiores fluxos de brasileiros nos hospitais e clínicas particulares bolivianas. O sistema público de saúde do país não é gratuito: apesar dos preços modestos, para a população carente o atendimento pode ser oneroso.

¹³ Além do tamanho reduzido da amostra, que limita a realização de inferências para toda a população, o fato de o pesquisador ser brasileiro pode ter contribuído para um viés nas respostas por parte dos bolivianos. Portanto, alertamos mais uma vez que os dados devem ser utilizados apenas como indicadores de possíveis tendências.

Interações comerciais

Paradoxalmente, o setor de comércio e serviços é simultaneamente o maior motor da integração e repulsão nas cidades-gêmeas da fronteira. Perrier Bruslé (2012) destaca que a desvinculação física com o centro do país fez do intercâmbio comercial, legal ou ilegal, um elemento imprescindível para a sobrevivência dos povos de fronteira. As relações positivas e negativas dependem em grande parte dos atores sociais envolvidos e da articulação de seus interesses. Na área do consumo há um elevado grau de integração, visto que brasileiros e bolivianos constantemente cruzam o limite fronteiriço para fazer compras. Contudo, o mesmo não se aplica aos comerciantes e prestadores de serviços: os baixos impostos e salários no lado boliviano, somados à venda de produtos chineses, acirram a concorrência entre brasileiros e bolivianos e geram situações de conflito, aprofundadas quando há intromissão dos Estados.

Das três cidades-gêmeas analisadas, Corumbá / *Puerto Quijarro-Puerto Suárez* apresentaram maior predisposição a conflitos nesse setor. Nessas localidades os principais atores econômicos contam com alto nível de articulação e organização, logrando por vezes obter apoio de órgãos públicos e lideranças políticas para promoverem suas reivindicações. Representantes do Sindicato dos Taxistas de Corumbá se reúnem com autoridades brasileiras e bolivianas no intento de coibir a entrada de taxistas bolivianos “clandestinos” no Brasil¹⁴. Por acordo informal, taxistas brasileiros devem deixar os passageiros perto do limite, sem passar ao lado boliviano, sendo que o mesmo procedimento é esperado dos taxistas bolivianos. Motoristas bolivianos relataram terem sido intimidados por taxistas brasileiros, que os acusaram injustamente de estarem praticando transporte ilegal.

Outra instituição atuante é a Associação Comercial e Empresarial de Corumbá (ACIC), que exerce considerável pressão em órgãos de fiscalização como a Receita Federal e instâncias municipais¹⁵. Em 2013, um grande camelódromo de comerciantes majoritariamente bolivianos, a Feira Bras-Bol, foi interditado e demolido pela Prefeitura, causando mal-estar nas relações fronteiriças. Diante do progressivo fechamento da fronteira, Costa (2015, p. 45) destaca o “recorrente racismo e a associação das práticas irregulares na fronteira com os bolivianos, cuja própria condição de moradores no lado brasileiro é tida como ilegal e cujas posições de trabalho são vistas como a de concorrentes”. Do lado boliviano, os comitês cívicos e associações de comerciantes, como a feira “12 de Outubro”, reivindicam a flexibilização do comércio binacional: em 2011 fecharam a fronteira por alguns dias em protesto contra a portaria nº 440/2010 do Ministério da Fazenda, que restringiu a compra de brasileiros no exterior sem tributação.

Vale destacar que o comércio transfronteiriço não reflete apenas a lógica das desigualdades entre Brasil e Bolívia, mas também das desigualdades inerentes ao próprio Brasil e ao processo de globalização: pequenos comerciantes em situação de pobreza, os chamados “sacoleiros”, dirigem-se à fronteira para adquirir produtos importados, muitas vezes fabricados por trabalhadores chineses

¹⁴ Presidente do Sindicato dos Taxistas solicita apoio da PM e da polícia boliviana para coibir os clandestinos. **Correio de Corumbá**, Corumbá, 25 nov. 2016. Disponível em: <http://correiodecorumba.com.br/index.php?s=noticia&id=25099>. Acesso em: 02 fev. 2018.

¹⁵ Há também situações de cooperação entre os comerciantes. Em novembro de 2017, a ACIC, Prefeitura de Corumbá, Sindicato do Comércio Varejista de Corumbá/Ladário e Câmara da Indústria, Comércio e Serviços da Província de German Busch (Cainco), na Bolívia, promoveram a Black Friday da fronteira, trazendo benefícios para os dois lados. Black Friday vai movimentar pelo menos 70 lojas em Corumbá e na Bolívia. **Prefeitura de Corumbá**, Corumbá, 6 out. 2017. Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/black-friday-vai-movimentar-pelo-menos-70-lojas-em-corumba-e-na-bolivia/21401/>. Acesso em: 02 fev. 2018.

em situação de trabalho precário, e vendidos por comerciantes bolivianos, também em situação de pobreza e condições precárias de subsistência. Trata-se de uma verdadeira cadeia global de integração das desigualdades socioeconômicas, indicando que a dicotomia conflito-cooperação está mais atrelada aos atores e interesses envolvidos na transposição de limites do que aos Estados em si. A restrição de compras na Bolívia pode beneficiar os comerciantes brasileiros de Corumbá, mas prejudicam os “sacoleiros” provenientes de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro – tal fenômeno remete à distinção entre comerciantes que vivem *na* fronteira e *da* fronteira (COSTA, 2015). Consumidores de baixa renda, tanto da fronteira quanto de outras regiões brasileiras, também são beneficiados pelos baixos preços dos produtos comercializados por bolivianos.

Turistas que viajam a fronteira em busca de produtos, por questões de infraestrutura, comodidade e às vezes preconceito, preferem se hospedar e alimentar no lado brasileiro – *Cobija*, pela maior infraestrutura, é uma exceção. Quando o real se desvaloriza perante o dólar, o fluxo de brasileiros se reduz significativamente, o que prejudica tanto o comércio boliviano quanto o setor turístico brasileiro, mas contribui para o aumento do fluxo de consumidores bolivianos locais ao Brasil. A dinâmica do controle fronteiriço é também influenciada pelos conflitos e decisões tomadas em outras instâncias, como deliberações da Receita Federal em Foz do Iguaçu e da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Nas cidades gêmeas de Guajará-Mirim / *Guayaramerín* não se observou o mesmo nível de tensão. O setor comercial de Guajará é notavelmente debilitado pela concorrência boliviana, restringindo-se à venda de alimentos, gêneros agropecuários e produtos de maior qualidade para a população local, principalmente funcionários públicos – classe de grande relevância na fronteira devido à presença de órgãos de controle estaduais e federais. Os lojistas nas fronteiras brasileiras também são beneficiados pela possibilidade de vender a prazo, opção não disponível na maior parte dos estabelecimentos bolivianos. Apesar de o município constituir uma Área de Livre Comércio, por diferentes fatores o desenvolvimento econômico ficou aquém do esperado¹⁶. Na paisagem urbana é possível observar algumas importadoras e exportadoras, além de pequenos camelódromos e feiras com presença majoritária de comerciantes bolivianos – a despeito dos preços mais caros do que na Bolívia, não é necessário fazer a travessia do rio Mamoré.

A fiscalização da Receita Federal na região é limitada pelo número de funcionários, equipamentos e horário de funcionamento do posto situado junto ao pequeno porto. Assim como nas demais fronteiras, no período noturno não há fiscalização aduaneira e infratores podem passar livremente, salvo quando há atuação de outros órgãos. O contrabando é também recorrente em barrancas e portos clandestinos, a qualquer hora do dia. Os barcos que cruzam o rio Mamoré não enfrentam os mesmos conflitos que os taxistas em Corumbá: embarcações brasileiras, vinculadas a uma empresa, fazem o transporte do Brasil para a Bolívia e voltam vazias, enquanto as bolivianas, integrantes de uma associação, fazem o sentido contrário. Por vezes, projetos de integração institucional não são bem recebidos por determinados grupos de interesse: nos primeiros dias que se seguiram à instalação da aduana integrada Brasil-Bolívia em 2015, houve uma queda de aproximadamente 90% das exportações brasileiras no porto de Guajará¹⁷.

¹⁶ Incentivos tributários são estratégias de desenvolvimento regional adotadas em ambos os lados da fronteira: *Cobija* e *Puerto Quijarro* possuem Zonas Francas, enquanto Guajará-Mirim e Brasília-Epitaciolândia possuem Áreas de Livre Comércio.

¹⁷ Com aduana integrada, exportações caem 90% em Guajará-Mirim. **Globo.com**, Rondônia, 13 ago. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/08/com-aduana-integrada-exportacoes-caem-90-em-guajara-mirim.html>. Acesso em: 05 fev.2018.

Diferentemente de Guajará-Mirim, o município de *Guayaramerín* contou com rápido crescimento econômico, atraindo migrantes de todos os departamentos da Bolívia. O centro comercial se estende por uma longa avenida repleta de lojas de roupas e produtos chineses voltadas aos turistas brasileiros. Segundo os diretores da empresa brasileira responsável pela travessia, por dia mais de mil pessoas atravessam a fronteira, provenientes de diferentes partes de Rondônia – nos feriados esse número pode superar a marca de três mil pessoas. Próximo ao porto boliviano, é possível notar cambistas, mototaxistas e diversas placas de propaganda em “portunhol”. Assim como na fronteira sul-mato-grossense, os turistas brasileiros buscam se hospedar e se alimentar no Brasil, com a diferença de que nessa fronteira há restaurantes brasileiros mesmo do lado boliviano. Parte dos bolivianos de *Guayaramerín* que atravessam o rio busca revender artigos em feiras do Brasil ou adquirir roupas de maior qualidade, material para construção e gêneros alimentícios, visto que a agropecuária na Amazônia boliviana é notavelmente subdesenvolvida, se comparada à brasileira.

No que concerne às cidades-gêmeas de Brasileira-Epitaciolândia / *Cobija*, pode-se observar um nível médio de tensão comercial. De modo semelhante a Guajará-Mirim, as cidades brasileiras dessa fronteira têm alta dependência do funcionalismo público, ainda que estejam defronte a uma capital regional estrangeira de grande porte para os padrões locais. Mototaxistas de ambos os lados podem passar o limite sem problemas, desde que estejam apenas levando passageiros. No entanto, alguns brasileiros se queixaram de que bolivianos também pegam passageiros em Brasileira e Epitaciolândia. A passagem de mototaxistas revela outro elemento de integração funcional que transgride as formalidades jurídicas, visto que *de jure* não é permitido prestar serviços de transporte no país sem passar pelos devidos trâmites legais.

Constatou-se que muitos bolivianos atravessam as pontes limítrofes para adquirir gêneros alimentícios nos supermercados do Brasil. No período de chuvas, as estradas que conectam *Cobija* ao interior da Bolívia ficam praticamente intransitáveis, o que reforça a dependência de consumidores e varejistas bolivianos ao setor alimentício brasileiro (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014). Por esse motivo, essa é a única fronteira analisada em que se observou considerável grau de aceitação da moeda boliviana no lado brasileiro – nas demais, poucos estabelecimentos a aceitam¹⁸. Já o real é amplamente aceito em todas as cidades-gêmeas vizinhas em decorrência do alto fluxo de turistas comerciais e do maior grau de desenvolvimento econômico brasileiro.

Por fim, vale mencionar um elemento que ocasionou considerável mal-estar nas relações fronteiriças: a restrição de acesso à gasolina boliviana, cujo litro é mais barato (subsidiado) do que no Brasil, aos consumidores brasileiros. Tal medida foi implementada pelo governo Evo Morales no intento de garantir o abastecimento das povoações bolivianas, evitar longas filas e impedir que os subsídios sejam desviados de seu público-alvo. O preço do litro cobrado agora aos brasileiros é significativamente maior – como símbolo da presença do Estado central, um militar está presente em cada posto.

¹⁸ Nesta cidade é notável a presença de trabalhadores brasileiros no setor de comércio e serviços.

Considerações finais

As diferenças no arcabouço jurídico-institucional entre os países, bem como na disponibilidade de recursos econômicos e serviços públicos, criam “ganhadores” e “perdedores”, os quais podem se articular para promover seus interesses e pressionar por mudanças, tanto no *status quo* quanto na função do limite como “barreira” ou “abertura”. Nesse sentido, a fronteira é ao mesmo tempo beneficiada e prejudicada por sua própria condição geopolítica. A delimitação entre “formalidade” e “funcionalidade”, “legalidade” e “ilegalidade”, “barreira” e “abertura”, “nacional” e “estrangeiro” é fluida e pouco precisa diante da dinamicidade das territorialidades transfronteiriças, ocasionando por vezes conflitos entre grupos de interesse privado e os agentes estatais centrais.

O papel dos Estados no processo de integração local é um dos principais fatores que acirram as ambiguidades e assimetrias entre os diferentes “lados”. Sua ausência pode tanto facilitar a cooperação, por permitir e até mesmo incentivar o surgimento de mecanismos funcionais que desafiam a fronteira como barreira, quanto aprofundar conflitos, haja vista a insegurança jurídica que arranjos informais podem trazer às interações sociais. Por sua vez, uma maior presença do Estado pode impulsionar os fluxos territoriais locais, com a realização de projetos infraestruturais e incentivos tributários, e simultaneamente romper os arranjos funcionais espontâneos que não se adequam perfeitamente ao arcabouço jurídico nacional. Como se constatou nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia, o processo de integração foi fortemente condicionado pela dicotomia ausência-presença dos Estados: a integração, que antes era mais funcional e pessoal, é hoje mais formal e institucionalizada – apesar de contraditórios, ambos os paradigmas estão presentes. Em certa medida, pode-se afirmar que há um *trade off* entre integração formal, promovida pelos Estados, e integração funcional, manifestada nos arranjos espontâneos locais.

Outra importante característica das interações fronteiriças é a alta vulnerabilidade a fatores externos, como flutuações cambiais, diferenças nas vantagens comparativas entre as nações, conjunturas das relações bilaterais e multilaterais, liberalização do comércio internacional, expansão de redes globais de produção e do crime organizado. Todos esses elementos contribuíram em diferentes graus para o aumento dos intercâmbios comerciais transfronteiriços e, principalmente, para o rápido crescimento populacional no lado boliviano, cujos fluxos migratórios propiciaram uma maior “bolivianização” sociocultural das fronteiras, antes pouco povoadas. Os recentes projetos de integração sul-americana também concorreram para tirar as fronteiras da situação de marginalidade e conferir-lhes maior centralidade como nódulos de intercâmbio socioeconômico.

Por fim, vale ressaltar que apesar de as cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia apresentarem características comuns entre si, em cada uma há elementos *sui generis* de cooperação e conflito, comprovando a velha máxima: “cada fronteira é uma fronteira”. Longe de esgotar o tema, o artigo visou apresentar esses diferentes elementos no intuito de subsidiar futuras pesquisas e análises setoriais.

Referências

BRUSLÉ, L. P. Frontera Bolivia con Brasil, nuevos esquemas fronterizos en el marco de la integración continental y de la integración nacional: el ejemplo de Pando. **Revista Frontera** nº1, La Paz, Bolívia, 2012.

CORUMBÁ, Prefeitura. **Black Friday vai movimentar pelo menos 70 lojas em Corumbá e na Bolívia**. Notícias.Corumbá. 2017. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/black-friday-vai-movimentar-pelo-menos-70-lojas-em-corumba-e-na-bolivia/21401/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

CORREIO DE CORUMBÁ. **Presidente do Sindicato dos Taxistas, solicita apoio da PM e polícia boliviana ora coibir os clandestinos**. Fronteira. Corumbá. 2016. Disponível em: <<http://correiodecorumba.com.br/index.php?s=noticia&id=25099>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

COSTA, G. V. L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 35-63, 2015.

FREITAS, Júnior. Com aduana integrada, exportações caem 90% e, Guarájá-Mirim. **G1**. Rondônia, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/08/com-aduana-integrada-exportacoes-caem-90-em-guajara-mirim.html>>. Disponível em: 05 fev. 2018.

GOES FILHO, S. S. **Navegantes, bandeirantes e diplomatas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE (IBGE). **Censo 2010**. Brasil em Síntese: informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 fev. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Bolívia**: indicadores sociales y económicos según departamento y municipio, Censo 2012. Disponível em: <www.censosbolivia.ine.gob.bo/webine/>. Acesso em: 05 fev. 2018.

LIPSKI, J. M. **Cruzando fronteras/Cruzando lenguas**. Third. Interdisciplinary Colloquium on Hispanic/Latin American Literatures, Linguistics, and. Cultures, El arte de (con)vivir/ the art of (co)existence. University of Florida, Gainesville, 11 out. 2007.

MACHADO, L. O.; RIBEIRO, L. P.; MONTEIRO, L. do R. C. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 2, p. 15-30, 2014.

OLIVEIRA, T. M. de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-prático. In: _____ (Org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. Da UFMS, 2005, p. 377-408.

PERES, Priscilla. Corumbá tem 170 eleitores bolivianos aptos a votar no Brasil. **Campo Grande News**. Campo Grande. 2014. Disponível em:<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/corumba-tem-170-eleitores-bolivianos-aptos-a-votar-no-brasil>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

STEIMAN, R. **A Geografia das Cidades de Fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002, 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

A luta pelo reconhecimento étnico dos Kokama na Tríplice Fronteira Brasil/Colômbia/Peru

José Maria Trajano Vieira¹

Resumo: O povo Kokama, atualmente, encontra-se dividido, em termos de nacionalidade, entre brasileiros, peruanos e colombianos. Do lado brasileiro da fronteira, na região do alto Solimões, estado do Amazonas, historicamente marginalizados pelo Estado nacional, os Kokama nas últimas décadas vêm se mobilizando politicamente na tentativa de beneficiar-se das políticas públicas estatais, por meio de seu reconhecimento legal enquanto sujeitos detentores de direitos étnicos, reivindicando para isso sua diferença enquanto coletividade distinta das demais. Nesse contexto adverso, os Kokama reflexivamente vêm procurando conhecer, “resgatar” e valorizar sua cultura “tradicional”, como uma forma de conquistar visibilidade étnica, diante de uma sociedade que os discrimina e de um Estado que os exclui das políticas indigenistas oficiais. Nesse processo, surgem conflitos e alianças com setores da sociedade não indígena, das demais etnias da região e dentro do próprio movimento social kokama, em virtude da competição por reconhecimento étnico e jurídico em termos associativos, direitos territoriais e intelectuais, bens culturais, patrimônio linguístico, educação e saúde diferenciadas, religiosidades, controle de recursos naturais, entre outras demandas e projetos com financiamento escasso. Os Kokama contemporâneos, por meio do recurso as suas memórias e história, lutam pelo seu reconhecimento enquanto indígena kokama perante outras etnias indígenas, os não índios e as organizações indígenas e indigenistas. A cultura kokama é pensada, resgatada e inventada em meio às dinâmicas relações sociais que a mantêm: intraétnicas e interétnicas; com o meio urbano; com os novos movimentos religiosos e com a política partidária. Projetada em direção ao passado, essa “cultura” pretende legitimar o presente e vislumbrar um futuro mais favorável àqueles que a agenciam.

Palavras-chave: Índios Kokama; reconhecimento étnico; fronteiras; identidade cultural.

The struggle for ethnic recognition of Kokama in the triple border Brazil/Colombia/Peru

Abstract: The Kokama tribe today is divided in terms of nationality; they are Brazilians, Peruvians and Colombians. On the Brazilian side of the border in the Upper Solimões River region in the state of Amazonas, whereas they have historically been marginalized by Brazil, the Kokama in the last few decades have been organizing themselves politically in an effort to benefit from national public policy. In order to do this the Kokama have been working toward being legally recognized as possessing the rights of an ethnically distinct group, notwithstanding their continuing position as part of the collective indigenous whole. The Kokama react to this adverse context by seeking knowledge of their “traditional” tribal culture, “rediscovering” and valuing it, as a way to win ethnic visibility before a society that discriminates them and national indigenous politics that exclude them. In this process there arise both conflicts and alliances –with non-indian sectors of Brazilian society, with other tribes in the region and even within the Kokama social movement – as part of the competitions

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professor na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: zmtrajanov@yahoo.com.br.

for ethnic and legal recognition in relation to associations, territorial and intellectual rights, physical cultural heritage, linguistic heritage, improvements in education and healthcare, religious influences, the control of natural resources, and other needs and projects with scarce funding. The contemporary Kokama, relying on their cultural memory and history, struggle to be recognized as a distinct tribe by other indigenous tribes, by non-Indians, tribal organizations and specialists in tribal affairs. The Kokama culture is rethought, rediscovered and formulated in the midst of the dynamic of maintaining their various social relationships: intra-and intertribal; with their urban environment; with new religious movements and with party politics. While looking back toward their past, this “culture” aims to legitimize their present reality and to envision being agents of a better future.

Keywords: Kokama Indians; ethnic recognition; borders; cultural identity.

Introdução

Considerado “extinto” por alguns e totalmente “miscigenado” ou definitivamente “aculturado” por outros, o povo Kokama, que em termos de nacionalidade é dividido entre brasileiros, peruanos e colombianos, reapareceu no cenário social fronteiriço do alto Solimões e vale do Javari nas últimas décadas. Neste texto mostramos a luta dos kokama pelo reconhecimento étnico e territorial e por recursos das políticas e de instituições indigenistas oficialmente vigentes no Brasil. Analisamos especialmente a situação vivida no Brasil por indígenas nascidos no Peru e seus descendentes e que hoje tentam resgatar um patrimônio cultural específico, associado aos kokama, para se diferenciarem de outros povos indígenas da região, das comunidades ribeirinhas não indígenas e mesmo de outros peruanos que não se reconhecem como indígenas. Um grande obstáculo para isso é que estes “peruanos” são considerados por muitos como invasores estrangeiros, indígenas “falsos” e oportunistas.

O povo Kokama, hoje

O povo Kokama, atualmente, encontra-se dividido em termos de nacionalidade, entre brasileiros, peruanos e colombianos. Do lado brasileiro da fronteira, na região do alto Solimões (AM) e no vale do Javari, os kokama vêm mobilizando-se politicamente nas últimas décadas, na tentativa de beneficiar-se das políticas públicas estatais, por meio de seu reconhecimento legal enquanto sujeitos detentores de direitos étnicos e enquanto coletividade indígena distinta das demais etnias da região. Nesse contexto, os kokama, reflexivamente, vêm procurando conhecer, resgatar e valorizar sua cultura tradicional, promovendo uma incessante busca de suas raízes como forma de conquistar visibilidade étnica diante de um Estado que historicamente os tem excluído das políticas indigenistas oficiais. Não obstante, os obstáculos à livre circulação de indígenas impostos pelo estado brasileiro, sobretudo a fixação em território nacional dos kokama originários da Colômbia e principalmente do Peru, pessoas membros das famílias kokama mantêm relações transfronteiriças por meio de redes de parentesco, de intercâmbio político, religioso, cultural e econômico que atravessam e interligam essa fronteira geográfica entre distintos Estados nacionais e suas políticas, abrangendo uma vasta região da Amazônia que vai de Iquitos no Peru até Manaus no Brasil, passando pela Colômbia.

Figura 1 – Comércio de família kokama em Atalaia do Norte



Fonte: Dados da pesquisa de campo, abril de 2013.

A língua e a cultura

Os kokama são considerados um ramo da família linguística tupi-guarani, entretanto, além da tupi, a língua kokama contém elementos das línguas *aruak* e *kechua*, ou seja, é uma língua resultante da mistura de várias outras. Atualmente, alguns kokama conhecem palavras ou frases soltas e possuem as lembranças dos avós que falavam a língua. Relatam que a perda da língua se processou em decorrência do preconceito muitas vezes sofrido por eles. Ainda que em seus discursos e práticas, os kokama carregam as marcas das diversas experiências e memórias interculturais, as misturas linguísticas e culturais com outros grupos étnicos não implicam sua eliminação como grupo étnico específico. Confeção de roupas tradicionais, aprendizagem da língua materna, execução de danças, técnicas de pesca, conhecimentos sobre remédios caseiros, preparo de comidas e bebidas típicas e religiosidade são alguns dos ingredientes para fazer reviver a “cultura milenar” kokama. A região de fronteira entre três países e de encontro entre diferentes povos indígenas e sociedades nacionais leva à troca intercultural. Além dos kokama, a região fronteiriça é habitada por uma diversidade de etnias: tikuna, uitoto, yaguá, matsés, marubo, kanamari, matis, korubo e kulina, entre outras, entrelaçadas por redes de socialidade: trânsito de pessoas, relações de parentesco, objetos, conhecimentos, práticas rituais e religiosas.

Figura 2 – Senhora kokama, falante da língua materna em São Pedro do Norte



Fonte: Dados da pesquisa de campo, outubro de 2011.

O foco da pesquisa

Na minha pesquisa enfoquei a formação de algumas aldeias também conhecidas regionalmente como “comunidades”, habitadas majoritariamente por indígenas de nacionalidade peruana e seus descendentes. Analiso a adaptação vivida no Brasil por estes indígenas que, durante a maior parte de suas vidas, estiveram submetidos a outras leis, ditadas por outro Estado nacional, e a outro idioma. As acusações de oportunistas e “falsos” que recaem sobre os kokama, quando os mesmos reivindicam do poder público o reconhecimento étnico enquanto indígenas, não fazem o menor sentido. Sabemos que o povo Kokama, historicamente, foi obrigado ou induzido pelo estado brasileiro (e também peruano e colombiano) e pelas missões religiosas a que ainda está submetido, a abandonar sua língua materna (obrigado a falar português e espanhol), suas antigas filiações étnicas e sua cultura; buscam recuperá-las por também esperar, dessa forma, potenciais benefícios individuais e coletivos.

“Invasor estrangeiro”

Nos municípios brasileiros de fronteira como Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga (AM), os kokama – chamados de “índios peruanos”, “kokama peruanos” ou simplesmente “peruanos” – que transitam através das fronteiras, sobretudo no sentido do Peru para o Brasil, são tratados como invasores “estrangeiros” por setores das esferas públicas nacional, estadual e municipal; pela população local não indígena; por indígenas dos demais povos que compõem o contexto interétnico do alto Solimões/vale do Javari; e, no nível intraétnico, por pessoas do seu próprio povo, pertencentes a outras comunidades e/ou

associações kokama. Muitos desses atores sociais e instituições afirmam que no vale do Javari e no alto Solimões não existem kokama, mas sim peruanos oportunistas que querem se passar por índios para obter supostas regalias usufruídas pelos demais povos indígenas que habitam o território brasileiro. Esse não reconhecimento do outro enquanto diferente e sujeito de direitos étnicos, é fruto da disputa de poder entre os grupos sociais da região (madeireiros, empresários ligados ao turismo de “selva” e comerciantes), e tenta se fundamentar na ausência de elementos concretos de cultura indígena (tais como língua, crenças, costumes etc.) tomados de uma forma naturalizada, estática e imutável. Ignora-se o processo colonial e o contexto de interação dos quais os kokama participaram e ainda participam.

A chegada dos “peruanos”

A partir de 1969, muitas comunidades kokama tornaram-se adeptas da Irmandade da Santa Cruz ou Ordem da Cruzada, uma religião cristã fundada por um profeta nascido em Minas Gerais, conhecido por José Francisco da Cruz e que tem no seu corpo doutrinário elementos do catolicismo, protestantismo evangélico e de religiões indígenas, principalmente as de origem tupi – adotando destas a cosmovisão catastrófica de destruição e recomeço. A Cruz e a Bíblia formam os símbolos da Irmandade da Cruz. O irmão José, como ficou conhecido, pregava o fim do mundo e a salvação dos que eram protegidos sob a égide da Cruz, sendo que, após a catástrofe, os “puros de coração” alcançariam o local sagrado, onde a abundância e a fartura seriam uma constante. Nesse sentido, a cosmovisão desse movimento em muito se assemelha ao ideário da “terra sem males” dos tupi.

Uma das versões da catástrofe anunciada pelo irmão José me foi narrada por uma idosa kokama de Primeira Aldeia, em Atalaia do Norte, que o acompanhou em suas peregrinações durante alguns anos. Ela conta que muitas famílias kokama vieram para o Brasil porque o irmão José anunciou um tempo de guerra e miséria no Peru, em que os kokama nada mais teriam e em que a passagem pelas fronteiras com Brasil e Colômbia seria impedida. Irmão José ordenou que abandonassem o país e, assim, as famílias desceram o Amazonas e adentraram pelo Javari, instalando sua aldeia às margens desse rio, a cerca de 30 quilômetros acima de Atalaia do Norte, onde hoje se encontra a comunidade de São Pedro do Norte – a recomendação de irmão José era para que ficassem em terra alta, pois viria uma grande alagação, uma espécie de dilúvio. Em tempos recentes, a principal motivação para a vinda de famílias kokama para o Brasil parece ter sido este cunho religioso, desencadeada por um movimento missionário. Entre 1972 e 1980, o povo Kokama que estava concentrado na cidade de Nauta, região de Iquitos, começou a se espalhar e a formar novas comunidades em diferentes lugares (e rios). Atualmente, encontra-se no rio Ucayali, em Marañón, baixo Huallaga; no rio Napo, ainda em território peruano; e na comunidade de Ronda, entre outras, localizada no município de Letícia, sul da Colômbia, numa região conhecida como trapézio colombiano. Do lado brasileiro, os kokama estão na região do alto, médio e baixo rio Solimões; em Benjamin Constant; de Tabatinga até Manaus; e, no vale do Javari, habitam comunidades em Atalaia do Norte.

Figura 3 – Culto em Igreja da Irmandade da Santa Cruz, São Pedro do Norte



Fonte: Dados da pesquisa de campo, agosto de 2014.

Organização socioespacial

Atingidos pelas frentes de expansão não indígena, a maioria dos grupos kokama passou por processos de reterritorialização em missões religiosas, cidades, comunidades, colocações extrativistas etc. Atualmente, a organização socioespacial da região vem sendo cercada pela apropriação indevida de áreas de recursos naturais, igarapés e bairros da região, por parte de patrões do extrativismo, pescadores, caçadores profissionais, narcotraficantes e pelo turismo selvagem e especulação fundiária urbana. Isso tem provocado transformações sociais, territoriais e deslocamentos forçados do povo Kokama que ocupa o alto Solimões/vale do Javari, comprometendo a sua autonomia econômica e a sua sobrevivência física e cultural.

As principais atividades de subsistência dos kokama são a agricultura, cultivando, sobretudo, a macaxeira e a mandioca para a fabricação de farinha, a criação de animais domésticos para o consumo próprio e a pesca. Isso apesar de uma longa história de contato com os não índios, desde meados do século XVI, tê-los envolvido em várias formas de produção para o mercado, de trabalho extrativo e de comércio urbano – há os que vivem da renda de aposentadoria e salários como de professores e agentes de saúde, além de políticas sociais do governo, como o Bolsa Família.

Dados populacionais

Os dados populacionais sobre a população kokama no Brasil são bastante imprecisos, controversos e flutuantes. Trabalhamos nesse texto com dados levantados pelas organizações indígenas kokama há mais de uma década, até porque a maior parte dessa população ainda não se encontra reconhecida como indígena pela Funai. A partir dos gráficos populacionais do Conselho Geral das Tribos Tikuna (CGTT), pudemos constatar que, no alto Solimões como um todo, eram 55 comunidades identificadas “exclusivamente” por indígenas Kokama, distribuídas pelos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Iça e Tonantins. Os kokama compartilhavam outras 14 comunidades, majoritariamente com os tikuna, mas também com os kaixana, kambeba e uitoto. Levantamento populacional por família, realizado pela Organização Indígena do Povo Kokama do Vale do Javari (Orinpokovaja) no ano de 2011, computou 110 famílias, totalizando 550 pessoas que se identificaram como da etnia kokama, apenas no município de Atalaia do Norte. Em Benjamin Constant, na comunidade Bom Jardim, segundo dados da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), a população indígena era de aproximadamente 123 famílias, totalizando um total de 723 pessoas, a grande maioria formadas por kokama, mas também por tikuna, algumas famílias witoto e por outras “mistas” (mistura de nordestinos, peruanos, colombianos, tikuna e kokama, entre outras combinações possíveis). Segundo o agente de saúde da comunidade, em 2015 residiam na comunidade 157 famílias kokama, totalizando perto de 800 pessoas. A comunidade Luiz Ferreira, criada há cinco anos na periferia da cidade de Tabatinga, possui uma área de dois hectares e meio e é habitada por 211 pessoas autoidentificadas kokama e reconhecidas enquanto tais, à exceção de três famílias nucleares tikuna. Mas segundo dados da liderança local, só no meio urbano de Tabatinga haveria 3.650 indígenas kokama.

Participação política

A participação ativa de líderes Kokama na política indígena e partidária e a criação nas últimas duas décadas de diversas associações locais, de comunidades ribeirinhas e urbanas, representam uma nova configuração de articulações políticas que ainda está em construção, mas que poderá definir melhor as reivindicações dos grupos étnicos kokama. Eles tentam participar de projetos (com a colaboração de assessores de ONGs, órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, universidades, antropólogos) para obter fontes alternativas de renda para as comunidades. Tais empreendimentos visam fundamentalmente ao fortalecimento da identidade étnica, à valorização das tradições, ao desenvolvimento sustentável, à inserção nas políticas indigenistas nas áreas de saúde e educação (a exemplo do reconhecimento de escolas diferenciadas), à reconquista da especificidade cultural e linguística e do seu território, bem como à obtenção do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani). A demarcação das áreas reivindicadas pelos kokama torna-se importante perante a interferência negativa de interesses capitalistas nacionais e estrangeiros, levando os jovens indígenas à falta de perspectivas e problemas sociais (delinquência, drogas, alcoolismo, prostituição). Há litígios envolvendo questões territoriais nas comunidades habitadas pelos indígenas, estimulando-os a buscar emprego urbano e prazeres lúdicos (festas, álcool, drogas e prostituição). A Festa Cultural do Povo Kokama Milenar, realizada pela Associação do Povo Kokama e Tabatinga no Centro Cultural Presidente Lula, em 30 de setembro de 2012, constituiu palco privilegiado para representação da autenticidade cultural indígena (danças, comidas, plantas medicinais, vestuário e músicas para legitimar um discurso em defesa de direitos baseados na etnicidade

indígena) diante de interlocutores não indígenas (Funai, políticos, imprensa, antropólogo, universidades). Nesse processo de reinvenção de suas tradições, os kokama construíram em Tabatinga uma “maloca”, que é utilizada para festas e apresentação de dança.

Figura 4 – Representantes do povo Kokama antes de conferência sobre política indigenista (Tabatinga)



Fonte: Dados da pesquisa de campo, outubro de 201).

Cultura de fronteira

Colombianos, peruanos ou brasileiros, somos membros da família humana e, como espécie, somos filhos da humanidade por cujo bem-estar vale a pena lutar. Devemos ser capazes de ver alguns kokama, por contingências históricas nascidos em outro país, não como invasores, mas como hóspedes, com os quais compartilhamos uma mesma Amazônia e um mesmo planeta, independentemente do Estado-nação ao qual estamos vinculados. Discriminar, excluir, controlar pessoas que têm a mesma complexidade e capacidade intelectual, por causa das suas diferenças culturais, é uma violação contra os direitos humanos e uma afronta ao livre pensamento. Indígenas ou não, a maioria da população da tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru é composta por sujeitos multiculturais, multinacionais e multiétnicos, o que vem se consolidando na formação de uma cultura de fronteira que tem, como pano de fundo, a diversidade dos grupos que a compõem, grupos estes que em determinados contextos tomam o primeiro plano da cena social. Como sugere o antropólogo Mauro Almeida (2011, p. 50): “é possível contribuir para a formação de um país onde a identidade de cidadãos iguais seja resultado de uma luta pelo reconhecimento constante de diferenças”. Para além da nacionalidade, os kokama sempre foram grupos sem fronteiras geográficas rígidas; mais do que peruanos, colombianos ou brasileiros, posicionam-se como indígenas e kokama em particular. Enfim,

como membros da espécie humana que buscam qualidade de vida, por reconhecimento das diferenças como uma forma de conquistar a igualdade de oportunidades, numa sociedade mais ampla que historicamente tentou alijá-los do processo social, político e econômico. Como observa Viveiros de Castro (2016, s./p.): os indígenas “são nosso exemplo, um exemplo de ‘reexistência’ secular a uma guerra feroz contra eles para ‘desexisti-los’, fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja ‘des-indianizando-os’ e tornando-os ‘cidadãos civilizados’”. Enquanto recentemente alguns grupos kokama “brasileiros” conquistaram visibilidade e direitos perante o Estado como povos diferenciados, outros grupos kokama, sobretudo aqueles chegados recentemente do Peru e da Colômbia, ainda carecem de tal reconhecimento. No caso dos kokama, a diversidade política, ideológica, religiosa, nacional, de interesses e estratégias dificultam ações coletivas baseadas em alianças intercomunitárias, construídas em torno de objetivos, projetos e identidades comuns. Neste caso, subsistem as disputas de poder, os conflitos e contradições entre os atores sociais envolvidos na produção e reprodução das identidades. Até que ponto seria possível para os kokama estabelecer um diálogo intraétnico em torno de objetivos comuns? É uma questão que só o desenrolar da política indígena e indigenista poderá explicitar no decorrer do tempo.

Referências

ALMEIDA, M.W.B. de. Alguns aspectos do pensamento de Manuela Carneiro da Cunha. In: SCHWARCZ, L. M. et al. (Orgs.). **Manuela Carneiro da Cunha: o lugar da cultura e o papel da antropologia**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **“Os involuntários da pátria”**. Aula pública durante o ato Abril indígena, Cinelândia, 20 abr. 2016. Disponível em: <<https://acasadevidro.com/2016/04/24/os-involuntarios-da-patria-por-eduardo-viveiros-de-castro-aula-publica-durante-o-ato-abril-indigena-cinelandia-rj-20042016/>>. Acesso em: 06 mar. 18.

“Bairros de má fama”: experiências cotidianas de trabalhadores na cidade de Guaíra-PR

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho¹

Resumo: Este resumo é resultado de minha dissertação na qual propus a discussão acerca da experiência de trabalhadores que moram nos bairros de má fama na cidade de Guaíra-PR – Parque Hortênciã e Vila Alta desde os anos de 1975 até 2013. Por meio de suas narrativas foi perceptível compreender as mudanças ocorridas na vida destes trabalhadores que formaram os bairros, considerando-se em suas experiências aspectos que interferem cotidianamente em suas vidas. A discussão de que a luta de classes é presente na cidade permite compreender a estigmatização vivenciada cotidianamente por estes trabalhadores, os quais exercem trabalhos precários na cidade de Guaíra e nos frigoríficos da Cvale em Palotina e da Copagril em Marechal Cândido Rondon. Suas narrativas apresentam as trajetórias de vida em que a maioria dos entrevistados passou por sérias dificuldades até conseguir adquirir uma casa em um destes bairros pesquisados. Desta forma, os bairros aparecem como uma conquista na vida destes trabalhadores, que assim narram, apesar das dificuldades a que estão submetidos nestes locais. Em contrapartida, os jornais da região caracterizam os bairros como violentos e repleto de bandidos, lugares praticamente inabitáveis, desconsiderando as trajetórias de vida dos trabalhadores que ali residem. Portanto, o interesse deste trabalho é identificar, por meio das análises das entrevistas, as experiências em torno da vida de cada um dos sujeitos entrevistados, do trabalho que exercem atualmente e que já exerceram no passado e como lidam com a violência cotidiana nos bairros, compreendendo que se trata de experiências coletivas.

Palavras-chave: Bairros de má fama; trabalhadores; estigmatização; Guaíra-PR.

“Bad reputation neighborhoods”: daily experiences of workers in the city of Guaíra-PR

Abstract: This summary is the result of my dissertation of which I proposed the discussion about the experience of workers living in the disreputable neighborhoods of Guaíra-PR – Parque Hortênciã e Vila Alta from the years 1975 to 2013. Through their narratives it was noticeable understand the changes that occurred in the lives of these workers who formed the neighborhoods considering in their experiences aspects that interfere daily in their lives. The discussion that the class struggle is present in the city makes it possible to understand the stigmatization experienced daily by these workers who carry out precarious work in the city of Guaíra and in the slaughterhouses of Cvale in Palotina and Copagril in Marechal Cândido Rondon. His narratives show the life trajectories in which the majority of the interviewees went through serious difficulties until he could acquire a house in one of these researched neighborhoods. In this way, the neighborhoods appear as an achievement in the lives of these workers, who thus narrate despite the difficulties in which they are submitted in these places. On the other hand, the newspapers of the region play the role of characterizing the

¹ Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), vinculada à Linha de Pesquisa de Trabalho e Movimentos Sociais sob orientação de Rinaldo José Varussa. E-mail: joochieda@hotmail.com.

neighborhoods as violent and full of bandits, places practically uninhabitable, disregarding the life trajectories of the workers who live there. Therefore, the interest of this work is to identify through interviews analysis, the experiences around the life of each of the subjects interviewed, the work they currently do and that they have exercised in the past and how they deal with everyday violence in the neighborhoods, these are collective experiences.

Keywords: Bad reputation neighborhoods; Workers; Stigmatization; Guaíra-PR.

Parque Hortência

Não há uma entrada específica onde esteja escrito “Parque Hortência”. Inclusive, é possível nos direcionarmos até o bairro ainda pela Avenida Thomaz Luiz Zeballos (que é a avenida mais próxima dos dois bairros que pesquiso), mas, para este trabalho, entraremos na primeira rua que passa a rotatória e que divide a Vila Alta do Parque Hortência. É uma rua que ainda não foi asfaltada, é constituída por pedras e há casas de ambos os lados. Nos finais de semana, quando ia realizar as entrevistas, percebia a diferença, pois os bairros estavam movimentados, ao contrário dos outros dias da semana, quando pareciam desertos. Segundo dados fornecidos pelo escritório do IBGE da cidade de Guaíra, no último censo ocorrido em 2010 havia 519 casas no bairro e a população era de 1560 moradores. No entanto, o responsável pelo IBGE afirmou que o crescimento da população do bairro aumentou de 15% a 20% até 2015.

De modo geral, visitando-os, participando de suas rodas de conversas e conhecendo as casas, pude perceber que são construídas humildemente com o esforço da própria família que se uniu e trabalhou nos finais de semana para agilizar o lugar de sua moradia. É possível que, ao caminhar pelo bairro, consigamos enxergar alguns cômodos, televisão ligada, pessoas na cozinha ou no pequeno terreiro fora da casa. Além de tantas casas, há mercearias, igrejas evangélicas e uma capela, lojas de roupa, mas tudo isso em ruas diversificadas, não há um ponto central no bairro. Há uma escola municipal denominada Amália Castagna Flores², onde os filhos de tantos trabalhadores que ali vivem estudaram.

Em uma das ruas no sentido vertical que cruza com a rua da escola, está a casa de Ana e de Paulo, uma casa de esquina com um muro alto, um lugar onde já estive outras vezes para entrevistar o filho e a nora de Ana, trabalhadores do frigorífico da Cvale de Palotina.

Ana, uma senhora de cinquenta e sete anos, ao me receber em sua casa, mostrou-me o que mudou desde o tempo em que estive lá pela última vez. Construíram uma casa para Estácio (seu filho mais velho que trabalha no frigorífico e que entrevistei) e sua esposa, e ampliaram a garagem onde Paulo guarda seu caminhão. Ana começa me narrando que:

Essa casa que a gente mora nós compramos de um senhor que disse que tinha sido ele que construiu, era um barraquinho na verdade de madeira, não tinha muitos quartos, mas o terreno era grande né? Aí nós veio morar pra cá era finalzinho de 1979 porque era mais barato, quase que não existia o bairro ainda. Hoje a gente vê esse tanto de casa, mas, naquela época era mais pasto, ainda estavam vendendo de pouco os lotes né? [...] As primeira família que vieram pra cá que eu lembro foi a nossa e de mais umas pessoas do Paraguai, mas tudo já foi embora. É que na verdade eu também sou do Paraguai né? Mas eu nem sei te dizer quem eram direito porque a gente nem se cumprimentava, dava medo. (ANA, 2015, p. 1).

² Por meio da Ata da Câmara Lei nº707, a empresa Centrais Elétricas do Sul S.A. (ELETROSUL) doou o prédio por ela construído para a Prefeitura Municipal de Guaíra, que o destinou para a instalação da Escola Municipal Amália Castagna Flores, documento assinado em 25 de maio de 1983 pelo prefeito Kurt Walther Hasper.

Antes de se casarem, ambos viviam em sítios. Ana viera do Paraguai, assim como outros moradores que encontraram uma oportunidade de se mudarem para Guaíra, para um bairro em que as condições financeiras eram melhores para comprar a casa. Ana narra ainda que “Eu vim do Paraguai porque aquilo lá não era vida não. A gente passava fome trabalhando no sítio dos outros, se ficava doente, não tinha pra onde correr, morria ali mesmo. Aí vim embora pra Guaíra pra pode ter uma vida digna”. Ainda hoje é comum moradores do Paraguai se locomoverem para Guaíra para serem atendidos no posto de saúde, para fazer compras nos mercados ou até mesmo se mudam para Guaíra e vão todos os dias trabalhar no Paraguai; reclamam da ineficiência da saúde do país vizinho. O medo que Ana menciona tem uma conotação diferente do que aparece nas narrativas de alguns entrevistados que foram morar no bairro já nos finais da década de 1980. Ana e Paulo foram uns dos primeiros moradores, portanto o medo era derivado da falta de habitação no bairro, dos terrenos que estavam vazios e ainda sendo negociados para serem vendidos, e pelo mínimo contato que tinham com seu vizinho; diferente do medo que é narrado atualmente, que deriva de crimes que acontecem no bairro.

Lendo as narrativas dos primeiros moradores do bairro, senti a necessidade de estabelecer alguns pontos fundamentais na formação do bairro. Quando começaram a ser vendidos os lotes no Parque Hortênciã? Nas entrevistas havia experiências diferentes sobre as aquisições dos lotes, portanto, direcionando-me pelas entrevistas, encontrei uma Ata da Câmara, Lei nº554 de 18 de novembro de 1975, que menciona a autorização de vendas de lotes do Jardim Internacional, que é a parte mais antiga do Parque Hortênciã. Conforme segue: “Art.1º. Fica o executivo autorizado alienar, por venda, os terrenos adquiridos do Jardim Internacional, classificados na categoria de bens dominicais. Parágrafo único: As vendas dos lotes poderão ser a vista ou a prazo, observando o preço mínimo de Cr\$ 2000,00 por unidade.”³

Essa lei se refere às terras do Parque Hortênciã, pois este bairro reúne várias ruas e o Jardim Internacional, nesse período era pertencente ao bairro. O valor que consta do preço dos terrenos já havia sido narrado em algumas entrevistas realizadas com os moradores como Ana, que menciona a ida para esse bairro pelo valor aquisitivo menor dos terrenos. Mas, o que significavam dois mil cruzeiros nesse período, sendo o salário mínimo referente ao ano de 1975 de Cr\$532,80? Perguntei para um senhor que adquiriu nessa mesma época um terreno mais próximo ao centro da cidade e ele me disse que os valores comuns eram de Cr\$10000,00 por unidade. Portanto a vinda dos primeiros moradores estava relacionada à procura de lotes economicamente viáveis para construir não somente suas casas, mas também suas vidas.

Em uma rua em direção à escola, outra casa que encontramos é a de Angélica, moradora do Parque Hortênciã desde 1981. Desde que se mudou para o bairro, vive nesta casa com seu esposo Manoel e até três anos atrás, com suas duas filhas, que já se casaram e não vivem mais no Parque Hortênciã. Angélica nasceu em Guaíra e morou até se casar em um sítio na localidade de São João neste mesmo município, juntamente com seus pais e seus sete irmãos. Quando entrevistei Angélica, em 2014, estava com cinquenta anos. Relatou-me sobre sua experiência em ajudar a construir o que hoje chamamos de Parque Hortênciã, mas que na época era “um monte de barro, sujeira, um monte de casinha fraquinha, hoje é outra história”, como narra Angélica.

³ Documento consultado pelo site <http://www.guaira.pr.gov.br/> no item “Câmara Municipal” em junho de 2015. O documento se refere à Lei nº554 de 18 de novembro de 1975, assinado pelo prefeito Kurt Walter Jasper.

Meu marido é caminhoneiro né? Aí foi difícil porque quando nós veio morar pra cá tinha muito mato, as casa era longe, os vizinho era como daqui ali na esquina sabe? Aí ele ia viaja durante dias e eu ficava sozinha, eu tinha medo porque nossa casa agora é grande, mas antes, era um barraquinho. A sorte foi que eu fiz amizade aqui né? (ANGÉLICA, 2014, p. 2).

Angélica mudou-se para o bairro dois anos depois de Ana, e menciona que fez amizade com os outros moradores que ali estavam localizados. A vinda de mais moradores implicou que começassem a ter mais contato uns com os outros. Portanto, se no início do bairro não se olhava para o vizinho por medo de quem pudesse ser, um ou dois anos depois, era uma forma de sobrevivência saber quem morava na mesma rua. Laços que se estendem até hoje. Quando fui entrevistar Angélica, ela estava cuidando do neto de uma vizinha e disse “esse menino é da família já!” - relações que são resultantes de anos vividos no Parque Hortência. Pelas semelhantes necessidades que essas famílias passaram, pode-se afirmar que um dos caminhos encontrados como solução foi o da solidariedade entre as famílias.

Ixi, quando nós mudamos pra cá foi nossa primeira casa na cidade né? E como compramos aqui por... não lembro o preço, mas, foi barato. Aí nunca mais saímos. Porque se a gente precisasse de um sal, um óleo, era longe de ir lá na cidade, comprar. Aí depois que foi vindo mais família, até energia veio, mercado... aí a gente foi virando mais amigo dos outros também e aí eu nunca mais quis sair daqui e acho um lugar muito bom de se viver. (ANGÉLICA, 2015, p. 1).

A entrevista com Angélica implica a discussão de alguns assuntos importantes para compreender a história inicial do bairro. Primeiramente, sua entrevista afirma mais uma vez o valor aquisitivo dos terrenos para famílias que facilitava para aqueles que procuravam um lugar para viver; em segundo, o aspecto do companheirismo entre os moradores do Parque Hortência da década de 1980 e como se relacionavam com o restante da sociedade. O bairro nunca esteve fora da cidade geograficamente, mas, para Angélica, “ir lá na cidade comprar” tem uma diferenciação do lugar que ela ocupa, entendendo que o que considera por cidade é o centro, onde há mercados, casas maiores, ruas asfaltadas, movimentação. Conforme entrevista de Angélica, o povoamento do bairro não acontece apenas pela vinda de moradores, mas pela presença de alguns comerciantes e o que diz respeito ao “progresso” do Parque Hortência. A entrevistada utiliza uma comparação do que entende por cidade, afirmando que o bairro só se tornou pertencente à cidade quando aderiu a estes aspectos.

Vila Alta

Na entrada do bairro, há o único asilo da cidade, “Lar São José”, de um lado e do outro há muitas árvores, plantações. No meio disso tudo, a aldeia indígena “*Tekohá Porã*”. Essa rua “principal” é asfaltada e parece que o bairro todo será assim, como as primeiras casas com que nos deparamos. Segundo dados do escritório do IBGE de Guaíra, em 2010, quando foi o último censo realizado, foram somados 344 casas na Vila Alta e 1159 habitantes, e o crescimento até 2015 foi de 15% a 20%.

As primeiras ruas do bairro foram construídas com pedras cerca de dez anos atrás, e até hoje não foram asfaltadas. Há um “ponto central” no bairro que é onde se localizam a capela e o centro comunitário. É aí que Carolina me recebe, pois era mais fácil explicar onde era a capela do que sua casa (logo entendi o porquê). Seguimos por ruas estreitas e cheias de casas,

uma ao lado da outra e bastante semelhantes, construídas em lotes proporcionais do mesmo tamanho, exteriormente todas do mesmo modelo. Em uma dessas casas de BNH é onde Carolina mora juntamente com seu esposo Edson e sua filha Luciana. Carolina tem 56 anos e mora na Vila Alta desde que se casou e saiu da casa de seus pais em Guaiá. Conseguiram comprar a casa pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) por meio de sorteio⁴ em 1986.

Carolina é professora aposentada há sete anos. Trabalhou trinta e dois anos até conseguir sua aposentadoria, atuava nas séries iniciais. Uma das escolas em que trabalhou foi a Amália Flores que fica no Parque Hortência. Depois quando foi construída a escola na Vila Alta em 1991, Carolina conseguiu emprego e finalizou seus anos de professora de 1991 a 1997, ministrando aulas na escola Áurea Benck, no seu próprio bairro.

Carolina explicitou um pouco de sua trajetória de vida e relembrou alguns dos momentos difíceis que enfrentou com seu esposo quando vieram morar na Vila Alta. “No início eu chorava toda vez que tinha que sair de casa”, mas hoje, me diz isso sorrindo, já que “a vida está muito melhor, aqui mudou muito”. Ao casar-se em Guaiá, em 1985, tinha o sonho de ter uma casa. Foi aí que, juntamente com seu esposo, inscreveram-se na prefeitura para participar do sorteio das casas de BNH na Vila Alta. Foram sorteados logo na segunda remessa de casas a serem construídas na Vila Alta, em 1986. Contou-me da felicidade em poder ter uma casa, que já estava fora dos planos por entender que não possuía condições suficientes para comprar.

Não sei se você sabe a divisão da vila. As casas da COHAPAR são mais ou menos do mesmo estilo. As que são diferentes é porque o pessoal aumentou. O pessoal foi tendo condições foi aumentando, foi modificando a casa. Mas, elas eram construídas todas sempre no mesmo estilo [...] minha casa é do segundo bloco das casas da COHAPAR. Teve a primeira etapa, acho que eram trinta casas. Aí a segunda etapa que é onde eu moro são sessenta casas. Aí teve a terceira etapa que se não me engano são vinte e oito casas, aí teve a quarta etapa que foi também a última que são cento e dez casas que são lá na entrada da vila sabe? Perto do mercado Real... aqui no meio da escola, nas quadras de baixo e nas quadras de cima, foram as casas construídas na gestão do Mario Barbosa e foi doado pro pessoal né? (CAROLINA, 2015, p. 3).

A narrativa de Carolina já evidencia alguns aspectos dos quais discutirei no decorrer deste trabalho, mas que são essenciais de serem mencionados. A Vila Alta não é composta somente pelas casas da Cohapar. Nos finais da década de 1990 e até 2013, inúmeras foram as construções de casas pelo projeto federal “minha casa, minha vida”; porém, há uma divisão no bairro que não se remete apenas à questão estrutural, mas que está difundida entre os moradores recentes e os mais antigos.

No entanto, a narrativa evidencia outros pontos importantes que auxiliaram na busca por informações sobre a aquisição das casas pelos moradores. No ano de 1979, o prefeito Mário Barbosa Rodrigues autorizou doar à COHAPAR um loteamento da prefeitura para que fosse

⁴ Ao entrar em contato com a COHAPAR pelo site www.cohapar.pr.gov.br e questionar sobre os procedimentos precisos para participar do sorteio e se há condições que fazem com que algumas pessoas fiquem na frente de outras para o sorteio, uma funcionária da COHAPAR respondeu que: “Qualquer pessoa pode se inscrever para obter casa. Quando o programa é para atender baixa renda as famílias são classificadas pelo tempo de residência no município, número de filhos, que residem em área de risco, famílias com deficiente. Para aprovação de qualquer família é feito uma pesquisa no CADMUT, cadastro único de mutuários, caso a família já tenha sido atendida por algum programa habitacional a nível nacional ela será desclassificada. Em caso de financiamento com recursos do FGTS é analisado a capacidade de comprometimento de renda da família”.

desenvolvido o Projeto Mutirão, conforme consta no documento “Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a doação à COHAPAR – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ, uma área de 84.085,00m² (oitenta e quatro mil e oitenta e cinco metros quadrados) identificada por chácara nº17 A-1.”⁵ Sendo aprovada a lei em 1985, em abril de 1986 foram entregues as primeiras casas da COHAPAR para os moradores que foram sorteados.

Na década de 1980, essa política de habitação de BNH foi o que possibilitou para que estes trabalhadores pudessem ter sua casa própria e, ao mesmo tempo, significou uma nova forma de criação de bairros operários: não era uma indústria específica que organizava a moradia deles, aglomerando-os todos em um mesmo lugar, mas a própria lógica do capital de separação do bairro da classe trabalhadora do centro da cidade organizou que as possibilidades direcionassem esses trabalhadores para o Parque Hortência e a Vila Alta.

Sobre a construção das casas de BNH na Vila Alta, segundo dados fornecidos pela COHAPAR⁶, no ano de 1986 foram construídas trinta unidades e as chaves foram entregues aos moradores em dezembro daquele mesmo ano; em 1988, trinta e uma casas foram construídas pela COHAPAR e entregues aos moradores em abril; ainda em 1988, mais trinta e sete casas foram construídas e também entregues em abril, mas ambas são contadas separadamente, pois há divisão dos blocos; em setembro de 1988 foram entregues vinte e quatro casas; e por fim, em 1994, mais cento e vinte e três casas foram entregues aos moradores no mês de junho.

A casa de Carolina foi construída em 1988, juntamente com mais 31 casas que se localizam no final do bairro⁷. A entrevistada diz “eu fico muito brava quando falam lá é o Mutirão e aqui é a Vila Alta porque “somos todos Vila Alta”. Há uma estigmatização entre os próprios moradores mais novos que tentam distinguir-se dos moradores mais antigos alegando que os crimes e a área perigosa ficam no Mutirão que é a parte da Vila Alta, que é composta por BNH. Nobert Elias, em seu livro *Os estabelecidos e os outsiders*, publicado em 1965, realizou um estudo sobre uma pequena cidade na década de 1950 à qual nomeou ficticiamente de “Winston Parva”. O autor observou que os próprios moradores do bairro se diferenciavam pela região em que moravam. Semelhante ao que pude observar na fala de Carolina, que se indigna ao ver que, mesmo depois de uma história de luta dos moradores mais antigos, principalmente no que se refere a construir uma Associação e ir atrás de melhorias como posto de saúde, ruas asfaltadas, entre outras reivindicações, são vistos pejorativamente apenas pela localização e o modo de construção de suas casas.

A “Associação de Moradores da Vila Alta” foi criada em 13 de abril de 1993⁸ sob a coordenação de Carolina. Anos depois, em 2003, a Associação foi reconhecida de forma legal pelo prefeito Manoel Kuba. O intuito da Associação desde sua criação é o de trazer melhorias para o bairro. Os moradores organizam-se mensalmente e vão até a prefeitura exigir melhorias, informações e demais atividades que escolhem em Assembleia. Em julho de 2015, por exemplo, houve palestras no centro comunitário sobre saúde, promovidas pela secretaria de saúde, mas exigidas pelos próprios moradores.

⁵ Lei nº765 aprovada em 10 de setembro de 1985.

⁶ Solicitei os dados via “Fale conosco” no site www.cohapar.pr.gov.br e através de e-mail foram enviados esses dados que são da “Posição Geral de Empreendimentos Habitacionais” e uma relação de controle própria da COHAPAR.

⁷ Quando caracterizo o “final” do bairro, significa as primeiras casas que foram construídas as quais são mais afastadas da entrada do bairro. Por isso, os moradores denominam desta forma.

⁸ Lei nº1.251 aprovada em 04 de dezembro de 2003.

Outra entrevistada que conheci foi Cecília, que tem cinquenta e dois anos e mora na Vila Alta, trabalha como empregada doméstica na casa de sua irmã e gasta cerca de uma hora de bicicleta todos os dias para chegar até seu trabalho. Cecília é casada e tem três filhos que também já são casados. Sua primeira casa foi construída durante a primeira etapa do BNH, em 1986. Quando Cecília se casou com Antônio, a primeira casa em que moraram foi a da Vila Alta, mas a trabalhadora afirma que o casal tinha esperanças de conseguir um lugar melhor para viver. Antônio que trabalhava como pedreiro desde mais jovem, decidiu procurar emprego em outra cidade. Com a perspectiva de “melhorar de vida”, a família de Cecília foi embora da cidade de Guáira para a cidade de Guarapuava. No entanto, decepcionaram-se com a “cidade grande”. Antônio ganhava o insuficiente para sustentar sua família, não conseguiam pagar aluguel e chegaram a passar fome. Então, na década de 1990, retornaram para Guáira e novamente procuraram uma casa na Vila Alta. Conseguiram comprar uma casa de BNH ainda do primeiro bloco, que era o mesmo em que haviam morado anteriormente.

Joselene: E porque vocês voltaram pra ali?

Cecília: Porque ali é mais melhor né? (risos) ali tem

mais condição pra nós compra né? Estava mais barata as casa e ali a casa é nossa. Era tranquilo de morar, tinha uns drogadinho na esquina, mas, não dava trabalho desde que não mexesse com eles. (CECÍLIA, 2014, p. 3).

Cecília e seu esposo Antônio, assim como outros moradores que entrevistei, decidiram se mudar para uma cidade maior mesmo sem ter certeza. Baseando-se em informações de conhecidos que tinham ido para Guarapuava e “melhorado de vida”, foram em busca de emprego e acreditavam que seria melhor do que a vida que tinham na Vila Alta. “Foi difícil né? O Antônio não ganhava o suficiente pra sustentar a família e as crianças eram pequenas ainda. Foi aí que nós voltou de Guarapuava”. Quando retornaram, Cecília começou a trabalhar de empregada doméstica para que nunca mais passassem as dificuldades que lembram ter passado em Guarapuava.

Entrevistei uma das filhas de Cecília, Cristina, que tem trinta e dois anos. Cristina é diarista, trabalha três vezes por semana para poder cuidar de suas duas filhas, uma com quinze anos e a outra com seis. Cristina lembra que, desde que voltaram para a Vila Alta, “eram mais felizes”, diante das necessidades que lembra que passaram em Guarapuava. Faz dez anos que Cristina se casou e relatou que, durante anos, procurava uma casa na Vila Alta que ela tivesse condições de comprar com seu esposo. Quando realizei a entrevista, em janeiro de 2015, Cristina e sua família estavam felizes, pois, com o esforço da economia que fizeram durante os dez anos de casados, finalmente conseguiram comprar uma casa no bairro.

A princípio, quando estava organizando este primeiro capítulo, pensei em trazer apenas os moradores mais antigos do bairro, no entanto, depois de ter entrevistado Luísa, considerei importante trazer aspectos de sua história, mesmo sendo moradora há menos tempo no bairro, mas que me chamou atenção por ter uma experiência significativa por se tratar de uma jovem trabalhadora e diferente das entrevistas que eu já havia feito.

A família de Luísa se assemelha à de Cecília, pois também buscaram, em uma cidade maior, melhorias tão sonhadas como: um emprego cujo salário fosse possível de sustentar a família; uma casa que pudesse abrigar a todos, entre outras expectativas. Luísa não nasceu na Vila Alta, tem 24 anos, mas, até os seus nove anos, morou em outro bairro conhecido como

Santa Clara, que, assim como a Vila Alta, também é visto pejorativamente, por se tratar de um bairro onde a maioria de seus moradores são pescadores e pelo fato de que, em 2008, a chacina ocorrida em Guaíra aconteceu em uma chácara neste bairro.

Filha de um pescador e de uma empregada doméstica, passou por muitas dificuldades: precisaram morar de favor durante grande parte da vida; seu pai sofria graves problemas de saúde, pois era alcoólatra; o dinheiro que seus pais ganhavam não era o suficiente para sustentar toda a família. “A gente sempre teve uma vida simples, simples assim mesmo”, me diz Luísa. Os avós paternos trabalhavam e moravam num sítio do qual tiveram que sair porque o dono decidiu arrendar para outra família. E então compraram uma casa na Vila Alta. Essa não é apenas a história dos avós de Luísa no bairro, pois seus pais precisavam constantemente da ajuda dos avós para sobreviver. Portanto, mesmo quando não morava no bairro, tinha uma trajetória de experiências naquele espaço.

Os pais de Luísa, assim como Chico e Joana, como Cecília e Antônio, também foram procurar vida melhor em outra cidade. Foram para Cascavel e até hoje Luísa não gosta de mencionar sobre a cidade, pois tiveram uma vida repleta de dificuldades, de mudanças ruins na troca de uma cidade pequena para uma cidade maior. Em Cascavel, não conseguiam pagar o aluguel, o trabalho de seu pai era longe e por isso necessitava de transporte público, não ganhavam o suficiente para conseguir sobreviver. “Lá foi difícil, se aqui já não estava bom lá foi pior ainda! [...] eu odiei morar lá”. Menciona que “a gente voltou embora sem nada, não tinha dinheiro nem pra pagar transporte pra trazer as coisas”. Portanto, Cascavel (Luísa denomina como “cidade grande”) trouxe péssimas lembranças e não confirmou nada daquilo com que sonhavam, como conseguir um bom trabalho e comprar uma casa.

A gente não ficou muito tempo lá, não deu nenhum ano [...] Pra você ter ideia, a minha irmã começou a trabalhar na casa de uma mulher, ah! A gente mudou de casa duas vezes, na segunda casa minha irmã foi trabalhar na casa de uma mulher que morava do lado. A mulher adiantou o salário dela que era trezentos reais na época, adiantou o salário porque a gente estava passando dificuldade, aí o que aconteceu... meu pai resolveu vim embora e tinha que pagar a mulher e aí minha irmã ficou pra trabalhar na casa da mulher e morando na casa do meu tio pra pode pagar o dinheiro que tinha sido emprestado e a gente veio embora. Aí quando minha vó faleceu, a minha vó que estava morando aqui, aí minha irmã veio. Aí a gente ficou morando aqui nessa casa. (LUÍSA, 2015, p. 2).

Embora cada morador dos bairros possuam histórias específicas de vida, há aspectos que são semelhantes. Algo em destaque nas entrevistas que os trabalhadores narram, é que mesmo com as expectativas frustradas em voltar da cidade grande, eles recorreram à cidade de Guaíra, pois possuíam familiares nessa cidade. No caso de Luísa, conforme citado acima em sua entrevista, a ajuda dos avós reafirmou a esperança que a família tinha em que se voltassem para Guaíra; mesmo apesar das dificuldades, conseguiriam sobreviver melhor do que mediante as humilhações que estavam vivendo em Cascavel.

A casa na qual Luísa e sua família moram até hoje na Vila Alta foi “herança” de seus avós paternos, que também tinham uma vida bastante difícil, mas que conseguiram comprar pelo BNH. A casa que abrigou oito pessoas durante parte da vida de Luísa é uma dessas casas de BNH que é difícil de identificarmos pela semelhança com as outras do bairro, possuem o mesmo aspecto físico e o mesmo tamanho do lote. Com os três filhos, que deixaram de ser crianças, e que com a força de seus trabalhos, conseguiram ajudar os pais financeiramente, foram ampliando a casa, que, embora possua a mesma estrutura física das demais casas de BNH do bairro, atualmente conta com dois quartos a mais.

Luísa tem muito orgulho em viver e fazer parte da Vila Alta. Prova disso foi que inicialmente relatei sobre minha necessidade de entrevistar moradores que fizeram parte da formação do bairro, pensando que Luísa sugeriria sua mãe para que eu entrevistasse, mas me disse que teria o maior prazer de, junto com sua mãe, me dizer dos momentos bons e difíceis que haviam vivido no bairro, “me sinto parte daqui desde que eu nasci”. Quando Carolina e seu marido, moradores mais antigos da Vila Alta, que conheciam os avós de Luísa por serem vizinhos, souberam da história de Luísa, acolheram-na em sua casa durante anos, sem cobrar nada de sua família, estabelecendo assim um laço quase que familiar. Carolina tornou-se madrinha de Luísa, que vive cotidianamente na casa de Carolina até hoje. Quando realizei a entrevista, Luísa me levou para a casa de Carolina e mencionou que “aqui é minha casa também”. Interessante notar como uma família que também mora em uma casinha de BNH acolheu uma menina de outra família que passava necessidade, sem cobrar nada em troca. Histórias assim fizeram parte da construção destes bairros e não aparecem nos jornais, que se encarregam de caracterizar estes lugares como impossíveis de morar. Para Luísa, aquele lugar é o oposto do que aparece na mídia.

O bairro, em todas as entrevistas, apareceu como o melhor lugar para se viver, mas o que fica nítido nas histórias de vida de seus moradores é que não são apenas “escolhas”, mas sim o bairro é o lugar que as circunstâncias da vida possibilitaram para que esses trabalhadores conseguissem seu espaço.

Ai, menina, houve muita mudança! A gente sofreu muito quando veio para cá. Naquela época não tinha asfalto, era barro, eu chorei quando mudei pra cá. A gente sofria muito, as ruas eram aquela terra, sabe? Aquele barro, aquele barro que quando você andava ia formando aquele saltão no pé, assim. Pra sair de bicicleta nem pensar! O povo andava com a bicicleta nas costas. É sério. Era fundo mesmo! Ai foi melhorando, né? Aí em questão de segurança assim também, havia naquele tempo assim muita insegurança assim, muita gente digamos, meio violenta, sei lá, tinha muita coisa assim no bairro, gente que as vezes que vinha de outro bairro pra cá, tinha rixa com pessoas daqui. Graças a Deus isso faz muito tempo, agora já era! Aconteceram outros problemas também, mas, de gente que veio de outros lugares e acabou acontecendo por aqui né? Graças a Deus aqui tem muita gente boa, a maioria é gente trabalhadeira, gente boa, graças a Deus! Mas como você sabe todo lugar tem gente de todo jeito. Graças a Deus aqui é um lugar sossegado, tranquilo pra se morar. (CAROLINA, 2015, p. 1).

Na entrevista, Carolina demonstra que os moradores da Vila Alta vivenciam a má fama do bairro. Mesmo dizendo que é algo do passado, ao afirmar que “todo lugar tem gente de todo jeito”, ela evidencia a aceitação de que ali “existe gente que não presta”, assim como em outros lugares também. Ou seja, a fala de Carolina consiste em afirmar que a Vila Alta é um bom lugar para morar, que conseguiram passar pelas dificuldades tanto de infraestrutura, quanto das afirmações pejorativas sobre o bairro. Por outro lado, o problema é remetido ao “outro” que vem de fora cometer crimes no bairro. No entanto, na própria entrevista, Carolina afirma o envolvimento de seu filho com o tráfico de drogas, portanto a violência não está presente somente no jornal, ela é existente e permeia a vida dessas pessoas.

Quando Carolina narra a história de sua família, chora e pede para que eu dê pausa no gravador. Quando se recompõe, ela me diz “você sabe da história do meu filho, né? Ele foi preso”. Mesmo já tendo se passado quase um ano da prisão de seu filho mais velho, de vinte e oito anos, Carolina se sente desconfortável para falar sobre esse assunto. Surpreendi-me

quando me questionou se eu sabia deste fato, pois não fazia sentido eu saber. No entanto, para Carolina é como se todos os moradores da cidade de Guaíra soubessem da prisão de seu filho.

Esse assunto provoca uma série de emoções na entrevistada: primeiro porque ela não havia percebido que seu filho tinha um “trabalho extra”, chegava do seu trabalho e saía à noite com seus amigos, mas para Carolina era comum que rapazes entre vinte e trinta anos saíssem, se divertissem. Em uma noite, Carolina recebeu a terrível notícia: seu filho tinha sido preso por tráfico de drogas. Depois desse acontecimento, a vida de sua família no bairro precisou se reconstituir. Carolina, que é coordenadora da capela Santa Terezinha há mais de dez anos, não conseguia se posicionar frente à igreja, pela vergonha de não sentir que sua família era exemplo para as tantas outras famílias no bairro. “Aonde eu ia parece que todo mundo estava me olhando e comentando”. No bairro, a notícia pode ter se espalhado, mas o sofrimento de Carolina fazia com que achasse que todos sabiam de sua história. Depois de ouvi-la contar, senti que a entrevista pode ter significado um espaço para se defender, de dizer “fiz tanto por essa comunidade”, de mostrar que a vida continuara e que não queria ser lembrada por esse fato em sua vida.

Carolina não disse claramente que não gostaria que a memória do dia em que seu filho foi preso aparecesse na história do bairro, mas, quando me pediu para desligar o gravador para chorar, ficaram evidentes o desconforto e a tristeza em lidar com esse assunto. Logo, compreendi que o papel de Carolina enquanto coordenadora da capela, e seu esposo, coordenador do centro comunitário, faz com que se sintam na obrigação de falar sobre uma história bonita da Vila Alta e não se remeter a fatos que possam parecer individuais, mas que na verdade são comuns a tantas famílias do bairro.

O intuito deste texto foi o de contextualizar algumas das histórias que representam a formação do Parque Hortênciã e da Vila Alta, apresentando aspectos que demonstram que, embora exista a má fama desses bairros, suas formações foram repletas de histórias de luta.

Referências

- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Global, 1988.
- FENELON, D. R.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**, 2010.
- TELLES, V. da S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.
- WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2001.

Fontes Orais

Ana, 57 anos, trabalha como empregada doméstica e é moradora do Parque Hortência. Entrevista realizada no dia 28 de dezembro de 2014.

Angélica, 46 anos, trabalha como costureira em um fábrica de roupas infantis e é moradora do bairro Parque Hortência. Foi entrevistada em 28 de setembro de 2014.

Carolina, 56 anos, atualmente está aposentada, mas era professora das séries iniciais e é moradora da Vila Alta. Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2015.

Cecília, 52 anos, trabalha como empregada doméstica e é moradora da Vila Alta. Entrevista realizada no dia 09 de janeiro de 2015.

Cristina, 32 anos, trabalha como empregada doméstica e é moradora da Vila Alta. Entrevista realizada no dia 09 de janeiro de 2015.

Luísa, 24 anos, trabalha em uma mineradora em Terra Roxa e é moradora da Vila Alta. Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2015.

Práticas de apropriação e ordenamento espacial dos ilhéus da parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande

Marcelo Pereira Painelli¹

Resumo: O estudo proposto quer entender as práticas de apropriação ilhéu no território do Parque Nacional de Ilha Grande (PNIG). Com a formação do Estado moderno, a montagem e as formas de uso do espaço passam a ser gestadas e impostas pelos tecnocratas urbanistas, manifestando a verticalização do uso do poder pelo Estado/capital. No entanto, por mais que o Estado projete sobre as ilhas as suas formas valorativas, impostas e planificadoras pela superestrutura que detêm, na demarcação de um território geopolítico, surge, por outro lado, outra forma de apropriação do espaço, construída por um sujeito, muitas vezes, excluído, à margem do ordenamento social, que precisa de alguma forma reproduzir sua vida dentro do modo de produção capitalista. Portanto, o ilhéu se apropria das ilhas, dos espaços concebidos, de modo a criar um mundo diferencial, o mundo do possível pelas combinações e objetivações feitas no local. Com isso, pela apropriação, os ilhéus criam um outro território, um território forjado pelo vivido que se choca com o território jurídico do parque. Podemos dizer que as contradições entre apropriação ilhéu, das ilhas do território do PNIG, além de mostrar como se dá a organização social naquele local, revela as contradições nas formulações do espaço pelo Estado. Por mais que Estado force a desterritorialização da vida social nas ilhas, o ilhéu, pelos arranjos que fazem no território forjado pela apropriação, reterritorializa pelo direito consuetudinário e historicidade construída no local.

Palavras-chave: Território; apropriação; desterritorialização; reterritorialização.

Practices of appropriation and space management of ilhéus of the lower part of the National Park of Big Island

Abstract: The proposed study wants to understand the islet appropriation practices in the territory of the National Park of Ilha Grande (PNIG). With the formation of the modern state the formulation on the use of space starts to be developed by the urbanist technocrats, manifesting a way of using the power of the state / capital. However, no matter how much state it projects on the space of the islands its valuative, imposed and planning forms by the superstructure that it holds, in the demarcation of a geopolitical territory, on the other hand, another form of appropriation of space, constructed by a subject, often excluded, on the fringes of social order, who must somehow reproduce his life within the capitalist mode of production. Therefore, the islander appropriates the islands, the spaces designed to create a differential world, the world of the possible by the combinations and objectifications made in the place. For this reason, we can say that the contradictions between the islet appropriation of the islands of the PNIG territory, besides showing how social organization takes place there, reveals the contradictions in the formulations of space by the state. No matter how

¹ Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: mpainelli@yahoo.com.br.

forceful the deterritorialization of social life on the islands, the islander, by the arrangements they make in the territory forged by appropriation, reterritorializes by customary law and historicity built on the place.

Keywords: Territory; appropriation; deterritorialization; reterritorialization.

Introdução

O problema que move esta pesquisa é entender a apropriação ilhéu no território do Parque Nacional de Ilha Grande (PNIG). De um lado, o ilhéu que se apropria de um espaço articulando elementos culturais, políticos e econômicos para a reprodução de uma forma de vida forjada de baixo para cima, e, do outro, o Estado que, pelo território do PNIG, projeta sobre o espaço uma imposição ordenativa. No entanto, a lógica assumida na construção do território do parque ou, na apropriação ilhéu do território do parque, cada prática, desdobra-se em um conjunto de elementos que se diferenciam pelas formas de manifestação do uso do poder, das relações econômicas e sociais, criando entre os ilhéus e o Estado tensões sociais que nos ajudam a entender o uso do espaço na modernidade.

No processo de ocupação das ilhas, há alguns elementos que tencionam uma desconstrução das lógicas de dominação assumidas e impostas pelo Estado moderno, por exemplo, o ilhéu, pela apropriação, passa a transgredir o legal, forjando uma via que explica, que, por mais que o Estado moderno tenta metrificar a vida nos espaços, o vivido se impõe para além do Estado, montado arranjos de sobrevivência que passam pelo plano horizontal, o plano do possível.

A apropriação ilhéu do território geopolítico do parque cria um lugar que é diferente da concepção jurídica do parque. A apropriação ilhéu adentra uma lógica que corresponde à lógica do possível, do vivido, ao mesmo tempo que apresenta as contradições de uso do espaço pelo Estado. Ela cria fronteiras, constrói identidades ou identidade e, simultaneamente ergue um muro simbólico separando o de dentro e o de fora. Por isso, a apropriação ilhéu, forjada pelo trânsito no ilegal, à margem, assume duas dimensões: de um lado, a dimensão simbólica de marcar as diferenças pelos diferentes usos e formas de organizações do espaço, e a dimensão geográfica, de traçar uma linha, uma divisa. A lógica da apropriação ilhéu assume uma forma própria quando rompe com as fronteiras do território do parque, ao mesmo tempo que projeta no espaço ocupado um território diferencial, mostrando, que o vivido (LEFBVRE, 2000) vai além do projetado pelo Estado, da fabricação e usos dos espaços. Por isso, podemos dizer que a apropriação ilhéu cria um outro território, com operacionalidade diferente do território do parque, e que, pelo uso e articulações sociais que constrói nos espaços das ilhas, formula um território ilhéu muito específico.

Torna-se relevante, nesse momento, apresentar a noção de território e de espaço, haja vista serem os conceitos, sobremaneira, polissêmicos. A noção de território aqui investigada e que nos serviu de orientação na construção deste artigo, antes de ser uma versão conceitual “fabricada e inflexível”, ao contrário, carrega uma dupla conotação. Em paralelo a isso, o termo território traz a ideia de fixação pela apropriação de um espaço físico com as linhas geopolíticas que formula, não escapa no seu desdobramento conceitual, a sua dimensão simbólica pelas fronteiras imateriais que constrói entre os sujeitos internos do território, daqueles de fora, o “estrangeiro”. Todavia, estar do outro lado, não implica somente estar fora do espaço físico das delimitações geopolíticas do território. Implica, muitas vezes, não ser autóctone, ou mesmo não ser reconhecido no território como composição identitária. Pelo apresentado, desvela a

noção de que o termo território cumpre a função de marcar o local de pertencimento, ao passo que, pela identidade e historicidade construída pelas práticas de apropriação do território, o conceito marca as fronteiras geopolíticas, econômicas, simbólicas e culturais (HAESBAERT, 2002). O conceito de espaço nada tem a ver com espaços quânticos, físicos ou matemáticos. O espaço aqui concebido liga-se à noção de espaço social, na medida em que organiza política e economicamente um lugar (LEFBVRE, 2000).

Quando falamos dos ilhéus e do território ilhéu, estamos nos referindo à formulação de micromundo, ou melhor, de um território forjado por excluídos, que produz a vida territorializando os espaços das ilhas. Por ser um local produzido pelas práticas de territorialização do espaço – entendidas como práticas de ordenamento espacial na construção da vida simbólica e material de um grupo de pessoas – incumbe trazer à discussão a dimensão fluida do território pelas formas de desterritorialização e reterritorialização, diante das mais variadas forças sociais internas e externas na produção do território. Essa dimensão porosa, deslizante dentro dos processos territoriais, revela ferramentas que, sob esta perspectiva, servem para ajudar a entender as relações sociais, mapeando as relações de poder, os tratos com a economia, as manifestações religiosas ou a organização familiar, por exemplo. Em grande medida, os processos de produção do território, a desterritorialização e a reterritorialização, pelas redes que estabelecem, constroem um substrato para o entendimento da formação social ilhéu.

O território ilhéu sofreu três processos de desterritorialização – desenraizamento, mobilidade – que alterarão profundamente o local: a construção de Usinas Hidrelétricas ao longo do Rio Paraná, as enchentes de 1983 e a criação do Parque Nacional de Ilha Grande em 1997. Os ilhéus que ainda moram no Parque, permanecem investindo contra o Estado, afirmando serem comunidade tradicional. Já aqueles que estão nas ilhas e que lutam para ficar em suas casas, na sua grande maioria são pessoas que objetivam uma herança rural pelas práticas de trabalho que vão desde a criação de animais para o consumo, o trabalho com a terra e a pesca. Por isso mesmo, formaram no local de estudo um grupo social diferente pelo tipo de trabalho que passam a desenvolver nas ilhas, um território singular em confrontação à planificação do Estado-capital.

Território e desterritorialização ilhéu

[...] construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (GILLES DELEUZE, em entrevista em vídeo).

A desterritorialização ilhéu pela Usina Hidrelétrica Ilha Grande e Itaipu

Numa prévia leitura feita acerca das transformações históricas do território ilhéu, não poderia deixar de ressaltar o profundo impacto à vida ilhéu ocasionado pelo projeto de construção da Usina Hidrelétrica Ilha Grande (desterritorialização). Segundo a dissertação intitulada “Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo do território turístico”, de Michelle Milhorança Schneider, a vida ilhéu fora ameaçada com o projeto de construção da Usina Hidrelétrica. Se o projeto fosse levado à frente, a barragem seria construída próximo à cidade de Guaíra, na

parte Sul do arquipélago. O funcionamento da Usina acarretaria o alagamento de todas as ilhas, chegando o efeito da barragem à cidade de Alto Paraíso, próximo a Umuarama.

A Empresa de Eletricidade do Sul do Brasil (ELETROSUL), vinculada à Empresa Brasileira de Energia (ELETROBRÁS), sabendo da presença de muitas famílias nas ilhas, acionou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para que este fizesse um levantamento de quantas famílias existiam no local. Em 1980, o INCRA iniciou seus trabalhos demarcando exatamente 1285 lotes em todo o arquipélago. Segundo os dados levantados, o INCRA tituló 805 lotes como propriedade privada, e 405 lotes públicos, que eram da União. Dos 1285 lotes, 75 foram titulados e indenizados e os seus proprietários migraram para o continente, trazendo seus pertences, animais e utensílios domésticos. Dos 805 lotes tidos como propriedade privada, todos teriam de ser indenizados e a propriedade passaria à União sob o domínio da Eletrosul, o que não ocorreria tendo em vista o fim da Ditadura Militar, e, com isso, a ocorrência de reformulações no setor energético do país, abandonando-se o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Ilha Grande (SCHNEIDER, 2009).

Aqueles que receberam o título de posse antes de 1980, que compunham o rol dos 805 lotes privados, precisavam atualizar seus cadastros. Era preciso comprovar ao INCRA que aquele título, de fato, era produtivo, e que havia benfeitorias no local. A preocupação, como foi afirmado, era conceder a devida indenização, mas, para isso, segundo o INCRA, era preciso cumprir alguns requisitos previstos em Lei. Para tanto, fora necessário, à época, comprovar a produção, o uso da terra, a moradia, a demarcação, o pagamento das taxas e, por último, fazer o registro do título.

Por outro lado, para entendermos a presença de lotes públicos nas ilhas em uma região de fronteira, é importante voltar à história agrária do Brasil e observar que, em 1891, estatizaram-se as terras devolutas, permanecendo sob o domínio da União somente as terras de fronteira. Diante deste cenário jurídico, é possível dizer que as ilhas pertencem à União, mas que foram cedidas àqueles, à época, que delas tiravam seu sustento, por meio da posse. Então, quando o INCRA fez o levantamento, precisava reconhecer os Títulos de Posse que havia dado no passado e incluí-los como propriedade privada.

Concomitante a esse levante que *desterritorializou* a vida ilhéu, ocorreu, em 1983, o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Rosana, São Paulo. Esses fatos são concomitantes às nefastas enchentes que solaparam a vida social e material nas ilhas. Segundo alguns ilhéus, a alteração ocasionada no fluxo do Rio Paraná com a presença das usinas hidrelétricas, pode, de alguma forma, ter potencializado as funestas enchentes que devastaram o sonho ilhéu de viver e de produzir nas ilhas. Muitos saíram em definitivo, abandonando suas casas e suas roças. No entanto, outras tantas famílias voltaram. Para eles, não havia outra alternativa que não fosse refazer a vida nas ilhas, mesmo com medo de serem, novamente, solapados por novas enchentes.

Quando fechou o lago e deu a primeira enchente, eu acho que foi em 83 e foi enchente que não me lembro muito tempo, mas durou quase seis meses. Mas foi a enchente que foi a maior [...] Se não via mato, capim nenhum. Tudo isso aqui era Rio. Foi difícil demais. As casas não foi levada com a água, mas ficou na janela a água. Saímos tudo [...] Todo mundo imagino que ia ser assim. Destruíu tudo. Aí todos nós ilhéu imaginou que seria assim sempre. (BILÃO, 12 abr. 2017).²

² Entrevista realizada com Bilão, na Ilha Peruzzi.

Com o passar do tempo, a legislação e os interesses regionais foram se modificando. O local passa a ser preservado por transformar-se juridicamente em Parque. Vários conflitos de interesses são formulados entre os ilhéus e o Governo, como também autarquias ambientais. Em grande medida, os conflitos existentes sob o domínio das ilhas na parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande derivam da não resolução da questão fundiária e da criação do Parque em 1997. Os ilhéus afirmam que o parque foi colocado “sobre eles”, que são anteriores ao Parque, por isso mesmo são possuidores do direito de ficar e de trabalhar em suas terras. Desta forma, não aceitam a constituição legal do Parque como sendo de uso exclusivo para turismo e estudos científicos (PARNA, 2008).

A desterritorialização ilhéu pela formulação do Parque Nacional de Ilha Grande

A materialidade legal que o arquétipo jurídico traz ao espaço do Parque Nacional de Ilha Grande (PNIG) demarca fronteiras entre a ação do Estado no local em relação aos ilhéus. Por outro lado, o território ilhéu não reconhece como legítima essa materialidade jurídica, e sim a dimensão material e simbólica que produziram ao longo da história de ocupação das ilhas (HAESBAERT, 2004).

O que se entende por materialidade legal compreende duas dimensões: a dimensão geopolítica no espaço das ilhas e a dimensão simbólica: de um lado, a materialidade jurídica é vista por meio do georreferenciamento ou as divisas legais do parque, e do outro, como consequência da primeira, pela lei que regulamenta o lugar, imprime a ideia de preservação absoluta da natureza, em que a intocabilidade da natureza e o preservacionismo tipificam a ação humana no PNIG (DIEGUES, 1994). A legalidade imprimida pelo Estado, no espaço ilhéu, faz do ilhéu o ilegal. Não reconhece o local com identidade própria, com fronteiras econômicas e sociais construídas no tempo histórico de formação do ordenamento espacial ilhéu (LEFEBVRE, 2000).

A legislação que compõe o Parque, por um lado, traz para o espaço Ilhéu a linearidade de uso do local, e, sucessivamente, ocasiona a desterritorialização, apontando o caminho de saída ao ilhéu. Uma desterritorialização com a função de expulsar do espaço das ilhas, o ilhéu, mas também uma desterritorialização simbólica e cultural. Aqui se toma desterritorialização como abandono forçado e imposto de fora para dentro do território, resultante do exercício coercitivo do poder pelo Estado. Um poder exercido de cima para baixo (HAESBAERT, 2004). Em um documento produzido em conjunto no “I Encontro dos Ilhéus do Rio Paraná,” promovido pelo Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná- MOIRPA e a Associação dos Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental (APIG), a reclamação é por uma forma de vida construída historicamente, mas que fora solapada por terem que sair de suas terras. Ressalta-se a consciência de que construíram um território que, em algum momento, fora reconhecido pelo Estado:

Fazemos esta lembrança para explicar que não somente quem morava nas ilhas foi atingido, estima-se que metade da população expulsa habitava nas margens do Rio Paraná, em regime de posse do uso da terra e formas de vida semelhantes – agricultura de autoconsumo e pesca artesanal. Esta definição ajuda a compreender porque a denominação de ilhéus utilizada pelo governo é similar à categoria de posseiro, isto é, reconhece sua condição de não proprietário, e não sua forma de vida. Desta forma,

nossa desocupação da área de inundação ficou facilitada, afinal para o Estado, ilhéus/posseiro é um ente “passageiro”, e não possui uma existência coletiva, nem uma tradição, tão pouco o poder de nomear-se, situação que contestamos e por isso até hoje lutamos por nosso território. (REDE PUXIRÃO, 2017).

Constrói-se um território de baixo para cima para garantir direitos individuais e a permanência no local. Com isso, entraremos em um campo arenoso e unilateral porque a formação do parque não contemplou o diferente, o modo de ser e de produzir nas ilhas, o subalterno, o caipira, o roceiro, o lavrador, o boia-fria, que saiu do continente, para, nas ilhas, ser dono de um pedaço de terra, melhorando sua condição de vida. O Parque tornou o sujeito ilhéu ilegal em 1997. Em face desse problema, os ilhéus passaram a aglutinar seus discursos alegando ser uma comunidade tradicional e, com isso, reclamar legalmente o direito à terra, à casa, enfim, à vida nas ilhas.

Considerações finais

Os processos de desterritorialização empurraram os ilhéus para fora do território destruindo assim sua historicidade, mas há aqueles que resistem e permanecem reterritorializando o local. Esse fenômeno de resistir e não sair do território remete-nos a compreender o porquê de permanecerem nas ilhas diante das ofensivas do Estado. A explicação assenta sobre a concepção do trabalho produzido nas ilhas em relação ao continente dentro do modo de produção capitalista. A função primeira do trabalho é manter e reproduzir a vida. É a partir da força laboral que o homem consegue produzir mercadorias que satisfaçam suas próprias necessidades. A natureza da mercadoria assume dois aspectos, o valor de uso e o valor de troca. No comércio primitivo, no escambo, por exemplo, são comparadas duas mercadorias pelo valor de uso. A mercadoria no modo de produção capitalista, além, obviamente, de possuir o valor de uso, carrega em si o valor de troca, mensurada pela quantidade de tempo gasto em sua produção. Comprar e vender mercadoria por dinheiro é um processo inerente ao valor de troca da mercadoria. Todavia, o dinheiro é uma mercadoria que pode ser trocada por outra mercadoria, ou ele pode ser usado para pagar coisas. As compras de um trabalhador prioritariamente envolvem a aquisição de mercadoria negociada por dinheiro. Configura-se desta forma que o dinheiro é um meio equivalente de troca, de tal forma que o mesmo dinheiro que compra o feijão também paga o aluguel.

Para Karl Marx, o lucro não advém da venda de uma mercadoria, o que ocorre é transferência de um valor monetário de uma pessoa a outra, às vezes com acréscimos. No modo de produção capitalista, a mercadoria é produzida pelo detentor dos meios de produção. O problema repousa na separação social entre aqueles que detêm os meios de produção daqueles que não os têm. Para aquele que só tem a força de trabalho como mercadoria, obriga-se a vendê-la ao capitalista para aquisição de dinheiro, o meio equivalente de vida. Nesta relação acontece a expropriação da força do trabalho em que os capitalistas obtêm a mais-valia daqueles que são obrigados a suprir as necessidades da vida vendendo sua força de trabalho. No entanto, o modo de produção capitalista é aquele que consegue separar o trabalhador dos meios de produção. Por exemplo, um artesão, na Idade Média, produzia integralmente algo participando de todo o processo produtivo. Com a separação do trabalhador dos meios de produção acontece o estranhamento. O trabalhador não se sente parte integrante no processo produtivo, em que as fases da produção são divididas em micropartes.

De fato, aqueles que adentraram as ilhas, de algum modo, vendiam sua força de trabalho em fazendas ou sítios da região, tendo em vista a predominância do trabalho no meio rural que o industrial no Oeste paranaense. A relação vida/trabalho no continente resumia-se (como ainda se faz) na venda do trabalho para aquisição de moeda, ou, como dito, meio equivalente de troca (TOMMASINO, 1985). Para tal, formulava-se uma lógica própria de trabalho que diz respeito a um conjunto de performances que o trabalhador desenvolvia, desde acordar muito cedo, caminhar até o local de trabalho, quando não, locomover-se em paus de arara precários. Estamos falando das formas de trabalho no meio rural nas décadas de 1970 e 1980 (TOMMASINO, 1985). Não ocorre aqui, diferentemente de um trabalho na indústria, o estranhamento do trabalhador em relação à mercadoria que produz. Muitos trabalhadores rurais estavam vinculados à terra pela própria herança rural herdada dos pais. Contudo, o trabalho nas lavouras de café, fazendas e sítios, era remunerado de diferentes formas, ou diarista, por empreita, ou mesmo, mensalista, o que configura uma remuneração infinitamente inferior ao trabalho desenvolvido no transcorrer do dia. Como consequência, a de o patrão querer o lucro negando-se a pagar as horas reais de trabalho, a remuneração percebida ao fim da jornada supria precariamente as necessidades mais elementares da vida, como vestuário e comida. Podemos dizer que, diante deste cenário, o que se nega ao trabalhador das lavouras do Oeste paranaense é o acesso à terra. O trabalhador que tinha como única alternativa a venda da força de trabalho, diante da remuneração percebida, não conseguiria ter o suficiente em um determinado período de vida, a ponto de comprar a terra, ou como dizem os ilhéus, um pedaço de chão.

Essa explicação da vida e trabalho no continente remete a uma série de conflitos entre trabalho e capital que possivelmente tenha levado o ilhéu às ilhas e também reveste sua intenção em não sair das ilhas. Por isso, a justificativa ilhéu de permanecerem nas ilhas remete a uma prática laboral cotidiana diferente.

Enquanto no continente a força do trabalho é dispendida em produzir a riqueza aos *domos dos meios de produção* pela venda da força de trabalho, o caráter do trabalho nas ilhas assume a função criativa e produtiva, um trabalho de intercâmbio orgânico com a natureza, primeiro para satisfazer às necessidades da reprodução da vida nas ilhas. Por isso, sob o domínio de um pedaço de terra, o trabalhador ilhéu continua produzindo, mas não uma mercadoria. O ilhéu passa a produzir antes um produto com valor de uso. Para o ilhéu, o trabalho assume efetivamente sua dimensão primeira, a dimensão de produzir a vida. No entanto, o ilhéu não produz tudo que precisa no ambiente das ilhas, mas na sua grande maioria, sim. Aquilo que falta é adquirido pela venda do excedente de cereais produzidos no roçado, da comercialização do mel ou através da pesca. Por isso mesmo, o sujeito ilhéu assume uma forma específica de ser pelo tipo de trabalho que construiu nas ilhas.

As tensões no território ilhéu que forçam sua saída marcam os sujeitos sociais como transgressores. O trabalho ilhéu e sua historicidade perdem sentido diante do que lhe é imposto como certo. Segundo Bilão, ilhéu da ilha Peruzzi, vez ou outra a polícia ambiental põe-se a sua casa. Para os ilhéus, essa é uma realidade cruel. Se, de fato, tiverem que sair, terão que assumir as condições dos meios de vida que são praticadas no continente como forma de sobrevivência. Bilão, reafirma sua posição de ilhéu, e nega sua saída das ilhas diante das ofensivas dos fiscais ambientais.

Além da negação iminente de voltar ao continente, Bilão deixa clara sua recusa a essa realidade se assim for imposta coercitivamente. Ele constrói um conjunto de argumentos em sua fala que tem como pano de fundo seu apreço pela vida diferencial que leva na ilha, frente às formas de produção da vida na cidade ou outro lugar no continente: Por isso, o ilhéu nega o trabalho formal, que poderia ser em sítios ou fazendas, mas não deixa de trabalhar nas ilhas, “*usando o rio para tudo*”, inclusive para o sustento. Obviamente, nega-se a possibilidade de vender a força de trabalho no continente que, para muitos ilhéus, é “fonte de todo mal”. Por isso as ilhas, na representação ilhéu, são consideradas uma terra sem mal, um paraíso, justamente por abrigar meios de vida que lhes dão a certeza de ter comida à mesa, mesmo não tendo trabalho formal. A relação *trabalho/dinheiro/meios de vida* é alterada com a vida nas ilhas.

O trabalho ilhéu constrói *meios de vida* que não passam necessariamente pela troca por dinheiro. O trabalho não é vendido a um capitalista por dinheiro e não produz uma mercadoria. O trabalho nas ilhas produz um produto com valor de uso. O feijão, colhido no roçado, primeiro é armazenado de tal modo e em certa quantidade que dê até a próxima safra. Se porventura vier a sobrar, o produto passa a ser uma mercadoria com valor de troca, dando lugar ao feijão novo que será colhido em seguida. Então, a produção do roçado passa, primeiro, na ordem de prioridade, como sustento da família, e, depois assume, se enquadrada como excedente, o escopo de mercadoria com valor de troca. A cálculo feito na relação de trabalho e de produção diz respeito a quantidade de produção que seja de tal modo suficiente ao período de entressafra até o próximo ciclo de plantio. A relação ilhéu com a terra, e consequentemente com a vida nas ilhas, diz respeito a uma lógica de vida em que o trabalho assume o seu fim ontológico, o de produzir a vida. Contudo, não se pode dizer que o ilhéu está ilhado ao modo de produção capitalista. O ilhéu precisa de dinheiro para adquirir outros produtos que não consegue produzir nas ilhas, como por exemplo, sal, açúcar e, até mesmo, o óleo vegetal, que são essenciais à vida humana. Por isso, o ilhéu constrói estratégias de renda que passam pelos negócios que faz por meio da produção do mel, do aluguel da casa a pescadores, turistas e profissionais, e ainda, da pesca.

Para aquele ilhéu que foi obrigado a sair, quando se reporta sobre a vida social na ilha, corrobora com a mesma representação daqueles que ainda estão no território. Ao mesmo tempo que demonstram não serem donos dos meios de produção – o que nas ilhas era parcialmente possível pelo uso da terra –, mostram que foram obrigados a reproduzir suas vidas diante de uma série de condições que passam necessariamente pela venda da força de trabalho. Além disso, reafirmam que a condição de vida, *em ter ou não a comida diária*, passa necessariamente por vender a força de trabalho no continente. Para entendermos a fala abaixo, é preciso dizer que, quando os muitos ilhéus saíram das ilhas, foram enquadrados na condição de sem-terra:

O discurso *entre os sem-terra* que já foram moradores de Ilha Grande é muito parecido. Eles reclamam da falta de indenização, sentem saudades de quando tinham suas próprias áreas e se queixam da vida atual de boia-fria. “*A gente tinha de tudo. Agora, o dia que não tem trabalho, não temos nem o que comer*”, conta Madalena Pereira de Oliveira, 44 anos, que morou na ilha durante 19 anos. “*Tive que sair e não recebi nenhum tostão*”.

Os irmãos Antônio de Souza, 51 anos, Sirlene, 49 anos, e Aparecida, 48 anos, também se dizem desanimados com a vida de boia-fria. “*Antes, tínhamos um gadinho e leite para as crianças. Agora, se a gente precisar comprar um litro de leite para um filho, não temos dinheiro*”, frisa Sirlene. No acampamento em que estavam, na fazenda Santa Filomena, em Vila Alta, os três irmãos não tinham nem lona para terminar de montar o barraco. “*Tive meus*

quatro filhos na ilha, mas não tinha documento de posse e fiquei sei nada”, lamenta Aparecida. “*Agora quero ver se consigo um pedacinho de terra*”. O viúvo Domingo Alves Miranda, 63 anos, é outro ex-ilhéu que vive como boia-fria desde que deixou a ilha, onde viveu por oito anos. “*Vontade de trabalhar a gente tem, mas falta a terra*”, ressalta. Miranda mora num barraco junto com três filhos. (FOLHA DE LONDRINA, 08 ago. 2003).

Enfim, o Estado-capital, por meio dos meios ideológicos – as superestruturas –, justifica o modo de produção capitalista alegando ser a forma de produzir que mais se alinha com a natureza humana. No entanto, negando esta ordem mentirosa, podemos afirmar que a construção do trabalho passa primeiro pela consciência e depois é testado na realidade, que o trabalho funda todas as coisas, o ser social e, até mesmo, a essência humana. A formulação do trabalho, o projeto mental de como interferir na natureza formula-se no imaginário e depois, num movimento necessário, direciona-se ao mundo material, a *práxis* da vida. Em grande medida, esse movimento envolve um conjunto de interações sociais, que passa pela captação e arranjo de outros profissionais. Esse movimento funda arte, a ciência e tudo mais que existe na sociedade. Diante desta propositura, cai por terra a ideia de que o capitalismo não pode ser superado. Pode, sim, e não o é porque acumula lucro aos detentores dos meios de produção. O ilhéu, pelo modo diferencial de vida assumido nas ilhas, ao mesmo tempo em que funda o seu território pelo que faz nas ilhas, nega a realidade pauperizante do Estado-capital. O ilhéu criou um reduto de vida, novas formas de produzir, que não passa pela lógica do capital. Quando deixou o continente para morar nas ilhas, criou um movimento de expansão rompendo com o estabelecido, negando a suposta ordem social e do modo de produção capitalista. A ordem é necessária, mas o caos, movimento de transgressão da ordem, é fundante para a construção de outras realidades, principalmente quando se nega ao estabelecido. O ilhéu passou a reconhecer no continente a sua condição de excluído, sem acesso a quase nada para a reprodução da vida, dentro de uma ordem social excludente. Por reconhecer este processo excludente, fomentou o movimento de expansão social pela nova realidade que criou nas ilhas, chegando a uma forma de trabalho diferenciada.

Essas formas de apropriação de espaços, transformando-os em espaços diferenciados, encontram-se também nos meios urbanos. Quando um vendedor de doces se dirige ao sinaleiro de uma avenida para vender sua mercadoria, cria naquele local um espaço tangencial. Apropria-se de um local, territorializa-o criando uma forma de vida diferente. Mesmo que o Estado-capital formule meios ideológicos que forcem as pessoas a venderem sua força de trabalho àqueles que detêm os meios de produção, novos meios de vida são criados, negando uma lógica de exploração, de pauperização das formas de produzir a vida. A capacidade de inferência do homem na interação com a natureza é infinita. O problema repousa que esta natureza, além de ser privada, com o modo produção capitalista passa a ser exclusiva. De alguma forma, isto explica a vida diferencial dos ilhéus, bem como os embates que travaram ao longo de sua vida nas ilhas com Estado.

Referências

- DELEUZE, G. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 1994.
- FOLHA DE LONDRINA. **Ex-ilhéus não querem mais ser boias-frias**. 2017. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/geral/ex-ilheus-nao-querem-mais-ser-boias-frias-457633.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, H. **La production de l' espace**. Paris: Éditions Antrhopos, 2000.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 1.
- MOIRPA, A. **Movimento dos ilhéus do Rio Paraná**. Disponível em:< <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/11/Documento-Final-Encontro-Ilh%C3%A9us-do-Rio-Paran%C3%A1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- PARNA. Plano de manejo do Parque Nacional de Ilha Grande. **Plano de manejo do Parque Nacional de Ilha Grande**. Curitiba: UFPR, 2008.
- REDE PUXIRÃO. Disponível em: <<http://redepuxirao.blogspot.com>>. Acesso em: 05 out. 2017.
- SCHENEIDER, M. M. M. **O Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo do território turístico**. Dourados: UFGD, 2009.
- TOMMASINO, K. **Fugindo do sistema: começo e fim da utopia dos ilhéus do rio Paraná**. São Paulo: Atlas, 1985.

Língua jopará e a construção do *ethos* do jornal *Diário Popular*. A imagem de si e do outro

Luciano Marcos dos Santos¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo entender e discutir o modo como o Jornal *Diário Popular* do Paraguai constrói a imagem de si e do outro em sua página policial, construindo dessa maneira seu *ethos* popular, por meio de escolhas lexicais, em língua guarani misturada à espanhola. Tendo o Paraguai as línguas guarani e espanhol como oficiais, o jornal em foco poderia optar por uma redação monolíngue, mas não o faz, por razões essencialmente comerciais. Seguindo uma linha editorial mais assistencialista e sensacionalista, o jornal apela para a mescla de idiomas, como forma de chegar ao seu público, já que a língua híbrida é comum na rotina, em situações familiares e informais, estando a gosto do perfil do possível público leitor. Neste artigo debruçamo-nos sobre as palavras em guarani, com a finalidade de observar o poder persuasivo destas, na medida em que são usadas como maneira de construir um *ethos* popular. Para tanto, usamos como metodologia o estudo de caso, da edição de 01 de julho de 2011. Apoiamo-nos, também, nos preceitos da Análise do discurso, especialmente nas bases teóricas que entendem a interligação entre o discurso e a construção de uma imagem de si. Este trabalho se justifica, essencialmente, pela importância de estudos do uso da palavra em público, bem como entender o processo de persuasão no contexto em que se apresenta.

Palavras-chave: *Jopará*; *ethos*; persuasão; Jornal *Diário Popular*.

The jopará language in the construction of the *ethos* in a Popular Daily journal *Itself's image and the other*

Abstract: This article aims to understand and discuss the way in which the daily *Diario Popular* from Paraguay constructs the image of itself and the other in its police page, building its popular *ethos*, through lexical choices, in Guarani language mixed with the Spanish. Paraguay has the Guarani and Spanish as official languages, the newspaper in focus could opt for a monolingual essay, but it does not happens, for essentially commercial reasons. Following a more caring and sensationalist editorial line, the newspaper appeals to the mixture of languages, as a way to reach its public, since the hybrid language is common in the routine, in familiar and informal situations, being to the profile of the possible public reader. In this article we focus on the words in Guarani, with the purpose of observing their persuasive power, inasmuch as they are used as a way of constructing a popular *ethos*. For that, we used as a methodology the case study of the daily's edition from July 1, 2011. We also get as a support the precepts of Discourse Analysis, especially on the theoretical bases that understand the interconnection between discourse and the construction of an image of itself. This work is justified, essentially, by the importance of studies of the use of the word in public, as well as to understand the process of persuasion in the context in which it presents itself.

¹ Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e aluno regular do Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: luciano.santos@ifpr.edu.br.

Keywords: *Jopará*; *ethos*; persuasion; *Diário Popular* journal.

Introdução

Este artigo tem como objetivo entender e discutir a presença da língua no modo como o Jornal *Diário Popular* do Paraguai constrói a imagem de si e do outro nos textos jornalísticos em sua página policial, construindo dessa maneira seu *ethos* popular. O *ethos* discursivo pode ser captado por pistas deixadas pelo orador, quando este, por meio da linguagem, produz uma imagem. Estes rastros podem ser apreendidos quando analisamos as escolhas lexicais e, no caso específico, a opção pela redação em língua *jopará*, língua que mistura espanhol e guarani.

Seguindo uma linha editorial mais assistencialista e sensacionalista, o jornal apela para a mescla de idiomas, como forma de chegar ao seu público, já que essa forma de expressão, híbrida, é comum na rotina, em situações familiares e informais, estando a gosto do perfil do possível público leitor. Neste artigo debruçamo-nos sobre as palavras em guarani, para observar o poder persuasivo destas, na medida em que são usadas como maneira de construir um *ethos* popular.

Para tanto usamos como metodologia o estudo de caso. Dedicamos atenção a apenas uma edição do jornal. Ainda como forma de análise, apoiamo-nos nos preceitos da Análise do discurso, especialmente nas bases teóricas que entendem a interligação entre o discurso e a construção de uma imagem de si. Nessa mesma linha, ainda, não nos distanciamos totalmente da retórica clássica, aristotélica, na medida em que a construção do *ethos* está ligada à própria enunciação no processo persuasivo, ou ainda à confiança do leitor no jornal por meio de seu discurso, o qual se realiza, como mencionamos, pela escolha de palavras. Para tanto começaremos por contextualizar o discurso em análise, apresentando o veículo, suas características e a língua *jopará*. Na sequência trataremos da noção de *ethos*. A seguir, a análise de trechos das reportagens do Jornal *Diário Popular* do caderno policial, e, por fim, as considerações finais.

Jopará em um jornal popular

Ao caminhar pelas ruas de *Ciudad del Este*, entre as tendas com produtos eletrônicos à venda ou nas lojas, enfim, no comércio de forma geral, pude verificar que muitos atendentes, vendedores e ambulantes, em seus momentos de folga, folheavam um jornal: tratava-se do *Diário Popular* – um jornal em estilo tabloide, com preço abaixo de outros que seguem a mesma linha editorial. Apresenta basicamente as notícias locais de diferentes regiões do Paraguai, além de algumas notícias internacionais, entretenimento e esportes. É um jornal de grande tiragem, sendo destinado, segundo sua configuração, às classes operárias basicamente.

Os produtos jornalísticos destinados às classes B, C e D, que historicamente exploraram em suas matérias os efeitos psicológicos que poderiam causar por meio de imagens chocantes e temas ligados ao cotidiano violento de bairros periféricos – ou histórias de catástrofes, de crianças violentadas – ganharam o rótulo de sensacionalistas. Amaral (2006) prefere usar o termo popular (segundo ela, menos preconceituoso). O fato é que esses jornais têm se modificado ao longo de sua trajetória.

Conforme Amaral (2006), no início da imprensa já havia a presença de jornais populares: “[...] Na França do século XIX, os jornais populares de uma página eram conhecidos como *canards*, termo que significa conto absurdo ou fato não verídico. Os que mais faziam sucesso

eram os sensacionalistas que contavam histórias de catástrofes, crianças violentadas e eclipses [...]” (AMARAL, 2006, p. 17, grifo do autor).

Outros jornais com características semelhantes e mais próximos aos jornais sensacionalistas atuais surgiram também na França, entre 1560 e 1631, e nos Estados Unidos, em 1690. Com o desenvolvimento das técnicas de impressão e a possibilidade de impressão dos jornais de forma diária, além, é claro, da educação formal, fizeram com que os jornais, de modo geral, tivessem um público leitor.

O cotidiano passou a ser objeto das matérias jornalísticas a partir dos fatos citados, os jornais passaram a estampar temas referentes a crimes e dramas familiares, por exemplo. Essas matérias eram relatos ricos em detalhes, tudo feito para assegurar a fidelidade do leitor, além do valor desses impressos serem bem mais baixos. Um exemplo deste tipo de jornal foi o *New York Sun*, fundado em 1833, nos Estados Unidos, e o *New York Herald* (1887) no mesmo país, sendo o último com características semelhantes ao *Sun*.

Além dos jornais citados, também nos Estados Unidos, o *New York World*, criado por Joseph Pulitzer e Randolph Hearst (1880), apresentava preços baixos e chamava a atenção pelos títulos. Este jornal era destinado aos imigrantes e às classes operárias:

O *New York World*, encabeçado por Pulitzer em 1883, dirigia-se para os imigrantes e a classe operária. A circulação do jornal subiu de 15 mil para 250 mil exemplares em quatro anos. Pulitzer não dispensava a página editorial, os relatos, as cenas de costumes, os escândalos, o combate à corrupção e os dramas policiais que deveriam servir para fortalecer a influência sobre o público cada vez mais numeroso. Batizado de sangue foi a manchete do jornal para noticiar a morte de pedestres pisoteados numa ponte recém-inaugurada [...] (AMARAL, 2006, p. 18, grifo do autor).

Esse tipo de publicação inovou a maneira de se fazer jornalismo, pois as manchetes, a partir de então, passaram a ter importância na venda dos jornais. *Pulitzer* utilizava manchetes em vermelho, em algumas publicações. No Brasil, este tipo de imprensa ficou conhecida como “marrom”, sendo os jornais pertencentes a este estilo editorial caracterizados pela abordagem de temas ligados ao cotidiano e à violência.

O sensacionalismo está muito relacionado à exploração de temas ligados à violência e sua superexposição, e é muito comum observar a sua presença em coberturas policiais.

O jornal *Diário Popular* segue essa linha sensacionalista/popular, pois o valor de cada exemplar é baixo em relação aos outros jornais que circulam no Paraguai, custa em torno de dois mil e quinhentos guaranis (por volta de um real). Esse valor bastante baixo do jornal, associado às manchetes e à linha editorial, pode ser responsável pelo seu sucesso de vendas.

O que o diferencia de um jornal de referência no Paraguai, como o *Última Hora*, entre outros aspectos, é o emprego do *jopará*, a mistura da língua espanhola com a língua guarani, línguas oficiais do Paraguai.

Algumas pesquisas têm observado que o *jopará* seria a forma falada do guarani paraguaio, semelhante ao contato entre as línguas portuguesa e espanhola, que geram o portunhol, ou ainda ao contato entre catalão e espanhol (*catanyol*). Ressalte-se, porém, que o *jopará* é resultado de formação do processo histórico e social do Paraguai, não estando restrito seu uso a um espaço geográfico, como no caso do portunhol (regiões de fronteira – Brasil/Paraguai, Brasil/Uruguai ou Portugal/Espanha), da mesma forma como o *catanyol* (região da Catalunha-Espanha).

O *jopará* mostra-se como sistema linguístico empregado por uma comunidade para a comunicação e, dessa forma, Meliá (1992) considera-o a terceira língua do Paraguai. Na mesma ordem de raciocínio, Kallfell (2016) observa que o *jopará* não seria apenas uma variação das línguas espanhola ou guarani, por considerar que aquele que domina somente uma destas não conseguirá compreender o uso misturado das duas, visto tratar-se de outro sistema de comunicação. Todavia, o próprio autor questiona se o *jopará* pode ser considerado uma língua ou até mesmo a terceira do Paraguai, porque, segundo seus estudos, seria um *continuum* pouco normatizado de possibilidades de realização. Saussure (1993), por exemplo, diz que “a língua é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 1993, p. 17).

Observa-se que a questão é controversa. Estudos mais aprofundados necessitam ser realizados para discutir se o *jopará* é uma língua, língua crioula, variação da língua ou apenas um fenômeno de alternância de código (*code switching*). Mas como esta questão não é objetivo do presente estudo e, sim, o que já foi apresentado anteriormente, para tanto nos debruçamos agora sobre a noção de *ethos*.

A noção de *ethos*

Para Aristóteles (s./d.) a retórica deve ser exaltada não como poder somente da palavra, como o faziam os sofistas, mas sim no peso de um discurso procedido por silogismos ou entimemas, e também em aspectos extradiscursivos, tais como o caráter, a roupa e até a aparência do emissor.

À luz da razão, Aristóteles (s./d.) estabelece então uma nova teoria sistematizada envolvendo a integração entre a razão (*logos*) e a emoção (*ethos* e *pathos*). Este mesmo autor irá definir três tipos de argumentos apoiados na razão, no caráter moral do orador e na emoção. Não era de estranhar que as características do emissor fossem levadas em conta, uma vez que a produção discursiva era essencialmente oral, em que os fatores já apontados contribuíam para a construção de uma autoimagem positiva, havendo então a junção da imagem associada ao discurso, concebendo as três formas empregadas pelo orador, a fim de persuadir seu auditório. Nossa atenção volta-se para o *ethos*, pois é, de fato, essa instância a mais significativa, ainda podendo haver o entendimento de que esta e as outras (*logos* e *pathos*) são indissociáveis, uma vez que o orador mostra seu caráter (*ethos*) no discurso (*logos*) suscetível à avaliação do público (*pathos*). Outros autores ainda discutem o *ethos*.

Perelman e Tyteca (2002), com a obra “Tratado da Argumentação”, não só resgatam a retórica, como a ampliam: “estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN; TYTECA, 2002, p. 04), diferentemente da retórica antiga, cujo objeto encontrava-se na arte de confeccionar discursos para serem performatizados nas praças, tendo estes, objetivos persuasivos; na *Nova retórica* deste autor, o auditório ainda é essencial, porém a concentração dos estudos recai sobre o texto escrito e nos meios de prova para obter adesão, ou seja, na linguagem e a técnica utilizada por ela para persuadir, sem menosprezar as condições psíquicas e sociais, sem as quais a argumentação perderia o efeito - em outras palavras, o *ethos* é mostrado e não dito, mostrado em seu discurso, por meio de suas escolhas linguísticas e estilísticas.

A Análise do discurso, antes de negar essas ideias, apresenta um alargamento dessa noção de *ethos* e de argumentação. Para Análise do Discurso (AD), o *ethos* está na enunciação,

não no orador de carne e osso, que se deixa mostrar pela tessitura do texto, construído nele, sendo, pois, um autor discursivo.

Maingueneau (2008) contribui para a ampliação dos estudos do *ethos*, pois além de situação de eloquência e oralidade, caso do *ethos* em Aristóteles, seus estudos abarcarão a diversidade das situações discursivas: enunciados orais, escritos, visuais ou verbo-visuais, representando um orador ou instituições.

Este autor irá defender, como vimos, que o *ethos* se constrói dentro da instância enunciativa, por meio do discurso. Esta instância enunciativa envolve: o tipo de discurso (religioso, político, jornalístico etc.), o gênero a que este pertence e o contexto. Dessa forma, o *ethos* se ligará ao enunciador por meio de suas escolhas linguísticas, tendo estas a capacidade de revelar as pistas acerca de sua autoimagem.

Sendo assim, o *ethos*, segundo o autor, mostra-se na maneira de se exprimir, estando associado essencialmente à enunciação, ou ainda à forma como o discurso interpela o leitor/ouvinte, estando a persuasão, dessa maneira, ligada a ele, uma vez que, se conseguir mostrar um bom caráter, poderá inspirar confiança; dessa forma, o enunciador não necessariamente precisa tecer comentários elogiosos sobre si no discurso para persuadir, sendo esta ação o resultado do uso eficiente da palavra e o processo que o envolve, como a escolha vocabular.

Segundo essa linha de raciocínio, não se pode ignorar que o público constrói uma imagem do orador, havendo, portanto, um *ethos* pré-discursivo, segundo o qual determinados enunciadores podem estar associados a um *ethos* que sua enunciação pode confirmar ou discordar, estando o *ethos* pré-discursivo baseado em estereótipos, ou ainda, o discurso do orador lhe dá uma corporalidade e um caráter:

[...] O “fiador”, cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens, vê-se, assim, investido de um caráter e de uma corporalidade, cujo grau de precisão varia conforme os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela é associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e mover-se no espaço social [...] (MAINGUENEAU, 2005, p. 72).

O pensamento do autor indica uma concepção de discurso que o liga a uma configuração sócio-histórica, estando ele sujeito a uma legitimação associada à cena discursiva, uma vez que o orador/fiador estabelece uma compatibilidade entre o seu discurso e o mundo que ele apresenta, arranjados de forma dinâmica e pela interação ativa de estereótipos. Além do *ethos* pré-discursivo, formado, como vimos, por representações culturais fixas e modelos pré-construídos, que o coenunciador estabelece para construir sua imagem, mesmo antes do ato enunciativo, existem outros fatores.

Há também o *ethos* dito e o mostrado, o primeiro é criado por referências diretas do enunciador, já o segundo está no domínio do não explícito, sendo uma imagem que pode ser apreendida pelas marcas que o enunciador deixa em seu discurso. Por isso nos deteremos à análise do *ethos* discursivo, mais especificamente o *ethos* dito.

A análise a seguir terá como parâmetro as ideias de Maingueneau, que antes de se distanciar da ideia de *ethos* aristotélica, a qual o liga à eloquência, apresenta uma visão alargada que o posiciona em uma situação em que não estabelece uma oposição entre o oral e o escrito, e sim o apresenta como “uma voz indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado”

(MAINGUENEAU, 2008, p. 17), apoiada por situações estereotípicas das quais o enunciador se vale, a partir de características da comunidade imaginária que seu discurso irá tocar e, no caso analisado, pelo emprego de palavras em guarani, mostrando-se popular, na forma como estes símbolos representam a imagem que o jornal constrói de si (punitiva, ao lado do povo) e do outro (homens e mulheres envolvidos em ocorrências policiais).

Análise: imagem de si e do outro – *ethos* popular

Conforme exposto na introdução, esse artigo é um estudo de caso, portanto o corpus de análise é composto por reportagens do caderno policial *Sucesos*, já que, segundo Santos (2012), a concentração de emprego de vocábulos em língua guarani misturados à espanhola está nessa seção. A edição escolhida, de forma aleatória, pois todas as edições têm em suas redações a língua híbrida, foi a de 01 de julho de 2011. Alguns trechos serão expostos e analisados, tendo como critério de escolha a forma como o jornal apresenta os personagens homens e mulheres.

Começamos apresentando excertos contendo o emprego de palavras em guarani, as quais, muito além da descrição dos personagens, prescrevem e moldam seu caráter.

Categoria: homens e mulheres

1) Ñato

Un hombre que presuntamente abusó de su hija menor de edad por cinco años seguidos, aprovechándose de que su esposa viajó a España, fue imputado por la Fiscalía. El **ñato** está con paradero desconocido. (DIÁRIO POPULAR, n. 5907, 01 jul. 2011, p. 02).

Um homem que presumivelmente abusou de sua filha menor de idade por cinco anos seguidos, aproveitando-se de que sua esposa viajou a Espanha, foi imputado pela promotora. Este ser perverso está com paradeiro desconhecido.

O ocorrido descrito na reportagem é um fato que choca, um pai abusar sexualmente da filha menor por cinco anos, é, socialmente, inaceitável e horrendo. Na busca por narrar o fato, o jornalista precisa informar quem cometeu tal ato, como e quando.

Algumas palavras são utilizadas para descrever os agentes do sexo masculino. Muitas matérias trazem os nomes das pessoas envolvidas, e, na sequência da narrativa do fato, em lugar do nome do agente, são utilizados termos que os definem. A palavra **ñato** tem entre seus significados: feio, perverso, suspeito. Empregada, nessa matéria e por estar em língua guarani, dá o tom, dramático, que, antes de informar, corrobora, para a construção da imagem do personagem retratado.

A língua guarani guarda uma riqueza dramática e, como Gynan (2003) apontou, o guarani é uma língua do cotidiano, da expressão dos sentimentos, do amor e até mesmo do sarcasmo. Percebemos que na matéria o termo *ñato* adquire esse valor de expressão sentimental, uma vez que, por estar em guarani, compondo sentenças em língua misturada, *jopará*, intensifica o sentimento de revolta quanto ao ato do sujeito. Muito além da sobriedade e imparcialidade, normas jornalísticas, as narrativas analisadas com uso de palavras em guarani desejam transmitir, por vezes, a indignação diante do fato.

O jornal ainda descreve, em língua *jopará*, calcado em vocábulos em guarani, as ações de mulheres. Podendo estas, serem acusadas ou vítimas, para tanto, empregam, muito frequentemente o termo *yíyi*.

2) Yiyi

“El degenerado aprovechó que la **yiyi** estaba sola y abusó de ella.” (DIÁRIO POPULAR, n. 5907, 01 jul. 2011, p. 03).

O degenerado aproveitou que a menina estava sozinha e abusou dela.

Na matéria analisada emprega-se a palavra *Yiyi*, para referir-se à jovem que, no caso retratado, foi vítima de estupro. Ainda assim, essa mesma palavra pode designar a mulher de pouca idade envolvida em atos ilícitos.

Na matéria, ainda são fornecidos dados sobre a personagem: trata-se de uma adolescente de 17 anos, que vivia sozinha no bairro Toledo Cañada, bairro periférico da cidade de Capiatá, Paraguai. A imagem projetada sobre a vítima, construída pelo jornal, pelo uso da palavra em destaque, demonstra o caráter do orador, uma vez que o coloca como porta-voz dos fatos ocorridos em determinadas comunidades. Como todo ato comunicativo tem um interlocutor, é nessa interface orador-personagem-leitor que a persuasão se estabelece, na relação entre o sujeito retratado, membro de uma comunidade, denominado em palavra em guarani, portanto representativo de uma localidade que partilha os mesmos hábitos locucionais e o Jornal que o apresenta e lhe dá destaque. Tudo isso dentro da seção policial.

Segundo Serra (1980, p. 19), a seção policial, dentro de um jornal, representará o cotidiano de uma região social.

[...] é o espaço em que figuram como personagens centrais e atuantes aqueles cujo aparecimento no resto do jornal é impossível ou secundário. Pois em relação ao espaço total do jornal, eles são “desviantes”: marginais, ladrões, assassinos, traficantes, desonestos, homossexuais, prostitutas, menores delinquentes, em grupo, organizados ou individualmente [...] (SERRA, 1980, p. 19).

Esse mesmo autor destaca que a distribuição dos fatos jornalísticos no jornal, em seus múltiplos cadernos, destina outros espaços a outros personagens da sociedade, associados ao trabalho, à justiça e ao poder, enfim, a uma ordem social legítima.

Ora, ao situar as manifestações daqueles setores em seção especial, e ao designá-la como ‘policial’ ou ‘criminal’, é ao mesmo tempo como desviantes sociais e como ilegais que o espaço do jornal os representa. Unificando-os preferencialmente sob o tópico ‘policial’, indica-nos a instância policial como mediadora por excelência da normalidade e do desvio, colocando-a como agente normal para demarcar a outra e para garantir sua dominância em termos globais. (SERRA, 1980, p. 19).

Em jornais populares, ou rotulados como sensacionalistas, o que ocorre, como já tratado, é uma inversão da valorização do material jornalístico que compõe suas páginas. Desse modo, o que em um jornal “sério” seria tido como anomalia, resguardado à seção especial, em jornais populares é corriqueiro e abrangente. Tudo que se refere à vida popular se espalha por esse tipo de jornal impresso.

O que vale ressaltar é a construção de uma imagem para si e para o outro, em que

ambas funcionam nas narrativas, como essa em questão, de uma incorporação de um *ethos* de julgamento. Em outros cadernos, mulheres são descritas empregando-se termos em espanhol – doña, señora, mas no caderno policial, as mulheres passam a ser *yjyis*. Em pesquisa a um site sobre o significado dessa palavra, encontramos: jovens meninas de bom estado físico, ou ainda, pessoa oposta ao sexo masculino com quem se tem uma relação. Muitas das “*yjyis*” estão em garupas de motos, ou cometeram algum ato contra a lei.

Da mesma forma que ocorre com o termo empregado para descrever a mulher jovem em ações policiais, há o termo *karai*, que descreve o homem maduro envolvido nestas mesmas ocorrências, que antes de ser um símbolo aleatório, expressa a forma como o Jornal deseja que seu público identifique o personagem referenciado.

3) karai

“[...] El **karai** fue llevado al hospi local porque se machucó todito.” (DIÁRIO POPULAR, n. 5907, 01 jul. 2011, p. 06).

O homem foi levado ao hospital local porque se machucou todo.

A palavra *karai* empregada com muita frequência tem entre os seus significados: homem, senhor, sagrado, batizado, dono, amo. *Karai*, em língua indígena, significa curandeiro, ou uma pessoa muito espiritualizada capaz de realizar longas peregrinações. Os espanhóis, como fizeram uma grande peregrinação para chegar à América, passaram a ser chamados pelos guaranis de “*karai*”. Quando alguém é batizado se emprega o termo “*oñemongarai*”, que significa civilizado, ou seja, o caminho para se fazer civilizado era o batismo.

Nessa matéria o personagem Gustavo Britos, condutor de um caminhão, sofreu um acidente de carro e foi levado ao hospital, bastante ferido. O texto, com os recursos linguísticos de que faz uso – abreviaturas (hospi e não hospital) *karai* e não señor, aproxima o nível escrito ao nível de fala, além de, é claro, e onde recai nossa atenção, fazer uso da palavra em guarani – *karai*. Esta palavra é relevante, pois seu uso está mais atrelado a um sujeito vitimizado, que sofreu algum tipo de violência e digno de alguma consternação. O emprego da palavra em guarani concede a vocalidade, o tom que a matéria deseja alcançar: a piedade, ao passo que apresenta o sujeito, digno dela, como *karai*, contribuindo dessa maneira para imprimir a imagem popular, positivamente aceita, baseada em estereótipos, identificáveis pela audiência, dentro do discurso.

Em oposição à palavra *karai*, mas com mesmo significado, senhor, a palavra *léka*, está associada ao sujeito que cometeu algum ato socialmente inaceitável.

4) léka

“[...] Luego de una discusión, el **léka** le pegó y la tiró suelo. La doña se rompió la rodilla, entonces, salió de la casa por temor a morir [...]” (DIÁRIO POPULAR, n. 5907, 01 jul. 2011, p. 08).

Depois de uma discussão, o senhor lhe bateu e a atirou ao chão. A senhora rompeu o joelho, então, saiu de casa por temor de morrer.

A palavra, longe dos dicionários, só tem sentido completo, quando em uso. A palavra

léka é símbolo da representação de um estereótipo: *léka* – senhor, geralmente ancião, envolvido em alguma atividade socialmente negativa, no caso analisado, agressão. Sendo ele morador de um bairro periférico, envolvido em atitude criminal, é representativo da constituição da corporalidade da comunidade que adere ao discurso do Jornal.

Este mesmo discurso redigido em sua totalidade em língua espanhola não teria efetividade, pois, segundo a imagem que ele mostra do enunciador, é pensado em função de valores identificáveis por seu coenunciador, com desejo de tocá-lo, fornecendo a este uma identidade compatível com o seu mundo.

Considerações finais

A persuasão não se estabelece se a audiência não se identifica com o *ethos*, a imagem, que o orador deseja imprimir, dando impressão de que é um dos leitores, uma voz.

Termos como *ñato*, *yíyi*, *karai* e *léka* são formas de prescrever e moldar a imagem que o jornal faz dos personagens retratados, estando estas, baseadas em comportamentos sociais, em estereótipos, em que se descreve o mundo ético desses personagens: o pai que viola a filha e, portanto é um *ñato* por essa atitude. A menina (uma *yíyi*) que estava sozinha e, portanto foi abusada. O senhor (*karai*) levado ao hospital, diferente do senhor (*léka*) que agrediu a esposa. Um conjunto de esquemas sociais que correspondem a uma maneira de existência dos personagens, o qual pode dar indícios da imagem do leitor e sua forma de viver, corporalizada, nesse caso, pelas práticas discursivas, formando um *ethos* discursivo do Jornal que ecoa como a “voz” do povo, uma espécie de espelho de quem o lê, mostrando uma maneira de habitar o mundo, no caso dos ambientes retratados, bairros periféricos, barbearias, comércio informal, as casas, a rua.

O fato é que pelas escolhas vocabulares, o Jornal *Diário Popular* edifica sua imagem moral e solidária, ao passo que condena e julga certas atitudes de seus personagens, da mesma forma que dá voz às pessoas da comunidade, constrói uma imagem positiva de si, amigável e confiável, personificada em sua prática discursiva.

Referências

- AMARAL, M. F. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. 14. ed., Rio de Janeiro: Ediouro, s./d.
- DIÁRIO POPULAR. **Assunção. Paraguai**, n. 5907, 01 jul. 2011. Sucessos.
- GYNAN, N. S. **El Bilingüismo paraguayo aspectos sociolingüísticos**. 2. ed. Fernando de la Mora, Paraguay: Ed. Etigraf., 2003.
- KALLFELL, G. **¿Cómo hablan los paraguayos con dos lenguas?** Gramática del *jopara*. 2016. Disponível em: <www.etnolingüística.org/biblio:kallfell-2016-jopara>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- MAINGUENEAU, D. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komatsu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

MELIÁ, B. **La lengua Guarani Del Paraguay**; Historia, sociedad y Literatura. Madrid, España: Mafre, 1992.

PERELMAN. C.; TYTECA. L. **Tratado de Argumentação**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

SANTOS, L. M. **Ñande rekó/nosso modo de ser**: o jopara no jornal Diário Popular, Foz do Iguaçu, 2012.

A primeira greve dos professores do Paraná

Odirlei Manarin¹

Resumo: A pesquisa em andamento tem como objetivo investigar as condições de trabalho dos docentes da educação básica da rede pública do Paraná. Pode-se dizer que o estudo de uma categoria de trabalhadores(as) que vivem um paradoxo de condições materiais, sentimentais e simbólicas. Ou seja, ora respeitada, valorizada e reconhecida como necessária para a emancipação humana; ora questionada por onerar os cofres públicos, responsabilizada unicamente por não ofertar um ensino de qualidade e precarizada na remuneração e condições de trabalho. Neste sentido, pretende-se analisar as avaliações e as interpretações destes(as) trabalhadores(as) a partir das suas experiências concretas de vida e de trabalho. Em outras palavras, o que eles acham que são? Porém, precisa-se aprofundar para além destas questões, isto é, sair da aparência e mergulhar na essência que estrutura as contradições sociais em que estes sujeitos estão inseridos. Assim sendo, neste artigo pretende-se expor algumas hipóteses de trabalho, assim como apresentar e analisar as principais reivindicações da categoria e suas conquistas na greve de 1963, a partir das fontes da APP-Sindicato e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Palavras-chave: Professores; condições de trabalho; greve; APP-Sindicato.

The first strike of the teachers of Parana

Abstract: The research in progress aims to investigate the working conditions of teachers of basic education in the public network of Paraná. One can say the study of a category of workers who live a paradox of material, sentimental and symbolic conditions. That is, it is respected, valued and recognized as necessary for human emancipation; now questioned for burdening the public coffers, only responsible for not offering quality education and precarious in terms of pay and working conditions. In this sense, we intend to analyze the evaluations and interpretations of these workers based on their concrete experiences of life and work. In other words, what they think they are. However, it is necessary to delve beyond these questions, that is, to leave the appearance and to delve into the essence that structures the social contradictions in which these subjects are inserted. Thus, this article intends to present some hypotheses of work, as well as to present and analyze the main claims of the category and its achievements in the 1963 strike, from the sources of APP-Syndicate and the Department of Political and Social Order (DOPS).

Keywords: Teachers; work conditions; strike; APP-Syndicate.

Introdução

A proposta da pesquisa em andamento é investigar o passado das condições de trabalho e as lutas travadas pelos professores nas décadas de 1960, 70, 80 e 90. Ou seja, as condições de trabalho e as lutas travadas no passado e no presente. Partindo do entendimento de que não se separa o tempo presente e o passado, muito menos se ignora o vínculo do passado com o tempo presente, o que significa dizer que são as questões do tempo atual que nos movem a investigar o passado (CHESNEAUX, 1995).

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), professor da Rede Pública do Estado do Paraná (SEED), na cidade de Foz do Iguaçu. E-mail: omanarin@yahoo.com.br.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é investigar e analisar as condições de trabalho dos professores do Paraná e suas lutas a partir da década de 1960 até os dias atuais. A definição do recorte temporal, neste momento, ficou estabelecida a partir das greves organizadas pela categoria. Busco levantar fontes e informações sobre as primeiras greves, considerando-as como marcos que representam as reivindicações destes trabalhadores, o que permite reconstruir as condições de trabalho.

O olhar direcionado para a investigação em analisar o presente e o passado parte de questões como: quais as lutas organizadas pelo sindicato ou pelos professores na melhoria de vida e das condições de trabalho? Como eram as condições de trabalho e de salários dos professores nas greves anteriores? Quais os motivos das greves? Quais as estratégias, as práticas e as dificuldades na organização do movimento? Que tipo de ameaças, de ataques, de perseguições e punições era usado pelo governo contra os professores e suas associações/sindicatos?

Essas questões, embora se apresentem em analisar o passado, estão plenamente inseridas em um contexto, mais do que isso, tem como finalidade atender às questões colocadas no presente atual. Portanto, a partir disso, seguimos o método de análise, interpretação e escrita, como sugere Thompson, em pensar a evidência a partir do domínio do contexto e dos principais teóricos, introduzindo o problema, apresentando a evidência, assim como a análise a partir do interesse do problema da pesquisa (THOMPSON, 1997).

Neste sentido, levantamos duas hipóteses iniciais: a primeira, a partir do estudo comparativo com o objetivo de explicitar a realidade do trabalho no passado e hoje, sem fazer escala de melhor ou pior, muito menos julgamento das ações, mas sim especificar as dinâmicas dos professores no ensino público. A segunda, mostrar como as condições de trabalho dos professores foram construídas a partir da intervenção desses mesmos sujeitos contra a pressão dos governos estaduais, isto é, em que momento avança e em qual momento é empurrada para trás. Entendendo esse processo sem julgamentos, e analisando a luta de classes e o protagonismo dos professores em se reafirmar enquanto classe.

Sendo assim, a tentativa de levantar, organizar e produzir fontes está sendo um grande desafio. Embora a APP-Sindicato no ano de 2017 tenha completado 70 anos, com aproximadamente 72 mil filiados, o que o classifica como o maior sindicato do Estado, pouco se tem organizado sobre sua história. Partimos então de duas obras produzidas por Amancio Luiz Saldanha dos Anjos, professor aposentado e hoje trabalhando como funcionário do sindicato do Núcleo Sindical de Cascavel. O primeiro livro produzido para a comemoração dos 60 anos da APP-Sindicato e dos 40 anos da APP-Regional de Cascavel, fundadas respectivamente nos anos de 1947 e 1968, e publicado em 2008. Sua elaboração ocorreu pelo Projeto Resgate e Registro da História da APP-Sindicato de Cascavel e Região – tendo a inclusão no Portal da Entidade e divulgação a todos os trabalhadores em educação no ano de 2007.

Essa obra dividiu-se em nove capítulos, sendo que do primeiro ao sétimo se atém à história da entidade e, no oitavo e nono capítulos, apresenta-se uma breve síntese da evolução da Educação Nacional, características dos sindicalistas, críticas e contribuições futuras da APP para a Educação. Dez anos depois, o mesmo autor revisa e amplia o livro em comemoração aos 70 anos da instituição. A organização e capítulos permanecem iguais, acrescentando-se dois capítulos, um sobre a APP nos anos de 2009 a 2016, selecionando quais foram os principais embates enfrentados pelo sindicato. O segundo capítulo acrescentado aborda a história dos núcleos sindicais de Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e traz informações sobre fundação, presidentes, sedes, municípios atendidos.

Destacamos alguns pontos iniciais para reflexão deste livro de memória. O primeiro, por ser um material produzido por um grupo vinculado à direção sindical de Cascavel, que apoia a linha da direção estadual e que nos permite analisar o que é selecionado para ser lembrado e contado nos 60 anos da Entidade. Embora a produção tenha sido feita há quase dez anos, a direção sindical permanece com o mesmo grupo.² O segundo, a perspectiva de construção da história da APP-Sindicato linear e cronológica, exaltando em seu conjunto a organização, a resistência, o confronto com os governos e principalmente a luta e valorização da carreira do magistério, permite inicialmente entender não só as disputas, os conflitos, os embates postos naqueles momentos, como também seus silêncios e omissões.

Outra fonte que pretendemos analisar ao longo da pesquisa são algumas pastas organizadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que se encontram disponíveis para acesso no Arquivo Público do Paraná. Das dezesseis pastas levantadas, entre os anos de 1960 a 1983, referentes às associações dos professores, neste artigo, selecionamos as que tratam da primeira greve³.

As pastas selecionadas das associações que representavam os professores do Paraná constituem-se de documentos que trataram de atos, reuniões, assembleias, reportagens em jornais e greves. O primeiro passo da análise destes materiais foi buscar identificar quais as principais reivindicações da categoria e suas conquistas. Além disso, os documentos que dão corpo a cada pasta, em sua maioria, são de diversas ordens, como relatórios dos investigadores sobre as assembleias realizadas pelos professores da capital e do interior; comunicados dos agentes aos seus superiores de movimentos organizados, especialmente, pelos dirigentes das associações; informativos sobre jornais e informativos produzidos pelos professores; reportagens de jornais sobre os professores; ofícios das associações dos professores para a Igreja Católica, entre outros.

Analisando a maneira como eram organizados os assuntos de cada pasta deste departamento, constrói-se uma história oficial pela autoridade policial com base na observação e na materialização de um possível crime usando-se de provas concretas.⁴ As pastas que estão sendo analisadas, embora se refiram às associações que representam os professores no Paraná, identificavam as pessoas que participavam das reuniões, assembleias, panfletagens, piquetes e que possivelmente foram organizados em prontuários individuais. Em alguns casos, artigos de jornais recortados pelos policiais e anexados à pasta encontram-se sem identificação de datas e páginas que tinham como finalidade reforçar a imagem negativa do investigado.⁵ Optamos por recuperar e analisar os elementos que norteiam as reivindicações dos professores referentes às condições de trabalho e salário e como se organizaram e desenvolveram suas lutas.

² A APP tornou-se sindicato em 1989. Desde 1995 é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O mesmo grupo político, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, ocupa a diretoria há três décadas, tendo como principal figura pública o atual deputado estadual José Lemos, diretor da APP, iniciando em 1988 como representante de Município na cidade de Cascavel a 2009, quando assume como deputado. Lemos foi presidente da APP-Estadual por dois mandatos (2002-2005; 2005-2008), e desde que é deputado ocuparam a presidência do Sindicato os integrantes de seu grupo político, professores Marlei Fernandes e Hermes Leão, recentemente reeleito.

³ BR PRAPPR.PB004.PT1899.223 – Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Comercial de Curitiba.

⁴ Artigos que tratam da organização dos documentos do DOPS, disponíveis em: Magalhães (1997) e Carneiro e Fonseca (2011).

⁵ Ver o artigo de Maria Luiza T. Carneiro (s./d.).

APP-Sindicato

No conjunto das associações, a primeira foi a Associação dos Professores do Paraná (APP) fundada em 1947, em Curitiba. Atendia os professores da cidade e da região metropolitana. Embora constituída após a ditadura do Estado Novo, comportava-se como associação, organizando as negociações com o governo para atender às demandas do magistério, como também, na constituição de patrimônios e sedes para seus associados (GONÇALVES, 2007).

Hoje, APP-Sindicato, enquanto entidade, representa a maior categoria do funcionalismo público do Estado, funcionários de escolas e em sua grande maioria professores. É composta por 29 núcleos regionais espalhados por todo o Estado, o que permite organizar e mobilizar a categoria para os enfrentamentos travados, em especial, com o governo estadual.

O formato de organização sindical que os professores estaduais paranaense têm hoje só foi consolidado em 1981. Antes disso, eram várias associações de âmbito municipal, regional e estadual para representá-los. Até o início da década de 1970, as associações eram distribuídas em quatorze sedes no total, sendo duas de âmbito estadual: Associação dos Professores do Paraná (APP) e Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP); quatro de âmbito regional: Associação dos professores do Norte do Paraná, Associação dos Professores do Vale do Pirapó e Bandeirantes, Associação dos Professores do Noroeste do Paraná e, Associação dos Professores do Oeste do Paraná; e oito, municipal: União dos Professores de Ponta Grossa, Associação dos Professores de Maringá, Associação dos Professores de Guarapuava, Associação dos Professores de Palmas, Associação dos Professores de Cascavel, Associação dos Professores de Pato Branco, Associação dos Professores de Foz do Iguaçu e Associação dos Professores de Umuarama.

Esta configuração ficou estabelecida no III Encontro do Magistério realizado em fevereiro de 1972, na cidade de Londrina, tendo a seguinte identificação das associações: 1ª Região – Curitiba; 2ª Ponta Grossa; 3ª Londrina; 4ª Maringá; 5ª Mandaguari; 6ª Cambará; 7ª Guarapuava; 8ª União da Vitória; 9ª Paranavaí; 10ª Foz do Iguaçu; 11ª Cascavel; 12ª Pato Branco; 13ª Umuarama; 14ª Campo Mourão. (ANJOS, 2017).

Cabe salientar que esta divisão, que a princípio se apresenta para melhor organizar a categoria em todo o Estado, também reflete as disputas políticas para gerir a categoria, embora pouco abordada nas duas obras de memória. As disputas se deram com o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), fundado no ano de 1972, grupo este que se apresentou ligado ao governo estadual ao longo da década de 1970.⁶ Apenas para indicar uma evidência sobre essas disputas, já que não é o enfoque deste texto, na publicação do dia 31 de março de 1977, o jornal Diário do Paraná retrata a sessão que confirmou os vetos ao Estatuto do Magistério. Enquanto os representantes da CRPP se fizeram presentes, como seus diretores favoráveis à manutenção total dos vetos, assistindo ao desenvolvimento dos trabalhos na tribuna de honra, cerca de trezentos professores ligados a APP e APLP ocupavam as galerias do plenário. Segundo os representantes da CRPP, aquela associação era

⁶ “As disputas se deram, também, na mudança de código de desconto consignatário da contribuição sindical, para desconto em folha de pagamento: o código 226 para professores da capital e o 227 para os professores do interior. O ex-presidente da APP, Faustino Fávoro, (1947-1954; 1961-1963; 1972-1973), protocola ofício na Casa Civil, na data de 17/10/1973, propondo a passagem do código 227 para a CRPP, dizendo-se o órgão representativo dos professores com abrangência estadual. O desfecho só ocorre com decisão judicial, reconhecendo o código pertencer à APP, porém, os associados, cerca de doze mil, foram canalizados para um novo código, o 220, criado para o CRPP” (ANJOS, 2008, p. 56).

contrária às posições radicais, argumentando que “para reivindicar pela classe, a entidade que representa necessita manter condições de diálogo com o governo”. Para eles, os vetos não prejudicariam a atividade profissional, a remuneração, a promoção e o concurso público (BR PRAPPR.PB004.PT94b.12, p. 335-336).

A primeira greve: “Operação Tartaruga”

A década de 1960 foi marcada pelas lutas por salário e carreira dos professores da rede pública do Paraná. Em janeiro de 1963, final de férias, na transição do afastamento necessário para o descanso, e a gradativa retomada do planejar o ano letivo, ocorre a “Operação Tartaruga”, aulas de trinta minutos. Primeira greve da categoria que teve abrangência estadual, pautando melhorar a Carreira do Magistério, as condições de trabalho e de vida frente às dificuldades do aumento do custo de vida.

A edição do Jornal 30 de Agosto, em comemoração aos 50 anos da entidade, informa que as greves em todo o país eram movidas pela inflação, baixos salários e por reformas políticas, já que o país vivia a campanha do plebiscito para reconduzir João Goulart à presidência. Cabe destacar que nos dois livros produzido por Anjos (2008; 2017), apresenta-se a descrição do dia a dia do movimento a partir do texto “Operação Tartaruga: História de uma lenda”, sobre a greve de 1963:

[...] 06/02 Duzentas (sic) professoras fazem passeata contra a demora na aprovação dos vencimentos. Sob chuva, vão da APP ao Centro Cívico entregar as reivindicações aos deputados e ao governador.

07/02 Sai o enquadramento das professoras no DESP.(sic)

08/02 SEC (Secretaria da Educação e Cultura) pede a volta das professoras às aulas e se compromete a encaminhar a reivindicação.

09/02 Sábado. Professores realizam passeata, com o emblema no peito “Operação Tartaruga”. O trajeto vai da rua XV à Santos Andrade, às 10 h. Cerca de 400 pessoas. Destaque à delegação do interior, que chega com mais de dez ônibus.

12/02 Editorial: (sic) “Apelo aos Professores”, reconhecendo a procedência das reivindicações do magistério, defendendo o governo e pedindo o retorno às aulas. “O principal objetivo de seu movimento já foi alcançado – a sensibilização coletiva e o reconhecimento por parte do governo da justa reivindicação que fazem”.

12/02 Assembleia debate o substitutivo apresentado pelo deputado Jorge Nasser, que reteve o projeto do deputado Rubens Requião (sic) por 20 dias. – O apelo do Secretário na TV desmobiliza um pouco a greve. Culpa do governo federal.

13/02 Ney Braga retorna ao Paraná (sic) após viagem de 4 dias e faz pronunciamento na TV, acusando os professores de não ter comparecido à reunião marcada. Justificou a situação dizendo que a folha de pagamento estava alta, a economia do país estava instável e outros investimentos de vulto do estado. (sic) Apela para volta às aulas.

14/02 – Após discussões com o comando de greve, o deputado Rubens Requião apresenta novo reenquadramento. A gratificação para o magistério (sic) de 25% e para os normalistas, 20%. Às 2:30 da madrugada do dia 15/02, os professores decidem aceitar a proposta do governo, mas deliberou que a O.T. duraria até a aprovação pela Assembleia.

15/02 – Substitutivo é apresentado e aprovado por unanimidade, faltando apenas a votação final.

28/02 – Acaba oficialmente o movimento grevista. (ANJOS, 2008. p. 32).

Esta greve é avaliada pelo autor como vencedora em vários aspectos: o governo reconheceu o poder do Magistério, pela organização de passeatas em várias cidades do interior do Estado, como Umuarama, Mandaguaiçu; o apoio e a solidariedade de outras associações/sindicatos de diversas categorias; a capacidade de mobilizar e de organizar um grande número de participantes. A direção da Entidade passou a pensar na possibilidade de unificação das diferentes categorias dentro do próprio magistério.

Sobre esta greve, as fontes do DOPS organizadas na pasta referente ao Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Comercial de Curitiba⁷, participante da comissão central da greve juntamente com a APP e Casa do Professor Primário, encontram-se quatro reportagens referentes à “Operação Tartaruga”. Delas, três são do Jornal Última Hora e a outra, arquivada sem identificação. De modo geral, as reportagens têm um tom de apoio ao movimento e destacam a organização que atingiu grande parte do Estado, o que permitiu avançar nas negociações, mesmo estendendo o movimento durante todo o mês de fevereiro daquele ano.

A tática de aulas de trinta minutos, também conhecida como greve branca, usada pelas professoras primárias na busca por melhores vencimentos, conseguiram que nenhum grupo escolar da capital funcionasse no dia 6 de fevereiro de 1963. A reportagem intitulada “Professores de braços cruzados: greve branca atingirá interior” (Jornal UH, 06/02/1963) apresenta como foi o primeiro dia de aula para receber os alunos, tendo como prática explicar os motivos da greve, orientando-os a não comparecerem à escola até a resolução das reivindicações e permanecerem em classe, sem fazer qualquer tarefa escolar.

A descrição da greve, segundo a citação de Anjos (2008), indicou, no dia 09 de fevereiro, a realização da passeata com cerca de 400 pessoas. O jornal Última Hora, do dia 11 de fevereiro de 1963, segunda-feira, na reportagem “Professoras não podem viver com salário de domésticas”, informa que, no último sábado, com a presença de cinco mil mestras, da capital e interior, realizaram passeata denominada “a marcha do salário”. começando pela Praça Osório rumo à Praça Santos Andrade. onde ficaram concentradas. É destaque nas reportagens a concentração e reuniões durante todos os dias na sede da APP. Eram tiradas tarefas diárias em que comissões saíam para visitar grupos e casas escolares de Curitiba e verificavam se estavam cumprindo a “Operação Tartaruga”; quando tramitava o substitutivo pelas comissões da Assembleia Legislativa, marcavam presença. Todo esse trabalho na organização das comissões na sede da APP seguia movido a músicas, com a instalação da radiola para musicar o ambiente. Por último, acentua que a greve se manteve coesa e atingiram outros municípios como Paranaguá, Imbituva, Castro, Piraí do Sul, Prudentópolis, Guarapuava, Ipiranga, Ivaí, Reserva, Tibagi, Ortigueira e outros, tendo em vista a condição do professorado primário, a classe mais atingida pelos baixos salários daquele momento.

Na terceira reportagem, “Greve das professoras continua apesar das ameaças do governo” (Jornal UH, 14 fev. 1963), toda a matéria é estruturada a partir da fala televisada do governador Ney Braga de “usar o máximo rigor custe o que custar” e de não atender às reivindicações ou conceder qualquer melhoria salarial enquanto as professoras não voltarem às aulas. Mesmo com o apelo do governador, de acordo com a reportagem, nenhum estabelecimento de ensino primário da capital funcionou e em alguns poucos os alunos compareceram, em outros não estavam indo às escolas, demonstrando o apoio dos pais à solicitação dos professores. No jornal 30 de Agosto, destaca-se que as professoras ocupavam diariamente as galerias do legislativo,

⁷ Pasta identificada com a numeração BR PRAPPR.PB004.PT1899.223. Arquivo Público do Paraná.

e que o pronunciamento do governador na TV pedia que as vinte mil professoras primárias do Estado voltassem às aulas (ESPECIAL 50 ANOS, 1997).

De acordo com as reportagens citadas, o movimento conseguiu manter durante todo o mês de fevereiro suas atividades organizadas diariamente, realizando ações como propaganda nas ruas, por meio de alto-falantes; confecção de cartazes alusivos à greve, na sede da APP; realizando assembleias permanentes com a presença constante de grande número de professoras, visitas aos grupos escolares e assinatura normal dos livros de registro de ponto; visitas à Assembleia Legislativa para acompanhar a tramitação das reivindicações; constantes reuniões com os pais agradecendo o apoio e apresentando com detalhes os motivos do movimento. Além disso, receberam apoio de outras associações e sindicatos, câmaras municipais, lojistas, entre outros.

O movimento iniciou na capital e, com base nas evidências do jornal Última Hora, na cidade de Ponta Grossa houve adesão maciça desde o início, espalhando o movimento para as demais regiões do Estado. No material confeccionado pela APP, com o nome “Memória Histórica 1983”, há um caderno com vinte uma páginas datilografadas, assinado pelo presidente da associação da época Izaías Ogliari⁸. Nele indica-se que o movimento se constituiu no descontentamento do não reenquadramento que permitia o avanço de apenas um nível para os docentes primários, sem reajuste salarial. Por outro lado, evidencia-se nas reportagens que o desenvolvimento da greve ocorre pela base da categoria que se organizou em diversas comissões espalhadas por todo o Estado.

Este enfrentamento com o governo ao longo de um mês, de acordo com as fontes, só foi possível se manter com as várias ações de mobilização da categoria, contando com apoio de outros segmentos da sociedade. Por outro lado, este empenho na luta, mesmo recebendo ataques e ameaças do governador, manteve-se firme, o que nos faz entender que o magistério primário vivia em situação extremamente difícil, a ponto de as reportagens adjetivarem de constrangedor, inadmissível, asfixiante, o salário de fome. Aquela situação não permitia melhora nas condições materiais aceitáveis, uma vez que o salário estava abaixo do mínimo regional. A luta empenhada na “Operação Tartaruga” apresentou-se pela obtenção mínima de uma vida menos sacrificada e compatível com a função exercida na formação dos alunos.

De acordo com o cronograma da greve já citado, informa-se que no dia 15 de fevereiro as professoras entraram a madrugada esperando a proposta do governo e aceitando os valores, para professoras primárias denominadas regentes e sem habilitação, de vinte por cento; às professoras classificadas como normalistas, vinte e cinco por cento. O resultado final do movimento é analisado posteriormente como vencedor por conseguir o aumento mencionado. Contudo, na reportagem “Professorado do ensino médio vai aderir à Operação Tartaruga: Norte Comanda!”, difícil de identificar de qual jornal se tratava, porém aponta que os professores do Ensino Médio, a partir do primeiro dia do mês de março, quando iniciariam as aulas no ginásio, mantidos pelo Estado, não concordando com o aumento concedido pelo governo, bem como o Plano de Classificação de Cargos, ou seja, a organização da carreira (BR PRAPPR.PB004.PT1899.223, p.13).

A matéria sugere que estes professores da capital haviam recebido os vencimentos relativos ao mês de janeiro, mas que no interior estavam atrasados e que em muitas cidades não tinham salários desde novembro. Embora não tenha sido questionada pelas fontes da APP,

⁸ Esteve na presidência do sindicato no período de 1982 a 1985. Este material elenca de forma descritiva o que consideravam as principais atividades da instituição entre os anos de 1947 a 1983.

esta reportagem menciona que os professores não aceitaram a manobra feita pelo governo em atribuir valores diferentes de aumento devido à titulação, uma vez que todos que ministravam no Ensino Médio tinham curso superior. Isto nos faz pensar na construção de uma trajetória vencedora e conquistas, outros elementos foram esquecidos ou mesmo silenciados, já que não aparecem nas fontes do sindicato.

Enfim, essas seriam as primeiras reflexões, apontamentos e levantamento de hipóteses sobre a primeira greve dos professores do Paraná. Seguindo por este caminho, na busca de mapear as reivindicações e as condições de trabalho em que o magistério estava submetido, os próximos passos no desenvolvimento da escrita da tese serão analisar as demais greves, a partir desta dinâmica com os materiais produzidos pelo sindicato e as pastas do DOPS.

Referências

ANJOS, A. L. S. dos. **APP Sindicato 60 anos**. Cascavel e região – 40 anos: História e memórias. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

_____. **APP Sindicato 70 anos: histórias e memórias: revisada e ampliada**. Cascavel: ASSOESTE, 2017.

CARNEIRO, M. L. T. Os arquivos da polícia política brasileira. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. **Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo**, s./d. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.

FONSECA, L. N. A apropriação da memória e os arquivos do DOPS III SBA. Políticas arquivísticas na Bahia e no Brasil. Simpósio Baiano de Arquivologia, **ANAIS...** Salvador, 26-28 out. 2011. Disponível em: <<http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wp-content/uploads/2011/09/Fonseca2.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GONÇALVES, S. R. **Movimento Operário e Estado: A APP-SINDICATO – A Organização e as lutas dos trabalhadores na educação da Rede Pública Estadual do Paraná**. 2007. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Paraná. Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2007.

JORNAL 30 DE AGOSTO. Especial 50 anos. **APP-Sindicato 50 anos de História**. 1947-1997, edição especial, abr. 1997.

MAGALHÃES, M. D. B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011>. Acesso em: 15 mar. 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Violência escolar: um panorama atual

Leila Tombini¹

Eduardo Nunes Jacondino²

Resumo: O trabalho em questão é fruto de uma pesquisa bibliográfica com a intenção de desvelar as categorias da violência no ambiente escolar. O estudo pretende estabelecer uma possível interpretação das diversas formas de violência que assolam a instituição escolar promovendo diversos prejuízos para o andamento educacional. Com as leituras amparadas em autores como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, foi possível identificar que o fenômeno se desdobra sob várias formas. Ambos os autores acreditam que existe poder nas instituições, em especial na escola, responsável por normatizar o comportamento, como afirma Foucault. O poder nesse meio não pode ser visto apenas na forma negativa, pois a organização é mantida por meio dele. O problema relacionado com o poder aparece quando é usado de forma opressiva, reprimindo e impondo verdades. A violência escolar pode ser classificada sob diversos aspectos como: violência contra a escola (atos de depredação física), violência que a escola recebe por parte governamental (falta de investimentos físicos e capacitação), e a violência simbólica (produzida pela escola, por aqueles que fazem parte dela e a constituem como instituição de ensino).

Palavras-chave: Escola; violências; poder; saber.

School violence: a current overview

Abstract: The work in question is the result of a bibliographical research with the intention of revealing the categories of violence in the school environment. The study intends to establish a possible interpretation of the different forms of violence that devastate the school institution, causing several damages to the educational progress. With the readings supported by authors like Michel Foucault and Pierre Bourdieu, it was possible to identify that the phenomenon unfolds in several forms. Both authors believe that there is power in institutions, especially in schools, responsible for normalizing behavior, as Foucault says. The power in this environment, can not be seen only in the negative form, because, the organization is maintained through it. The problem of power appears when it is used oppressively, repressing and imposing truths. Violence against school (acts of physical depredation), violence that the school receives from the government (lack of physical investments and training), and symbolic violence (produced by the school, who are part of it and constitute it as an educational institution).

Keywords: School; violence; power; knowledge.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: leila.tombini@hotmail.com

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: eduardojacondino@hotmail.com

Violência, poder e educação escolarizada: relações

Nas últimas décadas, por conta do processo de globalização e da consequente queda da dualidade política existente entre EUA e URSS, passamos a ler, ver e ouvir falar, de forma cada vez mais recorrente, sobre diversas formas de violência social. Filósofos e escritores passaram a teorizar sobre o fenômeno e a investigá-lo. Até porque durante muito tempo a violência não foi alvo de estudos mais detalhados por parte das ciências humanas. Talvez porque tenha sido velada, mascarada, escondida e/ou mesmo confundida com temas como ordem e disciplina.

Contemporaneamente, entretanto, a violência tem sido avaliada/estudada, ao menos no campo da sociologia, por autores como Santos (2009, p. 31-32), de forma detalhada,

As questões sociológicas que orientam nossa investigação sobre o significado social das práticas sociais de violência podem ser assim formuladas: a) Quais seriam as origens sociais da violência: poder-se-ia supor uma configuração complexa de elementos: propriedade fundiária, mercado de emprego, urbanização precária, pobreza, efeitos de modernização, efeitos da mundialização? b) Estaria nascendo um código social de socição, ou laços de sociabilidade, orientado pela violência? Qual o sentido social da violência como excesso: o sem-sentido, as incivildades, o extremo, o sofrimento ou a margem?; c) Ou, ao mesmo tempo, não haveria a possibilidade de um sentido oculto, de uma terceira margem reveladora das fraturas do social: com base na superação da linguagem da violência, estar-se-iam gestando outras normas sociais, alimentadas pelas lutas sociais contra a violência?; d) Quais as possibilidades da reconstrução dos laços sociais, em futuras bases de um outro tipo de solidariedade social: por quais agentes sociais ou forças sociais passaria essa transformação?

Questões que tomam corpo diante de sociedades, como a brasileira, que convivem cotidianamente com as mais diversas formas de violência. Daí muitos afirmarem que a violência está “impregnada na sociedade brasileira”. Isto porque embora convivamos, por um lado, com um discurso “idílico” que se reporta à cordialidade do brasileiro; convivemos, por outro lado, desde a chegada do europeu/colonizador, com diversos tipos de conflito (étnicos, religiosos, ético-comportamentais) que, em grande medida, foram “solucionados” por meio da escravidão, do “dilaceramento da carne” do negro e do extermínio dos índios - por meio da imposição das verdades advindas de além-mar; por meio da instituição do patrimonialismo e do patriarcalismo. Realidade que se fez presente na história do país colonizado e após a colonização.

Esse “caldo cultural” e institucional (embasado na figura do Dr., do “Sinhô”, do patrimonialismo, da supremacia da cor branca e da cultura europeia etc.) se alastra pelo país. País que se vê, na contemporaneidade, acossado pela banalização das imagens que retratam diversas formas de violência. Os meios de comunicação, insistentemente, mostram a criminalidade presente nas grandes e pequenas cidades. Roubos, assaltos, homicídios, humilhações e desrespeito são mostrados indiscriminadamente, a cada dia - o que possibilita, de certa forma, que uma leitura estereotipada, que naturaliza o fenômeno da violência, se dê. É uma leitura que, por sua vez, gera uma certa dose de “aceitação” do fenômeno por pura saturação.

Diante disso, Santos (2009, p. 25) afirma que

a sociedade parece aceitar a violência, ou resignar-se, incorporando-a como prática social e política normal e coletiva, como o demonstram os rotineiros exemplos nas cidades, nos campos e florestas brasileiros. Tal situação nos lembra que a violência urbana realiza-se mediante as formas difusa e generalizada, marcando o cotidiano das populações das grandes cidades brasileiras.

Percebe-se que a violência é um tema, em grande medida, “banalizado” socialmente. A visibilidade acerca do tema se dá pelos mais variados meios e instâncias. Seja do ponto de vista microfísico (violências domésticas, interpessoais, sexuais), ou macroestrutural (violências institucionais, desde as que ocorrem no campo político, passando pelas que ocorrem no campo da educação etc.), a violência se faz presente nas grandes e pequenas cidades; atravessando a esfera pública e privada.

De modo mais genérico, pode ser definida por uma gama de dimensões físicas e simbólicas que causam dano físico ou psicológico a outra pessoa ou a um grupo.

O fenômeno também pode ser definido como atos de excesso de poder, ou seja, por meio de relações em que uma das partes impede o outro de se manifestar (o que extrapola as relações de poder; uma vez que estas sempre permitem, mesmo que de forma diminuída e ou desigual, a manifestação dos participantes). “As diferentes formas de violência presentes em casa, um dos conjuntos relacionais que estruturam o social, poderiam ser explicadas se, em uma primeira aproximação, compreendêssemos a violência como um ato de excesso de poder presente nas relações sociais de produção do social”. (SANTOS, 2009, p. 39).

Deste modo, a violência se caracteriza pela exacerbação do uso da força física, psicológica e ou simbólica. De outro modo, a violência se distingue de crime, conforme explicitado por Jacondino (2015), quando este diferencia os dois conceitos, ao analisar a construção do Estado-nação feito nos países latino-americanos:

Em países como o Brasil os traços sociais que predominaram não foram os da institucionalidade histórico-cultural que acompanhou a consolidação burguesa, com as respectivas formas de operacionalização burocrático-rationais, mas sim aquelas rarefeitas no bojo da garantia da desigualdade social, bem como dos privilégios herdados pelos que ocuparam o território. Assim, em nosso país demarcou-se a apropriação econômica, política e cultural, caracterizada pela violência (física e simbólica) diante da população nativa, e pela violência difusa que passou a demarcar as formas de sociabilidade contemporâneas. Violência que, enquanto conceito, deve ser entendida como algo diferenciado do conceito de crime. Isso porque este possui características próprias e institucionalizadas, sendo combatido por meio da ação policial e por meio do código penal e processual penal; enquanto a violência é algo que se liga à cultura geral, sendo ‘aceita’ por determinada população (sociedade) como mecanismo de interação social. (JACONDINO, 2015, p. 24).

Fica claro que a violência se solidifica em cada contexto social e histórico, específico e é modificável, no sentido de que é passível de interpretação. O caso brasileiro é emblemático, neste sentido, uma vez que o processo “civilizador” desencadeado aqui consolidou-se por meio da escravatura e de leituras que tinham como mote, por exemplo, que nem todos os seres humanos eram possuidores de uma natureza humana digna de civilidade (nem todos possuíam “alma”). O que permitia o trato, em relação a estes, de modo absolutamente diferenciado.

Embora este histórico seja conhecido de muitos, cabe salientar que esta ordem social se configurou de modo “legítimo”, legal e institucional. A escravidão, no Brasil, durante aproximadamente 300 anos, foi um modelo social aceito. O que, embora possa parecer redundante, indica uma aceitação de tal modelo, e o que, por consequência, configurou uma leitura acerca da violência como algo que não atingia as sociabilidades que se configuravam durante este tempo.

Da mesma forma, enquanto educação formal, recursos como o da “palmatória” eram aceitos e não se configuravam (do ponto de vista da leitura feita, na época) como violência, mas sim como ato disciplinador e necessário à construção do sujeito/escolar que a sociedade requeria.

Flavia Schilling³ (s/d, p. 8), no artigo “Indisciplina, violência: desafios e debates”, escrito para a Revista Educação, aponta para o fato de que “se a ordem implica a submissão da mulher, por exemplo, o fato de que apanhe será visto como disciplinador e não como violência”. A violência, esperamos deixar claro este ponto, evolui (modifica-se) juntamente com as mudanças nas relações sociais. É um fenômeno em movimento, como confirma Wieviorka (2006, p. 217):

A violência, efetivamente, não é jamais estável por muito tempo, ou estabilizável, controlada por seu protagonista, fixada por este a um limite ou outro onde teria sua intensidade regulada. Ela é em si mesma uma mudança, a ponto de, por vezes, falar-se dela como de uma engrenagem ou máquina infernal, Circula do “quente” ao “frio”, da expressividade sem reservas à instrumentalidade mais organizada – porém instala-se aí apenas provisoriamente. Passa assim de um nível ao outro, do social ao político, do político ao social, do infrapolítico da delinquência ao metapolítico da religião.

Outro ponto importante e que esperamos ter deixado claro é que a violência, diferencia-se do poder, o qual, por sua vez, é relação (e não essência). Deste modo, pensar o poder nas instituições escolares (e sua distinção/aproximação para com a violência) requer um entendimento mais preciso acerca do que cada definição, cada termo, justapõe.

Para a perspectiva Foucaultiana, com a qual concordamos, pensar as relações de poder significa pensar as configurações micropolíticas (institucionais) específicas de cada *lôcus* e de cada momento histórico. Estas relações, por sua vez, fazem-se por meio de intrincados e complexos processos que são intermediados por saberes (no caso das escolas, os científicos tais quais os advindos do campo *psí*), advindos da psiquiatria, da psicologia, da psicopedagogia. Mas também de outros tipos de saberes, também científicos, presentes nestes contextos escolares, tais como os advindos da sociologia, da história, da filosofia, do campo da gestão escolar.

A constituição desses saberes, sua existência e proveniência específicas, o espaço e o respectivo poder de influência que cada um deles exerce nos contextos escolares, configura mecanismos de poder (que, no seu excesso, se transformam em formas de violência) que organizam ambientações societárias específicas e contingenciais, cambiantes.

Se o poder pode ser entendido como ação sobre a ação dos outros, é preciso notar que o poder se faz valer por meio de saberes e práticas legitimadas que buscam, nos ambientes escolares, construir determinados tipos de comportamento (instituinto, do mesmo modo e na mesma direção, portanto, formas específicas de sujeição). Esta sujeição pode se dar por de forma estratégica (político/governamental) ou de forma abrupta (violenta).

A problemática está colocada, em grande medida, quando se pensa o poder por meio da ideia estereotipada de que ele é apenas operado pelo lado negativo. Nem sempre isso acontece. Esta é uma representação acerca do poder que o visualiza apenas “por meio de um dos lados da moeda”. As relações de poder devem ser vistas de forma adequada a cada situação/local.

³ Flávia Schilling é professora da faculdade de Educação USP. Trabalha com os temas ligados aos direitos humanos e educação; escreveu, entre outros, “Sociedade da Insegurança e Violência na Escola” (Ed. Moderna, 2004) e organizou o volume “Direitos Humanos e Educação: Outras palavras, Outras Práticas” (CORTEZ, 2005).

O corpo social é organizado por meio dos operadores saberes/poderes (que se retroalimentam). O poder é um operador positivo da realidade, possuindo suas próprias regras. Ele atua de modo a que o conjunto social exista e se organize, dentro, obviamente, de um contexto estratégico, por meio das quais distintas formas de saber digladiam-se, em nome da “verdade”, da “emancipação humana”, do “desenvolvimento”.

Por isso, de acordo com Foucault (2016), restringir o poder apenas ao seu lado opressor é desconhecer os aspectos mais sutis (e positivos) que também compõem o mesmo.

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor do poder. Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica desse mesmo poder; identifica-se o poder como uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser essa uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa como uma força que diz não, mas de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2016, p. 44).

Esta interpretação tradicional acerca do poder, como repressor por excelência, muitas vezes leva a uma leitura limitada dos seus efeitos. Deste modo, acaba por fazer confundir poder com violência (colocando ambos os termos quase que como sinônimos), o que dificulta a construção de um esclarecimento acerca destes temas. Na escola, esta confusão traz mais malefícios do que benefícios, quando se propõe compreender tais fenômenos, lidar com eles.

Foucault (2016), uma vez mais, nos ajuda a superar este “perigo”. Quando o autor problematiza, no primeiro volume da história da sexualidade, a hipótese repressiva, predominante em seu tempo histórico, acerca da sexualidade humana, demonstra que esta interpretação é “míope” e não dá conta de compreender a crescente proliferação de discursos, análises (científicas, inclusive, tais como as advindas da sexologia, psicanálise etc.), que passam a ocorrer nas sociedades contemporâneas.

A hipótese repressiva acerca da sexualidade tende a gerar uma leitura limitada acerca do fenômeno, ao colocar, por exemplo, a sociedade atual (burguesa) como uma sociedade meramente calcada na dominação de classes e, por consequência, na repressão, seja esta repressão exercida no campo econômico, no campo político, no campo da sexualidade.

Assim como Foucault nos mostra que a hipótese repressiva acerca da sexualidade é incapaz de compreender a crescente visibilidade que o sexo alcança, nas sociedades contemporâneas (aumento de um número considerável de terapias sexuais; afrouxamento moral significativo, por parte dos pais, em relação ao início da vida sexual dos filhos; disponibilidade crescente de medicamentos e estimulantes sexuais etc.), pode-se afirmar que, do ponto de vista da análise das relações de poder existentes nas escolas, o autor contribui para que pensemos estas (relações de poder) de modo a não confundir este fato social com a violência escolar, fato social de outra natureza.

Isto porque não devemos confundir controle com repressão, poder com dominação, pois se o poder se faz presente, intermediando as relações sociais (estas são relações de poder, sempre) e se o poder vem sempre acompanhado por formas de saber (o qual é o que,

inclusive, caracteriza nossas concepções acerca da “verdade”, do “homem”, da “civildade”, da “emancipação”), cabe salientar que tanto na esfera da sexualidade quanto na esfera da educação formal acompanham-nos dispositivos (formas articuladas da relação saberes/poderes) que buscam exercer influência, gerenciar, mobilizar, determinados tipos de subjetivação (de sujeitos) - dispositivos saber/poder que se movem por meio da questão da verdade sobre os sujeitos (como transformá-los em sujeitos críticos e transformadores? Como ensiná-los de forma que atinjam a “maioridade” psicológico/moral/comportamental esperada, a “autonomia”?).

Do ponto de vista da educação escolarizada, isto ocorre por meio da mediação de adultos que “governam”, incitam, propõe, instigam, controlam a ação das crianças, dos adolescentes, dos jovens.

Insistimos, com Foucault (2016), que o poder dentro da escola é exercido/praticado, e embora se dê de forma desigual, não é possuído por alguém (como se fosse uma essência). Ele (o poder) circula nas relações existentes e que se consolidam no ambiente escolar.

O poder é como um tecido com múltiplos fios ligados entre si. O importante não é distinguir a causa inicial ou final (supra-histórica ou finalística do poder), mas sim o entrelaçamento das relações de poder que ocorrem na história, materializadas no cotidiano. O vínculo entre todos aqueles que o exercem (corpo docente, direção, pais, alunos e governo), arregimentados por determinados tipos de saberes.

Conforme Bert (2013, p. 108): “O poder é algo que se exerce e se efetua. Constituído de múltiplas relações que se mesclam, ele incide mais sobre os corpos que sobre as almas dos indivíduos”. No entanto, é pelo corpo que se atinge a alma dos indivíduos, que se operam as modificações mais precisas sobre eles.

Tanto a violência quanto o poder são atos que atingem os indivíduos, os grupos sociais. São recursos (tecnologias sociais) que sujeitam corpos/comportamentos nas mais variadas direções. Direções, estas, determinadas por escolhas feitas histórica e localmente. Entretanto, o poder pode operar, notadamente nas escolas, por meio da sujeição (repressão), ou seja, por meio de instrumentos caracteristicamente negativos; pode, por outro lado, operar por meio de instrumentos positivos, ou seja, por meio da incitação ao prazer, por meio da transmissão de conhecimentos, por meio da instrumentalização/aquisição de habilidades específicas.

Já a violência se dá, unicamente, por meio de instrumentos caracteristicamente negativos. Que aniquilam as possibilidades de os indivíduos e/ou os grupos se manifestarem. A violência, neste sentido, opera por meio do aniquilamento do outro, seja do mundo simbólico deste, seja da possibilidade de este outro poder se colocar, fazer escolhas diante da relação.

Escola e violências: caracterizações

A lista que compõe as diversas formas de manifestação de violência que ocorrem nas escolas é longa. Varia desde pequenos furtos, passando por agressões físicas, verbais, vandalismo, ameaças e muitas outras.

Flavia Schilling (s/d) afirma que todas as formas de violência que acontecem *dentro do ambiente escolar*, seja na sala de aula, no pátio, nos corredores, nos vestiários, refeitório ou demais dependências da instituição, são compreendidas como violências que ocorrem *na escola*, justamente porque acontecem dentro da instituição escolar. Note-se que estas formas de violência podem ser praticadas por membros da comunidade escolar ou por membros externos

à instituição, desde que o façam (os atos violentos) *dentro da escola*, “prédios abandonados... Professores desmotivados, nada de conhecimento, reprodução da pobreza geram o que se chama de violência na escola: agressões, ameaças, brigas, substituem as antigas queixas de indisciplina.” (SCHILLING, s/d, p.14). A mesma autora aponta, ainda, que a depredação, os furtos os roubos e as invasões que ocorrem na escola são caracterizadas como violência *contra a escola*, justamente porque acontecem por meio de atos que visam atingir a estrutura física, escolar.

Cabe salientar que em países como o Brasil não se desenvolveu algo que se possa chamar de “espírito público”, ou seja, por conta do patrimonialismo e outras formas de relação social que se solidificaram por aqui, aquilo que é público é visto, via de regra, como algo que não pertence a ninguém. Algo que, por isso mesmo, não requer cuidados.

Daí o fato de as escolas, notadamente as escolas públicas (que carecem, por vezes, da presença de “agentes de segurança”) serem palco, de forma mais recorrente, de ações violentas. Escolas que se deparam com situações que envolvem formas de vandalismo, furtos, a presença de indivíduos usuários e/ou distribuidores de drogas ilícitas etc.

São ações, por vezes, praticadas por ex-alunos, excluídos do processo educacional. Neste sentido, Santos (2009, p. 53) questiona, “qual o significado da categoria vândalo? Parece que se constitui de expressões de ressentimento social diante de jovens e adolescentes que foram ou se sentem excluídos da instituição escolar, mas que por vias transversais, querem se incluir no espaço escolar”.

É possível apontar, ainda, no que concerne à questão da violência *contra a escola*, o fato de que, novamente em países como o Brasil, não é incomum (em determinadas regiões) que ocorra a omissão, por parte dos poderes públicos (responsáveis por manterem as escolas) no que se refere ao repasse de investimentos/recursos.

As instabilidades político-institucionais recorrentes, que trazem consigo a descontinuidade de políticas públicas, por vezes comprovadamente bem-sucedidas, são exemplos dessa mazela político-institucional-social que afeta diretamente as escolas.

Fora isso, as crises econômicas, de igual forma não menos recorrentes, atingem diretamente as instituições escolares. A falta de planejamento/investimento continuado (por vezes, inexistente), no que se refere à formação profissional (formação continuada dos professores), ao deixar de investir na capacitação, na qualificação e na conseqüente remuneração (adequada), facilita o desenvolvimento de processos de desmotivação, descompromisso institucional, desânimo pessoal.

Ao se falar em violência contra a escola, aqui, fala-se de violência de nível macroestrutural, e não microestrutural, uma vez que este tipo de violência é praticado pelo poder público (pelo Estado Democrático de Direito, ou pelas instituições e poderes que o corporificam) - o que representa, por si só, uma contradição/aberração, ou seja, o próprio Estado Democrático de Direito (aquele que deveria garantir os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos) é o agente que violenta estes direitos, que nega estes direitos, que ataca, pode-se dizer, estes direitos.

De todo modo, e ainda com Schilling (s/d), temos a definição de um terceiro tipo de violência escolar: a que é desencadeada *pela escola*, e, por isso, denominada de *violência da escola*. Exemplo típico é a violência simbólica, aquela que se faz por parte dos profissionais que exercem funções de autoridade (os professores, por exemplo) nestes ambientes; profissionais

que, no trato com os alunos, acabam adotando posições, na relação política que estabelecem com eles, estigmatizadoras, preconceituosas, de desrespeito (em relação ao universo simbólico, moral, de determinados alunos), adotando, por isso, uma forma violenta de tratamento em relação a estes.

Este processo tem se caracterizado, cada vez mais, por conta da ambiência típica das sociedades contemporâneas. Demarcadas pelo que alguns autores do campo da sociologia, como Bauman (1998), denominam de “modernidade líquida”, ou seja, ambiências sociais embasadas na crise das utopias escatológicas (religiosas, políticas, presentes até bem pouco tempo atrás, bem como pelo arrefecimento dos valores embasados na busca de segurança pessoal e coletiva. Valores que são substituídos, de forma paulatina, pelo da liberdade, iniciativa e esforço pessoal. Eleitos como os únicos balizadores dos comportamentos sociais).

Esta ambiência tem colocado em “xeque”, quase que de forma generalizada, todas as tradicionais figuras de autoridade (pais, professores, policiais, políticos, padres etc.). Do ponto de vista da escola, esse movimento acaba por gerar, também de forma crescente, atritos, desconfianças, enfrentamentos, conflitos interpessoais/institucionais.

Por conta disso, fala-se, escreve-se, assiste-se pela TV, cada vez mais relatos de casos de conflitos e mesmo de violências que são praticadas no interior das escolas. Sejam estas violências praticadas por alunos (inclusive contra professores), ou violências praticadas por professor (em relação aos alunos, caso típico da violência simbólica).

A escola é uma instituição disciplinadora, por excelência. Essa instituição, diante de um contexto fortemente e crescentemente caracterizado pelo desgaste das figuras de autoridade, acaba sofrendo sobremaneira, fato que concorre para que posturas, por vezes exacerbadas (por parte dos professores) ocorram, seja por conta da insegurança pessoal ou pela falta de condições, profissionais, no sentido de manter a autoridade que a função requer.

Questões como a da indisciplina, recorrentemente “denunciadas” nos ambientes escolares, têm passado por mudanças, pelo fato de estarem sendo substituídas pelas denúncias ligadas a atos de incivilidade, por meio dos quais os professores são vítimas de insultos, de agressões verbais e ou de ameaças proferidas por parte de alguns alunos.

Ao se sentirem incapazes de realizar seu trabalho, os professores desenvolvem formas de sofrimento psíquico, sentem-se acuados, sentem-se violados em seus direitos (sentem-se intimidados).

Como já apontamos, estas ações violentas ou incivilizadas, desencadeadas por parte de alguns alunos em algumas escolas, podem estar atreladas à tentativa, por parte destes adolescentes/jovens, de afirmarem suas identidades, ou por estarem em busca de reconhecimento, ou, ainda, por se sentirem excluídos do processo escolar (sentindo-se, em grande medida, desprezados, diminuídos).

Conforme aponta Wieviorka (2006, p. 203):

A violência é frequentemente, ao menos em parte ou na origem, a marca de um sujeito contrariado, interdito, impossível ou infeliz. A marca, eventualmente, de uma pessoa tendo sofrido, ela própria, uma violência, seja física – como esses traumatizados de guerra que desenvolvem, a seguir, perturbações de personalidade podendo incluir episódios de violência -, seja moral ou simbólica, como é com frequência o caso dos jovens delinquentes.

Mesmo que não seja possível (hoje sabemos disso) atrelar as ações violentas unicamente às condições econômicas dos indivíduos que as perpetraram, não se pode desatrelar totalmente a violência (ao menos, a juvenil) às questões de ordem socioeconômica. Como confirma Santos (2009, p. 53):

Evidencia-se uma correspondência entre exclusão social e violência escolar: a violência é determinada socialmente. Quanto mais o público jovem é desfavorecido, em termos econômicos ou culturais, mais ele se confronta com a vivência do desemprego. Os jovens vivenciam uma exclusão não só de oportunidades econômicas, mas também de um prestígio social, o que resulta em um agravamento de sua autoestima e de sua perspectiva de futuro; vivem a desesperança em relação às promessas de futuro que, antigamente, estavam contidas na proposta de escolarização: este é o contexto social de emergência da violência escolar.

Evidencia-se, deste modo, que a violência simbólica tem forte correlação para com o sentimento de insegurança pessoal e profissional que acomete parte significativa dos professores - estes, dispostos diante de situações e de uma ambiência social caracterizada pelo desgaste das figuras de autoridade e pela persistência das mazelas econômicas.

Este é um ciclo que se autoalimenta. Assim, é necessário afirmar que a violência simbólica praticada pelos agentes educativos, formais, nem sempre é uma mera resposta diante da violência social sofrida por eles, por exemplo, por parte de alunos. Por vezes, e não raras vezes, é praticada devido a uma deficiente formação profissional (inexistência de participação em cursos de formação continuada; inexistência da necessária separação entre crenças pessoais - por exemplo, de cunho religioso, e pensamento crítico/reflexivo, pautado em caracteres advindos da ciência, a ser adotado em sala de aula; incapacidade de se colocar acima dos valores morais, sociais, ao discutir questões de ordem social e moral), pelo fato de representarem instituições seculares (as escolas), instituições que, na esteira da formação dos modernos estados-nação ocidentais, adquiriram o poder de instituir práticas, regular comportamentos, nomear competências, avaliar sujeitos.

Para Bourdieu (1989, p. 14):

O poder simbólico como o poder de construir o dado pelo poder de enunciação, de poder ver e poder crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter aquilo que é equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.

Santos (2009, p. 46) complementa essa ideia ao afirmar que, “A relação da escola com as particularidades culturais dos grupos que compõem o espaço social local é marcada por uma violência simbólica do saber escolar, exercida por hábitos sociais, pelos professores e funcionários da instituição: uma relação de poder que impõe um conjunto de valores ao conjunto da população envolvida”.

Marcos Cesar Alvares⁴ (s/d, p. 35), por sua vez, afirma “Pode-se tomar a escola como

⁴ No artigo “Sociedade, poder e disciplina: história e reflexão”, escrito para a Revista Educação. Marcos César Alvares é doutor em Sociologia pela USP, professor do Departamento de Sociologia da USP e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas nas áreas de violência, punição, política, teoria social e Sociologia Histórica. Possui diversos livros e artigos publicados nessa área.

exemplo. Ela se constitui, na modernidade, como uma das instituições disciplinares por excelência, veículo de uma ação pedagógica que se pretendia homogeneizadora de trabalhadores e cidadão dóceis”. As escolas foram consolidadas como tecnologias sociais de poder, na modernidade, servindo como mecanismos de normalização dos comportamentos requeridos pela sociedade capitalista (que passa a exigir corpos produtivos).

Este elemento, por si só, coloca a escola como instância sempre capaz de cometer formas de violência simbólica. Da mesma forma, comete violência quando deixa de cumprir uma função educacional de qualidade, produzindo práticas de ensino por meio das quais os alunos não compreendem o sentido de estarem participando deste processo (por tantos anos), bem como por meio de quais regras devem se guiar (quais os princípios e os objetivos que as fundamentam?).

Estas são, todas elas, práticas por meio das quais a violência simbólica se faz nas escolas. Atos que podem gerar, e em geral acontecem, respostas (por parte dos alunos), também na direção da violência. “A violência exprime uma subjetividade sem saída, a incapacidade de ter projetos, agir de maneira criadora e produzir sua existência; ela vem ressaltar o abismo que separa as instituições daqueles a quem elas deveriam fornecer as chances e os meios de se construírem.” (WIEVIORKA, 2006, p. 205).

Conforme procuramos demonstrar, as causas e as instâncias envolvidas com a violência escolar são complexas, abrangentes. De todo modo, parece claro que o fenômeno ocorre, é um fato.

Dados da pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2014, publicada pelo site BBC Brasil, pela jornalista Daniela Fernandes e que contou com a participação de mais de cem (100) mil professores e diretores de escolas do ensino fundamental e do ensino médio brasileiros; colocou o país no topo do ranking da violência escolar, entre os 34 países estudados.

De acordo com os professores ouvidos, 12,5% afirmaram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação, por parte de alunos, pelo menos uma vez por semana.

Outra pesquisa, publicada pela revista *Época*, em 2016 e realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em parceria com o Ministério da Educação e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI), apontou que 42% dos alunos da rede pública sofreram violência física ou verbal nos últimos 12 meses.

O estudo ouviu 6.709 estudantes de sete capitais brasileiras: Maceió, Fortaleza, Vitória, Salvador, São Luís, Belém e Belo Horizonte. A pesquisa considerou como violência a discriminação, ameaças, xingamentos e agressões físicas praticadas em ambientes escolares.

De acordo com 70% dos alunos entrevistados, estes sofreram algum tipo de violência nas escolas que frequentavam; para 65% dos pesquisados, a violência sofrida foi praticada por um colega, e para 15% dos pesquisados, a violência sofrida foi perpetrada pelos professores. Em 25% dos casos, as violências são cometidas em sala de aula, mesmo percentual que atribuiu a ocorrência dos casos de violência aos pátios das escolas.

Indivíduos ou grupos vítimas de violência carregam as marcas destes acontecimentos

por anos a fio, por vezes, por toda a vida, o que gera, via de regra, custos sociais consideráveis. Quando estas marcas são produzidas nos ambientes escolares, geram questões, por exemplo, como as atreladas ao abandono escolar, a ações hostis (contra o patrimônio público ou contra as próprias pessoas que circulam nas escolas).

Embora o tema seja complexo e por demais abrangente, entendemos que pode e deve ser analisado por meio de abordagens acadêmico-científicas e, conseqüentemente, por meio de teorias que nos ajudem a esclarecer o problema, o tema. No caso que nos importa, aqui, mais especificamente, o tema da violência escolar.

Referências

- ALVAREZ, M, C. Sociedade, poder e disciplina: história e reflexão. **Revista Grandes Temas**, v. 1, n. 1, p. 26-35, s/d.
- BERT, J-F. **Pensar com Foucault**. São Paulo: Parábola, 2013.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FERNANDES, D. **Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores**. BBC, São Paulo, 28 ago. 2014. Disponível em:< http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniel_rw>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- JACONDINO, E. N. **Saber/poder e corpo**. Curitiba: CRV, 2015.
- SANTOS, J. V. T. **Violência e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.
- SCHILLING, F. Violência e Indisciplina. Indisciplina, violência: debates e desafios. **Revista Grandes Temas**, v. 1, n. 1, p. 6-17, s/d.
- WIEVIORKA, M. **Em que mundo vivemos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.